

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ANDRÉ DA SILVA REDIVO

**A CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CREAI) E O MODELO
DE FINANCIAMENTO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL
ENTRE 1937 E 1969**

Porto Alegre

2018

ANDRÉ DA SILVA REDIVO

**A CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CREAI) E O MODELO
DE FINANCIAMENTO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL
ENTRE 1937 E 1969**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Redivo, André da Silva

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o Modelo de Financiamento do Estado Desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969 / André da Silva Redivo. -- 2018.

261 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. História Econômica do Brasil. 2. Desenvolvimentismo. 3. Financiamento do Desenvolvimento. 4. Banco do Brasil. 5. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra, orient. II. Título.

ANDRÉ DA SILVA REDIVO

**A CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CREAI) E O MODELO
DE FINANCIAMENTO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL
ENTRE 1937 E 1969**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Silvio Antonio Ferraz Cario
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Sergio Marley Modesto Monteiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ao meu nonno, Ivo Luiz Redivo.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que possa parecer, o trabalho de construção de uma tese envolve a colaboração de muitas pessoas e instituições. Este espaço, portanto, será destinado ao necessário reconhecimento de que só pude chegar até aqui com ajuda daqueles.

Desde cedo sempre tive o estímulo e incentivo dos meus pais, Ideni e Janete, para com os estudos. O gosto tomado pela tarefa se deve ao esforço realizado por eles para que eu sempre pudesse ter uma boa educação. A minha irmã, Cristina, agradeço pelo carinho e atenção que sempre demonstrou.

Também agradeço a minha madrinha Celoni, pelo incentivo e ajuda durante toda a minha vida estudantil. Certamente foi uma das pessoas que contribuíram para que eu, desde cedo, me sentisse estimulado a estudar. Ao meu padrinho, Amarildo, também agradeço pelo apoio e pela descontração dos almoços de domingo. Ainda, em especial, agradeço ao nonno e a nonna, Ivo e Iva, e também aos meus avô e avó, Manoel e Joana. Todos foram exemplo de trabalho e dedicação. Estendo os agradecimentos aos meus demais familiares, pois sempre me senti acolhido por todos.

Aos amigos de longa data, mesmo os que a distância fez o contato se tornar menos frequente, sou grato pelo companheirismo: Luiz Mateus, Ricardo, Ricieiri, Elcio, Henrique e Fernanda. Aos amigos de não tão longa data, mas que conheci durante o período de doutorado: Yody, Rafael, Samuel, Pedro Henrique, Thiago, Elisa, Carolina, Dyeggo, Daniel, Hermano, Gustavo e Wagner, Giliad, Jonathan.

Agradeço ao PPGE/UFRGS, professores, técnicos administrativos e bibliotecários, pelo conhecimento e estrutura de apoio. Em especial agradeço aos Professores Marcelo Milan, Octávio Conceição, André Cunha e Sergio Monteiro. Aos dois últimos agradeço também pelos comentários e pela participação na banca de qualificação do projeto de tese. Aos técnicos administrativos, sou grato pela atenção e paciência, em especial da Lourdes e do Marcelo. Assim como, também sou grato pela atenção da biblioteca da FCE na preparação da versão final.

Aos membros da banca, agradeço pelas sugestões e comentários realizados sobre o trabalho. Com certeza as contribuições foram valiosas para a continuidade das minhas pesquisas. Foram eles: Sergio Monteiro, Luiz Faria e Silvio Cario. Ao último sempre serei grato pelo incentivo em entrar para a vida acadêmica.

Ao Professor Pedro Cezar Dutra Fonseca agradeço a oportunidade de tê-lo como orientador. Foi um grande privilégio receber a orientação de um acadêmico que sempre admirei e que me fez escolher a UFRGS para realizar o doutorado.

Também devo agradecer a algumas instituições que foram importantes durante a execução do trabalho. A CAPES pelo apoio financeiro durante o início do doutorado. A Biblioteca do Ministério da Fazenda, e ao Centro Cultural Banco do Brasil, agradeço pelo acesso ao rico acervo que tornou possível o desenvolvimento da tese. Por último agradeço a Unipampa pela oportunidade de ser Professor, em especial aos meus alunos e colegas.

Finalmente, agradeço a Isabela. Sem ela, tudo teria sido mais difícil ou insuportável. Obrigado pela paciência e por todo o companheirismo.

Um bom revisor recomendaria diminuir a quantidade de palavras “agradeço”, mas não seria condizente com toda ajuda que tive.

Espero não ter esquecido de alguém. Caso tenha, não me leve a mal. Meu muito obrigado a você também.

Quero estabelecer de antemão que se iniciasse novamente meus estudos de Economia e me dissessem que deveria escolher apenas um dos três ramos mencionados [história, estatística e teoria], minha preferência seria recaído sobre a História Econômica. E isto por três razões principais. Primeiro, porque a Economia em seu fundamento é essencialmente um processo único no tempo histórico. Ninguém poderá entender o complexo econômico de qualquer época, a presente inclusive, se não possuir uma visão adequada dos fatos históricos e senso histórico bastante, ou algo que pode ser classificado como experiência histórica. Segundo, porque o relato histórico não pode ser puramente econômico, mas, antes, refletirá também os fatos institucionais, não puramente econômicos: pois, fornece o melhor método para entender como os fatos econômicos e os não-econômicos estão relacionados entre si e como as várias ciências sociais devem inter-relacionar-se. Terceiro, creio, é o fato de que a maioria dos erros fundamentais correntemente cometidos em análise econômica são devidos a deficiência de experiência histórica mais que a outra qualquer falha do equipamento econômico.

(Schumpeter, J. History of Economic Analysis, 1964, p.34-35)

Sir Arthur Lewis has written, "Every economist goes through a phase where he is dissatisfied with the deductive basis of economic theory, and feels sure that a much better insight into economic processes could be obtained by studying the facts of history. The instinct is sound, yet the enthusiasms of this phase seldom survive any serious attempt to get to grips with the facts of history." The instinct, as Sir Arthur says, is sound; but historical experience is imperfectly known, and its discovery or recovery is a laborious, time-consuming, and frequently dusty undertaking, guaranteed to quell the enthusiasm of theorists and policy makers desirous of quick solutions. Moreover, "the facts" do not "speak for themselves", but yield satisfactory answers only in response to meaningful questions. If the questions are improperly phrased, or not put at all, then the "lessons of history" are likely to be garbled at best. Finally, although history cannot answer all the questions one would wish it to, it does not follow that cannot answer some.

(Cameron, R. Banking in the Early Stages of Industrialization, 1967, p.3)

RESUMO

Esta tese trata da criação de uma estrutura institucional de financiamento do desenvolvimento em 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), no Banco do Brasil. Esta nova instituição surge em um contexto onde a orientação da política econômica no país é desenvolvimentista. Sendo assim, o objetivo explorado ao longo do trabalho foi caracterizar a atuação da Carteira entre 1937 e 1969, no contexto apontado, como primeira iniciativa de formação de um padrão de financiamento. A hipótese que guia a execução do trabalho, portanto, é a de que a atuação da CREAI marca a institucionalização de um padrão de financiamento durante o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil. A CREAI, portanto, constituiu-se na primeira expressão da atuação governamental sobre o financiamento. O trabalho teve como principal material de pesquisa os Relatórios do Banco do Brasil apresentados nas suas assembleias gerais de acionistas. Tais documentos são ricos tanto em informações estatísticas, incluídas nos anexos dos relatórios, quanto de informações qualitativas que permitem compreender a intencionalidade das ações do Banco do Brasil. Sendo assim, aponta-se que a Carteira cumpre um papel relevante ao financiar atividades econômicas importantes para a mudança estrutural durante o processo de industrialização do Brasil.

Palavras-chave: economia brasileira. História econômica do Brasil. Desenvolvimentismo. Financiamento do desenvolvimento. Banco do Brasil. Carteira de crédito agrícola e industrial.

ABSTRACT

This thesis deals with the creation of an institutional structure for financing development in 1937, the *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial* (CREAI), at *Banco do Brasil*. This new institution arises in a context where the orientation of economic policy in the country is developmental. Therefore, the objective explored throughout the work was to characterize the Portfolio's performance between 1937 and 1969, in the context indicated, as the first initiative to form a financing standard. The hypothesis that guides the execution of the work, therefore, is that CREAI's performance marks the institutionalization of a financing pattern during the import substitution industrialization process in Brazil. CREAI was, therefore, the first expression of governmental action on financing. The main research work was the Banco do Brasil Reports presented at the Bank's general shareholders' meetings. These documents are rich in both statistical information, included in the annexes of the reports, and qualitative information that allows understanding the intentionality of Banco do Brasil's actions. Thus, the CREAI plays a relevant role in financing important economic activities for structural change during the process of industrialization in Brazil.

Keywords: Brazilian Economy. Economic History of Brazil. Developmentalism. Development Finance. *Banco do Brasil*. *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Empréstimos realizados pela Agência Especial de Financiamento do Banco do Brasil, entre 1941 e 1950, em NCr\$ mil de 1968.....	96
Figura 2 – Participação setorial no número total de créditos concedidos pela CREA I (em %), 1938-1945.....	103
Figura 3 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREA I (em %), 1938-1950.....	104
Figura 4 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA I (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1938–1950 ...	105
Figura 5 – CREA I – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, em participação (%) sobre o valor total, 1938–1950	106
Figura 6– CREA I – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, em participação (%) sobre o valor total, 1938-1950.....	108
Figura 7 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA I (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1938-1950....	110
Figura 8 – CREA I – Créditos concedidos para a Indústria, itens selecionados, em participação (%) sobre o valor total, 1938-1950.....	111
Figura 9 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA I (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1942-1950	115
Figura 10 – Fontes de recursos da CREA I, em participação (%) do valor total, 1938-1950 .	117
Figura 11 – Relação entre Créditos Concedidos pela CREA I, PIB e FBCF, em relação (%), 1938–1950	127
Figura 12 – Receita, Despesa e Resultado da União, 1951-1960, em NCr\$ mil de 1968.....	137
Figura 13 – Participação setorial no número total de créditos concedidos pela CREA I (em %), 1951-1960.....	142
Figura 14 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREA I (em %), 1950-1961.....	143

Figura 15 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Agricultura, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960	145
Figura 16 – CREAMI – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total.....	146
Figura 17 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960....	151
Figura 18 – CREAMI – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Indústria, em participação sobre o total (%), 1950-1961.....	152
Figura 19 – BNDES, Aprovações em moeda nacional para os setores público e privado, 1952–1960, em %	155
Figura 20 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960	157
Figura 21 – CREAMI – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Pecuária, em participação sobre o total (%), 1951-1960.....	158
Figura 22 – Fontes de recursos da CREAMI, em participação (%) do valor total, 1951-1960 ..	160
Figura 23 – Relação entre Créditos Concedidos pela CREAMI, PIB e FBCF, 1951-1960, em %	168
Figura 24– Receita, Despesa e Resultado da União, 1961-1968, em NCr\$ mil de 1968.....	182
Figura 25 – Participação (%) no número de operações, por setor, 1961-1968.....	187
Figura 26 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREAMI (em %), 1961-1968.....	188
Figura 27 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Agricultura, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968	189
Figura 28 – CREAMI – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, em participação sobre o valor total (%), 1961-1968.....	190
Figura 29 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968....	197
Figura 30 – CREAMI – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Indústria, em participação sobre o total (%), 1961-1968.....	198

Figura 31 – BNDE, Aprovações em moeda nacional para os setores público e privado, 1961-1968, em %	200
Figura 32 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAM (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968	202
Figura 33 – CREAM – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Pecuária, em participação sobre o total (%), 1961-1968.....	203
Figura 34 – CREAM – Fontes de recursos, 1961–1967, em participação (%) do valor total. .	205
Figura 35 – Relação entre Créditos Concedidos, PIB e FBCF, 1961-1968, em %	211

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos Tipos de Sistemas Financeiros	41
Quadro 2 - Etapas de desenvolvimento industrial e fontes de suprimento de capital	48
Quadro 3 - Tipos de Empréstimos realizados pela CREA, segundo o Regulamento de 1952, e prazos, por categoria.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1938-1950	93
Tabela 2- Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1938 = 100), 1938-1950	94
Tabela 3– Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1938–1950	97
Tabela 4 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREA, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1938–1950	105
Tabela 5 – CARED: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, em participação (%), 1938-1950	118
Tabela 6 – Agricultura e Indústria: Crédito Concedido e do Produto Real, 1938 = 100	128
Tabela 7 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREA, em (%), anos selecionados entre 1938-1950	129
Tabela 8 – Estrutura Industrial e Créditos Concedidos pela CREA, em participação (%), para 1939 e 1949	130
Tabela 9 - Composição percentual dos recursos financeiros para o plano de metas - estimativas realizadas em 1957	138
Tabela 10 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1951-1960	138
Tabela 11 – Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1951 = 100), 1951-1960	140
Tabela 12 – Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1951-1960	141
Tabela 13 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREA, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960	144
Tabela 14 – CREA – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total	147

Tabela 15 – CREAM – Créditos concedidos para a Indústria, segmentos selecionados, 1938-1950, em participação (%) sobre o valor total, 1951-1960	153
Tabela 16 – BNDES, Aprovações em moeda nacional por atividade econômica, 1952–1960, em %	156
Tabela 17 – CREAM – Créditos concedidos para a Pecuária, segmentos selecionados, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total.....	158
Tabela 18 – CAREDE: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, 1951-1960, em participação %	161
Tabela 19 – Agricultura e Indústria – Crédito Concedido e Produto Real, 1951 = 100	169
Tabela 20 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREAM, em %, anos selecionados entre 1951-1960	170
Tabela 21 – Participação dos Segmentos Industriais na Estrutura Industrial e nos Créditos Concedidos pela CREAM, em %, anos selecionados entre 1951-1960	171
Tabela 22 – Investimentos Estrangeiros via Instrução 113, posterior Decreto nº 42.820, de 15/12/1957, em US\$ milhões	173
Tabela 23 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1961-1967	183
Tabela 24 – Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1961 = 100), 1961-1967	184
Tabela 25 – Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1961-1967	185
Tabela 26 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREAM, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968.....	189
Tabela 27 – CREAM – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, 1961-1968, em participação (%) sobre o valor total.....	195
Tabela 28 – CREAM – Créditos concedidos para a Indústria, segmentos selecionados, 1938-1950, em participação (%) sobre o valor total, 1961-1968	199
Tabela 29 – BNDE, Aprovações em moeda nacional por atividade econômica, 1961-1968, em %	201

Tabela 30 – CREAM – Créditos concedidos para a Pecuária, segmentos selecionados, 1961-1968, em participação (%) sobre o valor total.....	203
Tabela 31 – CARED: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, 1961-1965, em participação %	208
Tabela 32 – Agricultura e Indústria – Crédito Concedido e Produto Real, 1961 = 100	212
Tabela 33 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREAM, em %, anos selecionados entre 1961-1968	213
Tabela 34 – Participação dos Segmentos Industriais na Estrutura Industrial e nos Créditos Concedidos pela CREAM, em %, anos selecionados entre 1961-1968	214

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	BANCOS, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO.....	31
2.1	BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO....	32
2.2	OS BANCOS E A MUDANÇA ECONÔMICA: O CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	42
2.3	O DESENVOLVIMENTISMO COMO ORIENTAÇÃO DA ATUAÇÃO BANCÁRIA	51
3	O FORMATO DO CRÉDITO ESPECIALIZADO, OS REGULAMENTOS E AS LEIS RELACIONADAS COM A ATUAÇÃO DA CREAI	59
3.1	O DEBATE SOBRE O CRÉDITO ESPECIALIZADO NA DÉCADA DE 1930.....	60
3.2	A REGULAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DA CREAI	71
3.2.1	O Regulamento de 1937.....	72
3.2.2	O Regulamento de 1939.....	75
3.2.3	O Regulamento de 1942.....	78
3.2.4	O Regulamento de 1952.....	82
3.3	A LEGISLAÇÃO VINCULADA A ATUAÇÃO DA CREAI	87
4	OS ANOS INICIAIS, O DESENVOLVIMENTISMO E A ORTODOXIA: 1937- 1950	91
4.1	O BANCO DO BRASIL DIANTE DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL.....	92
4.2	AS OPERAÇÕES DA CREAI PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL	97
4.3	A POLÍTICA DE <i>FUNDING</i> DA CARTEIRA	115
4.4	ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAI.....	123
5	A CREAI ENTRE OS DESENVOLVIMENTISMOS: 1951-1960	133
5.1	O Banco do Brasil diante do Sistema Bancário Nacional	134
5.2	As operações da CREAI para os setores agrícola, pecuário e industrial	142
5.3	A POLÍTICA DE <i>FUNDING</i> DA CARTEIRA E SUAS LIMITAÇÕES	159
5.4	A ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAI.....	166

6	O FIM DA CARTEIRA E AS MUDANÇAS NO SISTEMA FINANCEIRO: 1961-1969	179
6.1	A ORIENTAÇÃO DO CRÉDITO EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS: 1961-1968	180
6.2	AS OPERAÇÕES DA CREAM PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL	186
6.3	AS MUDANÇAS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E SEUS REFLEXOS NO FUNDING.....	204
6.4	A ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAM.....	210
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
	REFERÊNCIAS.....	225
	APÊNDICE A – LISTA DAS TABELAS ESTATÍSTICAS ELABORADAS COM BASE NOS RELATÓRIOS DO BANCO DO BRASIL.....	238
	APÊNDICE B – TABELAS ESTATÍSTICAS ELABORADAS COM BASE NOS RELATÓRIOS DO BANCO DO BRASIL	239

1 INTRODUÇÃO

A problemática envolvida nesta tese é o financiamento do processo de industrialização no Brasil. Neste sentido, há que se destacar a importante modificação estrutural por qual passou a economia brasileira no século XX. Este período tem sido tratado dentro da literatura econômica brasileira por Processo de Substituição de Importações (PSI) e foi tema de diversos trabalhos (BAER, 1979; BAER; KERSTENETZKY, 1964; COLISTETE, 2010; FISHLOW, 1977; FONSECA, 2003a, 2003b; TAVARES, 1978a). Tal transformação apresenta características próprias, demarcadas pela estrutura das relações econômicas presentes no país e também do conjunto de instituições que foram criadas e alteradas para dar novo sentido ao processo.

A industrialização brasileira tem sido debatida com intensidade e variedade de argumentações ao longo de todo o seu transcurso. Surgiram com este propósito, diferentes interpretações a respeito de como seu início foi impulsionado, e de como o fenômeno se relacionou com a estrutura e a dinâmica econômica do país. Apesar das diferentes interpretações (FONSECA, 2003; SAES, 1989; SUZIGAN, 1989), parece não haver dúvidas em relação ao notável avanço industrial durante o século XX. Observa-se a transição de uma economia com presença predominante da agricultura de exportação, para uma com estrutura agrícola e industrial diversificada

O predomínio da atividade agroexportadora avança até o final da década de 1920, sendo que a partir da década de 1930 uma nova dinâmica passa a ser observada. Conforme enfatizado por Furtado (1961), até a crise de 1929 a economia brasileira tinha sua dinâmica voltada para fora, ou seja, o processo dinamizador era a agricultura de exportação. Com a restrição imposta pela crise, há uma nova dinâmica centrada no mercado interno. Neste sentido, a economia interna passa a oferecer as melhores oportunidades de inversão, se comparado com o setor vinculado ao mercado externo.¹

O período tratado pela historiografia econômica brasileira como desenvolvimentista (FONSECA, 2012, 2014; FONSECA; SALOMÃO, 2017), de 1930 a 1980, tem como uma de suas principais características o processo de industrialização. Neste sentido, esforços foram realizados por parte do Estado brasileiro para incentivar a substituição dos produtos industriais

¹ Entende-se que a interpretação apresentada por Furtado sobre a industrialização brasileira, em Formação Econômica do Brasil, é alvo de um importante debate no período após sua publicação. Não se pretende neste espaço reproduzir o debate, apesar de se considerar a constatação de deslocamento do centro dinâmico e a importância da década de 1930 para a industrialização adequada ao trabalho que se propõe realizar. O debate é apresentado e realizado, entre outros, por: (COHN, 1988; FONSECA, 2003b; PELÁEZ, 1968; SAES, 1989; SILBER, 1977; SUZIGAN, 2000; VERSIANI; VERSIANI, 1977).

que antes eram obtidos do exterior. O que marca este empenho é a construção de uma institucionalidade orientada para aquele fim, sobretudo a partir de 1930, no primeiro Governo Vargas. Portanto, nota-se que neste trabalho acompanha as teses que afirmam que o processo de industrialização é intencional desde 1930 (DRAIBE, 2004; FONSECA, 2003b, 2012b)². Como será visto ao longo do trabalho, a criação e a atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), a partir de 1937, ajudam a reforçar o argumento de que havia um caráter intencional da industrialização anterior a 1950.

O objetivo desta tese é caracterizar a atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil durante o período de sua existência, entre 1937 e 1969, como sendo a primeira iniciativa de formação de um padrão de financiamento apoiado em iniciativas do Estado. Dentro desta caracterização - que envolve a apresentação do direcionamento dos créditos, e também o apontamento das principais fontes de recursos - busca-se compreender se a atividade da carteira se enquadra nos moldes de atuação do Estado desenvolvimentista.

Ressalta-se que o financiamento de um processo de industrialização, sobretudo em um país de base agrária, envolve a mobilização de uma soma importante de recursos. Estes, além de terem magnitude elevada, deveriam apresentar taxas de juros e prazos de amortização condizentes com o tipo de investimento que estava sendo realizado. Entende-se que este é um ponto que merece destaque, uma vez que envolveu esforços deliberados do Estado na formação de instituições que pudessem atender aos requerimentos de financiamento industrial. Anterior aos esforços realizados, destaca-se que a atividade bancária no Brasil, como fornecedora de crédito, não atendia as necessidades de financiamento de longo prazo, conforme apontam alguns autores (SIMONSEN, 1931; SOCHACZEWSKI, 1993).

A instalação da primeira instituição bancária no país ocorre em 1808, com a fundação do primeiro Banco do Brasil, que seria liquidado em 1829. Uma constatação interessante é que esta foi a primeira instituição bancária do Reino Português. Apenas em 1821 é criada outra instituição similar em Portugal, o Banco de Lisboa. Um segundo Banco do Brasil é aberto em 1853, quando o governo assume o controle do Banco do Brasil de Mauá & CO. O terceiro Banco do Brasil resultou da fusão com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, em

² Este é um dos debates importantes que cercam a questão da industrialização brasileira. Furtado (1961) aponta que apesar de o Brasil passar a se industrializar a partir da década de 1930, o processo não se dá por uma política deliberada e intencional, mas como reflexo das restrições externas. Lessa (1982) é outro autor que aponta para a não existência de uma intencionalidade da política econômica no sentido da industrialização no período anterior a 1950, que chama de “Industrialização não intencional”. Pode-se afirmar que Peláez (1968) também aceita a ideia de não intencionalidade, ao mesmo tempo que discorda com a tese central de Furtado (1968), que é o de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira por meio de intervenções do Estado para a contenção da crise externa.

1892. Em função da crise bancária, em 1905, o Tesouro Nacional interveio na instituição. Reorganizado, deu origem ao que se chama de quarto Banco do Brasil e que perdura até os dias de hoje (COSTA, 2014; PACHECO, 1979). É esta a instituição que será estudada ao longo deste trabalho, com ênfase na sua atuação com o crédito especializado.

Como já mencionado, algumas ações deliberadas para promover condições de industrialização foram adotadas durante o primeiro governo Vargas. Assim também acontece com o financiamento do desenvolvimento industrial, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Observa-se que a intenção de criar uma carteira de crédito específica, operada pelo Banco do Brasil, era a de possibilitar o fornecimento de financiamento adequado ao projeto de industrialização delineado pela ideologia industrializante. Além disso, cabe lembrar que o setor agrícola também carecia de uma fonte de financiamento de longo prazo que atendesse às reivindicações dos agricultores. Inclusive houve a tentativa de criar outras instituições de crédito especializado, antes da CREA, como será visto ao longo do trabalho.

Apesar de a CREA existir durante o período que vai de 1937 a 1969, o que se observa na literatura sobre o financiamento das atividades do Processo de Substituição de Importações (PSI) é que havia uma insuficiência de crédito de longo prazo. Assim, a literatura aponta para uma série de dificuldades enfrentadas para que se levasse a cabo a industrialização brasileira. As restrições, em termos de obtenção de capitais externos, durante o período que vai de 1930 a 1945, podem ser explicadas pelo contexto de restrições externas, tanto pela crise, quanto pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

Durante o Governo Dutra, 1946-1950, havia a esperança da assistência financeira oficial dos EUA, uma vez que o Brasil integrou as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a prioridade americana foi orientada aos países europeus e ao Japão, a fim de reconstruí-los. Assim, “restaria ao Brasil recorrer aos fluxos de capitais privados para financiar o seu desenvolvimento econômico” (VIANNA; VILLELA, 2005, p.24). Também nesse período foi elaborado o Plano Salte, com foco em saúde, alimentação, transporte e energia. Entretanto, o plano não teve longa duração devido aos problemas de implantação e “principalmente devido a dificuldades financeiras” (BAER, 1996, p.79).

Por sua vez, o segundo Governo Vargas explicita de forma mais acentuada a intencionalidade no processo de industrialização, uma vez que havia um plano de desenvolvimento econômico e social baseado na evolução industrial. É dentro deste período que o governo Getúlio Vargas cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Apesar de não ser o foco deste trabalho, cabe lembrar que o BNDE também é uma das estruturas de financiamento de longo prazo criadas no Brasil e controladas pelo Estado.

Outro marco de significativa importância foi a criação da Petrobras em 1953. O projeto do segundo governo Vargas pode ser entendido como sendo assentado em um conceito nacional-desenvolvimentista. Neste sentido, a ideologia industrializante esteve marcada pela preferência pela empresa pública, ou nacional, enquanto ator principal do processo. Neste sentido, a empresa estrangeira deveria atuar de forma limitada, seja na exploração de setores, ou na remessa de lucros. Nota-se um caráter independentista na lógica desenvolvimentista-industrializante de Vargas (AREND, 2009).

Diante da inadequação dos meios internos de financiamento frente às necessidades existentes e da necessidade da complementação de capitais estrangeiros, deu-se preferência pelo financiamento externo público, orientado por instituições como *Exim Bank* e BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento). É também neste período que se constitui a Comissão Mista Brasil EUA (CMBEU), com caráter técnico e voltado para a elaboração de projetos de desenvolvimento. Percebe-se, pela literatura, a dependência de recursos externos para complementar os recursos internos ao financiamento dos projetos de desenvolvimento. Essa situação marca o que seria chamado pela CEPAL, na década de 1960, de “dependência financeira e tecnológica” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 31).

Ao contrário do período imediatamente pós-guerra onde havia escassez de recursos externos, principalmente em virtude do foco americano na reconstrução europeia e japonesa, a partir de meados da década de 1950 a economia mundial encontrava-se em uma fase de expansão. Além disso, ressalta-se o caráter internacionalizante do processo de industrialização orientado pelo governo JK (AREND, 2009). Favorecido por este processo, o país passa a receber investimentos direto externos que seriam fundamentais para o processo de industrialização. Esses recursos são oriundos da recuperação europeia e expansão das suas empresas pelo mundo (TEIXEIRA, 1983). Neste sentido, cabe destacar a Instrução 113 da SUMOC, que permitiu a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (CAPUTO; MELO, 2009; LESSA, 1982). Além do elemento internacional de financiamento, destaca-se o papel de políticas monetária e fiscal expansionista e também dos recursos oficiais que dotavam o Estado, principalmente no governo JK, de capacidade de financiar seus projetos de desenvolvimento (LESSA, 1982).

Marcado pelas fontes de financiamento, o avanço da indústria pesada ocorre sustentado no tripé: Estado, com participação na indústria de base e infraestrutura; Empresa Multinacional, produzindo de bens de capital e bens de consumo durável; e Empresa Nacional, voltada para

produção de bens de consumo não durável, serviços e comércio (CRUZ, 1994). Convém mencionar que a Empresa Nacional seria atingida pelos transbordamentos decorrentes da industrialização pesada, como a indústria de autopeças que passou a fornecer para a indústria automotiva, formada por Multinacionais.

Barker (1990) ressalta que até 1960 o sistema financeiro nacional não dispunha de estrutura suficiente para atender as demandas que emergiam do processo de industrialização corrente. Sua estrutura era caracterizada por bancos comerciais que ofertavam fontes de financiamento de curto prazo. Para além das fontes de financiamento do Estado, tal qual a CREA e o BNDE, a rede bancária privada não exercia qualquer função de desenvolvimento. Portanto, representava um entrave ao avanço do processo de industrialização pesada.

Entre 1961 e 1966 há uma interrupção no avanço do desenvolvimento. Neste período encontram-se os governos Jânio Quadros, João Goulart e o início do governo militar. O colapso do ambiente econômico somado a instabilidade política resultaram na supressão do regime democrático com o Golpe de 1964 (ABREU, 1990). O início do governo militar foi marcado por um ajuste recessivo, através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). No âmbito do PAEG, houve a recuperação da capacidade de investimento do Estado dada a reforma tributária realizada, que permitiu a formação de recursos internos para o financiamento através do aumento de impostos diretos e indiretos. Merece destaque a criação de captação compulsória, com o PIS/PASEP. Estes foram de fundamental importância para o *funding* do BNDE. Este período de ajuste no governo militar teve o objetivo de criar condições de crescimento para a economia brasileira (RESENDE, 1990).

Além das reformas estabelecidas pelo PAEG, o governo também implementou duas leis com o objetivo de beneficiar os investimentos com horizontes mais longos. Foram elas: a Lei de Reforma Bancária (nº 4.595, de 1964), que dividiu a tarefa de financiamento entre instituições comerciais, com crédito de curto prazo, e bancos de investimento privado e bancos de desenvolvimento públicos, com crédito de médio e longo prazo; e Lei dos Mercados de Capitais (nº 4.728, de 1965), que criou incentivos para a expansão do mercado de capitais, por meio de incentivos para a abertura de capital e compra de ações (BARKER, 1990).

Das reformas empreendidas, resulta uma maior participação do setor financeiro nacional no processo de financiamento do dia-a-dia das empresas e também do financiamento de longo prazo, seja por meio de linhas de financiamento do governo ou por empréstimos estrangeiros intermediados por bancos domésticos (BARKER, 1990). Entretanto, Cruz (1994) destaca que tais reformas não foram suficientes para a estruturação de instituições e instrumentos privados

de financiamento de longo prazo. Assim, “o financiamento privado de longo prazo continuou a ser apontado como a grande lacuna do sistema financeiro nacional” (CRUZ, 1994, p. 65).

Cruz (1994) ainda destaca que a estruturação do processo de industrialização, sustentado no tripé mencionado anteriormente, além da estrutura de mercado em oligopólio, exerce grande influência sobre as formas de financiamento. Para as empresas privadas que puxaram o crescimento da indústria, duas fontes de financiamento se destacam: o autofinanciamento e o acesso à capitais externos. Também destaca o papel de duas formas de financiamento não convencionais que marcaram o período: a política salarial vigente, onde os salários não acompanhavam o incremento da produtividade; e o financiamento inflacionário, sendo este um “mecanismo redistribuidor” em favor das indústrias (CRUZ, 1994, p. 68).

O setor público, por sua vez, e até mesmo em função do tipo de investimento que lhe coubera, não se baseou nas mesmas formas de financiamento observadas no setor privado, segundo Cruz (1994). Os investimentos atribuídos ao setor público exigiam grandes volumes de financiamento, que na fase expansiva do Plano de Metas foram atendidos pelo BNDE. Este tende a diminuir sua participação no setor público e aumentar no setor privado, sobretudo nos anos 1970 (NAJBERG, 2002).

A trajetória apresentada pela economia brasileira evidenciou que a superação do subdesenvolvimento dependia da implantação dos elos mais avançados no do sistema capitalista de produção. Alguns autores dentro bibliografia acerca da industrialização do Brasil (BAER, 1979; CRUZ, 1994; SOCHACZEWSKI, 1993; TAVARES, 1978b) buscam mostrar as dificuldades do obter financiamento de longo prazo capaz de atender as demandas de financiamento dos setores industriais. Assim, ao longo do tempo, o financiamento do processo de desenvolvimento é marcado pela complementaridade dos recursos externos – ora como investimento direto, ora como empréstimo – e os insuficientes recursos internos.

Outros estudos já apresentaram a CREAMI como instituição de financiamento de longo prazo da economia brasileira. Esses mostram diferentes aspectos e abordam a carteira com distintos objetivos. Como a CREAMI tinha duas orientações setoriais, a agricultura e a indústria, é possível encontrar trabalhos: que enfatizam o financiamento para a indústria, num contexto de transformação estrutural (SILVA, 2007); que enfatizam o financiamento agrícola (BESKOW, 1994), e outros que associam a Carteira ao período desenvolvimentista (ARAÚJO, 2007). Abaixo uma breve descrição destes trabalhos.

Silva (2007) faz uma análise mais ampla da transformação do sistema de crédito que ocorre na economia brasileira, no período 1937-1945. Com esta orientação, faz uma divisão entre as políticas de regulação bancária que ocorrem no período através da Carteira de

Redesconto e da Caixa Mobilização, CARED e CAMOB, e também da política de oferta de crédito que ocorreu por meio da CREAMI. Também utiliza dados disponíveis em relatórios anuais e relatórios estatísticos do banco. Conclui que, apesar de ação deliberada, não houve alongamento da estrutura de *funding* e que não há o atendimento da demanda por crédito de longo prazo.

Em tese de doutorado Beskow (1994) busca estudar o crédito público ao setor rural, através da CREAMI, para o período 1937-1965. Destaca a primazia da Carteira como política agrícola, enfatizando o papel que o crédito possui na construção de uma agricultura moderna e sua importância na transformação de estruturas produtivas. Apresenta, para cumprir seu objetivo principal, uma descrição das transformações que ocorrem na economia brasileira e de como se constitui o Banco do Brasil. Destaca-se que o autor identifica a CREAMI como um marco na política de fomento ao setor agrícola no Brasil.

Já Araujo (2007), também em tese de doutorado, estuda a relação do BNDE com o desenvolvimentismo. Neste sentido, ganha ênfase a discussão sobre as fontes de recursos da instituição e também os setores atendidos pelos créditos. É nesta discussão que surge a CREAMI, como uma primeira forma de crédito especializado, porém com diferenças para o BNDE. Assim, passa a discutir o papel da emissão monetária na composição dos recursos da Carteira e como tal fonte também poderia ter abastecido o banco de desenvolvimento. Além disso, aponta para a ênfase no crédito rural da Carteira.

Apesar da riqueza de interpretações sobre a economia brasileira no período caracterizado por desenvolvimentista, entre 1930 e 1980, nota-se que alguns aprofundamentos podem ser realizados no sentido de trazer novos elementos para a discussão. Assim, a justificativa para realização deste trabalho é a necessidade de responder questões relativas ao financiamento do desenvolvimento por instituições criadas durante o período desenvolvimentista, com ênfase na CREAMI. Entende-se que a resposta às questões levantadas pode contribuir para o debate do processo de industrialização brasileiro ocorrido no período de análise, enfatizando a consciência do processo e a intencionalidade por meio da criação de um conjunto de instituições para superar a dificuldade de financiar o processo.

Como consequência da delimitação do tema, e também da problemática apresentada, ficam como perguntas a serem respondidas pelo trabalho que será realizado: A criação da CREAMI, no Banco do Brasil, pode ser interpretada à luz do ambiente desenvolvimentista? Qual a intenção pode ser captada na criação da instituição? Quais eram as prioridades expressas em relatórios e demais documentos oficiais da carteira de crédito? Quais as principais fontes de

recursos? Quais políticas de formação de fundos foram adotadas? Qual a dimensão do apoio financeiro fornecido pela CREA I no período observado?

A hipótese principal desta tese é que a atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, no período que vai de 1937 a 1969, marca a institucionalização de um padrão de financiamento durante o processo de industrialização por substituição de importações no país. Tal padrão tem como uma de suas características a criação de instituições públicas de financiamento. Em sentido mais amplo, vai ao encontro da hipótese de que o período desenvolvimentista teve como fato característico a atuação do Estado através de instituições criadas com o propósito de atender as áreas sensíveis para o processo de desenvolvimento industrial. Sendo assim, as instituições criadas pelo Estado contribuíram para o desempenho econômico observado durante o período.

Entende-se que a atuação do Estado foi importante na a criação de estruturas institucionais para o financiamento de longo prazo no Brasil, durante o período desenvolvimentista. Neste sentido, será tomado como centro da análise da atuação estatal a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). Percebe-se que esta instituição representa o início da atuação deliberada do Estado na formação de um padrão de financiamento durante o período desenvolvimentista. Ou seja, constitui uma das ações conscientes para superação do subdesenvolvimento.

Dada a hipótese apresentada, esta tese foi estruturada em seis capítulos além desta introdução. No Capítulo 2, será feito um resgate teórico a respeito da relação entre bancos, industrialização e desenvolvimentismo. Antes de entrar na relação entre bancos e desenvolvimento, foi realizada uma apresentação das principais funções desempenhadas pelo sistema financeiro. Neste sentido, percebe-se que a função central de um sistema financeiro é o de realizar a intermediação de recursos entre agentes. Além dessa função básica, os sistemas financeiros atuam na redução de riscos, sinalizam preços, e lidam com problemas de informação. É por meio destas funções que os sistemas financeiros podem desempenhar funções positivas sobre o desenvolvimento, segundo autores como King e Levine (1993) e Levine (1997). Além disso, mostra-se que a relação entre o financiamento e o desenvolvimento já estava presente em autores clássicos e teorias derivadas, tal como Schumpeter, Keynes e autores pós-keynesianos.

Tão importante quanto as funções desempenhadas pelo sistema financeiro é apontar que ele pode assumir diferentes estruturas, principalmente com relação a intermediação financeira. Neste sentido, Zysman (1983) apresenta uma classificação composta de três tipos: a primeira delas com predominância do mercado de capitais e tendo o mecanismo de preços como fator

de alocação; a segunda baseada em bancos, com atuação de bancos privados; e a terceira também baseada em bancos, mas com o Estado assumindo um papel relevante no mecanismo de alocação dos recursos do sistema financeiro.

Outro ponto abordado no Capítulo 2 são os estudos históricos de Gerschenkron (2015a) e Cameron (1967 e 1972). Ambos apresentam, com diferentes interpretações, a relação entre o desenvolvimento industrial e a participação dos bancos na sua promoção. Gerschenkron desenvolve uma análise baseada no grau de atraso de uma economia com relação a etapa industrial. Assim, a institucionalidade requerida para que países atrasados atinjam um maior grau de industrialização é formada de acordo com a distância destes para os países líderes. Destaca-se que os dois agentes centrais no processo de industrialização de países atrasados são os bancos e o Estado.

Por fim, busca-se apontar as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, marcado pelo processo de industrialização durante o período 1930-1980. De acordo com Gerschenkron (2015a), um dos componentes essenciais para que se busque o desenvolvimento industrial, além da consciência do atraso, é a formação de uma ideologia industrializante. Esta ideologia industrializante, no Brasil, recebeu o nome de desenvolvimentismo e teve como traços característicos, além da ideologia industrializante, o nacionalismo e também a forte atuação do Estado (FONSECA, 2003b, 2012a, 2014a). Sendo assim, o referencial teórico apresentado, permite a estruturação de como se vê a atuação da CREAÍ durante o processo de industrialização brasileiro: uma instituição criada pelo Estado para a orientação do crédito no sentido das políticas governamentais de desenvolvimento, diante da consciência do subdesenvolvimento e da insuficiência do sistema financeiro nacional.

O Capítulo 3 foi elaborado no sentido de apontar como o Estado criou uma estrutura institucional, por meio de leis e regulamentos, que serviria para atender o financiamento do processo de desenvolvimento pretendido. Para tanto, serão apresentados os sucessivos regulamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, entre 1937 e 1952, e sua evolução. Nota-se que a mudança observada nos regulamentos acompanha as necessidades de financiamento dos setores atendidos pela CREAÍ. Além disso, serão apresentadas algumas legislações que tiveram impacto direto na atuação da Carteira, como as que foram importantes na sua criação, as que diziam respeito as suas fontes de recursos, e também outras que impactaram sobre as suas garantias. Para atingir esse resultado foram consultados materiais internos do Banco do Brasil que tratavam dos regulamentos, tal como o documento "Carteira de Crédito Agrícola e Industrial: leis e regulamentos" (BANCO DO BRASIL, 1952a)

Também foi apresentada no Capítulo 3 a discussão em torno da criação o crédito especializado no Brasil, com diferentes posições. Dentre estas existem algumas discordâncias. A primeira delas diz respeito a criação de um novo banco ou a de uma estrutura anexa ao Banco do Brasil. A segunda, se seria mais adequado a criação de uma estrutura bancária formada por bancos especializados ou múltiplos. Outra, quanto às dificuldades inerentes a uma carteira que atenderia a setores tão distintos. Como resultado histórico, tem-se que foi criada uma carteira de crédito especializado no Banco do Brasil, ampliando as funções deste para além da de banco comercial, financiando as atividades produtivas de dois importantes setores, o rural e o industrial. As principais fontes de consulta para verificar este debate foram a obra de Pacheco (1979), talvez a “biografia” mais completa do Banco do Brasil, que cobre o período que vai da fundação do primeiro banco até 1951 e também alguns materiais internos do Banco (TRUDA, 1937) e também artigos de jornais da época, como o Jornal do Commercio.

Os Capítulos 4, 5 e 6 são semelhantes em suas estruturas. Neles será visto a participação do Banco do Brasil e da CREAÍ dentro do sistema bancário brasileiro, no total dos empréstimos realizados; a estrutura dos créditos concedidos pela CREAÍ divididos pelos setores agrícola, industrial e pecuário; as fontes de recursos que foram utilizadas pela CREAÍ; e a relação dos créditos concedidos pela CREAÍ com os indicadores de atividade econômica gerais e dos setores agrícola e industrial. Frente a esta estrutura básica os capítulos atendem aos seguintes períodos: Capítulo 4, entre 1937 e 1950; o Capítulo 5, entre 1951 e 1960; e o Capítulo 6, entre 1961 e 1969. O período inicial de análise, 1937, está relacionado com a criação da Carteira e o final, ao último ano com dados da atuação da mesma, sendo que ela foi substituída pela Carteira de Crédito Rural em 1969. É importante ressaltar que as operações iniciam efetivamente em 1938, sendo, portanto, o ano inicial dos dados que serão apresentados.

Com relação a primeiro ponto dos capítulos, será apresentada a composição dos empréstimos bancários brasileiros como participação sobre o total e também seu o crescimento. A divisão será feita basicamente entre: empréstimos do Banco do Brasil para atividades produtivas, pela CREAÍ e a Carteira de Crédito Geral (CREGE); empréstimos do Banco do Brasil para o Setor Público; e empréstimos dos Demais Bancos. Destaca-se que o Banco do Brasil era o principal banco a financiar as atividades do Setor Público, sejam elas aquelas orientadas aos processos de desenvolvimento que utilizavam recursos do Orçamento, ou aquelas relacionadas com as necessidades financeiras dos diferentes níveis de governo.

O segundo ponto dos capítulos que cobrem o período histórico de existência da CREAÍ traz a participação setorial dos seus créditos. Assim, serão inicialmente apresentadas a participação da agricultura, pecuária e indústria no número de operações de crédito realizadas

e também no valor total de crédito concedido. Em um segundo momento, aprofunda-se a análise dos créditos concedidos para cada setor. Será realizada uma comparação entre o estoque de empréstimos da Carteira para cada setor e o fluxo de créditos concedidos anualmente. O intuito desta comparação é verificar como os prazos estabelecidos pelos regulamentos se refletem na atuação da CREAM para os diferentes setores. Também serão abertos os créditos concedidos aos segmentos de cada um dos setores. Para o período 1938-1950, esta segmentação apresenta limitações impostas pela forma como os dados foram disponibilizados nos relatórios. Assim, por exemplo, não é possível abrir os créditos concedidos para a pecuária em todo o período, e para a indústria só se tem uma estrutura detalhada para dados a partir de 1946, sendo o período 1938-1945 apresentado em somatório.

No terceiro ponto que será tratado nos capítulos que estão sendo detalhados, aborda-se a questão dos recursos que compunham o *funding* da Carteira. Para tanto, serão apresentadas a participação dos recursos sobre o total, entre 1938 e 1968. Estes foram estruturados da seguinte forma: obtidos através da Carteira de Redescontos (CARED); das disponibilidades gerais do Banco do Brasil (Banco do Brasil), resultantes do Decreto-Lei nº 3.077 (Decreto-Lei 3.077), e recursos obtidos com a colocação de Bônus e Letras da Carteira (Próprios). Será visto ao longo dos capítulos que a CARED foi a grande responsável pela formação dos recursos da CREAM. Como tais recursos eram obtidos pelo redesconto de títulos, que por sua vez resultam na ampliação monetária, também foi apresentada a participação da CARED no meio circulante e no auxílio aos bancos, destacando o auxílio prestado para a CREAM, para as demais carteiras do Banco do Brasil e para os Demais Bancos.

Por fim são analisados como os créditos concedidos pela CREAM se comportam com relação a outros indicadores de atividade econômica. Em um primeiro momento é realizada uma relação entre os créditos concedidos, o Produto Interno Bruto (PIB) e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O sentido desta comparação não é afirmar que a CREAM era responsável por um percentual do PIB ou da FBCF, mas simplesmente dimensionar o tamanho do apoio financeiro prestado pela Carteira. Posteriormente são comparados o crescimento do produto real da agricultura e da indústria com o crescimento dos créditos concedidos aos respectivos setores. Por último foi realizado uma comparação entre a participação dos segmentos dos setores agrícola e industrial no valor total da sua produção e comparou-se estes resultados com a participação dos mesmos segmentos nos créditos concedidos pela CREAM.

Deve ser destacado que nos Capítulos 4, 5 e 6 foi dada centralidade para aquilo que os relatórios do Banco do Brasil apontavam para o período 1937-1969. Sendo assim, um segundo elemento importante de tais capítulos foi captar a intencionalidade da atuação da instituição

durante o processo de industrialização no país. Neste sentido, o maior peso argumentativo dos capítulos é resultado da análise dos textos contidos nos relatórios. Buscou-se, através destes, entender o sentido e as razões das escolhas realizadas pela CREAMI durante a sua existência como forma de compreender a sua atuação e verificar se correspondiam à hipótese de que o Estado atuou no financiamento do desenvolvimento. Além dos relatórios, as análises foram complementadas com a literatura econômica do período.

As principais fontes desta tese foram: os relatórios apresentados à Assembleia Geral dos Acionistas do Banco do Brasil, no período de 1936 a 1969; os Relatórios da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, 1946 a 1967 (exceto para 1949, 1950, 1965 e 1966); Relatórios Trimestrais do Banco do Brasil, entre 1966 e 1969; e os estatutos do Banco do Brasil, entre 1930 e 1969. Os relatórios apresentados à Assembleia Geral de Acionistas do Banco são tratados ao longo do trabalho por Relatórios do Banco do Brasil. É importante mencionar que todos eles eram publicados no ano seguinte ao fechamento do ano contábil. Assim quando se fala em “Relatório do Banco do Brasil (1963), adverte-se que o mesmo trata dos acontecimentos de 1962.

A coleta dos materiais foi realizada na Biblioteca do Ministério da Fazenda e no Arquivo Histórico do Centro Cultural do Banco do Brasil, ambos na cidade do Rio de Janeiro. As mesmas aconteceram no ano de 2017, sendo a primeira entre 09/01/2017 e 13/01/2017, incluindo apenas a Biblioteca do Ministério da Fazenda, e a segunda entre 05/06/2017 e 09/06/2017, incluindo as duas instituições. Todos os documentos foram reproduzidos através de fotografias e posteriormente editados através do software *Photoshop*.

Os valores monetários, em moeda nacional, foram atualizados para Cruzeiros Novos (NCr\$) do ano de 1968, utilizando-se como índice o Deflator do PIB, como consta na Tabela B 12, e também o fator de conversão das moedas nacionais disponibilizado pelo IPEADATA. Todos as estatísticas reunidas nesta Tese estão no Apêndice Estatístico, sendo que há um apêndice com a lista das Tabelas construídas para o trabalho.

Como seria de se esperar, em função do período de análise, os relatórios não apresentam uniformidade na apresentação das informações, sejam elas de estatísticas das operações do Banco do Brasil ou da estrutura dos balanços patrimoniais. Assim, realizou-se um trabalho de uniformização dos dados para obtenção de séries que cobrissem todo o período de análise. Foram uniformizados para o período de análise as seguintes séries: os empréstimos, que fazem parte do ativo do Banco do Brasil; os empréstimos da CREAMI, por categorias; os créditos concedidos pela CREAMI, por setor; e as fontes de recursos da CREAMI. As limitações impostas pelas diferenças na estrutura de apresentações dos dados inviabilizaram, por exemplo, uma

discussão sobre a distribuição regional dos créditos, e também sobre a repartição por porte de produtor (pequeno, médio ou grande). Outro elemento que é pouco discutido e não apresenta dados estruturados estatisticamente são os juros. Além dos capítulos apresentados, foi realizado um Capítulo 7, com intuito de realizar alguns comentários como conclusão ao trabalho.

2 BANCOS, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO

O fenômeno do desenvolvimento econômico tem sido estudado por diferentes ângulos e sob distintas interpretações sobre o conjunto de instituições que proporcionam o seu acontecimento. Neste trabalho será destacado o papel que o sistema financeiro pode desempenhar. Mais especificamente, leva em consideração que os bancos podem atuar na promoção de condições mais adequadas para que o mencionado fenômeno aconteça. Diante de tais afirmações, aceita-se as teorias na qual o desenvolvimento pode ser influenciado pela existência de estruturas financeiras adequadas.

Na literatura sobre desenvolvimento econômico, um conjunto de autores (GERSCHENKRON, 2015a; CAMERON, 1967, 1972; ZYSMAN, 1983) passa a estudar como o sistema bancário atuou para o processo de industrialização de economias capitalistas atrasadas. Dos estudos pioneiros de Alexander Gerschenkron, introduz-se a ideia de que as instituições envolvidas no desenvolvimento guardam relação com o grau de atraso observado em uma economia. Passa a ganhar destaque com esta contribuição duas instituições, o Estado e os bancos, a depender da distância de cada país do caso de capitalismo originário. Frente a um distanciamento de progresso industrial, Estado e/ou bancos atuam para a promoção da industrialização.

Por outro lado, Cameron organiza uma série de trabalhos em que se analisa a relação entre bancos e industrialização em bases quantitativas, estudando indicadores que demonstram a participação dos bancos na estrutura econômica dos países em processo de desenvolvimento industrial. Apesar de questionar Gerschenkron em sua ideia base – o grau de atraso como elemento central na compreensão de como as nações se diferenciam em seu desenvolvimento – não se pode ignorar que ambos os estudos introduzem elementos importantes para o exame da relação entre desenvolvimento industrial e o sistema bancário.

Cabe destacar que o sistema financeiro possui um conjunto de funções bem definidas, mas não necessariamente apresenta uma estrutura única, relacionada ao desenvolvimento econômico. Neste sentido a contribuição de Zysman é importante, ao introduzir uma tipologia que define diferentes formas assumidas pelos sistemas financeiros, que podem divergir tanto na forma como são mobilizadas e canalizadas as poupanças, quanto com relação a participação do Estado na formação dos preços básicos do setor – as taxas de juros. Neste sentido não haveria um formato ideal de sistema financeiro adequado.

Os trabalhos de Gerschenkron e Zysman evidenciam que o Estado pode atuar na promoção do desenvolvimento. Enquanto Gerschenkron enfatiza que o Estado assume a função

empresarial, Zysman mostra como ele pode atuar na estruturação do sistema financeiro. Sendo observada a participação do Estado, tem-se a questão do sentido, ou intencionalidade, desta atuação. Aqui entra o papel do que se convencionou chamar de Desenvolvimentismo, como uma forma típica de relação do Estado com a economia nacional, no sentido de orientação das atividades econômicas para a promoção do desenvolvimento econômico, entendido como industrialização, assentado em bases nacionais.

Este capítulo, portanto, tem o objetivo de apresentar quais elementos teóricos são considerados importantes para compreensão da atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Será visto ao longo do trabalho que a Carteira foi uma criação de um Estado Desenvolvimentista, criando uma estrutura bancária específica com a intenção de orientar o processo de desenvolvimento, dado que havia uma insuficiência de meios adequados de financiamento.

Para tanto, este capítulo conta com três seções. A primeira delas irá apontar alguns elementos teóricos sobre o sistema financeiro, desde as suas funções básicas até a sua relação com o desenvolvimento. Uma segunda seção que apresenta os desenvolvimentos teóricos no campo da relação entre desenvolvimento e bancos, através de estudos históricos seminais. Por fim, a terceira seção irá apontar algumas características específicas da economia brasileira e do seu processo de desenvolvimento durante o período de análise adotado neste trabalho, marcado pela noção de subdesenvolvimento e de uma resposta a tal problema, que foi o desenvolvimentismo.

2.1 BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO

Segundo Fohlin (2016) as funções básicas dos sistemas financeiros são: compensação e liquidação de pagamentos; reunir e mobilizar recursos; transferir recursos, geograficamente e intertemporalmente; gerenciar riscos; fornecer sinalização sobre preços; e lidar com problemas de incentivo e informação. Para executar tais funções, os sistemas financeiros podem assumir diferentes configurações, sendo composto por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos, seguradoras, fundos de pensão, cooperativas de crédito, mercados de capitais, entre outros. O que se pode afirmar sobre sistemas financeiros é que, ao longo da história, se desenvolveram e assumiram um elevado grau de complexidade.

Partindo das suas funções básicas e instituições que compõem o sistema financeiro, Fohlin (2016) aponta três áreas de pesquisa sobre sistemas financeiros: o desenho das instituições e dos sistemas financeiros; o que causa diferenças entre os sistemas financeiros dos

países; e a relação entre o desenho dos sistemas financeiros e o crescimento econômico. Apesar deste trabalho não ter como foco o aprofundamento teórico sobre tais áreas de pesquisa, estas servem para dar suporte a caracterização do sistema financeiro onde a CREA se insere e também para colocá-lo dentro da temática sobre desenvolvimento e sistemas financeiros.

Fohlin (2016) observa que, entre 1850 e 1870, parte importante dos países europeus industrializados haviam formado sistemas financeiros complexos, apesar das diferenças econômicas, políticas e culturais. Segundo a autora, os bancos assumiram importante posição neste período:

For businesses in this period, banks often served as one of the most important sources of outside capital, whether for short-term trade credit or longer-term investment finance. Thus, industrial development usually proceeded hand in hand with the growth of commercial banking” (FOHLIN, 2016, p.396).

Com relação ao desenho institucional dos sistemas financeiros, Fohlin (2016) aponta para três possíveis diferenças: bancos universais ou bancos especializados, diferenciados pelo conjunto de funções que podem assumir, sendo os bancos universais aqueles que se oferecem tanto crédito de longo prazo, quanto de curto prazo, enquanto os bancos especializados atuam em um segmento determinado; bancos com maior relacionamento com firmas, que influenciam e participam da gestão das firmas, ou com maior distanciamento, que apenas atuam no fornecimento de serviços bancários; e sistemas baseados em bancos, quando os bancos fornecem a maior parte dos serviços financeiros e crédito, ou sistemas baseados em mercado, onde as relações financeiras se desenvolvem através de mercados de capitais.

Segundo Fohlin (2016), a literatura costuma associar os sistemas baseados em bancos com a presença de bancos universais; e sistemas baseados em mercado com bancos especializados. Com relação ao nível de relacionamento, aponta que a literatura tende a associar um maior nível de relacionamento entre o sistema financeiro e a gestão das firmas com a presença de bancos universais, sobretudo devido a influência de Gerschenkron (2015a) nos estudos sobre a atuação dos bancos no desenvolvimento industrial da Alemanha. Apesar das diferentes estruturas institucionais dos sistemas financeiros, o que se pode observar é uma complementaridade entre as diferentes instituições que fazem parte do sistema financeiro e heterogeneidade em sua estrutura.

As diferentes formas de organização dos sistemas financeiros são simbolizadas pelos casos da Inglaterra, com a presença de bancos especializados e uma institucionalidade orientada ao mercado de capitais, e da Alemanha, exemplo histórico da presença de bancos universais. Após um levantamento histórico, a autora aponta que a diferenciação entre tipos de sistemas nem sempre é clara. Além disso, é possível observar a presença de um mercado de capitais

relativamente desenvolvido, mesmo em sistemas baseados em bancos. Também, em alguns países, ocorreu a substituição de um modelo por outro, como foi o caso dos Estados Unidos, onde se observava grande presença de bancos universais no início do século XX, mas que foram substituídos por bancos especializados. Mesmo assim, é possível identificar países com maior participação de bancos ou mercado de capitais, sobretudo por um efeito de *path dependence* com relação as estruturas que se formaram ao longo do processo de desenvolvimento dos países (FOHLIN, 2016; GERSCHENKRON, 2015a).

Com relação ao estudo das circunstâncias que levaram a formação de diferentes institucionalidades do sistema financeiro Fohlin (2016, p.219-20) afirma que “*Gerschenkron offered probably the best know hypothesis about the genesis of financial institutions, at least concerning industrial banking on the European continent in the nineteenth century*”. O conhecido argumento de Gerschenkron, e que será posteriormente melhor discutido, relaciona o maior envolvimento de bancos no processo de industrialização em países com atraso moderado. Assim, o autor centra no grau de atraso a diferenciação dos sistemas financeiros. Também é possível observar na literatura sobre o assunto algumas proposições que apontam fatores legais e políticos na diferenciação dos sistemas financeiros.

Por fim, Fohlin (2016) apresenta a literatura sobre a relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico. O que se observa é que há um grande corpo de trabalhos empíricos realizados que apontam para uma correlação entre os dois fenômenos: a interdependência de processos de desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Neste sentido, trabalhos como os de King e Levine (1993) e Levine (1997) buscam analisar, através de estudos empíricos, a possibilidade de haver uma relação positiva entre o sistema financeiro e o crescimento e os possíveis canais pelo qual os sistemas financeiros podem influenciar no crescimento econômico.

Em King e Levine (1993) a pesquisa se funda na discussão introduzida por Schumpeter (1982), que merece ser melhor apresentada. O autor, em obra seminal sobre o desenvolvimento econômico, introduz a ideia de que o sistema econômico tem como uma de suas características o processo de mudança. Neste processo de mudança dois agentes ganham destaque: o empresário inovador e o banqueiro. O empresário inovador será o agente econômico responsável pela introdução das inovações³ dentro do sistema econômico, que são as responsáveis pela ocorrência dos períodos de crescimento. O crescimento seria decorrente da

³ Segundo Schumpeter (1982) as inovações podem ser: introdução de um novo bem; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; obtenção de uma nova fonte de matéria prima; adoção de uma nova forma de organização da produção.

existência de um lucro extraordinário que motivará os demais empresários a promoverem processos de imitação da inovação.

O segundo agente econômico destacado por Schumpeter (1982) será o banqueiro. Este, por sua vez, tem a função de permitir que o empresário inovador realize seus investimentos sem a existência de uma poupança prévia. Para que o empresário realize inovações é necessário possa utilizar dos fatores de produção que podem estar ocupados por outras atividades. O poder de comprar os fatores de produção precisa ser fornecido pelo banqueiro ao empresário inovador, através do crédito. É interessante observar que Schumpeter já apontava o fato de que o crédito fornecido ao empresário não era necessariamente resultado de poupança prévia, dado a capacidade de o sistema bancário criar moeda endogenamente: “não pode haver dúvida de que esses meios de circulação passam a existir no processo de concessão de crédito e são criados especialmente [...] com o propósito de conceder crédito” (SCHUMPETER, 1982, p.69). Assim, o autor cria uma relação clara entre o desenvolvimento econômico e a necessidade de um sistema de crédito que permita ao empresário inovador desenvolver suas atividades.

É esta relação que será explorada por King e Levine (1983). Os autores buscam comparar os níveis de desenvolvimento financeiro com as taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e ganhos de eficiência, identificando que altos índices de desenvolvimento financeiro se relacionam positivamente com os indicadores selecionados. Ao final, concluem que Schumpeter pode estar certo, uma vez que os dados utilizados são consistentes com a ideia de que o sistema financeiro importa para o desenvolvimento econômico.

Levine (1997), por sua vez, também aponta para uma relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico. Ao iniciar seus argumentos aponta para outras percepções sobre a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Tais percepções podem ser sumarizadas como: favoráveis a possibilidade de o sistema financeiro ser importante para o crescimento econômico; contrários a possibilidade; e que colocam o desenvolvimento financeiro como consequência do desenvolvimento econômico. Além disso, ressalta que nem sempre o papel do sistema financeiro é mencionado em estudos sobre desenvolvimento econômico. Os canais por qual acontece a relação entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico são explorados em Levine (1997). O autor explora tal relação por meio da análise das funções desempenhadas pelos sistemas financeiros, ou seja, aponta para o enfoque funcional. Além disso, centra sua análise no motivo que leva ao surgimento das instituições financeiras: os custos de informação e de transação.

As funções desempenhadas e sua relação com o crescimento podem ser brevemente apontadas da seguinte forma:

- a) a redução de risco, por meio da criação de liquidez, sendo que as instituições financeiras permitem aos empresários dispor de capitais líquidos mesmo quando estão em posições menos líquidas, resultantes das suas atividades empresariais;
- b) aquisição de informações e alocação de recursos, uma vez que adquirir informação relevante sobre os agentes que operam no mercado é uma função custosa a centralização pela instituição financeira pode apresentar ganhos para uma melhor alocação de recursos;
- c) supervisionar o trabalho dos administradores e das empresas, sendo um controle *ex post* sobre os agentes econômicos após obterem recursos por meio do sistema financeiro;
- d) mobilização de poupanças individuais, o que facilita a centralização dos recursos que poderão ser utilizados em investimentos que superam as reservas dos seus realizadores; e
- e) facilitar as trocas, uma vez que a existência de um setor especializado na intermediação financeira permite o florescimento da especialização e dos ganhos de produtividade da economia.

Cameron *et al.* (1967) também aponta algumas funções dos sistemas financeiros: servir de intermediário entre poupadores e investidores; suprir uma parte, ou o total, dos meios de pagamento, portanto tendo função na alocação de recursos; e fornecer iniciativa e capacidade empresarial para expansão da indústria e outros investimentos. Esta última parte está intimamente relacionada com a capacidade de o sistema financeiro influenciar no processo de desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, a última função é relevante principalmente em economias não desenvolvidas, sendo observado uma forte participação do sistema bancário nos processos de rápido desenvolvimento industrial.

Segundo a teoria convencional de finanças, o sistema financeiro tem a capacidade de alocar recursos, realizando a intermediação entre poupadores e investidores, através de um sistema de taxas de juros. Entretanto, as diferentes instituições do sistema financeiro podem utilizar de outros instrumentos para controlar fundos. Tais instrumentos estão relacionados a capacidade de reduzir riscos e da conveniência proporcionada pelo sistema de pagamentos, além de outros serviços e instrumentos que podem oferecer ao público, como depósitos de curto e longo prazo, seguros, títulos, etc. Também é interessante observar que a existência de um

sistema financeiro adequado permite o incentivo ao investimento por reduzir o custo das firmas em atuar com capital próprio. Além disso, a possibilidade de atuar com capital de terceiros, proporcionada pelo sistema financeiro, pode ter o efeito de aumentar o volume de investimentos realizados pelas firmas (CAMERON et al. ., 1967).

Studart (1993, 1995a, 1995b, 2003), Hermann (2010), Castro (2006) e Araujo (2007) apresentam a discussão entre duas abordagens de teorias monetárias que relacionam o sistema financeiro ao desenvolvimento econômico. Basicamente são contrapostas duas visões: a visão representada pelos trabalhos seminais de Mckinnon (1973) e Shaw (1973), com a ideia de repressão financeira e liberalização; e as interpretações que derivam dos trabalhos de Keynes (1983, 2010a, 2010b). Ambas as abordagens consideram que o sistema financeiro tem alguma relevância para o processo de desenvolvimento. Entretanto acabam expressando as discordâncias teóricas que segmentam o pensamento keynesiano das teorias neoclássicas sobre moeda, preços e juros (em grande medida derivadas dos trabalhos de Wicksell e Fisher). Além disso, das visões alternativas resultam diferentes resultados e possibilidades da atuação do Estado no sistema financeiro.

A abordagem liberal à questão da relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico tem como ponto de partida a ideia de que há um equilíbrio entre poupança e investimento, sendo a primeira condição necessária para a ocorrência da segunda. Também apontam que em um mercado sem intervenção a taxa de juros irá refletir o equilíbrio entre as posições de oferta e demanda de capital. Resulta deste ponto de partida que intervenções do Estado para redução das taxas de juros ou a adoção de políticas de crédito seletivo levariam a uma alocação insuficiente de poupanças dentro do sistema financeiro, dado que haveria um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de fundos emprestáveis. Segundo esta interpretação, tais restrições causariam o que se chamou de repressão financeira, sendo a causa de possíveis incompletudes dos mercados financeiros. A recomendação seria a liberalização financeira, sendo o mercado livre para realizar a alocação de capital e o Estado responsável por eliminar possíveis riscos macroeconômicos e também os problemas de informação.

A alternativa keynesiana ao modelo liberal seria dividida em duas correntes, a novo-keynesiana, que tem como base a ideia de que existem falhas de mercado; e a pós-keynesiana, que parte do circuito *finance*-investimento-poupança-*fundings*. A primeira delas foca na questão da existência de falhas de mercado, que de certa forma se assemelham as funções exercidas pelo sistema financeiro. Dentro das possíveis falhas estão os custos de transação, a assimetria de informação, as externalidades, a existência de mercados incompletos e a concorrência imperfeita. Neste sentido, a atuação do Estado estaria relacionada com a correção das falhas de

mercado, em diferentes graus de intensidade, de acordo com a formatação da estrutura do sistema financeiro.

A abordagem pós-keynesiana apresenta uma ruptura mais radical com a corrente defensora da liberalização financeira. A ideia do circuito incorpora algumas inovações teóricas apresentadas por Keynes na Teoria Geral, como a ideia de que o investimento precede a poupança e que as taxas de juro refletem funções distintas em torno da demanda e oferta de moeda. De uma forma simplificada, essa abordagem incorpora a ideia de que o sistema financeiro, sobretudo o bancário, é capaz de criar crédito sem a existência de depósitos prévios. Seria assim, o sistema bancário responsável pelo que se convencionou chamar de *finance*. Após a realização do investimento é que haveria a formação de renda e poupança, que levaria a possibilidade da consolidação dos passivos proporcionados pelos investimentos iniciais. Agora, com a existência de poupança resultante do investimento realizado, o mercado secundário seria responsável pela consolidação dos passivos, ao possibilitar o que se chama de *funding*, ao permitir a canalização de fundos de longo prazo para as empresas.

Resulta da interpretação pós-keynesiana que pode haver uma maior intervenção do Estado na formação de estruturas responsáveis tanto pelo *finance*, quanto pelo *funding*. Studart (1993, 2003) chama atenção para o fato de que os sistemas financeiros podem assumir diferentes formatos, não havendo um modelo único. Além de reconhecer a primazia do investimento, os modelos de origem keynesiana interpretam de forma distinta a existência de mercados incompletos. Estes não seriam resultado de uma atuação do Estado, como no modelo de liberalização financeira, mas sim aquilo que demandaria uma intervenção no sentido de completar as estruturas do sistema financeiro. Esta interpretação deixa margem para que sejam criados Bancos Públicos, com fins específicos, e que podem atuar tanto no segmento de *finance*, quanto no de *funding*.

De acordo com Zysman (1983), as diferentes formas que a estrutura financeira pode assumir, em cada país, limitam a forma de atuação do mercado e também do Estado. De acordo com a análise do autor, o formato institucional do sistema financeiro pode facilitar, ou não, as decisões de alocação de recursos que são tomadas pelos agentes econômicos e a capacidade de influenciar os processos de mudança econômica por parte do governo. Neste sentido, o ator identifica três tipos de formatos institucionais que os sistemas financeiros podem assumir: sistemas baseados em mercado de capitais, com recursos alocados de forma competitiva, pelo mecanismo de preços; sistemas baseados crédito, com preços estabelecidos por instituições bancárias controladas pelo Estado; e sistemas baseados em crédito, com controle de preços por

corporações financeiras privadas. É importante salientar que quando se trata de preços no sistema financeiro, fala-se em taxa de juros.

Uma primeira diferença entre os três tipos de sistema financeiro está delimitada pela importância que assumem o mercado de capitais e o mercado de crédito. O mercado de capitais está relacionado com a venda de títulos públicos, como os títulos de dívida pública, e privados, incluindo ações, debentures e hipotecas. Além disso, divide-se em mercado primário, onde são lançados inicialmente os títulos, e mercado secundário, onde tais títulos são renegociados. Para que o mercado de capitais se desenvolva é importante que o mercado secundário se desenvolva a ponto de garantir a liquidez das emissões primárias. O mercado de crédito, por sua vez, é uma alternativa ao mercado de capitais como alocador de recursos. Os créditos fornecidos podem ser divididos em curto prazo, médio prazo e longo prazo e normalmente são realizados por bancos e outras instituições especializadas. Zysman (1983) salienta que em sistemas financeiros com mercados de capitais bem desenvolvidos, os bancos atuam com crédito de curto prazo. Do contrário, os bancos, ou instituições especializadas, substituem o mercado de capitais através do crédito:

Very simple, where capital markets emerged to finance industrial development, bank lending has been traditionally limited to short-term purposes. Where the capital markets were neither adequate nor reliable resources of development funds, banks or specialized institutions filled the gap with loans (ZYSMAN, 1983, p. 61).

Uma primeira diferença importante entre os três formatos se dá na forma como são obtidos os recursos que serão alocados para investimento. Um sistema baseado em mercado de capitais tende a atrair recursos através de um mercado de títulos bem estabelecido. Já o sistema baseado em crédito, com controle de preços pelo governo, pode encontrar formas distintas de captação de recursos; uma vez que controlada pelo Estado, pode usar da estratégia de formar poupança compulsória, ou inflacionária. Por fim, os sistemas baseados em crédito, dominados por corporações privadas, tendem usar seu poder de mercado para obter fundos.

Dados as diferentes formas de obtenção de recursos, pode-se assumir diferentes implicações de política econômica. Em um sistema baseado em mercado de capitais, percebe-se que a alocação dos recursos tende a ser determinada pelo mecanismo de preços. Assim, o mercado assume papel central nas decisões de investimento, sobretudo no sentido de direcionar quais aqueles que serão realizados. Em um sistema de crédito dominado por corporações financeiras privadas, com poder de mercado, as decisões de investimento acabam sendo orientadas pela sua capacidade de selecionar aqueles que serão realizados e também por afetar as decisões de investimento das firmas. Por fim, um sistema de crédito com preços controlados

pelo Estado permite um maior grau de discricionariedade deste na escolha dos investimentos considerados prioritários, o que revela uma capacidade de influenciar as decisões dos agentes econômicos por meio do sistema financeiro.

Das diferenças que possuem os três tipos, quanto a obtenção de recursos e sua aplicação, resultam diferentes graus de relação entre instituições financeiras e investidores. Mercados baseados em crédito, por terem suas relações promovidas por um sistema de preços, tendem a ter um maior grau de impessoalidade entre as instituições financeiras e os agentes econômicos, sobretudo com aqueles que realizam os investimentos. Os investidores passam a ter um grau de envolvimento maior com as instituições financeiras quando estas repassam recursos na forma de crédito, ou seja, bancos e instituições de crédito especializado. O maior envolvimento resulta da necessidade de se ter um maior controle sobre as atividades das firmas que tomam recursos na forma de empréstimos de longo prazo, principalmente sobre a sua capacidade de honrar com os contratos de empréstimos. Em termos práticos o que se observa é que em sistemas baseados em crédito, os bancos, públicos e privados, acabam exercendo maior influência sobre as firmas que obtêm recursos por meio destas instituições. Além disso, a experiência histórica demonstra que países de desenvolvimento tardio tendem a ter uma maior presença de bancos no fornecimento de recursos para investimento (ZYSMAN, 1983, GERSCHENKRON, 2015a).

Os tipos baseados em crédito tendem a ter um maior grau de discricionariedade na alocação dos recursos, o que, de certa forma, denota um maior grau de intencionalidade na orientação dos investimentos. Neste sentido, a observação de casos históricos leva a assinalar que os modelos baseados em crédito orientado pelo Estado, mas também por corporações financeiras, foram predominantes em países de desenvolvimento tardio. É o que aponta Zysman (1983, p.63) ao afirmar que *“This is why credit-based systems tend to be tied to late and rapid growth, investigation will show that in late-developing countries the State has helped to organize the provision of financial resources”* (ZYSMAN, 1983, p. 63).

Uma segunda importante diferença entre os três tipos de sistemas financeiros está relacionada ao mecanismo de preços responsável pela alocação de recursos. Zysman (1983) identifica três formas de mecanismo de preços, sendo eles: preços controlados por livre mercado; preços estabelecidos com a existência de poder de mercado das corporações financeiras; e preços controlados pelo Estado. Sendo que a primeira distinção entre os sistemas era o fato de serem baseados em mercado de capitais ou mercado de crédito, essa segunda diferença cria uma divisão entre as formas que podem assumir os sistemas baseados em crédito. Assim, os sistemas financeiros com predominância do mercado de capitais tendem a ter como determinante do mecanismo de preços o mercado. Já os sistemas baseados em crédito, podem

ter o mecanismo de preços regulado pelo Estado, ou afetado pelo poder de mercado dos bancos privados. Ressalta-se que este último também é mecanismo de mercado, sem necessariamente haver intervenção do Estado, mas Zysman (1983) reforça a capacidade de as instituições bancárias utilizarem seu poder de mercado para determinar a alocação de recursos.

A terceira diferença a delimitar os tipos de sistemas financeiros tem relação com o papel desempenhado pelo Estado no direcionamento da atuação do sistema financeiro. Os sistemas financeiros baseados em crédito, e instituições controladas pelo Estado, tem como característica a existência de um mecanismo de preços diferente daquele que seria observado em livre mercado. É necessário acrescentar que o controle do crédito neste tipo de sistema tem como lógica a promoção de políticas de desenvolvimento orientado, que não seriam obtidos pela atuação do mercado. Sendo assim, os fundos disponíveis para a realização dos investimentos são administrados de forma a atender as estratégias estabelecidas pelo próprio Estado e não estão disponíveis para todos os demandantes de fundos. Segundo Zysman (1983, p.67-8), *“controlled prices imply some administrative mechanism that chooses whose demands will be met, thus allocating resources [...] In short, the different pricing mechanisms create three different types of institutional ties between finance and industry”*. Portanto, neste modelo, o Estado exerce um poder discricionário em escolher quais investimentos devem ser realizados. O *Quadro 1* apresenta uma síntese dos sistemas proposto por Zysman (1983).

Quadro 1 - Resumo dos Tipos de Sistemas Financeiros

Área \ Tipo	Sistema Baseado em Mercado de Capitais	Sistema Baseado em Crédito, com preços administrados pelo Estado	Sistema Baseado em Crédito, com controle de corporações financeiras
Preços	Estabelecidos em Mercado, em condições competitivas	Governo atua na definição dos preços em mercados selecionados	Preços controlados por corporações financeiras
Relações entre firmas e sistema financeiro	Relações fracas	Relações fortes, com interferência do Estado no direcionamento das atividades empresariais	Relações fortes, com interferência das corporações no direcionamento das atividades empresariais
Atuação do Estado	Fraca, limitada as políticas econômicas com ênfase no controle de agregados	Forte, podendo envolver emissão monetária, regulação do Sistema Financeiro, direcionamento de crédito, atuar como prestador direto, gerenciamento de riscos	Intermediário, com corporações financeiras podendo coordenar suas ações com políticas de Estado
Países	Reino Unido e Estados Unidos	França e Japão	Alemanha

Fonte: Elaboração própria baseado em Zysman (1983).

Para exercer seu controle sobre os sistemas de crédito, o Estado pode operar em várias frentes: controlando a criação de moeda; regulando o sistema financeiro; estabelecendo regras

que favoreçam determinadas instituições em detrimento de outras; atuando como prestador em diferentes mercados; e auxiliando bancos no gerenciamento dos riscos associados a transformação de depósitos de curto prazo em empréstimos de longo prazo. Pelo que será visto da experiência brasileira, através da CREA, as diferentes formas de administrar os recursos destinados aos investimentos prioritários não são excludentes.

Portanto, na proposta de Zysman (1983) os sistemas financeiros podem assumir as três formas observadas de acordo com a importância relativa dos mercados que alocam os recursos; pelo modo como os preços são estabelecidos; e pela influência do Estado sobre o sistema financeiro. Apesar de os sistemas baseados em mercado de capitais e baseados em crédito, com controle de corporações financeiras, não serem distinguidos por uma atuação discricionária do Estado, ambos também são afetados por políticas econômicas, como por exemplo a monetária.

Cabe observar que o autor cria a tipologia baseada na experiência histórica de países selecionados. Os sistemas baseados em mercado de capitais são exemplificados por Estados Unidos e Reino Unido; os baseados em crédito, com instituições privadas que exercem poder de mercado, por Alemanha; e os sistemas baseados em crédito, com atuação mais expressiva do Estado, por França e Japão. Além disso, é importante observar que os modelos apresentados não visam a exclusão da existência de outros formatos, mas sim criar uma tipologia que permita analisar as interações entre os sistemas financeiros e sua relação com os processos de mudança econômica.

2.2 OS BANCOS E A MUDANÇA ECONÔMICA: O CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Como se pretende estabelecer aqui, os bancos possuem algum grau de influência sobre os processos de mudança econômica, em especial naqueles que envolveram a industrialização de países de capitalismo atrasado. Colaboram com este ponto de vista um conjunto importante de estudos históricos que visam compreender como os bancos atuaram em estágios iniciais de industrialização em diferentes países (CAMERON et al. ., 1967; CAMERON, 1972; GERSCHENKRON, 2015b; GOOD, 1973; SYLLA, 1991).

De modo geral, uma economia em desenvolvimento tende a demonstrar um aumento da participação do sistema financeiro no total de riqueza observada. Neste sentido novas instituições financeiras, e seus instrumentos, passam a estar em estreita ligação com o processo de transformação econômica. Destes, a industrialização foi um dos que detiveram a atenção de economistas que passam a buscar relações que poderiam explicar como os sistemas financeiros se relacionam com o desenvolvimento econômico.

Sylla (1991) aponta que no debate econômico sobre a importância dos bancos no desenvolvimento industrial encontram-se dois extremos. De um lado, os bancos são vistos como necessários ao prover o crédito necessário para que o processo ocorra. Do outro, os bancos são vistos como passivos diante da industrialização, respondendo a demanda do setor em desenvolvimento. Como será visto, os bancos podem ser importantes em estágios iniciais de industrialização ou em casos de atraso econômico.

Dentro da discussão sobre a relação entre sistema financeiro e desenvolvimento, surge a dúvida da direção da relação causal. As visões podem ser divididas entre *demand following* e *supply leading*. A primeira das abordagens afirma que as finanças tendem a seguir a demanda por seus serviços, sendo assim passiva no processo de desenvolvimento econômico e dependente do crescimento das atividades reais. Esta visão é atribuída, sobretudo, a economista inglesa Joan Robinson, que afirmou: “*enterprise leads finance follows*” (LEVINE, 1997; PATRICK, 1966). Patrick (1966) assinala que o aumento da oferta de serviços financeiros como consequência do aumento da sua demanda não é um mecanismo automático, sendo possível observar em casos de países não desenvolvidos.

É neste sentido que surgem os trabalhos de autores como Cameron *et al.* (1967), Cameron (1972) e Gerschenkron (2015b), ambos com estudos clássicos sobre o assunto, apesar de abordagens distintas. De acordo com a contribuição destes autores, os sistemas financeiros, em especial os bancos, podem desempenhar um papel ativo, ao estimular a capacidade empresarial e transferir recursos dos setores tradicionais para os setores relacionados ao processo de desenvolvimento econômico. Cameron *et al.* (1967, p.1) aponta que “[...] *there are a number of historical instances in which financial institutions constituted leading sectors in development; these institutions were ‘growth-inducing’ through direct industrial promotion and finance.*”

De acordo com Cameron *et al.* (1967), da relação entre o setor financeiro e os setores que utilizam serviços financeiros, podem ser extraídos três casos: aqueles onde a insuficiência de serviços financeiros restringem o desenvolvimento; os que o sistema financeiro apenas acomoda as demandas de crédito; e os casos em que as instituições financeiras promovem o desenvolvimento econômico, através de novas oportunidades de investimentos. O autor pretende sinalizar é que o sistema financeiro importa para a promoção do desenvolvimento: “*In short, the structure of the financial system and the way in which it performs its functions will affect, for better or worse, the progress of industrialization*” (CAMERON *et al.* , 1967, p.2).

Cameron *et al.* (1967, p.2) ainda acrescenta: “*it may be simultaneously growth-induced and growth-inducing, but what really matter are the character of its services and the efficiency*

with which it provides them. Assim, apesar de haver uma discussão sobre qual o sentido da correlação entre setor financeiro e desenvolvimento econômico, o que se pretende destacar aqui é a capacidade de o sistema financeiro afetar positivamente as transformações estruturais que são típicas do desenvolvimento econômico. Além disso, Cameron *et al.* (1967) também aponta que para cada economia devem existir uma estrutura financeira ótima e um padrão institucional de atuação do sistema financeiro, sendo que tais diferenças podem estar relacionadas ao nível de desenvolvimento apresentado.

Quando Cameron *et al.* (1967) trata de desenvolvimento econômico, observa-se que o processo está relacionado com a industrialização. Sendo assim, há um aumento da participação do setor secundário da economia relativo ao setor primário, ou seja, uma transformação estrutural da economia. Além disso, quando fala em participação do setor financeiro no referido processo, busca destacar o papel do sistema bancário em promover o desenvolvimento. Já em Cameron (1972, p. 5) tem-se que

[...] the essence of economic development is change in both technology and social institutions, change that permits those upper limits to be expanded. In the last two centuries in particular, technological change has been the driving force behind industrialization and its concomitants, urbanization and the modernization of agriculture. Social institutions may either hinder or facilitate technological innovation [...] one such innovation of considerable importance in the history of industrialization was the invention of modern banking system

Portanto, o desenvolvimento do sistema bancário é um dos elementos que explicam o processo de transformação representado pela industrialização. Percebe-se que, para além da industrialização, o desenvolvimento econômico envolve também o aumento das áreas urbanas e a modernização da agricultura. A modernização da agricultura é relevante no sentido de proporcionar a indústria as matérias primas que serão transformadas, além de suprir os trabalhadores industriais com produtos alimentares.

Ao destacar o papel dos bancos sobre o desenvolvimento econômico, Cameron (1972) não pretende ignorar a existência de outras instituições que também são capazes de influenciar o processo de industrialização. Neste sentido, “*A banking system may make a positive contribution to economic growth and development, but its effect may be offset or counteracted by other factors*” (CAMERON, 1972, p.7). Ou seja, apesar de serem instituições influentes sobre a industrialização, seus efeitos podem ser contrabalançados por outras características institucionais, sendo uma condição necessária, porém não suficiente.

Sobre as funções dos sistemas bancários, como visto, destaca-se aqui aquela que está relacionada com a capacidade de influenciar as decisões empresariais. Cameron (1972) destaca

que esta influência acontece pela busca de empreendimentos lucrativos por parte dos bancos em diferentes atividades econômicas, inclusive na manufatura. Com relação a esta função, o autor destaca que ela é menos usual em países desenvolvidos, mas que “[...] *historically, in underdeveloped and especially in developing economies, this banking function has been of great importance*” (CAMERON, 1972, p.8). Assim, a função de estímulo às atividades econômicas é mais significativa em estágios iniciais de industrialização, quando as transformações estruturais promovidas pelo desenvolvimento econômico são mais observáveis.

Uma das características do sistema bancário é sua capacidade de criação de moeda endógena, através do multiplicador bancário. Um primeiro efeito imediato desta possibilidade, é a de criar capacidade de investimento para as firmas que usam o crédito bancário em suas operações. Entretanto, um efeito secundário pode ser a geração de um processo inflacionário. A discussão sobre o papel inflacionário da atuação bancária é apontada por Cameron (1967, p.11) de modo a apontar a possibilidade de que “*In the long run the productive activity of entrepreneurs generates new streams of goods and services to offset the inflationary tendencies of the new money*”. O autor, entretanto, faz uma ressalva sobre a “*real bills doctrine*”, por considerar que não há garantias de que a criação de moeda seja completamente orientada para atividades produtivas, portanto sendo capaz de haver um processo inflacionário resultante da criação de moeda pelo sistema bancário. Apesar da ressalva, Cameron destaca que a doutrina apresenta uma tendência geral de auto liquidação dos empréstimos realizados pelos bancos às firmas.

Dentro do sistema financeiro, o papel tipicamente atribuído aos bancos, dado a experiência histórica inglesa, é o de fornecimento de crédito de curto prazo. Diante desta observação, é comum que observar afirmações que reduzem o papel dos bancos na formação de capital das firmas. Segundo Cameron *et al.* (1967) esta visão é equivocada, mesmo que se considere que os bancos apenas forneçam crédito de curto prazo. Ao realizar empréstimos de curto prazo às firmas, os bancos permitem que estas trabalhem com capital próprio para a realização de investimentos com maior prazo de maturação. Ou seja, o crédito de curto prazo contribui com a liberação dos recursos próprios das firmas, tais como lucros retidos, para a realização de investimentos.

Para analisar o papel que os bancos desempenham sobre a industrialização, Cameron *et al.* (1967) e Cameron (1972) adota uma abordagem teórica que chama de “*structural-functional theory*”. Junto com as características estruturais do sistema bancário, assim como as leis, regulamentos e a ação do governo serão determinantes da efetividade da atuação bancária sobre o desenvolvimento. Por características estruturais, o autor fala em indicadores

quantificáveis e não quantificáveis que resultam da relação entre o sistema bancário e o restante da economia. Com relação aos aspectos quantificáveis, Cameron *et al.* (1967) aponta como exemplos o tamanho que o sistema assume como proporção da economia e o número e distribuição dos componentes do sistema. Os aspectos qualitativos, por sua vez, dizem respeito aos tipos de crédito ofertado e instrumentos de crédito utilizados.

Dos diferentes determinantes da estrutura bancária, dois são destacados por Cameron (1972), a robustez e características da demanda por serviços financeiros e também as ações governamentais sobre o setor bancário. Como visto na seção anterior, o sistema bancário pode assumir diferentes feições, como por exemplo a presença de bancos especializados ou universais. Apesar destas diferenças, o autor destaca que não se pode falar em uma estrutura ótima universal, sendo ela mais associada a condições institucionais peculiares.

É interessante observar que a proposta teórica de análise do sistema bancário e sua relação com o desenvolvimento proposto por Cameron *et al.* (1967) e Cameron (1972) é uma tentativa de criar uma abordagem teórica mais adequada do que a proposta por Gerschenkron (2015b, 2015c) e sua análise do grau de atraso, onde a atuação bancária no processo de industrialização tem relação com o nível de atraso industrial de um país com relação ao país adiantado. Na análise de Gerschenkron, observa-se a criação de um modelo de análise com a presença de três níveis de desenvolvimento: países avançados, sendo o exemplo histórico a Inglaterra; países com atraso moderado, tendo como exemplo a Alemanha; e países com elevado atraso, quando a Rússia foi tomada como exemplo.

Gerschenkron (2015b) parte da afirmação de que os processos de industrialização de países atrasados não seguem a mesma institucionalidade apresentada pela Inglaterra. Sendo assim, o desenvolvimento industrial dos países atrasados exhibe diferenças relacionadas com a velocidade do processo, assim como das estruturas produtivas e organizacionais. Disto, resulta que as estruturas institucionais que darão apoio ao desenvolvimento não serão as mesmas observadas nos países avançados. Além das diferenças institucionais, o autor também apresenta outro ponto de diferenciação, chamado pelo autor de “clima intelectual”, ou ideologia. De qualquer forma, o grau de atraso é o centro de análise. É em função dele que serão observadas as diferenças institucionais e ideológicas.

Ressalta-se que a análise de Gerschenkron (2015b) tem como pano de fundo o desenvolvimento industrial das economias europeias do século XIX. Apesar de buscar criar um mecanismo de análise, o grau de atraso, o autor é bastante reticente em afirmar que tal modelo tenha capacidade de explicar processos de industrialização em outras localidades e períodos históricos. Mesmo com tal ressalva, o modelo de análise proposto por Gerschenkron (2015b)

tem sido discutido por historiadores econômicos ao longo do tempo, inclusive Cameron (1967 e 1972), além de ser usado como quadro de referência para o estudo de outros processos de industrialização. Sobre a industrialização dos países atrasados no século XX, notadamente de países não europeus, Gerschenkron (2015b, p.91) afirma que “existe a questão de saber como o desenvolvimento cultural específico, no período pré-industrial, influencia o potencial para a industrialização”.

Apesar de distinguir os processos de industrialização, Gerschenkron (2015b) afirma que existem alguns componentes básicos nos mesmos. De modo geral, a industrialização ocorre em uma situação de tensão entre o atraso econômico e os obstáculos que representa às possibilidades de desenvolvimento industrial. Além disso, como parte de tal tensão, está implícito uma promessa de desenvolvimento por via da industrialização. Por fim, destaca que o desenvolvimento não pode ocorrer sem a ausência de unificação política, ou na presença de servidão. É importante notar que, quanto a última observação, a associação com os países que fazem parte da análise do autor é inevitável. Enquanto a Alemanha unifica-se em 1871, a Rússia abole a servidão em 1861.

O grau de atraso é visto por Gerschenkron (2015b) como um ponto favorável para os países em industrialização, desde que reúnam as condições favoráveis. O ponto favorável está relacionado com o conjunto de inovações tecnológicas que os países atrasados poderão se apropriar dos países avançados. Assim, os países atrasados iniciam e ampliam a sua industrialização pelos estágios mais avançados da indústria. Apesar de este ser um elemento clássico da análise do autor, Gerschenkron (2015c) afirma que o tipo de industrialização pode ter relação com as necessidades imediatas de cada país.

Outro ponto importante da análise de Gerschenkron (2015b) está relacionado a escala alcançada pela industrialização. Segundo o autor, é somente quando a industrialização for capaz de avançar em uma frente ampla de atividades é que as tensões entre o atraso e a promessa de desenvolvimento se evidenciam. De acordo com Gerschenkron (2015b, p73)

Só quando o desenvolvimento industrial pôde começar em longa escala é que a tensão entre as condições de pré-industrialização e os benefícios esperados da industrialização tornou-se suficientemente intensa para superar os obstáculos existentes e liberar as forças geradoras do processo industrial.

Quando se evidencia as tensões e os benefícios da industrialização há o que o autor chama de relação “desafio vs. resposta”. Assim o desafio representado pelo atraso em termos industriais tem que ser o suficiente para gerar uma resposta condizente em termos de criação

de instituições e de aceitação ideológica da industrialização. Dado a existência do desafio, os países irão encontrar alternativas para a realização da industrialização. Tais alternativas provocam a construção de institucionalidades distintas das observadas nos países avançados e se relacionam com o grau de atraso do país não industrializado. Duas respostas serão observadas institucionalmente, no modelo de Gerschenkron (2015b), para a superação do atraso: os bancos e o Estado.

Como pode ser observado no Quadro 2, as fontes de suprimento de capital necessário a industrialização variam conforme o grau de atraso. O caso clássico de industrialização é o da Inglaterra, sendo que o processo de acumulação de capital acontece por um processo lento e gradual como descrito por Marx (2013) a respeito da acumulação primitiva. Neste exemplo, o capital para o desenvolvimento da indústria ocorre por acumulação prévia das fábricas. Os casos de países atrasados moderadamente e extremamente, como já visto, são Alemanha e Rússia, respectivamente.

A atuação dos bancos como fonte de capital ocorre, como decorre da análise histórica realizada por Gerschenkron (2015b) nos países de atraso moderado. Sendo assim, substituem as fábricas não apenas como supridores de capital, mas também como geradores de capacidade empresarial. O modelo de banco apresentado pelo autor também difere do que se observava na Inglaterra, o banco especializado e voltado para o crédito de curto prazo. Na Alemanha, formam-se bancos que utilizavam recursos formalmente de curto prazo para a realização de empréstimos de longo prazo. Este modelo de banco teria como inspiração o *Crédit Mobilier*, durante o governo de Napoleão III, na França, e foi responsável pelo crédito que seria investido em ferrovias, portos, canais, etc. Observa-se que ao assumir funções de coordenação, os bancos passam a ter a função de realocar os recursos que antes eram destinados a fins tradicionais, como o financiamento da dívida pública.

Quadro 2 - Etapas de desenvolvimento industrial e fontes de suprimento de capital

Etapas	Área Avançada	Área de Atraso Moderado	Área de Atraso Extremo
I	Fábricas	Bancos	Estado
II		Fábricas	Bancos
III			Fábricas

Fonte: (GERSCHENKRON, 2015c, p. 203).

Gerschenkron (2015b) atribui aos bancos uma atividade orientada e intencional para a industrialização. Assim assume grande poder de influenciar as firmas que se relacionam com os bancos múltiplos. Percebe-se a formalização de um relacionamento com maior grau de proximidade entre firmas e bancos. Além disso, os bancos acentuam as tendências de tensão entre o atraso e a possibilidade de desenvolvimento, ao deslocar recursos que eram utilizados

para usos tradicionais. Como resultado, “A economia alemã, por causa dos métodos que usou no processo de emparelhamento, desenvolveu-se em moldes diferentes da inglesa” (GERSCHENKRON, 2015b, p. 79)

A Rússia, por apresentar um maior grau de atraso, precisou de outros mecanismos para o desenvolvimento da indústria. Gerschenkron (2015b) destaca como causadora do grande atraso russo a manutenção da servidão por um período prolongado. Outra característica russa era a presença de um Estado unificado e com elevado poder central. Sendo assim, a sua participação é o elemento que distingue a industrialização da Rússia daquelas que aconteceram na Inglaterra e Alemanha. Para suprir o capital requerido para a industrialização, o Estado russo adotou uma reorganização do seu sistema tributário, com fins de realocar os recursos necessários para o investimento industrial, direcionando a renda disponível para o investimento.

Dado o exposto, assinala-se que os bancos e o Estado, respectivamente na Rússia e Alemanha, desempenharam papéis similares, ao contribuir com o suprimento de capital e também com a organização da industrialização. Forma-se, assim, o paradigma “russo-germânico”, nas palavras de Gerschenkron (2015b, p.84). Com o avanço do desenvolvimento, os industriais alemães saem da tutela dos bancos, porém ocorre a criação de um padrão na relação entre bancos e indústria. Já no caso russo, o papel que era desempenhado pelo Estado passa a ser executado pelos bancos, que assumem feições semelhantes as observadas na Alemanha, quando passam a ter uma relação mais estreita com a industrialização. Logo, com a mudança no grau de atraso, novos instrumentos são utilizados de acordo com o novo estágio desenvolvimento.

Por fim, convém destacar o papel que Gerschenkron (2015b) atribui a ideologia da industrialização para que esta ocorra nos países atrasados, como um componente importante para além da perspectiva de lucro. De acordo com o autor, que começa sua exposição pelo caso francês, houve uma grande influência das ideias de Saint-Simon como forma de superar a ideia do *laissez-faire*, considerada inadequada como “veículo espiritual de um programa de industrialização”. Segundo Gerschenkron (2015b, p.87), “A ênfase de Saint-Simon no papel a ser cumprido pelos bancos revela um discernimento realmente admirável [...] dos problemas desse desenvolvimento”. O equivalente alemão de Saint-Simon teria sido List, que ao contrário do autor francês, vestiu a ideologia industrializante de uma roupagem nacionalista, ao invés da socialista. Na Rússia, destaca a influência do marxismo na industrialização na década de 1890, por apontar a industrialização como resultado de uma “lei férrea do desenvolvimento histórico” (GERSCHENKRON, 2015a, p.89).

As diferentes formas que os sistemas financeiros podem assumir em cada país acabam moldando as suas relações com as firmas e criando condicionantes estruturais para a atuação do Estado. Portanto, são criados padrões nas relações de obtenção e alocação de recursos pelo sistema financeiro, que por sua vez delimitam as possibilidades de orientação da transformação econômica. Apesar de se falar em três modelos, é possível pensar que também ocorrem processos de mudança dentro dos sistemas financeiros. A partir do momento em que se constata a sua importância, o mesmo se torna um elemento na disputa da determinação da política de desenvolvimento orientada pelo Estado. Este, ao reorientar o sistema financeiro para as atividades selecionadas cria conflitos entre aqueles que são prejudicados pela mudança ocorrida (ZYSMAN, 1983).

Segundo Zysman (1983, p.80), “*The three models of financial system imply different degrees and different forms of executive discretion in industrial affairs*”. Baseado neste argumento, o autor aponta para duas hipóteses: o sistema baseado em crédito, com preços administrados, facilita a intervenção para determinada política de desenvolvimento; o sistema baseado em mercado de capitais, com preços negociados em mercado, diminui as possibilidades de intervenção do Estado, por meio de políticas de desenvolvimento. Acrescentando o modelo baseado em crédito, dominado pelas corporações financeiras, resulta no que o autor chama de três modelos de ajuste: *State led*, com sistema financeiro influenciado pelo Estado; *Company led*, como sistema financeiro baseado em mercado de capitais; e *Tripartite negotiated*, quando o sistema financeiro é controlado por corporações.

Conforme salienta Zysman (1983, p.93),

Each of the three models of financial system has implications for the government's capacities to intervene in the Market [...] The proposition here is that each type of financial system is one of the defining components of a specific model of the process of adjustment [...]. A credit-based price administered financial system is an instrument of State intervention which blurs the lines in the market between public and private sector; it is part and parcel of a State-led model of adjustment.

Portanto, percebe-se que, diante das diferentes formas que um sistema financeiro pode assumir, um deles possui maior relação com o Estado Desenvolvimentista, permitindo um maior grau de discricionariedade nas políticas econômicas e seleção de setores prioritários. Como foi visto, um dos modelos que podem ser adotados por sistemas financeiros tem como prerrogativa uma maior participação do Estado nas decisões de financiamento. Tal atuação pode, mas nem sempre, estar relacionada com uma política deliberada de desenvolvimento industrial, como ressalta Zysman (1983, p.75): “*All governments have discretion over the*

application of rules and regulations but only a few of them use discretion systematically to initiate and shape particular industrial Outcomes” (ZYSMAN, 1983, p.75).

Neste sentido, tem-se que o Estado Desenvolvimentista também pode atuar de forma discricionária, orientando a alocação de recursos em favor dos setores que são considerados estratégicos para o processo de desenvolvimento pretendido. Para que este poder discricionário possa ser efetivo é necessário que a institucionalidade do sistema financeiro seja compatível com tal modelo de desenvolvimento. Logo, observa-se que há um modelo de sistema financeiro mais adequado ao desenvolvimentismo, sendo aquele que permite um maior grau de seleção, e orientação, por parte das políticas de Estado.

Assume-se, portanto, que no Estado Desenvolvimentista, o controle dos mecanismos de crédito exerce influência significativa na aplicação de políticas orientadas de desenvolvimento. Segundo Zysman (1983, p.76),

Even with public companies, the financial instruments for selectively allocating credit provide government a refined set of tools to supplement the appointment of management or the imposition of broadly defined government policies directives. Selective credit allocation is the single discretion necessary to all state-led industrial strategies.

O poder de influenciar a alocação do crédito tem grande importância, segundo Zysman (1983), por eliminar a necessidade de criar mecanismos administrativos e regulatórios relacionados as firmas que serão beneficiadas pelas políticas de desenvolvimento. Os instrumentos financeiros, seriam, de certa forma, instrumentos universais, ao permitir a centralização do processo de decisão por parte do Estado, principalmente pelo poder executivo.

2.3 O DESENVOLVIMENTISMO COMO ORIENTAÇÃO DA ATUAÇÃO BANCÁRIA

O desenvolvimento econômico inclui em sua discussão o problema da participação do Estado. De um lado encontram-se críticas à atuação do Estado, representado por visões chamadas de neoclássicas por autores como Shapiro e Taylor (1990), Evans (1993, 2004), Chang (1999) e Wade (1999). Segundo estes autores a interpretação liberal da atuação do setor público no processo de desenvolvimento tende a ressaltar a possibilidade de uma apropriação privada dos recursos públicos, através de processos como o *rent seeking*. Ainda, apontam que algumas interpretações liberais abrem espaço para atuação pública no caso de falhas de mercado. Em oposição, tem-se a ideia do Estado Desenvolvimentista.

Segundo Chang (1999), a aceitação de que o Estado desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento ganha destaque a partir das décadas de 1950 e 1960, do ponto de vista das teorias sobre desenvolvimento econômico. Assume-se que o desenvolvimento econômico requer uma participação ativa do Estado na promoção e regulação de atividades econômicas específicas. Um dos caminhos para a promoção de atividades econômicas foi o de fomentar o crescimento da indústria em países onde ela não estava presente ou tinha uma participação reduzida sobre a atividade econômica. Evans (2004) destaca que o Estado se envolve no processo de acumulação de capital, sobretudo na mudança da posição relativa dos países na estrutura produtiva mundial. Neste sentido, os processos de industrialização com indução estatal têm como ponto de partida a constatação de que a posição dos países em uma divisão internacional do trabalho não deve se reduzir a uma aceitação de possíveis vantagens naturais. Sendo assim, assume-se que as vantagens comparativas podem ser construídas por processos induzidos.

Evans (2004) ainda aponta que o Estado Desenvolvimentista não obedece a padrões rígidos de atuação ou de constituição, sendo possível, inclusive, que assuma uma forma predadora. Para uma análise da intervenção estatal no desenvolvimento industrial, o autor destaca quatro papéis que podem ser assumidos e combinados entre si: custódia, demiurgo, parteiro e pastoreio. Na função de custódia, o Estado assume o papel de regular, através da formulação e implementação de leis, sendo este o formato do incentivo e da intervenção. Uma forma mais assertiva de atuação reside no papel de demiurgo, que envolve a criação de estruturas produtivas de bens e serviços que não existem. Este papel tem como destaque o pressuposto de que o capital privado não é capaz de atender aos requisitos de desenvolvimento traçados. Outra forma de atuação que assume a incapacidade do setor privado é a de parteiro, onde o setor público induz a criação de novos grupos empresariais que participem da produção de bens e serviços mais complexos. Por fim, os grupos privados existentes podem ser guiados e auxiliados através do papel de pastoreio.

Entre o final da década de 1940 e início de 1950 a CEPAL marca um novo posicionamento teórico acerca do (sub)desenvolvimento da América Latina. Criado como organização associada à ONU, desenvolveu-se como uma escola de pensamento para compreensão das peculiaridades da região. Pode se dizer que a CEPAL foi uma referência teórica para a formulação política dos países latino-americanos. Percebe-se que a nova teoria do desenvolvimento formulada, “com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos colocavam a mensagem central, a da necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25)

A teorização elaborada pela CEPAL é marcada pela oposição entre periferia e centro, sendo o Brasil, um exemplo de economia periférica. Com um padrão de inserção periférica, observa-se a integração ao sistema capitalista mundial através da produção e exportação de produtos primários, de baixo valor agregado, e importação de produtos industriais de maior valor agregado. O próprio processo de industrialização de uma economia periférica está marcado por peculiaridades, sendo que “em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia será distinto do que ocorre nos países centrais” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22)

Em termos analíticos, o plano metodológico cepalino foi construído pela complementaridade de três planos: inserção internacional; tendências e contradições internas do crescimento; ação estatal. Ao longo do tempo, e de acordo com os acontecimentos reais, o pensamento da CEPAL incorporou diferentes temas frente aos três planos analíticos. Fizeram parte do debate da inserção internacional, por exemplo, a questão da deterioração dos termos de intercâmbio, a questão da dependência, e asfixia financeira; pelo lado das condições estruturais internas, compuseram o pensamento ao longo do tempo a questão do processo de substituição de importações, a questão da heterogeneidade estrutural, e estilos de crescimento; em relação a ação do Estado sempre ficou claro que sua ação é essencial para a superação de condição periférica, seja por meio da condução da industrialização, das reformas necessárias para viabilizar o desenvolvimento e viabilizar a homogeneidade social (BIELSCHOWSKY, 2000).

No plano teórico, Bielschowsky (2000, p.24) sustenta que a teoria elaborada pela CEPAL foi uma versão regional do que estava ocorrendo no mundo acadêmico em relação às ideias keynesianas, “uma versão regional da teoria do desenvolvimento”. Entretanto, Fonseca (1998) afirma que a originalidade do pensamento cepalino antecede a publicação da Teoria Geral, mesmo que posteriormente houvesse inspiração keynesiana nas proposições cepalinas. Ou seja, não se pode tratar a tradição cepalina como uma espécie regionalizada de keynesianismo.

Mesmo havendo diferentes explicações sobre o nascedouro das ideias cepalinas, a originalidade da interpretação realizada para a condição específica da América Latina é ponto comum. Incorporam-se as peculiaridades da formação socioeconômica da região para a interpretação dos fenômenos que lhe são próprios. Mesmo havendo durante a década de 1990, um interregno na predominância do pensamento desenvolvimentista enquanto ação estatal, e por consequência uma ascensão do pensamento neoliberal, a temática apresentada ao longo de

suas seis décadas mantém as ideias da CEPAL contemporâneas e de grande relevância para a compreensão da condição estrutural de economias periféricas.

Um dos principais expoentes do pensamento cepalino, Furtado (1983) traz contribuições importantes para compreensão do subdesenvolvimento, dentro de uma concepção estruturalista. Sendo assim, caracteriza o Brasil como subdesenvolvido, categoria de análise utilizada para descrever que não havia uma trajetória rumo ao desenvolvimento, mas sim de uma situação historicamente determinada. Neste sentido, a característica fundamental do pensamento estruturalista é a incorporação de “parâmetros não-econômicos” na compreensão dos fenômenos econômicos.

Assim a análise estruturalista seria, segundo Furtado (1983, p.72), “pertinente em sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente”. Furtado integra este arcabouço teórico na sua interpretação do Brasil, uma vez que considera os fenômenos econômicos sob o aspecto histórico e também políticos, uma vez que “sem uma análise do sistema de decisões não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas” (FURTADO, 1983, p.73).

O processo de constituição do sistema de produção capitalista, segundo Furtado (1983), em países desenvolvidos, é diferente do processo de formação de uma econômica subdesenvolvida. Da análise, se entende que uma formação subdesenvolvida não pode ser entendida como um passo atrás de um processo que culminara no desenvolvimento. Ele é um fenômeno historicamente constituído e com características próprias.

Além disso, (FURTADO, 2013a) critica a forma como os modelos de crescimento incorporaram variáveis exógenas para a explicação do desenvolvimento, sem considerar que estas variáveis são específicas de uma trajetória histórica. Neste sentido, os modelos seriam baseados no estágio atual de desenvolvimento capitalista industrial, desconsiderando diferentes configurações nos diferentes momentos do processo de evolução. Há que se destacar que a Revolução Industrial modificou e condicionou o desenvolvimento econômico, uma vez que dos países capitalistas originários seriam incorporadas as demais regiões do mundo à uma lógica de desenvolvimento.

Furtado (2013a) também enfatiza a questão do subdesenvolvimento como fenômeno histórico peculiar e que para entender e resolver os problemas presentes e tal estrutura socioeconômica era necessário compreender tal peculiaridade. O que aconteceria em uma economia subdesenvolvida, como o Brasil, no quadro de uma economia capitalista periférica era a existência de uma economia híbrida com a presença de um núcleo arcaico e de um núcleo capitalista. Haveria assim, três setores, sendo apenas um deles sem renda monetária e ligado a subsistência, os demais seriam relacionados ao comércio exterior e a produção de

manufaturados para atender a demanda originada pelo setor exportador. Resulta dessa configuração a falta de progresso técnico que seria necessária para modificação estrutural e superação do subdesenvolvimento.

Outro ponto importante a ser esclarecido, é que a constatação de subdesenvolvimento não reduz a complexidade da economia brasileira, por aqui se constituir um subdesenvolvimento de grau superior. Ou seja, havia um mercado interno com um núcleo industrial, apesar de não ser responsável pela dinâmica econômica. Neste sentido, o núcleo industrial tem seu desenvolvimento limitado pelo setor exportador, mas ainda assim com componentes antagônicos. Percebe-se que existem elementos que demonstram a sinergia dos núcleos exportador e industrial, sendo que pelo impulso do primeiro é que se tem o aumento da demanda do segundo. Também podem ser observados elementos de antagonismo, uma vez que quando há queda da rentabilidade do setor exportador, o núcleo industrial tende a receber maior volume de investimentos (FURTADO, 2013a).

Há que se enfatizar o destaque que é dado, dentro da concepção do subdesenvolvimento, ao aspecto da indústria. Ou seja, é importante entender o motivo que leva aos autores que sustentam que a industrialização é um passo necessário para superação daquela condição. Furtado (2013b) destaca que a atividade primário-exportadora, ou apenas a atividade ligada ao setor natural, tem pouca capacidade de modificação estrutural: “Uma atividade econômica que se limita a extrair um bem natural praticamente não tem efeito de arrasto e aquela que produz algo diretamente para o consumidor final tem o mínimo de efeito propulsor”. Percebe-se assim, na defesa da industrialização feita por Furtado, a influência das categorias de análise elaboradas por Alfred Hirschman, pela incorporação das ideias de arrasto (*backward linkage*) e propulsão (*forward linkage*).

Outra importante influência para a defesa da industrialização feita por Furtado vem da concepção de cumulatividade apresentada por Gunnar Myrdal. Este, segundo Furtado (2013b), considerava que os processos sociais se desenvolvem em cadeias de relações causais, onde ações iniciais teriam capacidade de se propagar cumulativamente. Neste sentido, a indústria teria uma maior capacidade de propagação do que setores ligados a economia agrícola e extrativista. Também é demonstrada por Furtado (2013b) a influência de François Perroux, com a ideia de macrodecisões. Aqui, o conceito remete a ideia de que uma instituição teria a capacidade de tomar decisões que seriam acatadas pelas demais. Essa instituição com capacidade de tomar esse tipo de decisão seria o Estado, por ter uma dominação sobre as demais, decorrente de sua própria condição. Neste sentido, as decisões econômicas mais importantes teriam como ponto de partida as políticas de Estado.

O termo desenvolvimentismo remete a uma construção teórica e também de prática de política econômica, que tem seu surgimento a partir da década de 1930 com a conscientização do problema do subdesenvolvimento. Neste sentido, há um processo de construção conceitual que acompanha o processo de industrialização no Brasil. Este conjunto de ideias marca um período específico da economia brasileira, entre 1930 e 1980. Entretanto, o termo remete a aspectos que nem sempre são consensuais, sendo que há um conjunto de autores que descrevem desenvolvimentismo de formas distintas (FONSECA, 2003b, 2014a).

Fonseca (2014a) realiza a delimitação conceitual de desenvolvimentismo, buscando construir através do que chama de “fenômenos do mundo material” e “fenômenos do mundo do pensamento” um conjunto de elementos que constituem o núcleo central termo. Assim, busca na prática de governantes latino-americanos, entre 1930 e 1980, e também na construção teórica realizada por outros autores, encontrar o que poderia se chamar de *core* do termo desenvolvimentismo. Neste sentido, o estudo aponta para três pontos centrais para construção do conceito: a existência de um Projeto Nacional; a intervenção consciente do Estado; e a industrialização como meio de atingir o objetivo. Outros pontos importantes foram apresentados, porém não fazem parte do core do conceito. Um deles, que convém destacar dado os objetivos do trabalho que será realizado é a criação de Bancos de Desenvolvimento ou o fomento do financiamento.

Após a apresentação dos conceitos centrais, chega-se a formulação do conceito como sendo:

[...] desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2014a, p.59.)

Ressalta-se, portanto, os elementos que constituem o núcleo central do conceito de desenvolvimentismo. Interessante observar que a conceituação traz consigo dois pontos de destaque, que são a importância do Estado em desenvolver políticas econômicas que visem o desenvolvimento e o caráter intencional destas políticas. Assim, o Estado assume papel de destaque em uma política econômica desenvolvimentista, ou seja, enquanto prática de governo o desenvolvimentismo é uma lógica de atuação e também uma orientação de prática de política econômica.

Outro autor que realiza uma conceituação de desenvolvimentismo, frente ao fenômeno ocorrido no Brasil é Bielschowsky (2012). Um ponto que deve ser destacado é que o referido

autor busca uma conceituação a partir da ideologia de política econômica vigente num período de análise específico, que é 1930-1964. Neste sentido, sua conceituação reforça o aspecto da industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e também a ação planejada do Estado para tal fim. Um ponto importante ressaltado na sua definição é o da atuação estatal no financiamento: “captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (BIELSCHOWSKY, 2012, p.7).

Sobre a origem do desenvolvimentismo, (FONSECA, 2012a) aponta que os seus precursores no Brasil são os defensores da industrialização, os papelistas, os nacionalistas e os positivistas. É importante destacar que, isoladamente, os defensores destas ideias não podem ser considerados desenvolvimentistas. Somente quando tais ideais se encontram reunidas e interligadas é que se tem o fenômeno. Como ilustração, um defensor da indústria pode ter um ponto de vista metalista sobre a questão da moeda, ou um nacionalista pode ser defensor da vida agrária. Esta junção de elementos constituintes ocorre, segundo o autor, quando Getúlio Vargas assume a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928. Nota-se Vargas, apenas dois anos depois, passa a ser presidente da república. Sendo assim, o desenvolvimentismo como forma de atuação do Estado, ganha força no Brasil.

Ressalta-se que a atuação desenvolvimentista deve ocorrer nos marcos do capitalismo, ou seja, é antes uma visão reformista da sociedade do que revolucionária. Entretanto, diferencia-se de linhas ortodoxas, que defendem o livre mercado, ao entender o mesmo como uma instituição que pode ser regulada pelo Estado e, quando necessária, sofrer reorientação na promoção dos setores vitais para o desenvolvimento. Neste sentido, não há uma visão negativa da relação Estado e Mercado, ou Estado e indivíduo. Ambos são antes aliados do que inimigos, pois seus interesses seriam convergentes (FONSECA, 2012).

Dado o foco do trabalho que será desenvolvido, convém destacar o que Fonseca (2012) afirma sobre a atuação do Estado desenvolvimentista no fomento ao crédito. Vargas cria, pelo Decreto 4079 de 22/06/1928, o Banrisul. Além disso, o Banco do Brasil, em 1937, passa a ter a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, voltada ao financiamento do desenvolvimento industrial e agrícola. Assim, “o desenvolvimentismo firmava-se ao enaltecer o papel do crédito na economia, e ia além ao defender a responsabilidade do Estado em concedê-lo” (FONSECA, 2012, p.66). Outro ponto que deve ser destacado em relação ao desenvolvimentismo é seu caráter intencional. Dado a consciência de uma situação específica, as políticas para superação dessa condição devem ser intencionais. Não se imagina que o Estado possa atuar sem intenção

ou sem consciência, ao introduzir instituições específicas para a superação do subdesenvolvimento.

Ainda sobre a questão de instituições e o desenvolvimentismo, a ação desenvolvimentista também pode ser explicada tendo como base a interpretação de instituição da nova economia institucional. Segundo Conceição (2002) autores como North, Williamson e Coase, avaliam as instituições através de aspectos formais como regras e leis, relacionados ao direito de propriedade e a custos de transação. Assim as políticas adotadas durante o período desenvolvimentista buscar construir um conjunto de instituições que são expressas em novas leis, códigos, normas, mercados, etc. (DRAIBE, 2004) expressa a construção desse corpo institucional com riqueza de detalhes e com a expressão “ossatura material”. Ainda como expressão dessa forma de interpretação das instituições, Fonseca (2003b) destaca o Estado-Novo como expressão simbólica do caráter de construção (ou modificação) institucional do desenvolvimentismo.

Ao final deste capítulo reúnem-se os elementos que permitem uma compreensão dos elementos teóricos que servem de base para a compreensão de que o sistema financeiro, com destaque ao sistema bancário, pode assumir um papel relevante no desenvolvimento econômico. Também se entende que o sistema financeiro pode assumir diferentes formatos, incluindo um onde há uma maior participação dos bancos, mas principalmente por terem forte influência do Estado na determinação das duas atividades.

Ainda foram apresentados alguns estudos seminais sobre a relação entre o processo de industrialização e os bancos. Observa-se que há correspondência em casos internacionais onde os bancos cumpriram papel importante em períodos de industrialização e mudança estrutural. Assim, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial não é um caso isolado e existem trabalhos que utilizam estruturas de análise para compreender por que vias os bancos influenciam o desenvolvimento das estruturas industriais.

Por fim, é preciso apresentar em que contexto o processo de industrialização transcorre e quais motivações levam à criação de estruturas institucionais específicas. No caso do Brasil, percebe-se que havia uma consciência do atraso relativo do país e a estratégia para superação deste foi a de industrialização. Esta compreensão resulta na formação de uma consciência industrializante e que ganhar ação através do desenvolvimentismo.

3 O FORMATO DO CRÉDITO ESPECIALIZADO, OS REGULAMENTOS E AS LEIS RELACIONADAS COM A ATUAÇÃO DA CREAMI

Como visto no capítulo anterior, o sistema financeiro, em especial o bancário, pode adotar diferentes formatos de atuação. Também se viu que o Estado pode intervir sobre sistema financeiro e que, especialmente no caso brasileiro, esta intervenção está relacionada com existência de uma intencionalidade desenvolvimentista. Neste sentido, é necessário estabelecer quais critérios serão adotados para a intervenção, qual o formato institucional a ser adotado e qual o conjunto de regras e leis que delimitarão a atuação estatal.

Especificamente, no caso brasileiro, a delimitação da ação do Estado sobre o sistema bancário tem como uma de suas marcas a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, dentro do já existente Banco do Brasil. Como será discutido, a criação desta institucionalidade envolve um processo de discussão do formato mais adequado a ser adotado. A partir do momento em que se escolhe o formato de uma carteira de crédito especializado dentro da estrutura do Banco Público, cria-se um conjunto de regras e leis que se relacionam ao crédito especializado, tanto para delimitar sua atuação, quanto para criar mecanismos de *funding* que permitirão a atuação da Carteira.

Em 14 de novembro de 1936, a Assembleia Geral de Acionistas do Banco do Brasil deliberou a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, além de um aumento de capital que deveria fazer frente a concessão de crédito realizada pela nova carteira. Entretanto, o aumento de capital foi aprovado apenas em 9 de julho de 1937, através da lei nº. 454 (Brasil, 1937), com a autorização para o Tesouro Nacional subscrever as novas ações, em 100 mil contos de réis, e a emitir bônus com o intuito de financiamento das atividades da nova carteira. As operações, por sua vez, iniciaram efetivamente no ano de 1938 (BANCO DO BRASIL, 1938a; PACHECO, 1979).

Neste capítulo será apresentado como se constituiu a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Ao longo da sua existência, 1937 a 1969, a Carteira foi alvo de debates e também reformulada através dos diferentes regulamentos e leis que demarcaram a sua atuação. Assim, na primeira seção será apresentado o debate em torno da criação do crédito especializado no Brasil, tendo a CREAMI como pano de fundo. Nota-se que a sua fundação não aconteceu de forma consensual. Na seção seguinte, serão apresentados os regulamentos adotados durante a vigência da Carteira. Serão ressaltadas as modificações adotadas para que ela pudesse se adequar as necessidades de financiamento do desenvolvimento. Por fim, na terceira seção serão apresentadas algumas leis que tiveram impacto sobre a Carteira.

3.1 O DEBATE SOBRE O CRÉDITO ESPECIALIZADO NA DÉCADA DE 1930

Observa-se que a formação de uma instituição de crédito específica já havia sido objetivo de discussões no país e, segundo (PACHECO, 1979), correspondia a uma necessidade para expansão das atividades agrícolas e industriais:

A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial correspondia a antigos reclamos da opinião nacional, visando atender a uma das mais profundas, senão à maior necessidade com que se defrontavam os lavradores e industriais brasileiros, a quem por esse modo se proporcionaria amparo seguro e estímulo fecundante para a normalidade de seus negócios e a amplitude crescente das atividades produtoras, de cuja fonte, principalmente, dimanava a prosperidade coletiva.

Durante a década de 1930, sob o Governo Vargas, em 1935, tentou-se estabelecer dois Bancos especializados. Através do Decreto nº 24.575, de 04/07/1934, regulou-se a organização de Bancos de Crédito Industrial. O decreto foi justificado da seguinte forma:

Considerando que o desenvolvimento industrial do País, que se objetiva em uma larga e variada produção, depende de organização bancária própria que, pelo elastério do crédito, permita intensificar, acelerar e aperfeiçoar a mesma produção, tal como se pratica em outros países mais adiantados; Considerando que lançadas, como foram, as bases; para o aparelhamento do crédito agrícola, ficariam as indústrias em posição de evidente desigualdade com o comércio e agricultura, se subsistisse a falta de institutos bancários destinados a proporcionar assistência financeira às atividades fabris e manufatureiras; Considerando que esse amparo só pode assentar de modo permanente sobre uma organização bancária especializada, na concessão sistemática de crédito industrial; Considerando que o crédito industrial é reclamado, não somente por necessidade imediata de financiar as atividades fabris e manufatureiras, mas com o objetivo de tornar possível a nacionalização das indústrias que tenham base estável no País; Considerando a necessidade de incentivar os hábitos de economia por parte do povo, de forma a interessá-lo ao desenvolvimento das indústrias - parte integrante das riquezas nacionais (BRASIL, 1934).

No primeiro artigo ficava estabelecido que os Bancos de Crédito Industrial deveriam fornecer crédito de longo prazo para a indústria nacional, com recursos próprios, obtidos por meio de depósitos a prazo fixo e emissões de títulos que poderiam ser feitas no país ou no exterior. A organização dos bancos seria proposta pelos governos estaduais, com capital mínimo de 10 mil contos e era impedida para estados onde a atividade industrial não atingisse 10 mil contos em capital investido. Os bancos operariam através de empréstimos, garantidos por *warrants* de matérias primas ou de mercadorias; por emissão de letras hipotecárias em nome dos estabelecimentos industriais; por emissões de títulos sob responsabilidade do estado onde operar o banco; e por emissão de títulos de responsabilidade de empresas concessionárias de

serviços públicos. Os prazos das operações poderiam variar de um ano até vinte e cinco anos (BRASIL, 1934).

No mesmo ano, poucos dias após o decreto que organizava o funcionamento de Bancos de Crédito Industrial, foi criado o Banco Nacional de Crédito Rural e estabelecido as suas normas através do Decreto 24.641, de 10/07/1934 (BRASIL, 1939b). Ao contrário do decreto que tratava do crédito bancário industrial, que apresentava 14 artigos, o decreto que estabelecia o crédito bancário rural apresentava 88 artigos, divididos em seis títulos, podendo contar com mais de um capítulo. Destaca-se aqui, para fins de exposição, os títulos primeiro e quarto, que tratavam do estabelecimento (nome, sede, prazo de funcionamento, fins e patrimônio) e das operações respectivamente. No título primeiro, ficou estabelecido que o capital do Banco seria de 100 mil contos de réis e que os recursos seriam obtidos por meio de emissão de promissórias e também de cédulas hipotecárias. Uma curiosidade deste título é que há uma limitação ao tempo de operação do Banco, em cinquenta anos, prorrogáveis por futuro ato da Presidência da República. Também ficou estabelecido a permissão para que fossem constituídos bancos estaduais ou regionais com capital garantido pelos estados, sendo que estes poderiam estabelecer filiais.

Mostra-se que este modelo de Banco Especializado está em acordo com experiências internacionais mencionadas por Ramos (1939b). Também neste sentido, há a especificação de que o Banco teria como objetivo principal o apoio ao da organização de financiamento de consórcios profissionais-cooperativos, federações estaduais e confederação nacional, e também realizaria operações para apoio à agricultura, pecuária e indústria rural. Estabelecidas tais organizações, estas substituiriam os bancos estaduais e regionais de crédito rural. Esta medida deixava claro a intenção de apoiar o cooperativismo rural, aos moldes do que acontecia no exterior. Como será visto adiante, Magalhães (1939) afirma que o cooperativismo rural não estava desenvolvido a ponto de ser um elemento importante no sistema de crédito rural, como acontecia em outros países.

No título quarto, que trata das operações do Banco Nacional de Crédito Rural, ficam delimitados no Art. 27 as operações que seriam apoiadas. A diversidade de operações que poderiam ser financiadas reflete um amplo espectro de prazos de financiamento, com operações para curto (custeio de cultura, produção criação, ou indústria extrativa) médio (construção de obras rurais nas propriedades) e longo prazo (aquisição de terras). Para tanto, o Banco estaria dividido em três carteiras: de custeio rural; de fomento e colonização; de crédito fundiário (BRASIL, 1939b).

Ao que tudo indica, a pressão histórica pela constituição do crédito agrícola no país, com tentativas de estabelecimento frustradas anteriormente, pode ser uma das razões para que as normas do Banco Nacional de Crédito Rural estivessem mais consolidadas. Entretanto, a tentativa de se estabelecer o crédito especializado, agrícola e industrial, por meio de Bancos especializados, não resultou em instituições que de fato entrassem em funcionamento. Como destacado por Ramos (1939b, p. 5) ambas “morreram nos arquivos, sem produzir nenhum efeito, como se mesmo não tivesse existido”.

Apesar de a CREAM ter se mostrado, historicamente, a opção que de fato se tornou operacional, não houve consenso quanto ao seu formato. O atendimento a dois setores com características e peculiaridades tão distintas, tais como a agricultura e o industrial, foi alvo de debates parlamentares, quando do surgimento da Carteira. (PACHECO, 1979) aponta que a opção por uma carteira com duplo mandato foi escolhida por evitar o dispêndio com a criação de duas estruturas funcionais dentro do banco. Tais dúvidas foram relatadas pelos jornais da época e evidenciam que a os debates sobre a necessidade de fontes específicas para financiamento da atividade agrícola são anteriores a discussão sobre o financiamento das atividades industriais. Além disso, os relatos demonstram que haviam temores de que as atividades industriais demandariam e obteriam a maior parte dos recursos da CREAM. Também se discutiu sobre a criação de uma estrutura associada ao Banco do Brasil, dado que o mesmo já possuía uma estrutura grande demais para poder atender as necessidades de crédito agrícola e industrial de forma adequada.

Um dos principais críticos quanto a criação de uma Carteira vinculada ao Banco do Brasil foi Mario de Andrade Ramos¹, que chega a propor, em 1935, a criação de um Banco de Crédito Agrícola e Industrial em 1935. Em 22 de outubro de 1939, em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, Ramos discorre sobre a necessidade de mudança institucional do Sistema Financeiro Brasileiro, com a criação de duas novas instituições derivadas da atuação do Banco do Brasil: o Banco Central de Emissão e Redesconto e o Banco Agrícola e Industrial do Brasil. Apesar de não estar no âmbito deste trabalho, é conveniente registrar que as reformas que foram efetivamente realizadas em 1964, com a criação do Banco Central do Brasil, além de outras

¹ Integrou a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, em 1932, que foi substituída pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, a partir do Estado Novo. Participou da fundação da Confederação Industrial do Brasil (RJ) e foi Deputado Federal entre 1933 e 1935. Também foi membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, sendo presidente entre 1940 e 1941 (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2018a). Teve papel destacado nas discussões que envolveram a criação da CREAM, ao propor a criação de um Banco Central e de Banco de Crédito Agrícola e Industrial, na Câmara dos Deputados, através dos projetos de lei nº 93 e nº160, de 2 de fevereiro e 2 de março de 1935, respectivamente (Crédito Agrícola e Industrial, 1937)

mudanças institucionais, já vinham sendo planejada há tempos. Com relação a CREAM, Ramos ressalta que seria conveniente deixar o Banco do Brasil com suas funções de banco comercial e transformar a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial em um Banco especializado no crédito agrícola e industrial. É importante perceber que os debates ocorrem em torno da estrutura organizacional que deveria ser adotada, mas não havia dúvida da necessidade de se fundar o crédito especializado no país. Neste sentido, Ramos (1939b) destaca que

O crédito agrícola e industrial, é a força suprema que cria e dá vida à produção, aos transportes e ao comércio, e por consequência à toda a economia da Nação. É um crédito de especial natureza, que por isso procede diversamente todos os outros; a ele cumpre procurar e estimular o agricultor, o industrial, estudar suas necessidades e ir até a lhe oferecer os meios de trabalhar, os instrumentos pelos quais transforma as riquezas potenciais do país em riqueza em ação atuando assim em favor à toda coletividade.

Para reforçar sua argumentação, Ramos (1939b) destaca que a CREAM não teria as dimensões adequadas para que se conseguisse atender as necessidades da agricultura e da indústria, que atingira a produção a anual superior a 18 milhões de contos de réis. Para contribuir com a sua posição, apresenta o caso de diferentes países – desenvolvidos e não desenvolvidos -, como Inglaterra, Estados Unidos, França, Hungria, Romênia, Egito, Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador. Ressalta que, em todos estes países, há a figura de uma instituição que é responsável pelo fornecimento do crédito especializado, enfatizando o crédito rural.

É interessante observar, pelo relato dos exemplos citados por Ramos (1939b), que o crédito agrícola, em alguns países, operava em conjunto com cooperativas rurais. Percebe-se também, que o formato diferia enquanto aos recursos da instituição. A CREAM, como será visto, operava com recursos obtidos através de bônus emitidos, de recolhimentos compulsórios e de redesconto, através da CARED. No entanto, o que se propunha era um Banco Hipotecário, ou seja, um banco que operasse com títulos privados que seriam negociados em mercados de títulos, dado a natureza hipotecária. Isto fica evidente quando Ramos (1939b) aponta o exemplo dos Estados Unidos e seu sistema de financiamento das atividades rurais, baseado em caixas agrícolas e bancos rurais, que operavam com títulos hipotecários, lastreados em seu próprio capital e seu fundo de reservas, e que seriam negociadas nos mercados de títulos. Sendo assim, propõe um modelo similar ao Brasil:

Julgamos que para o caso brasileiro tudo aconselha a não adiar mais a constituição do nosso Banco Hipotecário Agrícola e Industrial fazendo o desmembramento da atual carteira do Banco do Brasil que se transferiria com os seus créditos e obrigações para o novo instituto (RAMOS, 1939b, p. 5).

Ramos (1939b) passa então a sugerir um Decreto-Lei que crie o Banco Hipotecário Agrícola e Industrial do Brasil, deixando em aberto a futura discussão sobre o estatuto e regulamento da aludida instituição. A proposta contém 15 artigos, sendo que alguns merecem destaque, pois apontam para caminhos diferentes que o crédito especializado poderia ter tomado no país. No primeiro artigo da proposta de Decreto-Lei, propõe a criação do Banco e a instalação de uma comissão que elaboraria os estatutos da nova instituição. O Art.2º estabelece que o capital inicial do banco seria de cem mil contos de réis, divididos em cem mil ações, sendo sua subscrição dividida pelo Tesouro Nacional (30%), Institutos e Caixas de Aposentadorias (30%), Caixas Econômicas Federais (30%) e o restante para o público. Apesar de haver uma mudança de formato, mantém-se a disposição de se utilizar dos fundos dos Institutos e Caixas de Aposentadorias, como foi realizado pela CREAM.

O objetivo da nova instituição está apresentado no Art.3º e que seria “as operações de crédito agrícola e industrial pelas respectivas carteiras diretamente por si, suas agências ou indiretamente pelas Cooperativas de Crédito Rural e Industrial”. Essa relação com Cooperativas de crédito, e com as cooperativas rurais, é um exemplo tirado por Ramos (1939) da experiência internacional apresentada por ele mesmo durante a exposição de sua opinião. Pelo artigo 5º ficaria o novo banco isento de quaisquer tipos de impostos (federais, estaduais e municipais), enquanto o artigo 6º tratava da estrutura administrativa, com cinco diretores e presidente indicado pelo Presidente da República.

Pelo Art.7º ficaria garantido ao Banco Hipotecário emitir letras ou cédulas hipotecárias em até vinte vezes o capital realizado, com juros de 5% a 7% ao ano e prazos que poderiam ser de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco e trinta anos. O mais interessante é apresentado nos parágrafos do sétimo artigo. Neles aponta-se que: haveria a subscrição compulsória destas letras e hipotecas por Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, Caixas Econômicas e Sociedades de Seguradoras; que as letras e hipotecas que seriam compulsoriamente adquiridas pelos referidos órgãos estariam garantidas pelo Tesouro Nacional. O Art.8º estabelecia que “O Banco operará de acordo com os seus estatutos e especialmente no crédito agrícola e industrial a curto prazo, médio prazo e longo prazo com as garantias jurídicas e econômicas necessárias” (RAMOS, 1939, P.5).

Através do Art.º 9 seria extinta a CREAM e todas as suas operações quando iniciassem as atividades do novo banco. Ficaria estabelecido pelo Art.12º, que por meio de Decreto-Lei, as Caixas Econômicas Federais deveriam comprar letras hipotecárias especiais com remuneração de 5% e 6% ao ano, sendo utilizados os depósitos obtidos pelas caixas; também os Institutos de Previdência e as Caixas de Aposentadorias e Pensões deveriam comprar letras

na ordem de 20% de suas reservas técnicas, sendo tais títulos remunerados a 5% ao ano, e também a utilizar 25% de suas reservas para compra de títulos remunerados a 6% ao ano; as Sociedades de Seguros de Vida também deveriam 15% das suas reservas em letras hipotecárias de 5% ao ano e 15% em letras com remuneração de 6% ao ano. Segundo Ramos (1939), através destas medidas seriam assegurados, ao novo Banco Hipotecário Agrícola e Industrial, a quantia de um milhão de contos de réis.

De acordo com Pacheco (1979), também houveram críticas quando o projeto foi discutido nas Comissões de Indústria e Comércio e de Finanças, da Câmara dos Deputados. As críticas que foram expostas apresentavam pontos novos, mas também algumas concordâncias com o que já fora apontado por Mario de Andrade Ramos. Uma das novas críticas foi o apontamento de que os bônus emitidos para formar o *funding* da nova carteira não seriam de fácil colocação, dado a natureza do mercado de capitais no Brasil. A própria capilaridade do Banco do Brasil foi questionada, argumentando-se que esta não era suficiente para atender as regiões mais afastadas do país. Também foi colocado como ponto a ser considerado o fato de já se ter criado uma Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Brasil e seu insucesso. Na Comissão de Finanças questionou-se a decisão da criação de uma Carteira de crédito anexa ao Banco do Brasil, quando o próprio Presidente da República, havia proposto outros formatos em momentos anteriores. Segundo consta em Pacheco (1979, p.406)

o próprio Presidente da República, tanto em manifesto lido a 14 de maio de 1932, no Palácio Tiradentes, quanto em mensagem à Assembleia Constituinte, apresentada em 3 de maio de 1933, e em mensagem ao Poder Legislativo, em 3 de maio de 1936, sempre anunciou o propósito, os estudos e o plano de fundação de um Banco especializado de crédito agrícola [...] o Governo empenhara a sua palavra no sentido de criação de um verdadeiro Banco Rural, mas por fim acabou satisfeito com a criação de uma Carteira de Crédito Agrícola e Industrial no Banco do Brasil.

Na Comissão de Agricultura, as críticas eram relacionadas a natureza do crédito. De acordo com Pacheco (1979), os deputados apontavam que o crédito agrícola era de natureza distinta do comercial, especialidade do Banco do Brasil, e do crédito industrial, que dividiria as atenções com o rural na nova carteira. Com relação as diferenças entre o crédito rural e industrial, ficou demonstrado o temor de que a indústria absorvesse a maior parte dos créditos, deixando a área agrícola sem os fundos de que necessitava. Parece razoável supor que estas críticas se baseavam mais nos anseios e dificuldades que o setor agrícola enfrentara até então com relação ao crédito, pois a concessão de crédito da CREA para o setor rural, ao longo da existência da Carteira, como será visto no restante do trabalho, foi sempre superior ao crédito industrial.

As propostas elaboradas por Ramos (1939a) não eram recentes e já haviam sido respondidas por Leonardo Truda², presidente do Banco do Brasil quando a CREA foi criada, em conferência na Sociedade Nacional de Agricultura, em 21 de maio de 1937 (TRUDA, 1937b). Nesta conferência, o conferencista pretendia fazer uma “exposição singela do que se pretende fazer nesse setor, e das razões por que se preferiu adotar os moldes estabelecidos para essa realização” (TRUDA, 1937, p. 3). É interessante observar que o então presidente do Banco do Brasil expõe uma argumentação que correlaciona o desenvolvimento econômico com a existência do crédito, pois “não é possível, nas condições econômicas do mundo moderno, dissociar as ideias de comércio e indústria, da existência do crédito” (TRUDA, 1937 p. 3). Além disso, como a conferência se dava para um público ligado à agricultura, também expõe a necessidade de crédito para a agricultura moderna que, por ser mecanizada, utilizava técnicas de melhoramento químico do solo e irrigação e demandava uma maior quantidade de capital. Portanto, a expansão do crédito seria importante para o bom funcionamento e ampliação da atividade agrícola.

Truda (1937) ainda relaciona o crédito rural com a necessidade de transformar o agricultor brasileiro em um verdadeiro “homem econômico”. Segundo o autor, nas regiões mais longínquas do país – ou, *hinterland*, segundo Truda – a agricultura praticada não era compatível com um padrão moderno de desenvolvimento, sendo sobretudo uma atividade de subsistência e que pouco gerava excedentes. Portanto, o crédito também cumpriria uma função social, ao ser um “programa de transformação do pária contemplativo do interior em um homem econômico” (TRUDA, 1937, p. 6). Além de impulsionar a economia rural, permitindo um a produção de excedentes, é destacado também o papel de educação econômica que o crédito proporcionaria ao agricultor. Para que o crédito seja eficiente, é necessário que se saiba utilizá-lo.

É interessante observar que tal ponto da argumentação acontece quando Truda (1937) defende os prazos oferecidos ao crédito agrícola, e que eram criticados pelos representantes do Setor Agrícola. Inicialmente, o crédito destinado as atividades agrícolas poderia contar com prazos de até dois anos, e era considerado inadequado pelos agricultores. Ligando a questão ao aprendizado no uso do crédito, Truda (1937) ressalta que, mesmo no prazo estipulado, ele seria útil ao agricultor que soubesse utilizar parte de suas econômicas em conjunto com os recursos

² Presidente do Banco do Brasil entre julho de 1934 e novembro de 1937, sendo responsável expansão do número de agências. Nascido em Porto Alegre, era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo papel ativo na Revolução de 1930. Assumiu diferentes funções durante o governo Vargas, como a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), entre 1933 e 1937; também foi o primeiro diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, criada em maio de 1941 (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2018b)

obtidos por empréstimos fornecidos pela futura Carteira. Também aponta que os prazos do crédito agrícola se expandiriam conforme a criação de uma cultura de crédito e a necessidade nacional. Ainda, no sentido social do crédito agrícola, o conferencista já demonstrava uma preocupação com a migração do campo para as cidades, ressaltando que o seu papel na redução do êxodo rural.

Sobre a criação de uma instituição autônoma ao Banco do Brasil, um novo Banco, e que atendesse ao crédito rural, (TRUDA, 1937) destaca que é necessário adotar soluções que possam ser postas em prática e que sejam condizentes com a realidade nacional. Neste sentido, o conferencista está comparando a Carteira recém-criada, com outras tentativas de instituir o crédito especializado no Brasil. Destaca, em sua conferência, iniciativas que foram tomadas durante da década de 1920, mas que não tiveram prosseguimento, quando no Governo Artur Bernardes tentou-se criar uma instituição de crédito especializado, primeiro através de uma Carteira de Crédito Agrícola, posteriormente convertido em no Banco Hipotecário Nacional. Sobre estas instituições, (PACHECO, 1979) menciona a mensagem presidencial de Artur Bernardes ao Congresso Nacional, de 03/05/1926, onde o presidente afirma que a instalação do Banco Hipotecário seria um passo apressado em matéria onde os progressos seriam lentos, referindo-se ao crédito agrícola e industrial. (TRUDA, 1937) ainda cita a criação do Banco Nacional de Crédito Rural, através do Decreto nº 24.641, de 10/06/1934, que também não teve prosseguimento.

Assim, (TRUDA, 1937) destaca que antes de “cuidar de realizar tarefa teoricamente brilhante” era necessário adotar medidas que fossem efetivas para solucionar o problema do crédito especializado, tarefa que poderia ser realizado através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, vinculada ao Banco do Brasil. Ainda sobre a escolha da criação da CREAMI como uma carteira do Banco do Brasil, (TRUDA, 1937) afirma: “Foi, ainda, a obediência aos imperativos da realidade brasileira que ditou a preferência pela instituição de uma carteira de crédito agrícola, no Banco do Brasil, em vez da criação de um Banco autônomo de crédito rural”.

O Banco do Brasil, segundo Truda, não seria beneficiário desta criação, uma vez que tendo uma carteira de crédito especializado, que demandava crédito com maior prazo e taxas de juros menores, perderia oportunidades de investir o seu capital em aplicações com maior rendimento. Entretanto, o próprio presidente do Banco do Brasil o considera uma instituição que deve atender aos interesses nacionais, não se prendendo a individuais da instituição. A criação de uma carteira de crédito especializado dentro do Banco do Brasil também seria vantajosa por outros motivos, sendo que Truda resalta dois deles. Ao abrir mão de criar uma

nova instituição, haveria a conveniência de ofertar crédito com maior agilidade, uma vez que não seria necessário esperar o tempo de instalação do novo banco. Outro ponto favorável ao estabelecimento da Carteira, no formato observado, seria o aproveitamento de pessoal treinado em técnicas bancárias.

Sobre os recursos, Truda concorda que o aumento de capital em 100 mil réis não seria o suficiente para os empréstimos da nova carteira. Este seria outro ponto favorável à criação da CREAM, pois esta poderia contar com os recursos habituais do Banco, tais como os seus depósitos. Também por ser uma instituição antiga, a emissão de bônus para composição dos recursos da carteira teria maior credibilidade se lançados pelo Banco do Brasil do que por uma nova instituição. Ao utilizar a rede de agências e os funcionários já contratados do Banco do Brasil, e também por poder contar com a garantia de uma instituição antiga, a CREAM entraria em operação com custos inferiores aos do estabelecimento de um novo banco de crédito especializado.

Ao criar uma carteira de crédito especializado em uma instituição já existente, faz-se com que este amplie a sua característica de Banco Misto, como era o caso do Banco do Brasil. Os críticos afirmavam que esta seria uma peculiaridade não observada nos demais países. Truda (1937) discorda e destaca que existiam casos internacionais onde o crédito especializado era fornecido por Bancos Mistos, e que os Bancos Especializados seriam típicos de países desenvolvidos. Cita os exemplos de países como Polônia, Portugal, Argentina e Uruguai, como países que contam com Bancos Mistos.

É interessante notar que a mesma opinião é refletida por Paulo Frederico de Magalhães, chefe da seção de Estudos Econômicos, do Banco do Brasil. Em entrevista dada ao *O Jornal*, em 03/12/1939³, Magalhães (1939) expõe sua opinião a respeito de o que considerava o melhor sistema de crédito agrícola para o país, afirmando inicialmente que falava em seu nome e não da Diretoria do Banco do Brasil. O entrevistado deixa transparecer qual sua visão de teoria econômica ao citar Ernest Wagemann⁴, economista alemão que analisa os problemas de organização bancária sob a ótica de estruturas econômicas. Esta abordagem condiz com a análise realizada pela Escola Histórica Alemã, que considerava existirem diversos tipos de estruturas econômicas, não havendo a tipificação de um caso único. De acordo com Magalhães (1939, p.6):

³ A entrevista é citada por (PACHECO, 1979), mas também pode ser acessada na íntegra em http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/53981.

⁴ Economista alemão, nascido no Chile em 1884. Trabalhou no esforço de recuperação alemão após a Primeira Guerra Mundial. Fundador do Instituto de Investigação de Conjuntura, escreveu livros como “Estructura y ritmo de la economía mundial” (WAGEMANN, 1937, p. VIII)

[...] observo que as investigações do grande economista alemão Ernst Wagemann lançaram muita luz sobre certos problemas de organização bancária, graças ao princípio, que ele formulou, das ‘estruturas econômicas’ [...] se pode considerar um axioma, em economia política, que não há economia no sentido de um tipo econômico único e geral, mas economias, isto é, diversos tipos de estruturas econômicas. O sistema e aparelhos financeiros que convêm aos países credores e industriais (supercapitalistas, na terminologia de Wagemann), não são os mais adequados às diferentes necessidades de outros climas econômicos, como os países devedores, de base agrária, que o economista alemão denomina de neocapitalistas. Os bancos especializados são aparelhos ótimos nos países de organização bancária avançada e possuidores de importantes mercados financeiros, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, etc. Entretanto, nos países novos, de base agrária, o clima econômico é mais propício aos bancos mistos, que operando simultaneamente no crédito comercial e no crédito à produção, realizam o financiamento da agricultura, e da indústria, de modo muito menos dispendioso, o que é essencial, já que a modicidade das taxas de juros é um dos pontos nevralgicos do crédito a produção.

Neste sentido, de acordo com a estrutura econômica, haveria uma forma mais adequada para a institucionalidade do sistema financeiro, não havendo apenas uma forma dominante ou adequada. Magalhães (1939) apresenta argumentos semelhantes aos de Truda (1937) sobre a conveniência de se criar uma estrutura de crédito especializado dentro do Banco do Brasil ao invés de um banco especializado. Segundo Magalhães (1939, p.6):

Operando adicionalmente no crédito à agricultura e à indústria, o Banco do Brasil, - transformado, assim em ‘Banco misto’ – vale-se de sua rede de agência, já custeada pela renda de suas operações de crédito comercial comum. Isso significa que as operações de crédito à produção ficam reduzidas ao mínimo. O contrário se verificaria se se instituísse, no Brasil, um banco especializado no crédito agroindustrial, que teria de criar e manter sua própria rede de filiais. A renda das operações de crédito a produção teria de pagar não uma pequena quota das despesas administrativas do Banco, mas a totalidade destas. O Banco do Brasil possui quase cem agências e [...] mais de cento e cinquenta sub-agências, localizadas preferencialmente nas zonas agrícolas do Norte e Nordeste, onde mais se faz sentir as deficiências dos estabelecimentos de crédito. É fácil imaginar quanto custaria a um Banco especializado a manutenção de mais de duzentas e cinquenta agências, sem falar no tempo e nas despesas necessárias à sua instalação.

Outro ponto é destacado por Magalhães (1939), quanto a Estrutura Econômica e o sistema financeiro. Em crítica direta as propostas feitas por Ramos (1939b)⁵, afirma que os bancos mistos e especializados correspondem a fases distintas do processo de evolução econômica de um país. Assim, quando um país passa da fase agrária para a fase industrial, poderia haver a migração para a criação de um Banco especializado. Cabe aqui a menção possivelmente premonitória do entrevistado (MAGALHÃES, 1939, p. 6):

⁵ “Leio sempre os trabalhos do Sr. Mario de Andrade Ramos, nome que cito com respeito e admiração. Lamento, entretanto, ter de divergir radicalmente da opinião que ele sustentou” (MAGALHÃES, 1939, p.6)

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil constitui, sem dúvida, o núcleo de um futuro Banco especializado. Este, porém, só deverá surgir muito mais tarde, quando o volume das operações da Carteira atinja uma massa considerável, que permita reduzir o custo unitário das despesas administrativas.

Como será visto adiante, a CREAÍ teve a companhia, por mais de uma década, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, também em um governo de Getúlio Vargas. Apesar de a previsão comportar a transformação de uma carteira de crédito especializado, dentro do Banco do Brasil, em um Banco especializado, o que ocorreu de fato foi a existência conjunta das duas instituições, até 1969, quando a CREAÍ tem suas atividades divididas, sendo a parte industrial incorporada a Carteira de Crédito Geral e a parte rural ficando a cargo da Carteira de Crédito Rural. Sobre este aspecto Pacheco (1979) aponta que as operações comerciais do Banco do Brasil garantiriam uma maior margem para suportar as operações da CREAÍ, em termos de custeio e menor rentabilidade das suas atividades. “Presumivelmente foi esta a consideração que, a par da eficiência e do sucesso que logo alcançou a mesma Carteira do Banco do Brasil, levou a ficar esta como definitiva e ao abandono da ideia do novo Banco”⁶ (PACHECO, 1979, p.407).

Magalhães (1939, p. 6) também fala a respeito da insuficiência de crédito interno, sua relação com a disponibilidade de capital no país e a necessidade de se adotar o critério de progressividade na oferta de crédito por parte da recém-criada Carteira, mostrando que tais pontos foram discutidos para a escolha do formato da instituição apontando que durante a análise, “os estudos referentes à criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, foram estabelecidos certos postulados, hauridos na investigação objetiva da estrutura e da posição financeira do Brasil”. Devido ao baixo volume de capital interno disponível no país, não seria possível para a CREAÍ atender a todos os tipos de crédito, sendo necessário começar pelo crédito de custeio para depois alcançar, sucessivamente, o crédito de melhoramento mobiliário e de investimento.

Frente a organização das preferências que deveriam ser adotadas, Magalhães (1939, p. 6) destaca a contrapartida em garantias. De acordo com o entrevistado, o crédito de curto e

⁶ Ainda sobre a relação entre a CREAÍ e um futuro Banco especializado, Pacheco (1979, p.413) afirma: “Estava assim instituída, no Banco do Brasil, já produzindo frutos, que iam se tornar cada vez mais abundantes e benéficos, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, de que, tornando-se cada vez mais eficiente e atuante, resultaria desnecessária, até hoje, a criação de um Banco especializado e autônomo para o mesmo crédito”. O mesmo autor aponta que em reunião realizada em 3 de janeiro de 1939, a própria diretoria do Banco do Brasil, cogitou dar autonomia administrativa, financeira e econômica à Carteira, o que acabou não se observando pela consolidação da mesma como parte do Banco do Brasil. Cabe salientar que a tradicional obra de História do Banco do Brasil tem como data limite de suas pesquisas o ano de 1951, um ano antes da criação do BNDE, banco especializado e voltado majoritariamente para o crédito industrial.

médio prazo, que deveriam ser adotados inicialmente, não necessitariam de contrapartidas imobiliárias. Estas, seriam necessárias apenas quando se organizasse o crédito de longo prazo, voltado para investimentos em capital fixo. Como será visto adiante, na seção sobre os regulamentos adotados pela CREAM, de fato há uma relação entre as garantias estabelecidas por legislação, que virá a dar suporte para a Carteira, e os prazos dos créditos. Por fim, quanto as bases de uma política de crédito assentada em bancos cooperativistas, subordinados a uma instituição centralizada, o entrevistado afirma que o formato não seria factível no Brasil por não haver organização cooperativa suficiente. Apesar disso, afirma que foi levado em consideração, quando da criação da Carteira, a necessidade de se estimular o cooperativismo agrícola.

Observa-se que a introdução do crédito especializado no Brasil foi alvo de debates em torno de seu formato, apesar de haver a consideração por parte dos debatedores de que o mesmo deveria ser adotado. A origem do discurso adotado por ambos os debatedores, Truda (1937, Ramos (1939) e Magalhães (1939) são identificáveis como correspondentes de escolas distintas de pensamento econômico. Como explicitado por Magalhães (1939) a sua visão de sistema econômico se assemelha ao que fora apontado pelos economistas que seguiam as ideias da Escola Histórica Alemã, com ênfase às diferenças das estruturas econômicas e na necessidade de adoção de políticas econômicas que atendessem a tais especificidades.

Por outro lado, Mario de Andrade Ramos, em outra oportunidade, identifica-se como defensor do liberalismo econômico ao afirmar: “E dentro dos princípios da boa economia liberal, isto é, da economia clássica, que respeita determinadas leis que não nascem nem do acaso, nem do palpite, mas das estatísticas, dos números, das observações e dos estudos” (RAMOS, 1939a, p. 6). Neste sentido, destaca-se que as discussões apresentadas com relação a formação do crédito especializado guardam alguma relação com outros debates que envolveram a formação econômica brasileira, tal como apresentado por Fonseca (2012a), Fonseca e Mollo (2012) e Bielschowsky (2012).

3.2 A REGULAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DA CREAM

Ao instituir uma nova institucionalidade para o crédito no Brasil, com a introdução do crédito especializado, fez-se necessário a criação de mecanismos legais que regulassem a atuação da CREAM. Neste sentido, foram estabelecidos quatro regulamentos para a carteira, nos anos de 1937, 1939, 1942 e 1952. Será visto que os regulamentos apontam para uma diversificação da cobertura dos créditos que seriam concedidos pela Carteira, para uma

ampliação dos prazos dos empréstimos, além de conter detalhamentos sobre a questão das fontes de recursos que seriam utilizadas para a realização das operações de crédito.

3.2.1 O Regulamento de 1937

O primeiro regulamento da CREAM foi aprovado pelo Ministro da Fazenda em 02/10/1937 e publicado no Diário Oficial da União em 27/11/1937. Neste regulamento estão postas as delimitações para o início das operações da carteira, divididos em cinco capítulos, sendo eles: da finalidade, das operações, dos contratos e garantias, dos recursos e da administração.

Em seu primeiro artigo está posto de forma clara a intencionalidade da atuação no financiamento das atividades econômicas nacionais: “Art.1º - A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituída com o objetivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, prestará assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias” (BANCO DO BRASIL, 1952a). É interessante notar que tal artigo permanece inalterado durante as modificações por quais o regulamento da instituição passou no período mencionado. O segundo artigo do regulamento especifica quais para quais finalidades a assistência financeira será oferecida, que são:

a) aquisição de adubos, sementes, gado destinado à criação e melhora de rebanho e animais de serviço para os trabalhos rurais; b) aquisição de matérias primas; c) custeio de entressafra; d) aquisição de reprodutores e máquinas agrícolas; e) reforma ou aperfeiçoamento de maquinaria das indústrias de transformação; f) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias primas do país e aproveitamento de recursos naturais, ou que interessem à defesa nacional. Parágrafo único – não são permitidos empréstimos para a aquisição de imóveis ou a instalação inicial de aparelhagem industrial (BANCO DO BRASIL, 1952a).

Este artigo, portanto, explicita características que serão importantes na atuação da Carteira durante o período que vai da sua fundação até o final da década de 1940. Percebe-se uma maior ênfase para o financiamento das atividades rurais – agricultura e pecuária – do que para o financiamento de atividades industriais, dado que a gama de possibilidades desta última é menor. Além disso, chama atenção o parágrafo único do artigo, que veta a utilização dos recursos da carteira para instalação inicial de indústrias, seja para a compra de imóveis, seja para compra de aparelhagem industrial. Como foi visto anteriormente, este tipo de regulamentação pode ser entendido à luz de uma orientação gradualista da atuação da carteira. Observa-se, tanto nos relatórios do Banco do Brasil, quanto nos relatórios da CREAM, a ideia

de que as operações deveriam atingir patamares mais elevados – de volume, prazo e gama de atividades atendidas – na medida em que houvesse uma consolidação da carteira.

As operações da carteira foram definidas dentro do capítulo dois, nos artigos 3º ao 9º, e apresentam as condições para estabelecimento dos contratos, os percentuais que poderiam ser financiados por tipo de operação e também os prazos. Para que os contratos sejam realizados, era necessário que os tomadores, em quaisquer dos setores, estivessem legalmente constituídos, incluindo entre a categoria de agricultores as atividades ligadas a extração vegetal. Além disso, expressava que teriam como garantia penhor rural, mercantil, fiança ou hipoteca. Outro elemento importante das operações eram os percentuais que as atividades de financiamento poderiam atender, frente ao total do investimento a ser realizado. Para atividades rurais, o financiamento não poderia ultrapassar um terço da safra subsequente a realização do contrato; enquanto as atividades de aquisição de animais (para criação, reprodução e serviço) e máquinas agrícolas poderiam atingir 40% do custo total de aquisição. Por sua vez, os financiamentos industriais também poderiam ser financiados em até 40% do total das aquisições; exceto para financiamentos que atendessem aos critérios da letra f do artigo 2º, que poderiam atingir 50% do total investido.

Os prazos contratuais estavam associados ao tipo de finalidade do financiamento, conforme apresentado no artigo 2º do regulamento. Os contratos poderiam ser: de um ano para atividades relacionadas aos financiamentos de atividades relacionadas as finalidades apresentadas nas letras “a”, “b” e “c”; de dois anos para a letra “d”; três anos para a letra “e”; e cinco anos para a letra “f”, do artigo 2º do regulamento. Logo, percebe-se que o banco havia identificado a necessidade de fornecer crédito de maior prazo para atividades industriais específicas. Fica estabelecido pelo artigo 9º que “a Diretoria fixará, por períodos, as taxas de juros cobráveis da Carteira” (BANCO DO BRASIL, 1952a), sendo que as taxas não constam no regulamento.

O capítulo terceiro do regulamento apresenta a estrutura do contrato, quais elementos devem constar do mesmo e também as garantias que serão aceitas tais como penhores e hipotecas, nos artigos 10 ao 17. Fazem parte dos pontos que devem ser declarados em contrato, por exemplo: o valor do empréstimo, o vencimento, as datas pertinentes, a obrigatoriedade de prestação de informações por parte do mutuário, os direitos de fiscalização por parte do banco, os juros, as garantias, etc. É importante destacar que os artigos 11 ao 17 são aqueles que tratam das garantias que seriam aceitas pelo Banco do Brasil ao estabelecer os contratos.

Como será visto adiante, um conjunto de leis foram adotadas para que as operações da CREAM fossem amparadas em termos de garantias e recursos. Com relação as garantias, foram

estabelecidos pelo decreto-lei nº 492 de 30/08/1937 a regulamentação sobre o penhor rural e as cédulas pignoratícias (BRASIL, 1939b). Tal lei passa a fazer parte do regulamento da carteira, ao estabelecer o que pode ser recebido pelo banco como penhor agrícola, pecuário e mercantil. Como penhor rural eram aceitos máquinas e instrumentos agrícolas, colheitas pendentes e frutos armazenados. Os animais utilizados nas explorações pecuárias eram aceitos para este tipo de penhor. O penhor mercantil poderia ser realizado na forma de produtos não perecíveis, títulos da Dívida Pública Federal (com redução mínima de 20% sobre o valor real), letras de câmbio, promissórias e duplicatas (também com redução mínima de 20% sobre o valor real) e também títulos relacionados a produtos não perecíveis (com a mesma redução mínima de 20%). Para os financiamentos industriais com prazo de financiamento de até cinco anos tinham como garantias a primeira hipoteca ou o penhor mercantil. Até então não havia regulamentação do penhor de máquinas e aparelhos industriais, que aconteceria somente em 16/05/1939, com o decreto-lei nº 1.271 (BRASIL, 1939b).

Um elemento central na operação da CREAM é a sua política de *funding*, que está apresentada, em sua forma legal, no capítulo quarto do regulamento. Este capítulo explicita a intenção de que a Carteira opere com recursos obtidos através da emissão de bônus ao portador, que poderiam ser negociados em bolsa de valores, quando foi criada, em 1937. Entretanto, na realidade, como será visto adiante, os recursos utilizados foram majoritariamente obtidos por meio de depósitos compulsórios ou da CARED. De qualquer forma, os artigos 18 a 24 apresentam a política de emissão de bônus que deveria ser adotada. Os bônus poderiam ter valor de face de 500\$, 1:000\$, 10:000\$, 50:000\$ ou 100:000\$ e teriam como prazo um, dois, três e cinco anos, sendo assinados pelo presidente do Banco e pelo Diretor da Carteira.

Dois pontos são importantes de serem destacados sobre a política de emissão de bônus. O primeiro é o que trata do volume de emissões, que deveriam acontecer de acordo com o volume de financiamentos realizados, indicando a intenção de equilíbrio entre recursos e aplicações. O segundo ponto é o que trata da destinação dos recursos obtidos com bônus de prazos distintos. Pelos artigos 21 e 22, ficou convencionado que os bônus de até três anos seriam destinados aos empréstimos que aludidos pelas letras “a” até “e” do artigo 2º do regulamento, enquanto que os bônus de cinco anos seriam utilizados para os empréstimos relativos a letra “f” do artigo 2º. O que pode ser depreendido desta política era a necessidade de vincular recursos e aplicações em termos de prazos, uma vez que a utilização de recursos de curto prazo em aplicações de longo prazo poderia apresentar risco de solvência para a carteira. De acordo com o Decreto-Lei nº 221, de 27/01/1938 (BRASIL, 1938a), os bônus emitidos para financiamento das operações da CREAM seriam isentos de qualquer tipo de tributação, sejam elas federais,

estaduais ou municipais. Os custos, relativos a inscrição cartorial dos bônus, seriam cobrados pela metade.

A estrutura administrativa da carteira foi delimitada pelo capítulo cinco do regulamento, em seus artigos 25, 26 e 27. Nestes artigos ficou estabelecido que a CREAM teria um ou mais diretores próprios, indicados pelo presidente do Banco do Brasil, a quem seriam atribuídas as responsabilidades administrativas, incluindo o estudo das taxas de juros que deveriam ser cobradas pela carteira, a elaboração de relatórios detalhados sobre as operações da mesma, além da fiscalização das operações, o controle das emissões de bônus e também a “a confecção de estatística mais completa possível da produção nacional” (BANCO DO BRASIL, 1952a).

3.2.2 O Regulamento de 1939

Em 26 de abril de 1939 foi publicado, sob aprovação do Ministro da Fazenda, um novo regulamento para a CREAM. Sobre a estrutura do novo regulamento, há o acréscimo de um capítulo sobre os Empréstimos em Letras Hipotecárias. Além deste acréscimo, alguns artigos importantes são alterados. É interessante ressaltar que o relatório de 1937 foi efetivamente pouco utilizado, uma vez que o início das operações da carteira ocorre em 1938. Em documento interno da instituição, (BANCO DO BRASIL, 1939a), há uma breve exposição sobre as mudanças que ocorreram no regulamento da carteira. Nelas são destacadas as alterações que são feitas e que visam aperfeiçoar o papel da Carteira “como agente direto e de maior projeção do programa de desenvolvimento e de recuperação econômica que o Governo do país vem executando” (BANCO DO BRASIL, 1939a, p. 2)

Com relação a finalidade da carteira, há uma expansão dos tipos de atividades para os quais a assistência financeira poderia ser ofertada. Enquanto o artigo 1º do regulamento tem sua redação mantida, o artigo 2º passa a ser apresentado com a seguinte redação:

Art.2º - Essa assistência será prestada com os seguintes fins: a) custeio de entressafra; aquisição de adubos e sementes; b) aquisição de máquinas agrícolas e de animais de serviço para os serviços rurais; c) custeio de criação; d) aquisição de reprodutores e de gado destinado à criação e melhora de rebanho; e) aquisição de matérias primas; f) reforma ou aperfeiçoamento de maquinaria das indústrias de transformação; g) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias primas do país e aproveitamento de seus recursos naturais, ou que interessem à defesa nacional (BANCO DO BRASIL, 1952a).

Uma alteração importante é realizada com a inclusão de um novo artigo, o 3º, no capítulo das finalidades da carteira. Anteriormente, no regulamento de 1937, a CREAM estava proibida

de fornecer empréstimos para aquisição de imóveis e instalação de aparelhos industriais. Isso é modificado no relatório de 1939. Apesar de mantida a proibição, expressa no artigo 3º, há a ressalva, feita pelo parágrafo único, de que:

excepcionalmente, será permitido empréstimo para essa instalação, quando a indústria interessar diretamente à defesa nacional, e, aprovado o projeto pelo Estado Maior do Exército ou da Armada, houver sido a sua montagem julgada conveniente pelo Presidente da República (BANCO DO BRASIL, 1952a).

Com esta alteração, portanto, amplia-se o leque de financiamentos que poderiam ser concedidos pela CREA no âmbito da indústria, apesar de a ressalva ser bastante específica com o tipo de indústria que poderá ser apoiada. Como foi visto, a criação do crédito especializado no Brasil foi motivada, em primeiro momento, pelos apelos feitos para o crédito rural. Este setor, como se sabe, precede o desenvolvimento industrial brasileiro, portanto é natural que o foco inicial da carteira esteja no atendimento dos pedidos que já se faziam há mais tempo. Além disso, o setor ainda era predominante na economia nacional, mesmo com o crescimento da consciência e intencionalidade industrializante por parte do governo, e também das associações industriais e da burguesia nacional.

Com relação as operações da carteira, o capítulo dois apresenta algumas modificações na redação do artigo que trata das limitações aos empréstimos. A partir do regulamento de 1939, mantém-se as proporções de um terço, 40% e 50% de limite aos empréstimos. Os empréstimos agrícolas e pecuários têm como limite de financiamento um terço do total da safra estimada, no caso da agricultura, e de um terço do rendimento esperado da criação pecuária. No caso da agricultura, é feita a ressalva de que em casos de operações com custo elevado de se estimar a colheita futura, e que seriam desinteressantes para a carteira, poderiam ser financiados um terço da média do resultado das últimas três colheitas, não ultrapassando 5:000\$000 (cinco contos de réis). Esta medida seria uma forma de beneficiar o pequeno produtor, segundo (BANCO DO BRASIL, 1939a). Para a indústria, no caso da letra “f” do artigo 2º o limite aos empréstimos é de 40% do valor das reformas, aperfeiçoamentos ou aquisições, mas também levando em conta a capacidade de pagamento do tomador medido pela produção estimada no período da operação. Para os empréstimos representados pela letra “g” do 2º do regulamento, o limite pode chegar a 50% das aquisições de imóveis ou de máquinas e equipamentos.

Os prazos continuam de um, dois, três e cinco anos. Com base no artigo 2º, são atendidos por empréstimos de um ano as letras “a”, “c” e “e”; de dois anos as letras “b” e “d”; de três anos a letra “f”; e de cinco anos a letra “g”. Como se vê, não há no regulamento uma divisão entre financiamentos de curto e longo prazo. Entretanto, é possível identificar que a divisão dos

prazos para os empréstimos sinaliza esta divisão, ao atribuir prazos menores para atividades de custeio, como a compra de matérias primas, e maiores prazos para atividades de investimento, como a reforma, aperfeiçoamento e compra de maquinário para indústrias genuinamente nacionais. Os juros, como no regulamento anterior, seriam definidos pela diretoria de acordo com os períodos dos empréstimos.

No capítulo três, sobre os contratos e garantias, poucas mudanças acontecem. Uma delas é aceitação de cédulas rurais como forma de penhor mercantil, outra é a incorporação da fiança como uma das formas de garantia dos contratos, no artigo 15 do regulamento de 1939, não podendo ser garantia de empréstimos superiores a um ano. O artigo 16 também teve nova redação, excluindo a especificação sobre empréstimos industriais de cinco anos e incluindo apenas que as hipotecas incluem maquinaria, instalações e imóveis. Continua como termo do contrato, que os bens que foram postos como garantia do contrato serão avaliados por alguém indicado pelo Banco. No capítulo quatro, sobre as fontes de recursos, não foram realizadas modificações que ultrapassem a redação de poucos artigos e, portanto, são de pouco significado.

Como mencionado anteriormente, há a inclusão de um capítulo sobre os empréstimos em Letras Hipotecárias por parte da CREAM, que inclui os artigos 26 a 30 nos regulamentos da Carteira. Por estes artigos serão efetuados empréstimos em letras hipotecárias, autorizados pelos Decretos-Leis n.º 1.002 e 1.172 de 29/12/1938 e 27/03/1939 respectivamente⁷⁷ (BRASIL, 1938b, 1939e). O objetivo desta modalidade de empréstimos era a de amenizar a situação de agricultores que haviam contraído dívidas anteriores a dezembro de 1937, realizando a quitação da dívida contraída. Os empréstimos efetuados por meio das letras corresponderiam em até 75% do valor dos bens imóveis que compõem a garantia.

Os Empréstimos em Letras Hipotecárias poderiam ter seu prazo estendido em até 20 anos, a depender da capacidade de pagamento do devedor e será realizada por meio de prestações anuais, com a primeira parcela da sendo paga ao final do segundo ano do contrato. Os juros para tais operações seriam de 8,5% ao ano, com uma taxa de comissão de 0,5% que seria cobrada sobre o saldo devedor do empréstimo. Observa-se que por meio desta nova modalidade de empréstimos, a CREAM atende também a agricultores que não puderam ser

⁷⁷ Os Decretos-Leis que autorizam a emissão de Letras Hipotecárias para empréstimos aos agricultores foram regulamentados pelo Decreto-Lei nº 1.230, de 29/04/1939 (BRASIL, 1939a). Neste regulamento, há a definição de quem pode ser considerado agricultor, e como deveria ser provada essa relação para o período anterior a 31/12/1937, uma vez que a motivação inicial dos empréstimos por meio das letras era beneficiar agricultores com dívidas constituídas antes deste período. Tais dívidas foram alvo de uma moratória, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 150, de 30/12/1937, que visava a normalização do crédito agrícola que seria proporcionado pela especial que estava sendo criada no Banco do Brasil, e que suspendia até 31/03/1938 as execuções judiciais de dívidas contraídas por agricultores (BRASIL, 1937b). Posteriormente, por meio do Decreto-Lei nº 1.001, o prazo foi prorrogado para 31/12/1939 (BRASIL, 1938c).

atendidos por crédito especializado, inexistente antes de 1937, nos termos de uma Carteira como a CREAM. De acordo com o que fora regulamentado pelo Decreto nº 370, de 02/05/1890, ao portador, as letras hipotecárias poderiam ser negociadas em bolsa de valores, com prazo não superior a 20 anos (BRASIL, 1890).

No capítulo seis, que trata da administração da Carteira, são inclusos artigos que criam novas funções associadas à CREAM. A primeira delas é a função do gerente, que teria como atribuições a realização de atividades operacionais relacionadas com a carteira e que seriam depois aprovadas pelo seu diretor. O regulamento de 1939 explicita as áreas administrativas que foram estabelecidas internamente, a Seção de Crédito Agrícola e Industrial e Seção de Empréstimos em Letras Hipotecárias. Também consta, nesse capítulo, o número de funcionários (secretários, auxiliares de gabinetes e escriturários) que ficariam sob responsabilidade do gerente. Como a carteira foi dividida em duas seções, também foi criada a função de chefe de seção, que teria como atribuições o direcionamento dos serviços da seção, a organização dos serviços e verificação de documentos. Por fim, fica estabelecido que ela terá uma assistência jurídica, que teria como atribuições a emissão de pareceres por solicitação do diretor ou gerente, o exame dos documentos relativos aos contratos e, com destaque, a orientação das ações da carteira quando houvessem algum tipo de contencioso jurídico.

Por fim, nas disposições gerais, afirma-se que o regulamento só entraria em vigor com a aprovação do Ministro da Fazenda. Observa-se, portanto, que o regulamento inicial da Carteira, aprovado em 02/10/1937, não teve duração prolongada, uma vez que em 24/04/1939 um novo regulamento havia sido aprovado. Esta curta duração, ao que tudo indica, tem relação com a efetiva operação da mesma, uma vez que o novo regulamento introduz maiores especificações sobre a finalidade dos financiamentos, incluindo atividades industriais ligadas à defesa nacional. Também parece ter relação com as necessidades administrativas reais de uma Carteira de Crédito com as finalidades da CREAM, ao incluir novas funções primordiais para a sua institucionalização, com destaque para a criação de funções jurídicas.

3.2.3 O Regulamento de 1942

Assim como o regulamento de 1937, o regulamento de 1939 foi substituído, em 15/05/1942. Também como aconteceu na mudança anterior, a finalidade da Carteira, expressa no seu primeiro artigo, se manteve. Quanto as finalidades para as quais seriam prestados o auxílio financeiro da CREAM há um melhor detalhamento. O Art.2º passa a ter a seguinte composição:

Art.2º - Essa assistência será prestada com os seguintes fins: a) custeio de entressafra; aquisição de adubos e sementes; b) aquisição de máquinas agrícolas e de animais de serviço para os serviços rurais; c) custeio de criação; d) aquisição de gado para engorda; e) aquisição de gado para criação; f) aquisição de reprodutores e de gado destinado à criação e melhora de rebanho; g) melhoramento das condições de rendimento das explorações agrícolas e pastoris; h) aquisição de matérias primas; i) reforma ou aperfeiçoamento da maquinaria das indústrias de transformação; j) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais pela utilização de matérias primas do País e aproveitamento de seus recursos naturais, ou que interessem à defesa nacional (BANCO DO BRASIL, 1952a, p. 183)

Outra modificação importante na redação do Art.3º é observada. Como foi visto, no regulamento de 1939, neste artigo passa a constar que a CREA não poderia fornecer empréstimos para instalação inicial de indústrias, para aquisição imóveis ou instalação de máquinas e equipamentos. Com o regulamento de 1942 há uma modificação nas exceções:

Parágrafo único – Excepcionalmente, porém, será permitido o empréstimo para essa instalação: a) quando a indústria interessar diretamente à defesa econômica ou militar do País e a sua montagem houver sido julgada conveniente e oportuna pelo Presidente da República; b) quando a aparelhagem se destinar à industrialização de produtos agrícolas ou pastoris e a operação for proposta por produtor rural (BANCO DO BRASIL, 1952a, p. 184)

A mudança apresentada pelo regulamento de 1942 parece importante no sentido de dar maior poder de direcionamento, por parte do Presidente da República, Getúlio Vargas, para os investimentos industriais que poderiam contar com o auxílio financeiro da CREA. Este aspecto é importante na medida em que há o discurso de industrialização por parte do presidente (FONSECA, 2003b, 2014b). Além do que foi expresso pela letra “a” do parágrafo único, o texto representado pela letra “b” um direcionamento dos esforços de financiamento das atividades industriais da Carteira para atividades que tivessem conexão com a atividade rural. Este acréscimo no regulamento é importante por mostrar que há uma busca pela integração das cadeias rurais com as industriais. Além disso, demonstra a preocupação, já na década de 1940, de aumentar a produtividade das atividades agrícolas, adicionando o processo de industrialização da sua produção no próprio ambiente da propriedade rural, potencializado a agroindústria.

Algumas mudanças importantes acontecem também no capítulo dois do regulamento, que trata das operações da carteira. Há uma expansão dos limites de empréstimos concedidos para a agricultura, passando a ser possível obter empréstimos que correspondam a até 60% da safra estimada para o período imediatamente posterior a operação, ou, em caso de o total da safra for elevado a ponto de tornar-se desinteressante a operação, 60% da média das três últimas

colheitas, desde que seu valor não ultrapasse Cr\$ 10.000,00. Os empréstimos pecuários também poderiam ser de até 60% dos resultados esperados durante o período da operação. Merece destaque a ampliação dos limites de empréstimos para os financiamentos de melhoramentos das atividades rurais, que poderiam ser equivalentes ao total dos resultados líquidos esperados no prazo de vigência da operação. Também as atividades tiveram os seus limites de empréstimos alargados, para o total do valor das reformas, aperfeiçoamentos ou aquisições realizadas pelo tomador. Observa-se que nos dois últimos casos, deveria ser observado a capacidade de pagamento daqueles que contrairiam os empréstimos.

Por outro lado, os prazos das operações também são ampliados, com a inclusão do prazo de dez anos. Assim, as operações passam a ser de um, dois, três, cinco e dez anos. Para operações descritas nas letras “c”, “d” e “h”, do artigo 2º do regulamento, o prazo é de um ano; para a letra “a” de dois anos⁸; para as letras “b”, “e” e “f” o prazo é de três anos; a letra “g” tem prazo de cinco anos; e as letras “i” e “j” têm prazo de empréstimo de dez anos⁹. Nota-se que as atividades que contam com empréstimos de maior prazo são aquelas que estão ligadas a investimentos e as de menor prazo relacionado ao custeio das atividades. Os juros das atividades rurais foram fixados no regulamento de 1942 em 7% ao ano. Não há menção sobre a taxa de juros que seria cobrada dos empréstimos para as atividades industriais.

No capítulo três, dos contratos e garantias, há poucas mudanças. A primeira é que não há mais o desconto de 20% sobre os títulos que eram aceitos como penhor mercantil. Também se destaca a criação do penhor rural, pelo Decreto-lei nº 1.271 de 16/05/1939 (BRASIL 1939b), quando passam a ser aceitos máquinas e equipamentos em penhora. Como ficou demonstrado nos regulamentos anteriores, há a busca por um paralelismo entre as aplicações e as fontes de recursos. Assim, dado que houve um aumento nos prazos dos empréstimos da Carteira, o mesmo ocorre com os bônus que eram emitidos pela mesma. Neste sentido, passam a constar no regulamento que a carteira buscaria emitir bônus nos prazos de um, dois, cinco e dez anos, excluindo-se os bônus de três anos. Os valores, dado a mudança monetária, passam a ser nominados em cruzeiros, variando de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 100.000,00. Mantém-se a regra de

⁸ Os prazos dos penhores agrícola e pecuário foram ampliados para dois e três anos, respectivamente, pelo Decreto-Lei 4.360, de 05/06/1942 (Brasil 1942c), sendo que antes eram de um e dois anos, conforme Lei nº 454 (BRASIL, 1937a). Observa-se que o Decreto-Lei 4.360 entrou em vigor após o regulamento de 1942, provavelmente com o intuito de dar suporte à mudança nos prazos dos empréstimos para os dois setores que foram beneficiados.

⁹ A extensão do prazo dos empréstimos às atividades industriais já havia acontecido por meio do Decreto-Lei 4.125, de 24/02/1942 (Brasil, 1942a), já havia sido estabelecido, no Artigo 1º que “Fica elevado para dez anos o prazo máximo de que trata o art. 6º da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, para os empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil aplicáveis à reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais.” (BANCO DO BRASIL, 1952a, p. 74)

emissão de bônus que não ultrapassem o total de empréstimos concedidos pela CREAM. Os bônus de um a cinco anos atenderiam os empréstimos que são expostos nas letras “a” até “h”, do artigo 2º, enquanto os bônus de dez anos atenderiam os empréstimos que atenderiam as finalidades das letras “i” e “j”.

Ainda sobre as fontes de recursos que seriam utilizadas pelo Banco do Brasil para os empréstimos da CREAM, o artigo 21 do regulamento de 1942 introduz uma novidade que será significativa para a formação do funding da Carteira até 1964. O artigo passa a ter a seguinte redação:

Art.21º - Para os financiamentos rurais e industriais, além de utilizar os recursos que o seu encaixe geral permitir, o Banco poderá redescotar contratos de financiamento, na forma estabelecida no art.3º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1940, e emitir bônus ao portador, negociáveis em bolsa, assinados pelo Presidente e pelo Diretor da Carteira.

Por meio do Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1940 (BRASIL 1940b), que trata dos recursos para a CREAM, ficou estabelecido que o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões deveriam utilizar 15% dos seus fundos para compra dos bônus que fossem emitidos para composição dos recursos da Carteira. Ainda, segundo o decreto, seriam depositados no Banco do Brasil recursos que dependeriam de autorização judicial para utilização e também os depósitos realizados para garantia da execução de contratos firmados com empresas que fornecem serviços públicos. Também trata, em seu terceiro artigo, que os contratos que tivessem no penhor rural a forma de garantia, poderiam ter suas cédulas redescotadas pela Carteira de Redescontos, com taxa inferior a 2%. Por fim, institui que a taxa de juros dos financiamentos rurais, realizados pela Carteira, não poderiam exceder a 7%.

Por meio do Decreto-Lei 3.077, de 26/02/1941 (BRASIL 1941), foi normatizado o recolhimento dos recursos para a CREAM. Em seu primeiro artigo, o decreto reafirma que recursos que dependessem de autorização judicial para sua utilização deveriam ser obrigatoriamente depositados no Banco do Brasil. O mesmo acontece com o artigo segundo, que determina que todos os depósitos realizados como garantia da execução ou pagamento de serviços públicos deveriam ser feitos ao Banco do Brasil. Os valores que seriam recolhidos desta forma não renderiam juros para as empresas concessionárias, enquanto os consumidores ou assinantes dos serviços, poderiam reclamar juros depois de liquidados os depósitos. Os recursos obtidos pela compra de bônus realizada pelo Instituto de Previdência e Assistência dos

Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, que seriam de 15% dos seus fundos, seriam remunerados a 5% ao ano (BANCO DO BRASIL, 1952a).

Com relação as Letras Hipotecárias, reguladas no capítulo cinco, passam a ser aceitas a liquidação de dívidas que fossem contraídas até 15/12/1939¹⁰, aumentando em dois anos o período de aceitação, mantendo-se o prazo de até 20 anos e as taxas de juro e comissão, de 8,5% e 0,5% respectivamente. No capítulo da administração da carteira, foi incluído a função de subgerente, que seriam no número de três. As seções não são mais limitadas a duas e podem ser criadas no número que forem julgadas necessárias, sob orientação do diretor da Carteira. Mantém-se a existência da figura da assistência jurídica, criada no regulamento de 1939.

O regulamento de 1942 terá uma vigência superior aos anteriores, pois um novo regulamento para a Carteira só será adotado em 1952. Portanto, é o último regulamento editado no início da década de 1942 que irá regular a atuação da CREAMI até 1952. Neste período também foram implementados um conjunto de Decretos-leis que regulam o crédito agrícola, pecuário e industrial e também aqueles realizados em letras hipotecárias. Observa-se assim, que para além da criação de uma instituição de crédito vinculada ao Banco do Brasil, também foi criada uma legislação que desse suporte para as suas operações.

3.2.4 O Regulamento de 1952

O regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial de 1952 traz consigo uma exposição de motivos feita pelo Diretor da Carteira, José Loureiro da Silva (BANCO DO BRASIL, 1952a). Nesta, apresenta os motivos que levaram a reforma e também o entendimento sobre a participação da CREAMI no financiamento das atividades econômicas no país. Após uma breve relação das mudanças ocorridas ao longo do tempo, afirma que uma nova reforma dos regulamentos era necessária em 1945, quando também era diretor da CREAMI. Entretanto, a reforma só viria em 1952, durante o segundo Governo Vargas.

José Loureiro da Silva, aponta que a Carteira deveria expandir sua atuação para além dos limites do crédito de custeio ou de melhoramentos, no caso dos rurais, ou da compra de matéria prima, para os industriais. Afirmava que, em todos os países onde o crédito rural e

¹⁰ Esta modificação ocorreu através do Decreto-Lei nº 1.888, de 15/12/1939 (BRASIL, 1939d). O decreto tratava dos empréstimos e benefícios que seriam concedidos a agricultores que não puderam ser atendidos pela CREAMI, criada em 1937. Um dos objetivos era de que os benefícios da recém-criada carteira pudessem ser efetivos, e para isso era preciso criar condições para que os agricultores pudessem quitar suas dívidas antigas. Ficava a cargo da Câmara de Reajustamento econômico, conceder os benefícios propostos pelo decreto. Nota-se que a CREAMI, além de conceder crédito para novas operações agrícolas, também seria responsável pela consolidação e saneamento das dívidas obtidas pelos agricultores antes de sua criação.

industrial passou para uma fase de maior maturidade, houve uma expansão das atividades apoiadas pelo crédito especializado. Neste sentido, as principais inovações apresentadas pelo novo regulamento são relacionadas a expansão dos tipos de empréstimos que passam a ser realizados, como os destinados a compra de terras, chamados de fundiários, os créditos às cooperativas e também os empréstimos de investimentos. Ao fim da sua exposição de motivos, Loureiro da Silva coloca a CREAÍ no mesmo plano das ações de crédito especializado dos países desenvolvidos:

Tal como surge, estruturado num sistema orgânico de normas e preceitos extraídos da experiência e de estudos seguros, o novo Regulamento da Carteira coloca o Brasil ao lado ou senão mesmo à frente dos países de crédito especializado mais evoluído e amplo (BANCO DO BRASIL, 1952a, p. 17).

O novo regulamento, traz algumas modificações em sua estrutura, principalmente ao criar um capítulo específico para descrição dos empréstimos que seriam concedidos pela CREAÍ. Em suas finalidades, no capítulo 1, apresenta uma distinção não vista dos regulamentos anteriores. No primeiro artigo, passa a figurar que os empréstimos passam a ser realizados para pessoas físicas e jurídicas, algo que não estava estabelecido no regulamento de 1942. Além da assistência direta aos produtores, pecuários, industriais e agrícolas, passa a Carteira a realizar empréstimos para atividades correlatas, que atendem aos produtores, como no caso de armazenamento e transportes. Outro ponto que deve ser destacado neste primeiro capítulo é a menção a possibilidade de abertura de escritórios da Carteira para atender regiões onde não houvessem agências do Banco do Brasil. Ou seja, há um movimento de expansão da cobertura da carteira, tanto nos tipos de atividades apoiadas, quanto em termos de atendimento físico dos tomadores.

É no capítulo 2 do regulamento que se passa a detalhar as atividades econômicas que seriam atendidas pelos empréstimos. Neste sentido, passam a ser realizados empréstimos agrícolas, pecuários, industriais, agropecuários, agroindustriais, fundiários, cooperativistas e de investimentos. A partir de então, cada seção passa a descrever os tipos de empréstimos realizados e seus respectivos prazos. No *Quadro 3* é possível observar as finalidades dos empréstimos concedidos pela CREAÍ, pelo novo regulamento de 1952, e seus respectivos prazos. De modo geral, a expansão das atividades beneficiadas por empréstimos, e suas especificações corroboram as exposições realizadas nos Relatórios do Banco do Brasil sobre a situação econômica brasileira, principalmente da necessidade de melhora da produtividade agrícola, das condições de transporte e armazenamento, e atendimento do mercado interno, evitando pressões inflacionárias decorrentes do desabastecimento dos centros consumidores.

Cabe ressaltar alguns pontos comuns dos empréstimos. O primeiro, é mais óbvio, é que os prazos estão relacionados com a complexidade da atividade beneficiada, sendo maiores para aquelas que demandam capitais de maior prazo. Outro ponto interessante é que as atividades com maior prazo de financiamento estão destinadas as melhorias e aperfeiçoamento das atividades produtivas, principalmente para os três tipos de empréstimos tradicionais, agricultura, pecuária e indústria. Os novos tipos de empréstimos que passam a ser detalhados no regulamento de 1952 também atendem aos objetivos de aperfeiçoamento e melhoria das atividades produtivas, assim como a consolidação e sustentação das cooperativas. Como poderá ser melhor observado nos anexos, na especificação dos empréstimos, continuam a ser majoritários aqueles voltados para as três grandes atividades que constavam dos relatórios anteriores.

Quadro 3 - Tipos de Empréstimos realizados pela CREA, segundo o Regulamento de 1952, e prazos, por categoria

Atividade	Prazo	Descrição
Agrícolas	1 ano	Custeio a extração, colheita e preparo dos produtos espontâneos da flora nacional
		Conservação, transporte e armazenagem de produtos rurais em fase de escoamento e à espera de venda
	2 anos	Custeio dos trabalhos de lavouras, inclusive a respectiva formação, colheita, preparo e transporte dos produtos para os mercados locais
		Compra de adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, utensílios e ferramentas
	4 anos	Aquisição de veículos e máquinas agrícolas ou animais de serviço para os trabalhos rurais
		Construção, aquisição e ampliação de instalações fixas ou de benfeitorias úteis, inclusive edificação de escolas rurais e compra do respectivo material, em propriedades agrícolas de população mínima de 30 alunos, situadas a seis quilômetros, pelo menos, do estabelecimento escolar mais próximo.
	5 anos	Custeio de lavouras permanentes, de produtividade econômica temporariamente prejudicada por fenômenos meteóricos ou pragas e doenças com feição de calamidade
		Aquisição e instalação de maquinaria e aparelhagem para beneficiar produtos agrícolas, incluídas as obras complementares
	8 anos	Melhorias das condições de rendimento da exploração de propriedades rurais
		Formação de lavouras permanentes ou de longa duração, que só produzam economicamente depois de decorridos dois anos.
Pecuários	1 ano	Aquisição de gado adulto, pronto para engorda
		Custeio de engorda, inclusive a aquisição de forragem
	3 anos	Aquisição de animais para criação
		Custeio de criação
		Aquisição de aparelhagem, veículos de transporte e animais de serviço para a atividade pastoril
	5 anos	Aquisição ou custeio de gado destinado à criação, inclusive para povoamento de campos
		Aquisição de reprodutores selecionados, que se destinem à melhoria de rebanho próprio
		Aquisição de vacas para exploração leiteira em zonas que abasteçam os centros consumidores
Aparelhamento de propriedades destinadas à exploração pastoril		

Atividade	Prazo	Descrição
		Organização de granjas avícolas em zonas próximas aos centros de consumo
	8 anos	Melhoria das condições de rendimento das explorações pecuárias
Industriais	2 anos	Aquisição de matéria prima para beneficiamento ou transformação industrial, de combustíveis e lubrificantes necessários a essas operações e de material de embalagem para os produtos obtidos. (obs.: pode ser ampliado para 3 anos quando destinado a indústria de material agrário)
		Aquisição de aparelhagem para indústria da pesca
		Aquisição de matéria prima e aparelhagem necessárias à pequena indústria rural de características domésticas
	4 anos	Aquisição e montagem de veículos ou embarcações para transporte de produtos rurais aos centros de escoamento ou consumo
		Custeio de obras e de instalações de máquinas e aparelhos para complementação de indústrias ou sua transferência de local ou praça. (obs.: pode ser usado para recuperação parcial de recursos investidos por capital próprio)
	10 anos	Reforma ou ampliação de maquinaria industrial. (obs.: pode ser usado para recuperação parcial de recursos investidos por capital próprio)
Instalação de indústrias que visem desenvolver a exploração de matérias primas do país, de aproveitamento já comprovado e que sejam de reconhecida utilidade ao incremento da economia nacional. (obs.: pode ser usado para recuperação parcial de recursos investidos por capital próprio)		
Funditários	15 anos	Aquisição de pequenas áreas rurais ou de minifúndio antieconômico, anexos a imóvel agrícola já organizado e que sejam indispensáveis à exploração daquele ou às suas necessidades de transporte e escoamento da respectiva produção
		Aquisição da pequena propriedade rural e custeio da respectiva medição, demarcação, tapumes, construção de sede e benfeitorias indispensáveis à sua exploração, inclusive obras de saneamento (obs.: para não proprietários rurais que iriam explorar e residir no imóvel)
		Formação de colônias agrícolas por empresas nacionais ou estrangeiras, que obtenham prévia aprovação do Ministério da Agricultura para a execução do respectivo plano de colonização
Cooperativas	1 ano	Adiantamento aos associados por conta do preço de mercadorias recebidas para venda
		Aquisição de mercadorias de consumo
	2 anos	Aquisição de adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, utensílios e ferramentas para revenda aos associados
	4 anos	Aquisição de máquinas agrícolas para revenda aos associados, ou de veículos destinados ao transporte de mercadorias
	5 anos	Aquisição de animais para revenda aos cooperados
	10 anos	Construção de armazéns, silos, galpões ou dependências e aquisições de imóveis, maquinaria e aparelhagem indispensáveis às suas atividades
15 anos	Aquisição de áreas rurais em condições adequadas ao loteamento em pequenas glebas, para revenda aos cooperados que se obriguem a exercer direta e pessoalmente a respectiva exploração, sempre que se tratar de cooperativas tradicionalmente idôneas	
Investimentos	15 anos	Aquisição e montagem de indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional, bem como das que se proponham a utilizar matérias primas ainda não exploradas, ou que já o sejam por processo primitivos
		Construção, instalação ou ampliação, de usinas produtoras de energia elétrica
		Construção de frigoríficos, câmaras de expurgo, armazéns gerais e de depósitos, reservatórios, silos portuários ou de embarcadouros
		Construção de açudes, barragens e obras de exploração de mananciais, para irrigação e outros fins de interesse coletivo
		Florestamento e reflorestamento de imóveis rurais
		Obras de defesa e recuperação do solo
		Construção de mercados ou de feiras comerciais, destinados à venda de produtos agrícolas

Fonte: Elaborado a partir de Banco do Brasil (1952a, p. 22 a 29).

As atividades agropecuárias e agroindustriais estavam relacionadas com operações que envolvessem a indústria associada a agricultura ou pecuária, onde o processo de industrialização fosse realizado pelo mesmo produtor rural. Estavam atendidos por tais empréstimos instalação inicial de máquinas e aparelhos para o beneficiamento, conservação, industrialização e transporte de produtos. Tais atividades, que também constam no capítulo dos empréstimos, não têm especificação de prazos.

O capítulo de contratos e garantias do novo regulamento não apresenta grandes modificações com relação ao anterior. De modo geral, tratam das obrigações do mutuário com a aplicação dos recursos de acordo com a sua finalidade, ao fornecimento de informação ao Banco do Brasil e também a boa administração da propriedade. Também constam deste capítulo que as garantias poderão ser realizadas por meio de penhor (rural, industrial ou mercantil), hipotecas, caução de títulos, bilhetes de mercadorias e fiança, sendo dispensados para os empréstimos com limite inferior a Cr\$ 20 mil aos pequenos produtores. O limite dos empréstimos seria de até 60% do total das garantias oferecidas e 80% quando assegurados por penhor mercantil. Os prazos seriam estabelecidos de acordo com o estabelecido no regulamento e juros seriam estabelecidos pela Diretoria da Carteira e revisados periodicamente. Os bens dados em garantia seriam segurados, por orientação do Banco, em companhias de seguro autorizadas.

O regulamento de 1952 apresenta uma modificação importante na questão das fontes de recursos. A partir dele, passa a existir a divisão entre recursos comuns e recursos específicos. Dentre os comuns estão aqueles obtidos por meio do redesconto de títulos, via CARED, e também aqueles obtidos do encaixe geral do Banco do Brasil. Os recursos específicos por sua vez, são formados pela emissão de bônus e letras hipotecárias, dos depósitos obrigatórios regulados pelo Decreto-lei 3.077, pelo produto de tributos ou contribuições que pudessem ser criados para tal fim e por outras verbas que fossem destinadas especificamente à Carteira, incluindo o lucro apurado na venda de terras devolutas. Mantém-se as características da emissão de bônus, de que seriam emitidos em conformidade com os empréstimos, sendo recolhidos os bônus quando houvesse um excesso de bônus e letras quando comparados aos empréstimos. Os demais capítulos do regulamento, da administração, disposições gerais e disposições transitórias não apresentam grandes modificações.

3.3 A LEGISLAÇÃO VINCULADA A ATUAÇÃO DA CREAM

Além dos regulamentos, que definiam os limites da sua operação, também foram instituídas um conjunto de decretos-lei durante a existência da Carteira. Essa legislação tinha como objetivo regulamentar o crédito agrícola, pecuário e industrial no Brasil, com destaque para as leis que tratavam do penhor rural e industrial; e também regular os empréstimos realizados sob a forma de letras hipotecárias. Além da legislação específica sobre a CREAM, outras que tratavam do sistema financeiro nacional foram adotadas ao longo do tempo e influenciaram a atuação da mesma.

A Lei mais importante no sentido de dotar a CREAM de capacidade operacional foi o 454, de 09/07/1937 (BRASIL, 1937a). Nela, autoriza-se o Tesouro Nacional a subscrever novas ações do Banco do Brasil, em até 100.000:000\$000 (cem mil contos de réis); e mais importante, a emitir bônus para as atividades rurais e industriais. Através do seu artigo 2º fica estabelecido que o poder executivo daria autorização para o Banco do Brasil atuar no crédito especializado à agricultura, pecuária e indústria de transformação e outras que utilizassem matérias primas nacionais ou que interessassem a defesa nacional. No seu artigo 3º delimita o escopo da atuação do crédito especializado por setor. Para o setor rural, o crédito poderia ser ofertado com as seguintes finalidades: aquisição de sementes e adubos; aquisição de gado para criação e melhoramento de rebanhos, além da reprodução animal e de animais para serviços; e custeio de entressafra. À indústria de transformação o crédito poderia atender a aquisição de matérias primas, o custeio de entressafra – evidenciando ligação entre o setor agrícola e industrial - e a reformar e aperfeiçoar maquinaria. Para demais ramos industriais também era permitido o fornecimento de crédito para compra de matéria prima, além da reforma, aperfeiçoamento e compra de maquinaria.

O artigo 4º da Lei 454 (BRASIL, 1937a), aponta que os recursos destinados as aplicações anteriormente descritas seriam obtidos por meio da colocação de bônus, que não poderia ser superior ao total do crédito disponibilizado. Um ponto interessante é apresentado pelo artigo 5º, que trata da compra dos bônus emitidos para financiamento das atividades econômicas especificadas pela lei e que deveriam ser realizados pelo Instituto Nacional de Previdência e pelas Caixas e Institutos de Aposentadorias. Os artigos 6º e 7º da lei tratam dos prazos para liquidação dos empréstimos e também das taxas de juros que poderiam ser

cobradas, enfatizando que não poderiam ultrapassar 8%¹¹ ao ano para os financiamentos à agricultura e pecuária.

Além da Lei 454, também foram editadas outras que estão no escopo de instalação de uma institucionalidade o crédito. Este é o caso da Lei 492, de 30/08/1937 (Brasil, 1938a), que tratou do penhor rural. É importante perceber que uma legislação sobre penhor fornece maior segurança por parte do fornecedor do crédito, ao fornecer garantias que possam ser executadas em caso de inadimplência de contrato. A lei que trata do penhor rural é bastante ampla, e inclui tanto o penhor de bens associados a produção agrícola - máquinas, animais e colheitas -, quanto o penhor dos animais utilizados na atividade pecuária. Em relação aos prazos, o penhor agrícola deveria ser realizado por um ano, prorrogável por mais um, enquanto o penhor pecuário poderia ser obtido por dois anos e prorrogáveis por igual período.

Há ainda, na lei sobre o penhor rural, todo o tratamento que deveria ser observado sobre a cédula de penhor, devendo esta ser registrado no registro imobiliário da comarca onde estiverem os bens penhorados. Também trata dos procedimentos relativos a fraudes, não pagamento e resgate da cédula pelo devedor. Os juros associados ao crédito que tiver como garantia o penhor agrícola não poderão ultrapassar 8% ao ano. Além disso, as cédulas de penhor poderiam ser redescontadas, conforme estabelecido pela Carteira de Redescontos, em no máximo 50% dos capitais e fundos de reserva do banco¹² (BANCO DO BRASIL, 1939a). Através do Decreto-Lei 4.360, de 05/06/1942 (BRASIL, 1942d), o penhor rural tem seu prazo estendido: para o penhor agrícola, o prazo passou a ser de dois anos, prorrogáveis por mais dois; e o penhor pecuário passou a ser de três anos, renováveis por mais três.

Através do Decreto-Lei 1.271, de 16/05/1939 (BRASIL, 1939b), foi estabelecido o penhor industrial, que permitia que máquinas e equipamentos utilizados por esse setor fossem penhorados. Ao contrário da legislação sobre penhora rural, a que trata da penhora de bens industriais foi editada dois anos após a aprovação da Lei 454, que deu sustentação legal para a criação da CREA. Também se destaca que o Decreto-Lei que instituiu o penhor industrial não apresenta detalhes sobre prazo da penhora, ou das taxas de juros que poderiam ser cobradas nos contratos onde o penhor de máquinas e equipamentos fosse realizado.

¹¹ Em 1938, através do Decreto-Lei nº 182, de 05/01/1938 (Brasil, 1938a), foram revogados: o artigo 7º da Lei nº 454, que limitava a taxa de juros dos empréstimos rurais em 8%; o artigo 32 da lei nº 492, de 30/08/1937, que também limitava a taxa de juros de empréstimos com garantias estipuladas na forma de penhor em 8%; e também os parágrafos 1º e 2º do Decreto 22.626, de 7/04/1933, a Lei da Usura (Brasil, 1933), que estabeleciam taxas de juros que poderiam ser de 6%, 8% ou 10% para empréstimos a atividades rurais. Todos tratavam das taxas de juros que poderiam ser cobradas das atividades rurais.

¹² O Penhor Rural não era exclusividade das operações de crédito rural feitas pelo Banco do Brasil, apesar de se constituir garantia importante para as operações que seriam realizadas no âmbito da CREA.

Comparando com a Lei de penhor rural, que possuía 36 artigos, o Decreto-Lei que instituiu o penhor industrial possui apenas 7 artigos. Sendo assim, foram editados outros Decretos-Leis que complementariam aquele que legislou sobre o penhor industrial, quais sejam: 1.697, de 23/10/1939 (BRASIL, 1939c), que inclui como bens passíveis de penhora os produtos industrializados da suinocultura; 2.064, de 07/03/1940 (BRASIL, 1940a), que inclui como objeto de penhora os animais que forem adquiridos pelas indústrias que beneficiassem produtos derivados de suínos, assim como outras matérias primas que fossem utilizadas no processo; e 4.312, de 20/05/1942 (BRASIL, 1942c), que estende a penhora para todos os animais que fossem utilizados na industrialização de carnes, além de produtos e subprodutos (carnes congeladas, couros, sebos, etc.) e também materiais utilizados na industrialização de carnes e derivados. Por fim, o Decreto-Lei 4.191, de 18/03/1942 (BRASIL, 1942b), estabeleceu que o penhor realizado como garantia de empréstimos realizados pela Carteira não teria precedência sobre o penhor realizado pelo locador do imóvel onde estivesse a instalação industrial.

As leis que afetaram a atuação da CREAM dizem respeito, em grande medida, as suas fontes de recursos, uma vez que afetavam a Carteira de Redescontos. Em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.792, de 05/10/1942 (BRASIL, 1942e), as emissões ficam inteiramente a cargo da CARED e o Tesouro Nacional tem sua capacidade de emissão monetária limitada. Essas emissões eram realizadas por meio de empréstimos aos bancos, dos quais o Banco do Brasil era um dos beneficiados, e garantidos por Letras do Tesouro, com prazo de até 180 meses. Essa medida amplia a atuação do Banco do Brasil como autoridade monetária e banco do governo, uma vez que, ao longo do tempo, a União cobriria seus déficits orçamentários com empréstimos junto a CARED. As emissões que dizem respeito o Decreto-Lei estariam garantidos em até 25% pelas disponibilidades do governo em ouro e cambiais. Como será visto, a CREAM tem no redesconto de títulos uma das suas principais fontes de recursos para sua atuação.

Dado que a Carteira de Redescontos, criada pelo Decreto nº 14.635, de 21/01/1921 (BRASIL, 1921), havia sofrido modificações durante a sua vigência, um novo regulamento é editado pelo Decreto nº 30.190, de 21/11/1951 (Brasil, BRASIL, 1951a). Neste, afirma-se, em seu artigo 5º que a CARED deixará de existir quando um Banco Central fosse instalado. Cabe destacar que este decreto consolida a Carteira como supridora de recursos para a CREAM, uma vez que em seu artigo 18º, ao tratar dos títulos que poderiam ser levados a redesconto, inclui aqueles oriundos da CREAM, como já observados no Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1940:

f) contratos de financiamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., que representem dívidas contraídas por pessoas que exerçam de modo

efetivo, atividades na agricultura ou na pecuária e garantidas por penhor rural, bem como cédulas pignoratícias (BRASIL, 1951a).

A criação do Banco Central do Brasil, em 1964, pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964 (BRASIL, 1964), demarcou o fim da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, como previsto em seu regulamento e pelo artigo 56 da nova lei, e as atividades de desconto passam para a nova instituição, que incorpora seus direitos e obrigações. Sendo assim, a CAREDE deixa de ser a principal supridora de recursos da CREAMI a partir de 1965. A reforma do sistema financeiro promovida em 1964, também inclui em sua lei as atribuições de crédito do Banco do Brasil, com ênfase na promoção das atividades rurais.

Em 1969, como pode ser visto no Relatório do Banco do Brasil desse ano (BANCO DO BRASIL, 1970, p.29) a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial deixa de existir. Assim, as operações de financiamento industrial passam para a Carteira de Crédito Geral, e as operações do setor agropecuário a cargo da Carteira de Crédito Rural. Estas modificações passam a constar nos estatutos do Banco do Brasil a partir da Assembleia Geral dos acionistas realizadas em 31/06/1970, onde a CREAMI deixa de figurar como uma das carteiras do Banco.

Foi observado ao longo deste capítulo como se estruturou o crédito especializado no Brasil durante as fases iniciais do desenvolvimentismo. Percebe-se que existem ações específicas para a formação de um padrão de financiamento e que há a participação do estado na criação das instituições responsáveis pelo crédito especializado de longo prazo no país. A CREAMI, portanto, representa a primeira forma de intervenção do Estado desenvolvimentista na estrutura de financiamento da economia brasileira a se efetivar.

A Carteira, ao contrário de tentativas anteriores, se estabeleceu a partir de 1937 através de legislação específica e com um conjunto de normas de atuação especificadas em seus regulamentos. Estes foram sendo alterados ao longo da existência da CREAMI, para que esta pudesse continuar a atender aos requisitos necessários do desenvolvimento econômico, atuando sobre o financiamento dos setores rurais e industriais. As modificações, portanto, estarão em acordo com o sentido das políticas governamentais de desenvolvimento adotadas pelo Estado brasileiro.

Além do regulamento da Carteira em específico, observou-se a criação de um conjunto de regras, através de legislação, que garantiam ao sistema financeiro, com maior peso dos bancos, a melhor execução de suas funções. Assim como os regulamentos, a legislação evoluiu ao longo da existência da CREAMI, modificando a estrutura do sistema financeiro nacional, o que impactou na atuação da mesma.

4 OS ANOS INICIAIS, O DESENVOLVIMENTISMO E A ORTODOXIA: 1937-1950

Como foi visto no Capítulo 2, o fenômeno da relação entre o sistema financeiro, aqui sendo ressaltado o sistema bancário, com o desenvolvimento industrial pode ser compreendido tanto em uma dimensão estrutural, quanto de resposta ao atraso econômico. Além disso, dado a dimensão do atraso, a atuação do Estado pode ocorrer no sentido de orientar as atividades econômicas na direção de setores específicos; também podendo estar relacionada à dimensão e à orientação da atividade bancária. No Brasil, começa a se mostrar a partir deste capítulo que para além da atuação do Estado na orientação das atividades econômicas, esta também esteve presente no comportamento do Banco do Brasil, principal instituição financeira no país, atuando tanto como banco comercial, quanto como banco de investimentos e também autoridade monetária. Esta última função foi formalmente transferida para a Superintendência da Moeda e Crédito, em 1945, mas as relações desta com o Banco demonstram que este manteve elevada influência sobre a política monetária, sendo inclusive parte do conselho da superintendência.

Os primeiros anos de atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial apresentam resquícios do debate que fora realizado antes de sua criação. Entre 1937 e 1950, podem ser observados dois padrões com relação a atuação da Carteira: o primeiro de expansão, entre 1937 e 1945; e o segundo de estagnação, entre 1946 e 1950. No período de expansão, como fica demonstrado nos relatórios do Banco do Brasil para o período, há uma preocupação em atender a demanda de crédito dos setores produtivos, com ênfase na transformação estrutural pela qual a economia brasileira passava. Já no período de estagnação, nota-se a preocupação da instituição em combater a inflação, com o diagnóstico de que a mesma era provocada por uma expansão excessiva do crédito bancário, principalmente por sua vinculação com as operações da Carteira de Redescontos.

No presente capítulo, que analisa a evolução da estrutura da CREAM e sua atuação no período 1937-1950, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira seção servirá de base para que se compreenda a dimensão dos empréstimos do Banco do Brasil e da CREAM frente ao sistema bancário nacional. A segunda seção aborda mais detalhadamente a estrutura das operações da Carteira e qual a lógica de sua atuação no período de análise. Já a terceira seção vincula as operações da Carteira com a Carteira de Redescontos, que se mostrará, historicamente, a principal fonte dos recursos utilizados. Por fim, na quinta e última seção, busca-se dimensionar as operações de crédito diante da dinâmica da economia brasileira para o período.

4.1 O BANCO DO BRASIL DIANTE DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Como agente instituição central do Sistema Financeiro Nacional, na década de 1930, os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil destinam-se tanto para o Setor Público, incluindo o Departamento Nacional do Café, como para Bancos e Setor Privado. Dada a ênfase do trabalho aos empréstimos realizados pela CREA, que visavam ao financiamento das atividades produtivas, aqueles que não estão contemplados nesta categoria terão papel secundário na exposição. Até 1938, ano em que a Carteira começa efetivamente a conceder crédito, as atividades produtivas eram atendidas pela Carteira de Comércio Bancário do Banco, que posteriormente passaria a ser chamada de Carteira de Crédito Geral. Apesar da criação do crédito especializado, tal carteira já apresentava participação significativa no volume de empréstimos bancário no Brasil e continuará a exercer papel importante durante todo o período de vigência da CREA.

Além dos créditos disponibilizados pelo Banco do Brasil, através CREA e da CREGE, o sistema bancário brasileiro também disponibilizava recursos através de outros bancos. Entretanto, como visto no Relatório de 1936 (BANCO DO BRASIL, 1937, p. 27), os empréstimos realizados através desses bancos atendiam de maneira inadequada as atividades produtivas:

[...] os empréstimos a agricultores e industriais, para o simples custeio da produção, eram feitos pelos bancos de depósitos e descontos, a prazo curto, mediante a promessa de renovação do vencimento. O financiamento se processava em volume insuficiente e em más condições técnicas para os mutuantes e mutuários: para os bancos, porque aplicavam depósitos à vista ou a prazo curto em empréstimos que, de fato, eram de prazo médio; para os agricultores e os industriais, porque ficavam na dependência de renovação do empréstimo

Uma visão geral dos empréstimos realizados pelos bancos brasileiros, entre 1938 e 1950, pode ser dada pelos resultados disponibilizados nas Tabela 1 e Tabela 2. Nela, percebe-se que a participação do Banco do Brasil entre 1938 e 1950 no total de empréstimos realizados pelos bancos é decrescente, tendo uma taxa de crescimento inferior a observada pelos demais bancos. Enquanto em 1938 o Banco apresentava uma taxa de participação nos empréstimos de 39,5%, em 1950 este valor passa para 32%. Tal queda é explicada pelo fato de a instituição apresentar uma taxa de crescimento de seus empréstimos menor do que ocorreu com os outros bancos. Apesar disso, nota-se que esta queda é mais característica do período 1945-1950, uma vez que entre 1938 e 1944, os valores apresentam maior oscilação.

Para compreender as oscilações na participação no total de empréstimos realizados no Brasil, no período aqui analisado, é importante observar a dinâmica interna dos empréstimos

do Banco do Brasil. A partir da Tabela 1 é possível notar que as oscilações e queda na participação da instituição nos empréstimos do sistema bancário brasileiro tem como principal fonte as oscilações e queda no total de empréstimos realizados para o Setor Público, onde incluem-se o Tesouro Nacional, Estados e Municípios, além das Autarquias Federais. Neste sentido, é importante salientar que os empréstimos voltados para as atividades econômicas, ampliam sua participação no total dos empréstimos entre 1938 e 1950, saindo de 9% em 1938 e atingindo 17,7% em 1950.

Tabela 1 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1938-1950

Ano	Banco do Brasil			Setor Público	Total	Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas		Total				
	CREGE	CREAI					
1938	8,5	0,5	9,0	28,8	39,5	60,5	100,0
1939	9,2	1,8	10,9	24,6	37,0	63,0	100,0
1940	9,8	3,4	13,2	17,7	32,0	68,0	100,0
1941	9,8	5,1	14,9	19,0	35,3	64,7	100,0
1942	8,6	7,3	15,8	18,3	35,1	64,9	100,0
1943	5,6	5,9	11,5	21,7	33,8	66,2	100,0
1944	7,2	9,5	16,7	20,1	37,4	62,6	100,0
1945	8,4	14,0	22,5	8,7	31,9	68,1	100,0
1946	8,9	10,8	19,7	11,2	31,8	68,2	100,0
1947	11,0	9,5	20,4	8,6	31,2	68,8	100,0
1948	12,3	8,5	20,7	7,6	31,7	68,3	100,0
1949	11,4	8,2	19,7	13,3	35,9	64,1	100,0
1950	9,8	7,8	17,7	10,7	32,0	68,0	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 2 do Apêndice B.

O Banco do Brasil apresenta duas estruturas de empréstimos destinadas às atividades econômicas. Pelo que se observa, a CREAI passa a ter maior participação neste segmento de crédito entre 1943-1946. Para os demais períodos a CREGE é a carteira que mais contribui para os empréstimos as atividades econômicas, como agricultura, indústria e comércio. Entretanto, ressalta-se que a CREGE atua com crédito de curto prazo, dando ao Banco uma atuação típica de banco comercial. A CREAI, por sua vez, atua com crédito de longo prazo, como já visto, o que atribui ao Banco do Brasil uma atuação de banco de investimento. Tendo as duas carteiras, percebe-se que, enquanto instituição de crédito, atua como banco múltiplo.

Esse resultado é melhor compreendido quando se analisa o crescimento das operações de empréstimos para tais fins, na Tabela 2, sendo os que mais cresceram no período de análise. O que é notável para o período é a grande evolução das operações de crédito realizadas, tanto pela CREAI, quanto pela CREGE, para as atividades econômicas. Estas, apresentam taxas muito superiores as demais operações realizadas, tanto para o setor público, quanto as atividades dos demais bancos. Desempenha papel singular nesta dinâmica os resultados apresentados pela

CREAI. Singular porque precisa ser analisada com cuidado, dado que sua base é muito inferior aos demais empréstimos. Apesar disso, é crescente o papel desempenhado pela Carteira no total de empréstimos do sistema bancário. Entretanto, também é singular porque demonstra um comportamento de crescimento entre 1938 e 1950, mas com dois momentos distintos. O primeiro deles, entre 1938 e 1945, de acelerado crescimento, o que demonstra o esforço de expansão das atividades desta Carteira. O segundo momento, entre 1946 e 1950, demonstra uma redução na expansão das atividades, quando seus resultados são comparados com 1938, mas também de queda, quando se compara com os resultados atingidos até 1945.

Tabela 2- Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1938 = 100), 1938-1950

Ano	Banco do Brasil			Setor Público	Total	Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas						
	CREGE	CREAI	Total				
1938	100	100	100	100	100	100	100
1939	119	422	135	95	104	116	111
1940	136	869	174	73	96	133	119
1941	153	1.478	221	88	119	142	133
1942	131	2.070	231	83	117	141	131
1943	117	2.249	227	134	152	194	178
1944	158	3.881	349	131	179	195	189
1945	173	5.312	437	53	142	197	175
1946	183	4.121	386	69	142	199	176
1947	214	3.396	378	50	132	189	166
1948	250	3.166	399	46	139	196	173
1949	268	3.551	437	92	182	212	200
1950	264	3.877	450	85	186	257	229

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* do Apêndice B.

Como já mencionado, a CREAI não era a única carteira de crédito do Banco do Brasil. Em 1940, em assembleia de acionistas, foram introduzidas modificações nos Estatutos do Banco, através do artigo 7º, item 12, com a importante criação do Departamento de Financiamento, posteriormente chamada de Agência de Financiamento, que seria responsável pelo financiamento de obras públicas, de indústrias de interesse nacional e da importação de máquinas e material ferroviário. Tal departamento, vinculado a Carteira de Crédito Geral, fará importantes aportes para o financiamento de longo prazo, apesar de não estarem disponíveis nos relatórios os prazos e também as taxas de juros das operações realizadas por meio de tal departamento.

Como mencionado, o Departamento é regulado pelo próprio Estatuto do Banco. No artigo que trata da Agência, devem ser destacados alguns pontos: não há definição de taxa de juros para as operações, nem prazo. Haveria tributação de parte dos lucros obtidos pela empresa que recebesse os recursos, o Fundo Para o Desenvolvimento de Iniciativas de Interesse Público.

Por fim, merece destaque o fato de que o Banco do Brasil passaria a ter acento na direção da empresa, caso as receitas da mesma não fossem diretamente recolhidas ao Banco. Logo, este passaria a ter alguma influência sobre a gestão das empresas que recebesse recursos oriundos da Agência. Entretanto, salienta-se que grande parte dos recursos era destinada a autarquias federais (BANCO DO BRASIL, 1942b)

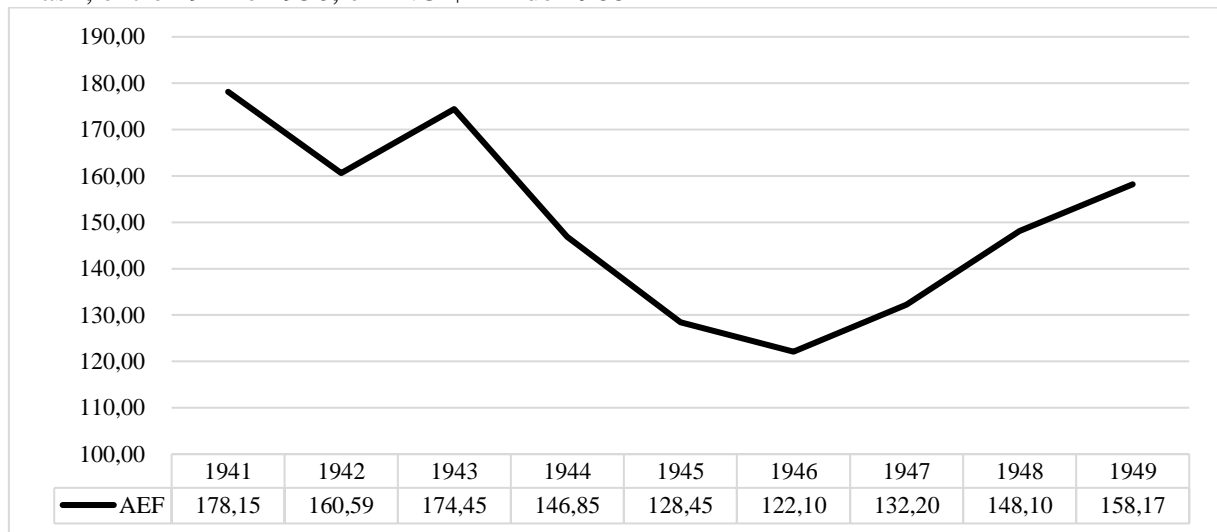
Em 1941 começa a operar efetivamente o Departamento de Financiamento, através do financiamento de obras públicas e indústrias de interesse nacional. Ao longo do tempo, observa-se que suas operações ficaram restritas a um número reduzido de propostas aceitas. O Banco justifica a recusa de tantas propostas com a necessidade de seleção criteriosa dos financiamentos, e também:

Acresce que nossas operações obedecem a uma finalidade mais elevada, qual a de desenvolver certos grupos da economia industrial, tais como estradas de ferro, indústrias relacionadas com a segurança nacional, siderurgia, construção naval, exploração de minas, motores em geral, obras públicas. Essa espécie de crédito apresenta, pois, dupla característica: pela sua estrutura diferenciada, envolve severa fiscalização na vida da empresa; pela sua finalidade, constitui-se fator primordial no fomento das mais importantes atividades industriais do país. (BANCO DO BRASIL, 1943, p. 84)

Em 1943, foi solicitado pela Companhia Nacional de Álcalis, o crédito de 70 milhões de cruzeiros para a exploração de barrilha e soda caustica. No relatório de 1948 (Banco do Brasil, 1949, p. 110) é mencionado que o Fundo para o Desenvolvimento de Iniciativas de Interesse Público atinge o total de Cr\$ 40.378.903,90, em 1947, e Cr\$ 100.093.492,40 em 1949 (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 110, 1950, p. 121).

A Agência teve fim em outubro de 1950, por se considerar que suas finalidades não se adequavam às da CREGE, carteira a qual a Agência estava vinculada. Sendo assim, as operações antes atribuídas a ela, passam a ser redistribuídas para outras carteiras do Banco do Brasil, de acordo com a finalidade a proposta. A Figura 1 apresenta o histórico dos empréstimos – saldo ao final do período – realizadas pela Agência. Nela percebe-se uma queda, em termos reais, entre 1941 e 1946. Esta queda é explicada justamente pela correção monetária dos valores, prática que só passa a ser utilizada para análises nos relatórios da década de 1950.

Figura 1 – Empréstimos realizados pela Agência Especial de Financiamento do Banco do Brasil, entre 1941 e 1950, em NCr\$ mil de 1968



Fonte: Elaborado com base em Banco do Brasil (1950, p.121).

Ainda no âmbito da CREGE, o Banco do Brasil prestou assistência financeira para algumas autarquias federais, como foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Estrada de Ferro Central do Brasil, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Mate e Instituto Nacional do Sal. Merecem destaque, pela importância que assumiram historicamente para a industrialização, os empréstimos para a Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de Cr\$ 40 milhões, em 1943, tendo o valor sido elevado para Cr\$ 120 milhões em 1944. Também prestou aval às promissórias emitidas pela companhia em favor do *EximBank* no valor de US\$ 20 milhões, valor que se somou à avais anteriores, de US\$ 25 milhões. Tais valores fizeram parte dos créditos abertos em favor da siderúrgica para compra de materiais e equipamentos nos EUA. Já em 1944, o total dos débitos da CSN com o Banco do Brasil era de Cr\$ 335 milhões.

Já em 1945, o Banco continua a prestar assistência financeira a autarquias federais, novamente com destaque para a CSN e também, desta vez, para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Para a primeira, abriram-se créditos com garantias prestada pela subscrição de ações da empresa por parte dos Institutos e Caixas de Previdência, no valor de Cr\$ 150 milhões e mais uma operação de Cr\$ 120 milhões, a descoberto. Já para a segunda, foi aberto o crédito com garantia de cotas de capital, no valor de Cr\$ 10 milhões e outra operação com garantia de debêntures a serem colocadas no mercado, no valor de Cr\$ 90 milhões.

O fato representado por dois períodos bem definidos, 1938–1945 e 1946–1950, pode ser considerado um traço característico da existência da CREAMI entre os governos Vargas e Dutra. Marcado pela existência de duas visões sobre a expansão do crédito por via de instituições

bancárias estatais, e sobre a forma que o crédito especializado deveria assumir no país, as operações da Carteira serão influenciadas por diferentes visões sobre o processo de desenvolvimento brasileiro.

Tabela 3– Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1938–1950

Ano	Banco do Brasil com CREAMI	Banco do Brasil sem CREAMI	Demais Bancos	Total
1938	89	88	83	85
1939	97	92	86	90
1940	93	84	94	94
1941	100	86	94	96
1942	81	64	87	85
1943	84	70	95	91
1944	94	70	92	93
1945	75	42	93	87
1946	84	56	97	93
1947	81	56	95	90
1948	81	59	95	90
1949	102	78	100	100
1950	111	83	90	96

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* e *Tabela B 3* do Apêndice B.

A Tabela 3 aponta a relação entre os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil, com e sem CREAMI, e aqueles realizados pelos demais bancos que atuavam no país no mesmo período. Como se observa, com a instituição da CREAMI, o Banco do Brasil passa a ter uma posição de maior alavancagem quando comparado com as demais instituições bancárias. Quando comparados apenas os resultados do Banco do Brasil com os demais bancos, excluindo a CREAMI, nota-se que o banco público teria uma posição mais conservadora, dado o menor grau de alavancagem. Precisa ser levado em consideração que grande parte dos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil, sobretudo aqueles destinados à CREAMI, eram mantidos pela relação estabelecida entre o Banco e a Carteira de Redesconto. Como será visto, a CARED será a principal fonte de financiamento da CREAMI até a extinção do redesconto pelo Banco do Brasil.

4.2 AS OPERAÇÕES DA CREAMI PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL

As operações da CREAMI para o financiamento rural e industrial já foram objeto de análise de outros trabalhos, como Araújo (2009) e Beskow (1994). Na análise realizada pelos autores, para períodos distintos, já é apontado o predomínio dos empréstimos fornecidos ao setor rural, sendo os empréstimos industriais inferiores em número de operações e também em

volume de recursos. Entretanto, uma abertura dos dados se faz necessária para uma melhor compreensão da estrutura do apoio prestado pela Carteira ao financiamento de tais atividades econômicas.

Mesmo existindo uma carteira de crédito que atendia aos interesses do setor privado – a Carteira de Crédito Geral (CREGE) – o relatório de 1936 (BANCO DO BRASIL, 1937, p. 18) demonstra que havia uma preocupação da instituição em atender as demandas pelo crédito especializado:

O que o Banco do Brasil tem vindo fazendo, dentro das possibilidades de sua organização atual, em amparo das atividades econômicas do país, não seria, evidentemente, bastante, para fazer cessar os reclamos prementes das classes produtoras, que de velha data aspiram a instituição do crédito especializado indispensável a tranquilidade e ao maior desenvolvimento de suas iniciativas.

Também é exposto ao longo dos relatórios, uma consciência da necessidade de fornecer o crédito necessário às atividades econômicas do país por parte do Banco, como fica claro no relatório de 1937 (BANCO DO BRASIL, 1938, p. 24): “É forçoso reconhecer que o financiamento das atividades econômicas do país ainda não conquistou o nível que deveria alcançar num instituto da natureza do Banco do Brasil, ao qual cumpre estimular o progresso da economia nacional”. Além das dificuldades do pleno atendimento das necessidades apontadas, a instituição ainda realizava operações de crédito para o Tesouro Nacional, Estados, Municípios, o Departamento Nacional do Café, e também aos demais bancos. Fica evidente, pelas manifestações da instituição, através de seus relatórios, haver a consciência da necessidade de conceder crédito para expansão das atividades econômicas, e também da sua insuficiência nesta tarefa. Assim, expõe que “foi para atender a essa iniludível necessidade que se resolveu a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial” (BANCO DO BRASIL, 1937, p. 18).

Apesar de já ser mencionada nos relatórios do Banco nos anos de 1936 e 1937, é a partir de 1938 que os relatórios passam a fazer uma apresentação detalhada das operações da CREAM, dado o início de suas operações naquele ano. Como já foi apontado nos argumentos dos defensores do formato institucional adotado pela Carteira, uma das preocupações presentes era a compreensão das regras de empréstimos realizados pela mesma. Argumenta o relatório: “A nova modalidade de crédito, como era de prever-se, encontrou as naturais dificuldades de compreensão, adaptação e interpretação de textos legais e regulamentares, além das dificuldades materiais, de organização dos serviços” (BANCO DO BRASIL, 1939b, p. 32). Outra dificuldade apontada pelo documento para o começo das operações da Carteira foi o fato

de terem iniciado após decorrido a entressafra de diferentes produtos agrícolas, quando os agricultores já haviam penhorado suas safras em outras instituições.

Uma característica importante da institucionalização do crédito especializado no Brasil, dado o formato escolhido, foi a opção por um mecanismo que minimizasse o início das operações de crédito aos setores agrícola e industrial, incorporando tal modalidade de financiamento ao Banco do Brasil. Entretanto, tal decisão não se relaciona com a aceleração no volume de créditos disponibilizados. A ideia, como se demonstra em seguidos relatórios do Banco do Brasil, é a de que a Carteira deveria aumentar gradualmente o total de empréstimos realizados, na medida em que os recursos necessários para operação da mesma fossem obtidos; e também em função do próprio aprendizado dos usuários do crédito especializado, como segue:

Como a Carteira ainda não dispõe de recursos amplos, a política do Banco, quanto ao crédito agro-industrial, terá de ser um desenvolvimento por etapas: atender, primeiro, às necessidades do crédito de custeio, para só ulteriormente satisfazer as solicitações referentes ao crédito destinado ao melhoramento mobiliário. Desse modo, o Banco adaptará sua política creditória ao próprio processo evolutivo do crédito à produção, que começa, cronologicamente, pelo crédito de custeio, – modalidade essencial, pois fornece ‘capital de movimento’, – e termina com o crédito a longo prazo, de garantia hipotecária (BANCO DO BRASIL, 1938, p. 27).

Além da prudência no crescimento das operações, para que a Carteira pudesse ser sustentável, o Relatório de 1938 (Banco do Brasil, 1939b, p. 35) aponta que pedidos de crédito em desacordo com as linhas oferecidas pela carteira, “ou visando aventurosas expansões, que não podiam fazer jus ao auxílio do crédito instituído para determinados fins, reconhecidamente produtivos, e proporcionado racionalmente” foram rejeitados. Apesar da forma institucional adotada pelo crédito especializado visar sua rápida implementação, havia consciência das dificuldades iniciais e da necessidade de criar critérios administrativos explícitos para escolha das atividades que receberiam o crédito, como os definidos nos regulamentos.

Neste sentido, nota-se uma preocupação por parte do Banco do Brasil, através da CREAM, de amparar as culturas que “mais diretamente interessam a economia nacional”, ao financiar desde o início de suas operações o financiamento dos processos de plantio, colheita e beneficiamento de produtos como cana de açúcar, arroz, frutas, feijão e milho; e também pelo apoio a produção pecuária. Além disso, a Carteira não perdia de vista o financiamento de produtos importantes para a pauta de exportação brasileira, como o café e o algodão. Este, além de ter se tornado um importante produto de exportação brasileiro, também era importante para a própria indústria têxtil nacional.

O ano de 1939 continua sendo de expansão do volume de crédito do Banco do Brasil, tanto da CREGE, como da CREAM. Sobre a última, é possível observar pelo relatório do banco que há uma expansão no atendimento de outras culturas agrícolas e também das culturas de extração, tais como: mamona, borracha, carnaúba, linho, fumo, trigo, feijão, batatas e hortaliças. Crescem também, na área rural, as operações destinadas a produção pecuária, com o financiamento da compra de reprodutores, para melhoramento das criações, além da compra de animais para engorda. Também aumentam as operações do setor industrial, apesar de ainda serem inferiores aos rurais, destacando-se as seguintes produções: fiação e tecelagem, carne e derivados, laticínios, serraria, móveis, papel, cerâmica, cimento, energia elétrica e construção. A mineração também recebeu apoio da Carteira, sendo financiado a extração de enxofre, cobre e ouro.

Com relação ao financiamento industrial, o primeiro relatório sobre a atuação da Carteira aponta que os principais financiamentos ocorreram para a compra de matéria prima, aperfeiçoamento de aparelhagem e obras de irrigação em complexos agroindustriais, dando destaque para os financiamentos de usinas de açúcar localizadas no Nordeste. É importante destacar que as operações industriais demoram a tomar maior vulto, sendo bastante inferiores as operações agrícolas, sobretudo no primeiro período de análise aqui tratado, 1938-1945. Como visto nos regulamentos e legislação que regulavam as operações da CREAM, o penhor industrial (de máquinas e aparelhos utilizados na indústria) não estava estabelecido quando a mesma iniciou suas operações, sendo regulamentado apenas em 16/05/1939, no Decreto-Lei 1.271; enquanto que o penhor rural havia sido regulado pela Lei 492, de 30/08/1937, configurando um seguro contra possíveis inadimplências.

Entre 1937 e 1945, os Relatórios do Banco do Brasil são ricos em fatos e afirmações que demonstram como o comportamento da instituição estava atrelado a uma interpretação sobre a economia brasileira naquele período. Neste sentido, são amplas as demonstrações da orientação pretendida para as políticas de crédito do Banco, representadas pela CREAM. De modo geral, apontam para a necessidade de reorientação da economia brasileira, para que esta deixe de ser baseada na monocultura e que passe a ser uma economia de policultura e industrializada.

Sabe-se que, dentro do debate econômico do período, existem interpretações que aludem a uma falta de consciência do processo de substituição de importações, simbolizado pela mudança do centro dinâmico da economia brasileira para o seu mercado interno (Furtado, 1961). Entretanto, outras interpretações (Fonseca, 2003; Draibe, (2004b) apontam para as estratégias de criação de novas instituições a partir da década de 1930, o que denota além de

consciência da mudança econômica, também a sua intencionalidade. Os relatórios do Banco do Brasil (1939b, p. 11) revelam essa consciência, como se nota nessa passagem, que trata da expansão do crédito proporcionada pela CREAI:

Esse progresso representa uma fase do coroamento da ação dos poderes públicos do país no sentido não só de passarmos para o regime de poliexportação, com o desdobramento do quadro de nossos produtos exportáveis, mas também de realizarmos a maior autarquia possível no campo das mercadorias que podemos e devemos produzir presentemente, em maior escala, como o trigo, o carvão, os produtos da pequena e da média siderurgia. Essa política tem melhorado substancialmente as condições de resistência da economia nacional às violentas oscilações dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais, mas não poderá anular, além de certos limites, a nossa “sensibilidade” a tais flutuações, que, por sua natureza, escapam, em grande parte, ao nosso controle. Não nos deveremos esquecer de que continuaremos sujeitos, como país de estrutura agrária, às crises cíclicas que atuam sobre os produtos de base nos mercados internacionais.

Ou seja, dentro do Banco do Brasil, instituição central do sistema financeiro à época, havia noção da necessidade de mudança do regime agroexportador, que teve seu cento na exportação de café, símbolo da República anterior, para um regime que ampliasse a gama de produtos exportáveis, assim como também compreendesse a relevância que o mercado interno passa a assumir:

Apesar da relevante significação e do grande peso específico de nosso intercâmbio externo na vida econômica nacional, as suas estatísticas só representam uma fração do movimento comercial do país, em cujo conjunto o mercado interno assume potencialidade predominante” (BANCO DO BRASIL, 1940, p. 9).

Em 1941, quando a CREAI faz suas primeiras operações de crédito para o setor siderúrgico, demonstra-se a intenção de mudança no padrão econômico, como vem sendo ressaltado até aqui:

A monocultura constituiria hoje regime obsoleto e, portanto, totalmente incompatível com a nossa posição dentro do próprio continente. Fizemos, pois, da policultura e da industrialização um programa de incessantes iniciativas com os resultados mais proveitosos. Foi uma segunda etapa, como prenuncio da terceira, que é a implantação da grande siderurgia” (BANCO DO BRASIL, 1941, p. 22).

Como já apontado, o período 1946–1950, representa uma nova mentalidade com relação ao crédito especializado. Ganha destaque a preocupação com o controle da inflação, caracterizada pelos gestores da política econômica, e transparecido pelos relatórios do Banco, e também a discordância com relação ao modelo de suporte bancário ao crédito que havia se materializado com a criação da CREAI. Os sucessivos relatórios preparados por Manoel Guilherme da Silveira Filho ajudam a sustentar esta percepção:

Todos são necessários à vida econômica [bancos de depósitos e descontos e bancos de investimento], mas, em uma boa organização de crédito, os bancos devem ter finalidade específica, de acordo com a sua natureza. (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 28).

Enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados para um amplo crédito agrícola e industrial, com os capitais necessários ao preenchimento das suas finalidades, temos de nos circunscrever à situação de fato em que ora nos encontramos (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 98).

As diferentes interpretações sobre o papel que o Banco do Brasil deveria desempenhar na economia brasileira também se expressam através de comentários sobre a diferença de rentabilidade entre operações com juros administrados, para os setores produtivos, e operações comerciais, com taxas de juros de mercado. Nota-se, quando da fundação da CREAMI, que havia uma intenção de dotar o Banco do Brasil, por meio da Carteira, de capacidade de estimular a atividade econômica, através do controle do crédito especializado. Como se vê, a mesma opinião não é partilhada pela instituição durante o Governo Dutra:

O Banco do Brasil, empenhado em não restringir as operações de crédito especializado, tem lançado mão de suas disponibilidades gerais para suprir a falta dos aludidos recursos. Fã-lo, porém, com sacrifício de sua economia, uma vez que aplica em empréstimos rurais, que representam mais de 80% dos financiamentos realizados pela Carteira e não comportam, por força da lei, juros superiores a 7% a.a., somas importantes, que lhe renderiam mais se investidas em operações comerciais. (BANCO DO BRASIL, 1950, p. 126).

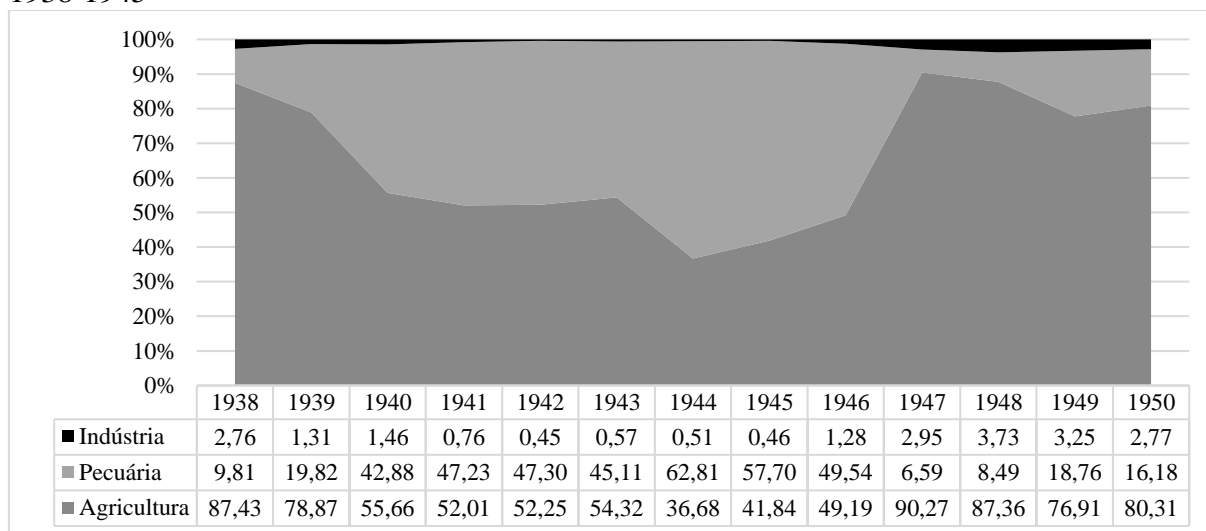
Portanto, percebe-se que dentro do período 1938-1950, tem-se duas formas de compreender a atuação do crédito especializado no Brasil. A discordância, como visto, se expressa de duas maneiras: no entendimento do papel da expansão do crédito, sendo interpretado ora como benéfico à expansão das atividades econômicas e necessária para suporte de uma economia sob os efeitos das restrições provocadas pela Segunda Guerra, ora como um mal causador de uma inflação creditícia; no formato institucional do crédito especializado, sendo a visão que predomina entre 1938-1945 aquela que deu origem a CREAMI, de que a criação de uma carteira vinculada ao Banco do Brasil seria a melhor opção, e a visão predominante a partir de 1946, de que seria mais adequado a criação de instituições específicas para o crédito agrícola e industrial, sem vínculos com o Banco.

O relatório para o ano de 1950 é preparado em 1951, sendo a presidência do Banco ocupada por Ricardo Jafet, já no segundo Governo Vargas. E é neste relatório que aparece, pela primeira vez a expressão “Substituição de Importações”:

Quanto à industrialização nacional, é de notar que se vem orientando no sentido da substituição de importações de produtos essenciais ao desenvolvimento econômico do país. Sob esse aspecto, podemos agrupar as diversas atividades industriais em três classes: as que já substituem inteiramente as importações de produtos estrangeiros; as que contribuem, para o consumo interno, com maior parcela do que os suprimentos procedentes do exterior; e, finalmente, aquelas cuja produção é ainda muito reduzida, em relação às necessidades nacionais. (BANCO DO BRASIL, 1951, p. 20).

Como pode ser observado na *Figura 2*, há um predomínio no número de empréstimos para a pecuária e agricultura, entre 1938 e 1950. Durante todo o período, ambas as atividades rurais corresponderam a mais de 96% do número de operações. Os relatórios do banco para o período apresentam a distribuição no número de operações por porte, dando ênfase ao fato de que grande parte do número de operações é realizado para pequenos e médios agricultores, sendo em média 77% do total entre 1938 e 1950. Também apontam que existiam normas especiais para a concessão de crédito para tal grupo de produtores, tais como dispensa de avaliação prévia e certidões usualmente recolhidas, (BANCO DO BRASIL, 1945, p. 40; 1950, p. 131). Entretanto, não mencionam a distribuição dos valores dos empréstimos por porte de produtor, o que dificulta afirmar que havia um predomínio das operações para pequenos e médios produtores neste quesito.

Figura 2 – Participação setorial no número total de créditos concedidos pela CREA I (em %), 1938-1945

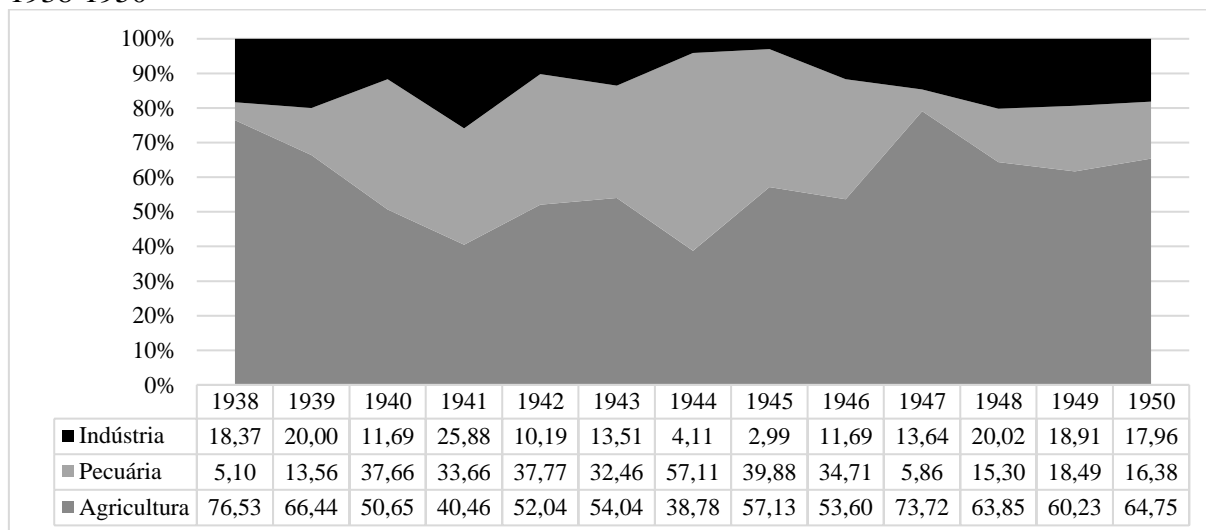


Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

O predomínio das operações rurais também pode ser observado com respeito ao valor das operações na *Figura 3*. Entretanto, é interessante observar que, em termos de valores dos créditos concedidos, as operações industriais atingem resultados significativos, exceto nos anos de 1944 e 1945. Mesmo sendo mais significativas, o que ocorre é uma grande oscilação no

volume de recursos destinados ao setor industrial. Como visto nos regulamentos iniciais da CREA, havia a uma limitação em empréstimos para a aquisição de instalação inicial de aparelhagem industrial. Sendo assim, apesar de a Carteira ser a primeira iniciativa de adoção de crédito especializado de longo prazo para a industrial, havia restrições às finalidades dos empréstimos, o que impacta o volume de recursos destinado ao setor industrial. Nota-se que as operações industriais crescem menos do que as demais. O pico de 1941 no crédito concedido para a indústria é relativo ao crédito fornecido para a instalação de uma indústria de alumínio em Ouro Preto.

Figura 3 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREA, 1938-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

Das diferenças observadas entre a proporção assumida pelos empréstimos da CREA, por número e por valor, também é possível conhecer o valor médio das operações realizadas. Observa-se, pela Tabela 4, que os empréstimos industriais assumem um valor médio superior ao observado pelas operações rurais. Destaca-se, novamente no ano 1941, quando o valor médio das operações atinge NCr\$ 1.036,27 mil, sob influência das operações para a indústria de alumínio. Percebe-se, portanto, que as operações industriais demandam um maior volume de recursos, mesmo que limitadas pelo regulamento da Carteira. Sobre os valores por empréstimos serem superiores: “[...] o empréstimo industrial é, individualmente, de valor bem superior, visto serem mais dispendiosas as instalações fabris do que as rurais” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 78–79).

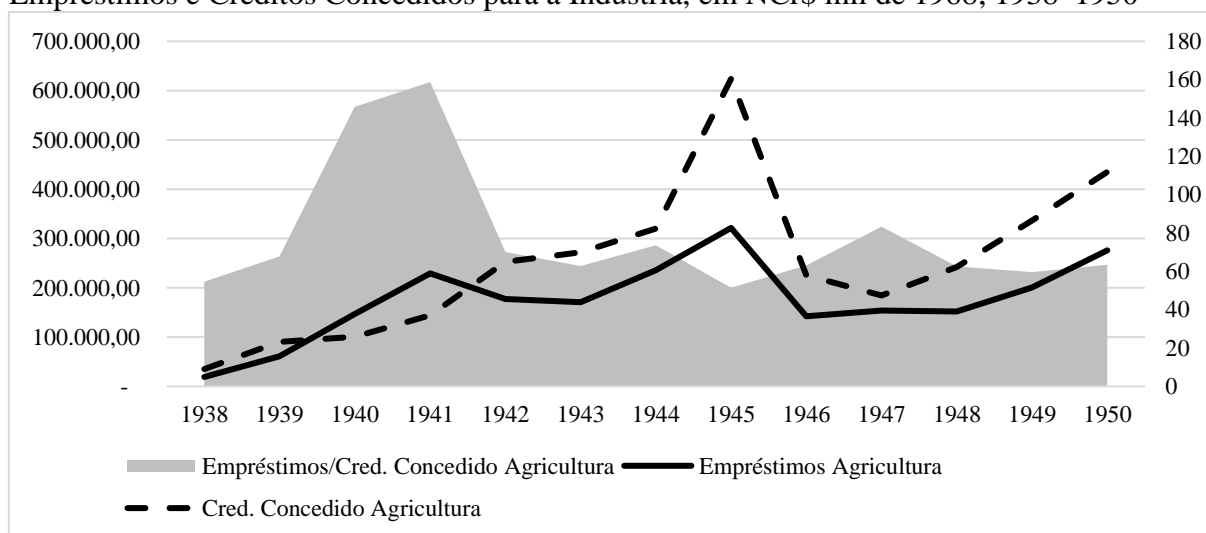
Tabela 4 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREA, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1938–1950

Anos	Agricultura	Pecuária	Rurais	Indústria	Total
1938	38,31	22,77	36,74	291,07	43,77
1939	34,67	28,15	33,36	630,58	41,16
1940	24,72	23,86	24,35	217,37	27,17
1941	23,71	21,72	22,76	1.036,27	30,47
1942	30,34	24,32	27,48	686,39	30,45
1943	33,67	24,35	29,44	800,51	33,85
1944	36,54	31,43	33,31	278,17	34,57
1945	50,14	25,38	35,78	238,31	36,72
1946	25,91	16,66	21,27	217,65	23,78
1947	33,92	36,91	36,97	191,78	41,54
1948	28,17	69,47	32,02	207,13	38,54
1949	27,64	34,79	29,58	205,14	35,29
1950	27,37	34,37	28,65	219,92	33,95

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

A relação entre empréstimos e créditos concedidos, bem como a evolução das duas variáveis para o período 1938-1950 para a agricultura pode ser observada na *Figura 4*. Até 1942, as operações agrícolas estavam limitadas a dois anos, para operações de compra de máquinas agrícolas e animais de serviços. Entretanto, a partir de 1942 tais operações passam a contar com maiores prazos de operações, podendo ser de dois, três ou cinco anos, sendo estas as vinculadas ao melhoramento das condições de rendimento das explorações.

Figura 4 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1938–1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base nas *Tabela B 1* e *Tabela B 2* do Apêndice B.

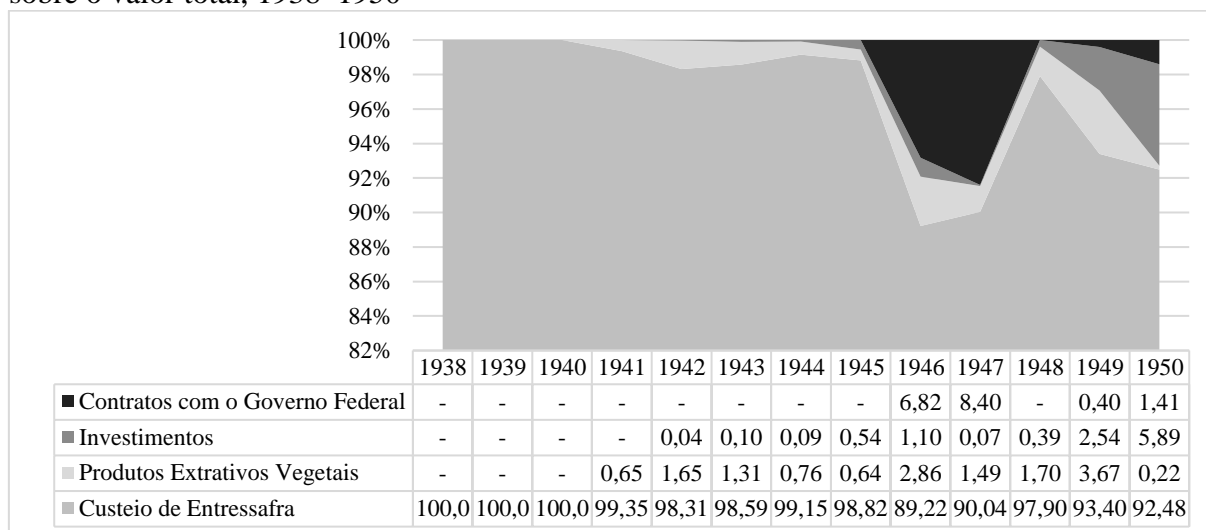
Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Apesar do aumento dos prazos para as operações agrícolas, nota-se que a relação Empréstimo/Créditos Concedido é inferior a observada nas operações industriais, sendo mais comum observar que o fluxo de crédito concedido foi superior ao estoque de empréstimos,

sobretudo a partir de 1942. Este resultado está relacionado relação com o principal tipo de operação realizada pela CREA I para o setor agrícola, o custeio de entressafra. O prazo destas operações variou entre um e dois anos, antes de 1942 e após 1942.

A estrutura dos créditos concedidos pela CREA I ao setor agrícola, como se demonstra na Figura 5, concentram-se ao custeio de entressafra, uma vez que em todo o período de observação os valores são superiores a 90%. Assim, as atividades financiadas estavam concentradas na faixa de menor prazo de contrato, conforme os regulamentos da Carteira, o que se relaciona com o que já foi visto acima. Para além deste fato característico, convém analisar com mais detalhes as demais operações.

Figura 5 – CREA I – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, em participação (%) sobre o valor total, 1938–1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

As operações descritas como “Governo Federal” concentram os financiamentos realizados dentro das políticas de preços mínimos e envolvem diferentes cultivos beneficiados, as quais foram reguladas pelo Decreto-Lei nº 7.774, de 24 de julho de 1945, que compreende as culturas de arroz, feijão, milho, amendoim e soja; Decreto-Lei nº 9.879, de 16 de setembro de 1946, que inclui as culturas de girassol e trigo; e Lei nº 615, de 2 de fevereiro de 1949, que abrange os benefícios para “financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade (BRASIL, 1945, 1946a, 1949a).

Data de 1941 o início de operações da CREA I que se configurariam como políticas de manutenção de preços mínimos, através do fornecimento de empréstimos com o preço-base sustentado pela Carteira, em valores superiores ao que as cotações de mercado estabeleciam. O que antes fora praticado largamente a favor da cultura de café, passa a ser empregado para

outras culturas. Como se sabe, o financiamento da Carteira era feito como um percentual do valor da safra correspondente ao financiamento. Assim, ao financiar com um preço de produto superior ao do mercado, a Carteira operava, na prática, com o subsídio do plantio das culturas beneficiadas pelos preços mínimos.

Outro tipo de financiamento que passou a ser realizado pela Carteira foi o de investimento agrícola, com financiamentos que passam a ser de três a cinco anos, a partir do regulamento de 1942. No período aqui analisado, estes financiamentos envolveram a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, veículos motorizados e de tração animal, e também o melhoramento de explorações agrícolas. Apesar de fazer parte dos regulamentos da carteira desde 1942, tal tipo de financiamento passa a ter maior expressividade apenas a partir de 1949. O financiamento de produtos extrativos vegetais também foi contemplado pela CREA e tem sua maior expressividade entre 1941 e 1949. Entram nesta categoria os financiamentos da extração de carvão vegetal, cera de carnaúba, lenhas, erva mate, entre outros.

Apesar da intenção da CREA em expandir o conjunto de atividades que poderiam ser atendidos pelo crédito especializado, e com uma fonte de financiamento com prazos superiores aos existentes, os resultados demonstram que, para o período 1938-1950, os créditos concedidos estão concentrados em produtos que atendem o mercado externo, ou que já eram tradicionais em termos da exploração agrícola do país, como é demonstrado na Figura 6. Neste sentido, parte significativa dos financiamentos foram realizados para as culturas de algodão, arroz, cana de açúcar e café.

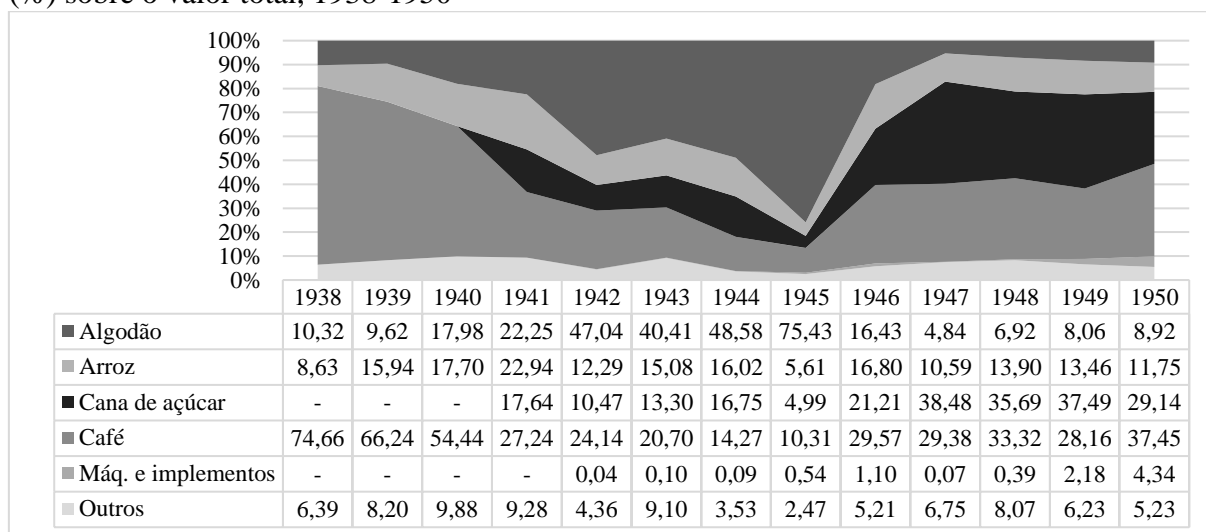
Nos três primeiros anos das operações da Carteira, há um predomínio dos financiamentos à produção de café, e em menor escala algodão e arroz. Entre 1942 e 1945 o predomínio passa para o financiamento da produção de algodão, que tem sua participação reduzida após este primeiro período. É de se lembrar que neste período, quando o algodão predomina na estrutura de financiamento da CREA, acontece na Europa a Segunda Guerra Mundial, período no qual as exportações do produto pelo Brasil se expandem. A partir de 1946, é possível notar uma distribuição menos concentrada dos financiamentos, do que para o período 1938-1945. Mesmo assim, dois produtos se destacam, a cana de açúcar e o café. Os créditos concedidos que podem ser caracterizados como sendo de investimento, para o setor de máquinas e implementos, começa a ganhar relevo ao final do período. Sobre o financiamento das máquinas agrícolas:

Em 1948 passa a ser regulamentado a compra de máquinas agrícolas, com financiamento do seu valor integral: “Ainda dentro do programa de estímulo à produção, contribuimos para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos

o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral, em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração (BANCO DO BRASIL, 1949, p. 88).

Como será visto no próximo capítulo, as operações de investimento na agricultura ganham maior relevo, apesar de haver grande quantidade de recursos destinada ao financiamento de entressafra.

Figura 6– CREAMI – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, em participação (%) sobre o valor total, 1938-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

A CREAMI, em sua atividade de financiamento à agricultura e à indústria, atuava em parceria com a Comissão de Defesa da Economia Nacional, na orientação das culturas que seriam atendidas, assim como na criação de critérios objetivos para a seleção dos beneficiados para o recebimento de crédito:

[...] a Comissão, também estuda, juntamente com a Carteira, a possibilidade de condicionar-se ao plantio de sementes selecionadas a concessão do financiamento destinado à formação e ao custeio das culturas periódicas. Essa iniciativa se integra no plano que a Comissão vem executando e objetiva a padronização dos produtos, para que estes tenham a necessária resistência economia, tanto nos mercados do país, como nos do exterior (BANCO DO BRASIL, 1939b, p. 36).

Uma característica importante da atuação da CREAMI ao longo dos anos já é apontada no relatório de 1939: a negociação do pagamento dos empréstimos realizados por produtores atingidos por intempéries climáticas. Segundo consta no mesmo, em 1938, algumas culturas tiveram seus resultados frustrados em função de estiagens, como ocorrera no Nordeste, e excesso de chuva no centro do país. Em 1940, as culturas de café, em São Paulo, e arroz, no

Rio Grande do Sul, foram beneficiadas por esta política, com novo prazo para pagamento das dívidas de empréstimos anteriores e novos empréstimos.

Ao longo dos relatórios, são apresentadas as relações estabelecidas pela Carteira com culturas específicas. Ganham destaque, de acordo com o volume de créditos concedidos, a participação ativa da CREAMI na política de sustentação do preço do algodão, a partir de 1940. Para tanto, o Banco do Brasil, passou a criar garantias de financiamento, com a adoção do valor básico de Cr\$ 45,00 por arroba do tipo 5, enquanto a cotação média de mercado em março de 1941 era de Cr\$ 41,61. Já em 30 de março de 1942, o Governo autoriza o financiamento na base de Cr\$ 50,00 por arroba para o tipo 5. Tal fato é comentado como uma ação positiva, no Relatório do Banco do Brasil de 1947 (Banco do Brasil, 1948), com efeitos sobre a cotação média do mercado, que atinge Cr\$ 50,10 em abril, contra Cr\$ 47,13 em março. A partir de 1947, os financiamentos especiais concedidos para a produção de algodão foram interrompidos, dado que: “A vista dos altos valores obtidos pelo algodão no mercado interno, desde o fim de 1946, cessaram os motivos da política de defesa do preço que vinha sendo mantida pelo Governo, desde a safra 1941/1942” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 81).

O arroz é outro produto que têm destaque nos relatórios para o período analisado. Chama atenção a relação que a CREAMI passa a ter com outras autarquias, o que revela uma atuação conjunta de instituições federais. São frequentemente apontadas quebras de safra decorrente de chuvas anormais e a ação de financiamento da Carteira. Em 1942, o Banco do Brasil, através de sua diretoria, autorizou o empréstimo de Cr\$ 30 milhões para o Instituto Riograndense do Arroz, através da CREAMI, para a compra de arroz em casca.

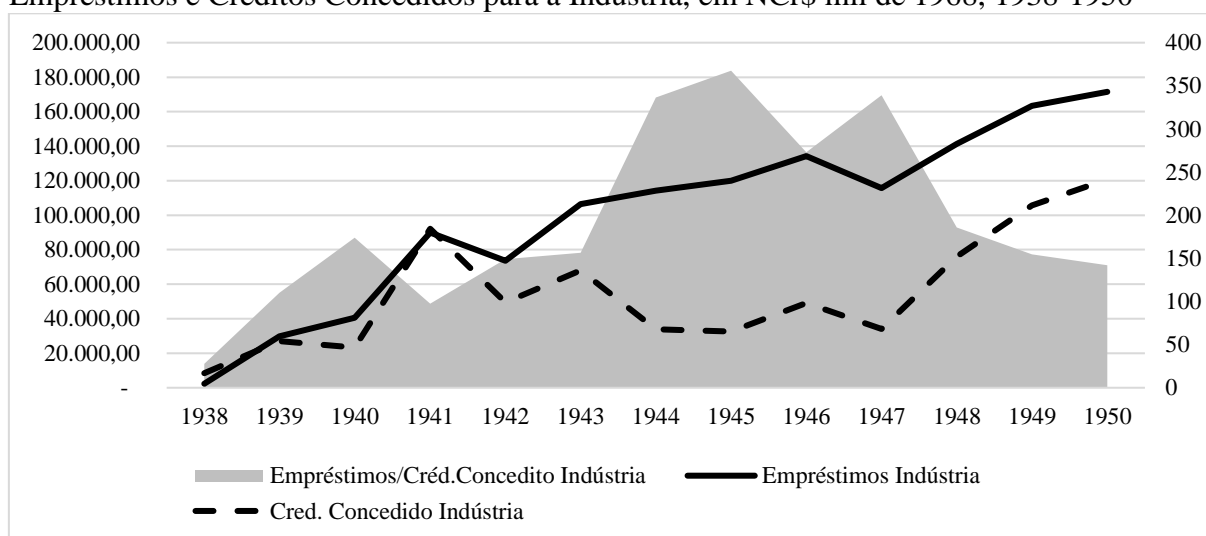
Outro produto que tem destaque nos relatórios, sobretudo os anteriores a 1945 é o cacau. Como as exportações do produto foram fortemente afetadas pelas restrições ao transporte marítimo, impostos pela guerra, o apoio da Carteira foi no sentido de beneficiamento do produto, dado a menor vida útil do produto após armazenamento. No relatório, lê-se que: “Considera a Carteira, entretanto, que o preparo industrial do cacau dará a solução racional, definitiva, para o amparo e a defesa da economia cacauera” (BANCO DO BRASIL, 1944, p. 73). Em 1943, o Governo federal, por meio de decreto, autorizou o governo da Bahia a contratar operações com a Carteira, por meio do Instituto do Cacau, de até Cr\$ 50 milhões, para investimentos em armazenagem, fabricas que beneficiassem o cacau, e também para financiamento de manteiga e torta de cacau.

O crescimento do financiamento para os produtores de açúcar apresenta elevação a partir de 1946. Neste sentido os relatórios apontam para a solicitação de intervenção por parte dos produtores: “Tem-se notado, ultimamente, certo desassossego entre os usineiros de açúcar, que

alegam dificuldades de exportação. A produção atingiu alto nível e procura escoamento. Enquanto este não se verificar, aumenta o apelo ao crédito [...]” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 83).

A Figura 7 apresenta a evolução dos empréstimos, dos créditos concedidos e da relação entre ambos para o setor industrial. Os Empréstimos são valores retirados do Balando do Banco do Brasil, portanto referem-se a um estoque de Empréstimos feitos pelo Banco e que consta no seu Ativo. Os Créditos Concedidos são as operações realizados em determinado ano, sendo, portanto, um fluxo. A relação entre as duas variáveis é uma forma de capturar as diferenças nos prazos das operações realizadas pela Carteira e que são estabelecidas em seu regulamento. Como foi visto nos regulamentos, as operações rurais contam com prazos inferiores aos das industriais. Esta diferença é representada pelo comportamento da relação entre empréstimos e crédito concedido, demonstrado das figuras que seguem.

Figura 7 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1938-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base nas *Tabela B 1* e *Tabela B 2* do Apêndice B.

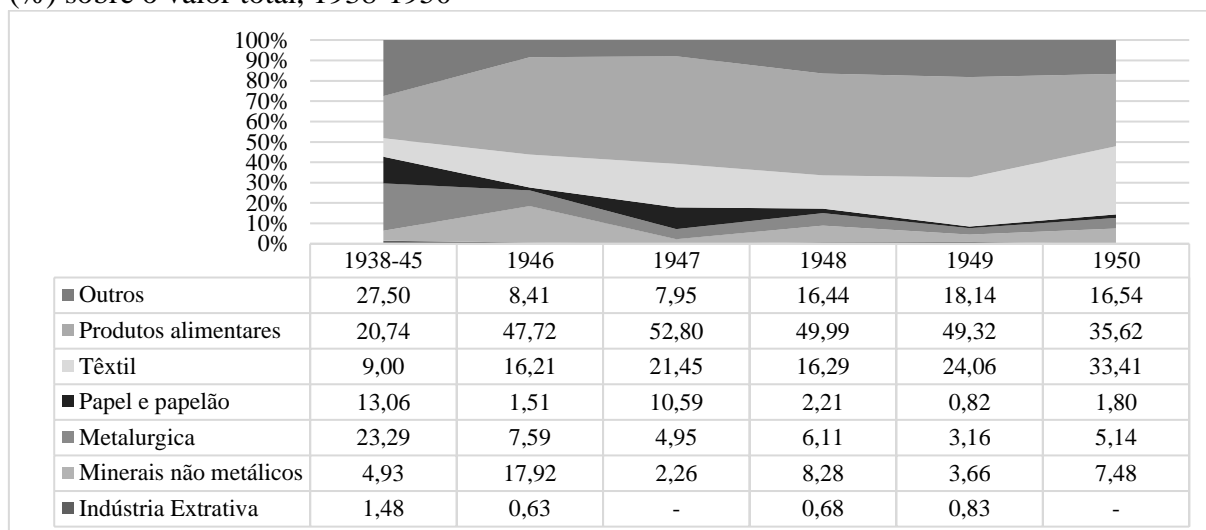
Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Como pode ser observado, o maior prazo concedido para empréstimos industriais, acompanha as modificações realizadas no regulamento da Carteira. Até 1942, os financiamentos industriais poderiam ter como prazo máximo cinco anos, enquanto que a partir do regulamento de 1942 as operações industriais passam a contar com a possibilidade de estender o prazo para dez anos. Sendo assim, a variação observada na relação Empréstimo/Crédito Concedido condiz com a mudança do regulamento, dado que há um aumento da mesma para o período posterior a mudança de regulamento, no período entre 1943–

1948. A posterior redução na relação pode ser explicada pelo aumento do volume de créditos concedidos para a indústria, mesmo com a elevação no total dos empréstimos.

Por sua vez, a estrutura de financiamento às atividades industriais estão expostos na *Figura 8*. Ao contrário dos dados para o setor agrícola, não é possível a abertura dos créditos concedidos por segmento industrial para o período. Esta segmentação só pode ser feita a partir de 1946, uma vez que os relatórios passam a adotar um formato com a distribuição por segmento industrial a partir desse ano. As informações para o período 1938-1945 se encontram na forma de somatório. Apesar deste inconveniente, é possível ter a compreensão de quais os setores foram mais beneficiados pelo financiamento da CREAMI.

Figura 8 – CREAMI – Créditos concedidos para a Indústria, itens selecionados, em participação (%) sobre o valor total, 1938-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 10 do Apêndice B.

De acordo com os resultados, é possível notar uma concentração dos financiamentos para o setor industrial nos segmentos de bens de consumo não durável, tais como têxtil e produtos alimentares, para o período 1946-1950. Entretanto, entre 1938 e 1945, percebe-se que há uma expressiva participação do setor de base, dado o volume de recursos destinados para a Metalurgia. Também tem destaque o item “Outros”, que para o período 1938-1945 inclui financiamentos para os segmentos de construção e montagem do material de transportes (9,65%), química e farmacêutica (7,13%), Madeira (3,13%) e Mecânicas (2,19%).

Nos relatórios do Banco do Brasil, entre 1939 e 1945, é constantemente destacado os efeitos que a Segunda Guerra Mundial provocava sobre a economia brasileira. Entre os eventos estavam as dificuldades em escoar a produção das exportações, assim como continuar com a importação de produtos essenciais para a continuidade do processo de industrialização. Ganha

destaque a preocupação com a compra de matérias primas não disponíveis no mercado interno e também de máquinas e equipamentos. Embora haja tal conjunto de preocupações, o relatório aponta para a expansão das atividades industriais em um contexto de restrições externas:

O ano de 1940 teve, pois, aspectos diferentes dos que o antecederam, como decorrência da projeção da guerra sobre nossa economia. Um desses aspectos a considerar é a aceleração do ritmo industrial, significativa da profunda transformação que se opera desde algum tempo na economia brasileira. (BANCO DO BRASIL, 1941, p. 22)

Ao setor industrial, foram realizados empréstimos importantes no ano de 1940. Neste sentido, merecem destaque a abertura de crédito para a instalação de uma usina de alumínio, em Ouro Preto (MG) e também a abertura de crédito para a compra e instalação de aparelhagem para produção de celulose, no Paraná.

Nos relatórios do Banco do Brasil, entre 1939 e 1945, é constantemente destacado os efeitos que a Segunda Guerra Mundial provocava sobre a economia brasileira. Entre os eventos estavam as dificuldades em escoar a produção das exportações, assim como continuar com a importação de produtos essenciais para a continuidade do processo de industrialização pelo qual o país passava, sobretudo na compra de matérias primas não disponíveis no mercado interno e também de máquinas e equipamentos.

O ano de 1940 teve, pois, aspectos diferentes dos que o antecederam, como decorrência da projeção da guerra sobre nossa economia. Um desses aspectos a considerar é a aceleração do ritmo industrial, significativa da profunda transformação que se opera desde algum tempo na economia brasileira. (BANCO DO BRASIL, 1941, p. 22).

Ao setor industrial, foram realizados empréstimos importantes no ano de 1940. Neste sentido, merecem destaque a abertura de crédito para a instalação de uma usina de alumínio, em Ouro Preto (MG) e também a abertura de crédito para a compra e instalação de aparelhagem para produção de celulose, no Paraná. Também houve o apoio financeiro do Banco do Brasil, através da CREA, para a instalação da indústria do papel no Paraná. É interessante observar o potencial efeito substitutivo de importações deste apoio, uma vez que papel e pasta de madeira representavam a época.

Apesar de receber menos recursos da Carteira, quando comparado com as operações rurais, os créditos concedidos para a indústria fazem parte de um projeto de incentivo à indústria. Convém também destacar, que a CREA é a primeira iniciativa de crédito especializado para a indústria em uma época onde se passa a ter um objetivo industrializante

como política de desenvolvimento. O apoio ao setor industrial tinha como ênfase o aproveitamento de recursos naturais disponíveis no país: “A Carteira vem se empenhando no sentido de proporcionar às atividades industriais auxílio capaz de acelerar a execução da política de aproveitamento dos enormes recursos naturais do país” (BANCO DO BRASIL, 1942a, p. 59).

Merece referência especial a operação de 69.000 contos de réis, contratada, em dezembro de 1941, com a Companhia Brasileira de Alumínio, para a instalação de uma usina metalúrgica de alumínio, na estação Rodovalho, no Estado de São Paulo, com aproveitamento das jazidas de bauxita de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais. É oportuno lembrar que idêntico empreendimento mereceu, no ano de 1940, a ajuda da Carteira, a qual abriu à Eletroquímica Brasileira, S.A., o crédito de 26.500 contos de réis, necessário à instalação, em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, da primeira usina metalúrgica de alumínio, dotada de aperfeiçoada aparelhagem (BANCO DO BRASIL, 1942a, p. 59–60):

A ênfase na análise da indústria, e seu papel sobre o desenvolvimento, não pode prescindir da consideração de complementaridade que assume o setor agrícola e rural nos processos de desenvolvimento. O desenvolvimento de uma agricultura que forneça matérias primas e produtos para o consumo das populações urbanas é parte importante do crescimento da indústria. Este entendimento é expresso pelo Banco do Brasil na seguinte forma:

A industrialização a qualquer preço, sem planejamento ou racionalização, e à custa da produção rural, seria obra lesiva aos interesses do país. O aperfeiçoamento das manufaturas e o barateamento do custo de produção constituem uma necessidade da expansão interna das indústrias nacionais, sendo, ainda, requisito elementar de sua projeção no plano internacional (BANCO DO BRASIL, 1945, p. 16–17).

No ano de 1945, discriminam-se duas operações que ajudam a compreender as operações realizadas para o setor industrial, ambas ao Porto do Rio de Janeiro. A primeira delas, para construção de uma câmara frigorífica, envolvendo aquisição, montagem e demais fases da implantação da mesma. Outra operação destacada foi a montagem de uma estação para expurgo de cereais. As operações foram de Cr\$ 35 milhões e Cr\$ 39,8 milhões respectivamente. Como foi visto, há pouca informação nos relatórios e regulamentos sobre as condições dos juros das operações industriais, sendo que apenas as rurais foram discriminadas em regulamento (7%). Para as duas operações citadas, a taxa de juros também foi de 7% ao ano, mais comissão anual de 1,8% sobre o saldo da conta, tendo ambas o prazo de 10 anos (BANCO DO BRASIL, 1946). Ainda sobre a questão da taxa de juros, Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 95)

aponta: “Foram mantidas as taxas de juros de 7,8 e 9% ao ano para as cooperativas, indústrias de seda e outros empreendimentos, respectivamente”.

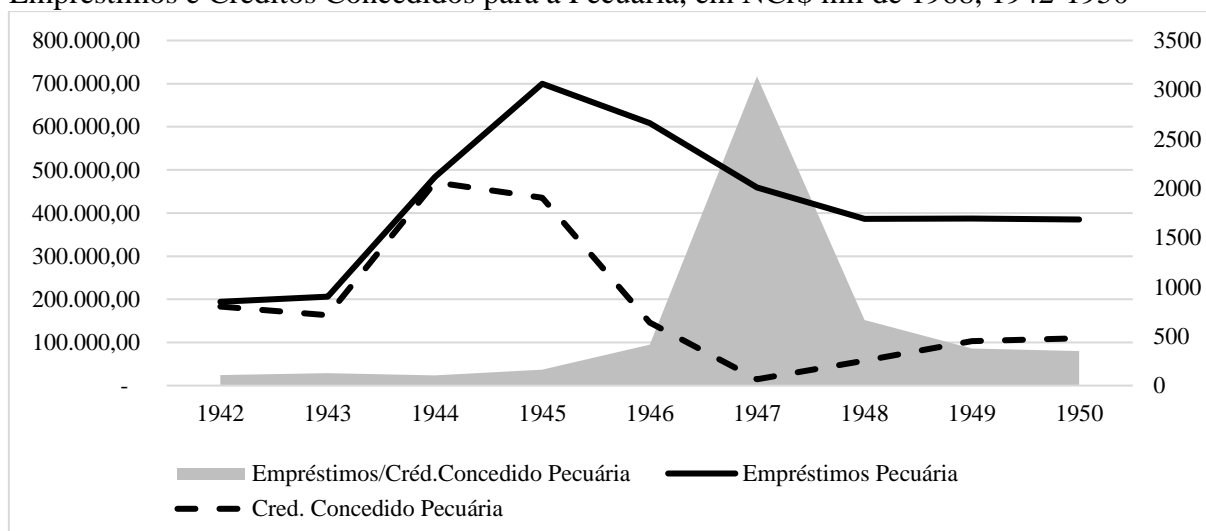
O apoio a pecuária, foi justificado, no relatório de 1940, pelo fato de o Brasil possuir na época o terceiro maior rebanho bovino do mundo. Como se vê, entre 1938-1945, o volume de recursos destinados ao setor cresce substancialmente, chegando a ser o principal setor a receber recursos, inclusive diante da agricultura. A queda subsequente do volume de créditos está relacionada as dificuldades experimentadas pelo setor e a moratória de seus empréstimos com o Banco. As operações de crédito pecuário estiveram suspensas ente janeiro e abril de 1947, dado a dificuldade que pecuaristas passam a ter para constituição das garantias de empréstimos, uma vez que precisariam da concordância de todos os seus credores para que pudesse alienar bens como garantia. Esta limitação resulta da Lei nº 8, de 19/12/1946 (Brasil, 1946b), que constitui uma moratória que suspende o pagamento das obrigações de financiamentos de pecuaristas. Através da Lei nº 209, de 02/01/1948 (Brasil, 1948), ficaram estabelecidos os critérios de pagamento dos débitos que estiveram em moratória.

Sobre a situação da queda no total de empréstimos e créditos concedidos para o setor pecuário, destaca-se três fatores para o mesmo: “a) a vultuosa quantia de cerca de Cr\$ 200.000.000,00 que transferimos para ‘Créditos em Liquidação’; b) a grande massa de créditos imobilizados pelas sucessivas moratórias; c) a cautela imposta pela presente situação do mercado de gado” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 78). Em 1949, através da Lei 1.002, de 24/12/1949 (Brasil, 1949b), foi concedido o novo prazo de 10 anos para pagamento de 50% das dívidas dos pecuaristas, sendo que os 50% restantes foram transferidos para a União. Esta última medida promoveu a regularização da situação dos pecuaristas e abriu espaço para a retomada da concessão de crédito ao setor.

Como fora destacado, há um crescente volume de recursos destinados para o setor pecuário, entre 1938 e 1945. Entretanto, a partir de 1946, o Banco do Brasil reduz drasticamente os créditos concedidos para o setor, considerando que o aumento fora inadequado e especulativo (BANCO DO BRASIL, 1947). Sendo assim, os créditos concedidos para a pecuária caem de NCr\$ 435.662 mil, em 1945, para NCr\$ 146.114 mil, em 1946, e NCr\$ 14.654 mil, em 1947. Ao mesmo tempo, o estoque de empréstimos para o setor cai de NCr\$ 699.763 mil, em 1945, para NCr\$ 608.594 mil, em 1946, para NCr\$ 459.596, em 1947. Estes resultados podem ser observados na Figura 9, assim como a relação Empréstimo/Crédito Concedido. A nova política de crédito para a pecuária pode ser observada na figura, sobretudo para o período 1946–1948, quando há um impacto significativo naquela relação. Observa-se que a queda no volume de crédito concedido do que nos empréstimos. Assim, o resultado da relação não se refere a um

efetivo aumento de prazos – dado que o prazo máximo era o mesmo do setor agrícola –, mas de uma readequação no volume de créditos concedidos para o setor pecuário.

Figura 9 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1942-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base nas *Tabela B 1* e *Tabela B 2* do Apêndice B.

Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Percebe-se que a estrutura da distribuição dos financiamentos apresenta forte ênfase na agricultura, que pode ser explicado pela própria origem da carteira e da demanda anterior pelo crédito rural, uma vez que as manifestações organizadas pelo crédito industrial passam a ser realizadas posteriormente. Além disso, para os créditos agrícolas, percebe-se um maior volume de financiamento para os segmentos já estabelecidos no país. Já para o setor industrial, apesar de haver um movimento semelhante nos créditos concedidos, merece destaque os financiamentos para a indústria metalúrgica que foram realizados pela CREAMI.

4.3 A POLÍTICA DE *FUNDING* DA CARTEIRA

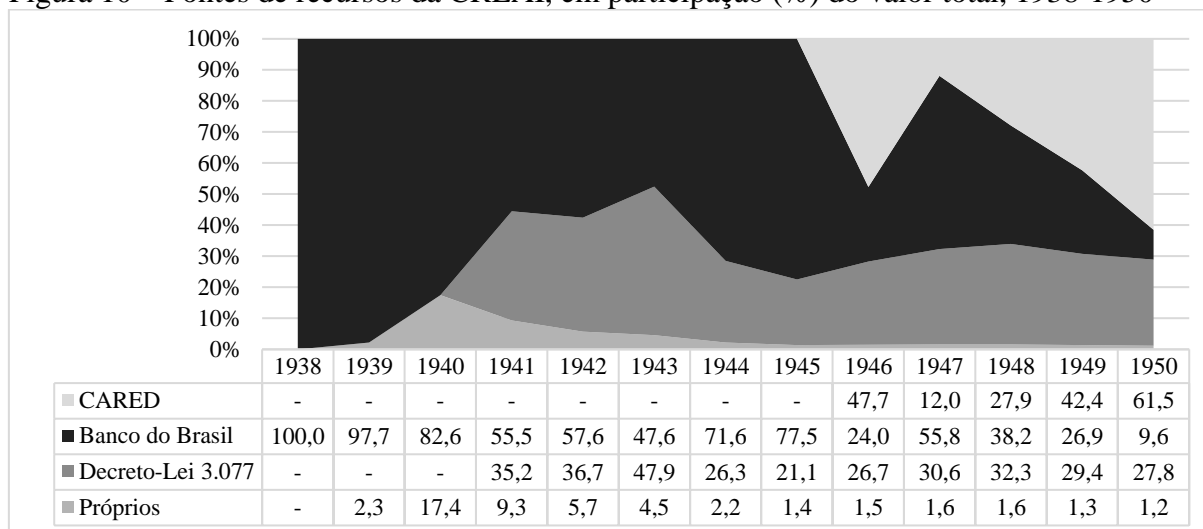
Esta seção tem como objetivo apresentar as fontes de recursos da carteira para o período selecionado. Apesar de os regulamentos indicarem uma política de recursos baseada na emissão de bônus, e também serem criados recolhimentos compulsórios, os recursos provenientes da Carteira de Redescontos serão a principal fonte dos recursos da CREAMI. Esta dinâmica vai ser observada para os períodos seguintes, durando até 1964, quando se cria o Banco Central e a CARED é extinta. Aqui fica claro o caráter de financiamento por emissão monetária da carteira, que é tratado, inclusive, na literatura econômica sobre o período.

Através dos relatórios do Banco do Brasil é possível perceber uma longa tradição de utilização da Carteira de Redescontos como forma de dar vazão as demandas por empréstimos do Banco, sobretudo em momentos de redução no volume de depósitos. Neste sentido, o relatório de 1937 (BANCO DO BRASIL, 1938, p. 6) explicita que, dado a redução no volume de depósitos: “[...] o Banco utilizou-se da Carteira de Redescontos, tendo aumentado progressivamente, até setembro de 1937, o valor dos títulos levados àquela Carteira”. Apesar de utilizar recursos por meio de redescontos, que correspondem a emissões de moeda, nota-se inicialmente que o volume de crédito ainda respeitava as contrações inerentes a dinâmica do mercado de crédito, como acontece em alguns momentos do período aqui analisado. É importante ter em mente que esta dinâmica se tornará mais explícita quando observado a composição dos recursos que seriam utilizados pela CREAM para atender a demanda pelo seu crédito especializado.

Um dos primeiros pontos para entender a necessidade em recorrer ao redesconto de títulos, por via da CARED, é conhecer a composição dos depósitos do Banco do Brasil. Para aplicar recursos em empréstimos de longo prazo é necessário que existam recursos com prazos compatíveis as finalidades pretendidas pela CREAM. Fazia parte das preocupações da Carteira, e do Banco do Brasil, evitar o risco de se utilizar recursos de curto prazo para aplicações de longo prazo. A própria composição das fontes de recursos previstas nos regulamentos de 1937, 1939 e 1942 demonstram isso, ao buscar uma composição lastreada na emissão de bônus e no recolhimento de recursos previdenciários. A Tabela B 4, no apêndice deste trabalho, expõe a composição dos depósitos realizados na instituição durante o período analisado. A estrutura de depósitos explicita, portanto, a não utilização dos depósitos de longo prazo para composição do *funding* da CREAM, dado o predomínio dos depósitos de curto prazo.

Tendo a emissão de bônus sido insuficiente para a captação de recursos para a CREAM, nota-se o predomínio dos recursos com origem no Banco do Brasil, principalmente na CARED. Apenas no relatório de 1946 (BANCO DO BRASIL, 1947) é que os recursos da Carteira passam a ser apontados separadamente, por fonte. Sendo assim, não foi possível recompor a divisão dos recursos intermediados pelo Banco para os períodos anteriores. Através da *Figura 10* pode ser observado a composição das fontes de recursos para o período 1938-1950. Nela evidencia-se que os recursos próprios, obtidos por emissão de bônus tiveram pouca representatividade, sobretudo a partir de 1941, quando passam a ser captados recursos do recolhimento compulsório, orientados pelo Decreto-Lei nº 3.007, de 24/02/1941. Além de títulos redescontados pela CARED, o Banco do Brasil também utilizava seus próprios recursos exigíveis, não havendo descrição nos relatórios qual a fonte destes.

Figura 10 – Fontes de recursos da CREAMI, em participação (%) do valor total, 1938-1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 5* do Apêndice B.

Ainda, em 1939 ocorre a primeira autorização pela diretoria do Banco do Brasil para a emissão dos bônus previstos na Lei nº 454, de 9 de julho de 1937. Tais bônus seriam emitidos com prazo de dois anos e remunerados a 5,5%, no total de 100.000 contos de réis. Aos institutos de previdência social foi determinado, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a compra de 80% destes títulos. Tais bônus foram tomados por 98 institutos de previdência social, em um total de 75.879 contos.

Em 1940, através do Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1940, regulado pelo Decreto-Lei nº 3.077, de 26/02/1941, foram introduzidas duas modificações importantes para a Carteira. A primeira, diz respeito as fontes de recursos, que passam a contar com repasses do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos e Aposentadorias e Pensões, na ordem de 15% dos seus depósitos; e também depósitos realizados como garantias de exploração de serviços públicos e recursos oriundos de depósitos judiciais. Também com relação aos recursos, todos os contratos de financiamento da CREAMI para o setor rural, com garantia de penhor rural e prazo inferior a um ano, poderiam ser redescontados na Carteira de Redescontos, com taxa de desconto inferior a 2%. A segunda mudança foi a redução da taxa máxima de juros que poderia ser cobrada das operações rurais para 7%. Tais alterações foram ratificadas pelo Decreto-Lei nº 3.077 de 26/02/1941.

Os movimentos dos recursos obtidos por redescontos têm sua dinâmica afetada a partir de 1946, com o Governo Dutra, e a interpretação de que a inflação elevada do período tinha sua origem no excesso de crédito sustentado por emissão monetária. Esta orientação é bastante explícita nos relatórios dos anos 1945, 1946, 1947 e 1948 (BANCO DO BRASIL, 1946, 1947,

1948, 1949), sob a presidência de Manoel Guilherme da Silveira Filho¹. Este, demonstra clara contrariedade com as políticas de crédito praticadas durante o Governo Vargas, fato que manifesta em diversas ocasiões nas introduções dos relatórios citados, chamando-as de “inflacionistas”. Tal movimentação pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5 – CARED: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, em participação (%), 1938-1950

Ano	Participação da CARED no Meio Circulante	Auxílio CARED aos Bancos			Aos Demais Bancos
		Ao Banco do Brasil		Total Banco do Brasil	
		CREAI	Outras Carteiras		
1938	–	–	–	–	100,00
1939	3,42	–	–	74,09	25,91
1940	7,52	–	–	88,59	11,41
1941	15,04	–	–	90,83	9,17
1942	–	–	–	–	100,00
1943	24,59	–	–	95,74	4,26
1944	42,87	–	–	94,54	5,46
1945	27,54	–	–	90,93	9,07
1946	14,00	76,56	7,03	83,59	16,41
1947	3,03	37,60	10,20	47,81	52,19
1948	6,22	52,78	–	52,76	47,24
1949	15,60	49,66	18,56	68,22	31,78
1950	35,09	34,34	48,16	82,50	17,50

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 8 do Apêndice B.

O relatório de 1941 mostra que a Carteira de Redescontos possuía papel ativo no aumento do meio circulante. Justificava-se o aumento, pelo apoio às atividades produtivas nacionais:

Fator de acréscimo do meio circulante são as emissões, com as naturais alternativas, destinadas à Carteira de Redescontos, que já hoje constituem elemento normal e de sadia influência na evolução as operações internas, beneficiadas com a intervenção oportuna e, por assim dizer, automática do desconto nas fases correspondentes à sua expansão periódica (BANCO DO BRASIL, 1942a, p. 37).

Há vários indicativos de que a visão de expansão monetária, ancorada no desconto de títulos da CARED, estava em concordância com a expansão das atividades econômicas. Sendo assim, entre 1938 e 1945, as operações dessa carteira apresentam expansão no período. Sobre a emissão monetária e as atividades econômicas, o Banco apresenta a seguinte opinião em 1942:

¹ Foi presidente do Banco do Brasil em duas oportunidades, entre 09/1929 - 10/1930 e 01/1946 a 06/1949. No primeiro período, sua saída da presidência do Banco relaciona-se com o movimento de 1930. Após a sua saída, passa a se dedicar a atividade empresaria, tendo destaque no ramo têxtil. Ainda sob o Estado Novo, participou da Comissão de Financiamento da Produção, da Comissão para Instalação da Indústria de Material Elétrico e também fez parte do conselho de administração da Caixa de Mobilização Bancária. No seu segundo mandato como presidente, a sua saída ocorre para que pudesse assumir o Ministério da Fazenda.

A expansão da economia nacional impôs um auxílio mais dilatado às atividades produtoras, fato que deveria obviamente determinar, em parte, um acréscimo correspondente no papel-moeda em circulação (BANCO DO BRASIL, 1942a, p. 34).

Os relatórios apontam uma diferenciação entre o redesconto de títulos para fins econômicos e para fins financeiros. O primeiro seria o caso daqueles vinculados às atividades econômicas, enquanto o segundo seria a atividade de redescontos com finalidade de suprir uma insuficiência financeira, como seria o caso de cobertura de déficit público. O Banco justifica essa relação demonstrando que ao passo que crescem as operações de redesconto, crescem as operações de créditos para as atividades econômicas, que passam a ser superiores aos do setor público.

Peláez (1968) argumenta que a interpretação de Furtado (FURTADO, 1961) de que houve uma política de intervenção, por parte do Estado, para a manutenção dos preços do café, não condiz com a orientação ortodoxa de política econômica adotada pelo governo, até 1945. Apesar dessa interpretação já ter sido criticada (SILBER, 1977; FONSECA, 2003), entende-se que a relação entre a CREAM e a CARED no suprimento de crédito para a expansão das atividades econômicas também contribuiu para questionar a tese de que a política econômica fora ortodoxa, entre 1938-1945. O próprio Banco do Brasil, em seus relatórios, dá pistas de que a sua atuação não é ortodoxa:

A tese de que simplesmente ‘boas finanças bastavam à solução de todos os problemas, a começar pelos econômicos’, perdeu seu valor quase axiomático, de vez que economia e finanças mantêm interdependência, que não poderia ser contestada, pela coexistência de ações reflexas, que, isoladas, não permitiriam rigorosa interpretação. Daí se compreende a política do Governo, que vem infatigavelmente estimulando as fontes da produção, através do crédito, dos transportes e de uma racional tributação, ao mesmo tempo que reduz ao mínimo os déficits orçamentários. (BANCO DO BRASIL, 1942a, p. 43).

Cresceu, em verdade, com as novas emissões, o meio circulante. Em rigor, a inflação é um episódio normal dos tempos anormais. Enquanto não se esgota a capacidade tributária, para elevar ao máximo a receita pública, e não se logra a saturação da atividade produtora, eliminando, ao mesmo tempo, todos os excessos do poder individual de compra, por meio de empréstimos ao Estado, torna-se impossível o financiamento de uma guerra (sobretudo da natureza e das proporções da que estamos enfrentando) sem o apelo à moeda fiduciária. Necessário é trazê-la controlada, ajustada às estritas necessidades econômico-financeiras (BANCO DO BRASIL, 1943, p. 22).

Ao Governo Vargas foi atribuído, pelo novo presidente do Banco do Brasil a partir de 1946, Manoel Guilherme da Silveira Filho, a adoção de políticas monetárias de cunho inflacionista. Neste sentido, o presidente do Banco do Brasil atribuiu a inflação do período 1937-1945 a uma expansão excessiva do crédito. O entendimento expresso no Governo Vargas,

através dos Relatórios do Banco do Brasil é de que o fenômeno inflacionário não estava vinculado apenas ao aspecto monetário, mas também era resultado da escassez de bens de consumo, devido ao problema de transportes ocasionado pela Guerra:

Eis porque a alta dos preços, tão intensificada no ano de 1943, se origina primacialmente de causas econômicas. A sua filiação exclusiva a motivos de ordem monetária parece argumento insuficiente e, em certos aspectos, demasiado simplista (BANCO DO BRASIL, 1944, p. 18).

Ainda sobre a inflação, em 1943, no Relatório do Banco do Brasil, argumenta-se que a elevação de preços provoca a elevação de lucros em determinados setores, e que estes passam a ser tributados, através de um imposto com alíquotas crescentes sobre lucros extraordinários. Tal medida, além de eliminar o poder de compra geral pelos lucros extraordinários, também seria utilizado para compor o caixa do governo. O mesmo relatório também ressalta o Decreto-Lei nº 4.792, de 05/10/1942 (BRASIL, 1942e), que restringe as possibilidades de emissão do Tesouro Nacional, condiciona o redesconto de títulos a sua relação com as atividades econômicas e o desenvolvimento econômico do país e também permite a CARED a realização de empréstimos lastreados em títulos do Tesouro. Segundo o relatório, “[...] as novas emissões são garantidas pelas disponibilidades do governo, em ouro e divisas, na base de 25%” (BANCO DO BRASIL, 1943, p. 22). Ressalta-se que as políticas monetárias são justificadas pelo Banco do Brasil, pela necessidade de financiamento da produção e pelas dificuldades decorrentes da guerra, enfatizando os aspectos econômicos da inflação, em contraposição a interpretação monetarista.

Entretanto, já no relatório de 1945, o Banco do Brasil admite a necessidade de emissão monetária para cobrir os custos da guerra, apontando que:

As emissões monetárias para financiamento de despesas bélicas constituem fatal contingência, a que nenhum beligerante, até agora, conseguiu furtar-se. Não há negar a pressão altista que, sobre o custo de vida, vem exercendo, de par com fatores de natureza econômica, a expansão do meio circulante, operada sem aumento correspondente no volume de trocas mercantis [...] O aumento do meio circulante cria o perigo da inflação de crédito (BANCO DO BRASIL, 1945, p. 18).

Assim, a instituição admite que a emissão monetária tem como uma de suas finalidades o atendimento de necessidades financeiras, ocasionado pelas dificuldades em cobrir as despesas de guerra. Ao mesmo tempo, argumenta-se que tal fenômeno é compartilhado pela economia dos demais países em guerra. Parece, de fato, importante considerar a necessidade de expansão monetária ocasionada pela atipicidade do período de Guerra e seus impactos sobre as questões

de política econômica. Em paralelo, a política monetária deveria lidar com a necessidade de manter os mecanismos de crédito que ajudariam a manter a expansão das atividades econômicas, tal como pretendida pelo Governo.

No relatório de 1944 (BANCO DO BRASIL, 1945, p. 60) explicita-se a utilização da CARED como fonte de recursos para os empréstimos do Banco:

Em consequência de sua política de ampliar os empréstimos de natureza econômica, e da obrigação que lhe cabe, de financiar as necessidades do Governo, quando insuficientes os recursos do Tesouro, teve o Banco de recorrer este ano com mais frequência à Carteira de Redescontos.

O relatório para o ano de 1945, publicado em 1946 e com o Banco já sob nova presidência², demonstra a clara mudança de percepção sobre a política monetária. Nele pode-se perceber o contraste entre as políticas monetárias adotadas até 1945, sob o Governo Vargas e a nova orientação, sob o Governo Dutra. A enfática mudança pode ser percebida em alguns pontos e têm como principais argumentos: a política inflacionista para o período 1930-1945, sustentado numa interpretação de que a inflação era creditícia; a ausência de uma política fiscal condizente com o equilíbrio orçamentário; a adoção de políticas econômicas que visavam uma expansão forçada da indústria, baseadas na expansão do crédito via CARED. A seguinte passagem permite uma síntese desta interpretação:

Os dois fatores – baixa dos preços no exterior e desenvolvimento forçado das nossas manufaturas – traçaram o rumo da política econômica, visando a recuperação dos preços e a expansão industrial. Simultaneamente, planejavam-se e executavam-se importantes obras públicas, algumas de caráter econômico e outras meramente suntuárias. Programa de tal natureza, para que pudesse ser economicamente executado, teria de apoiar-se em capitais vultuosos que deveriam existir no país. Não sendo possível encontra-los consentiu-se na expansão do crédito bancário; sustentados os bancos pela Carteira de Redescontos e esta por sua vez firmada na possibilidade de obter sempre do Tesouro Nacional a moeda nova que requisitava. Foi para a execução desse programa que se adotou o processo inflacionista. (BANCO DO BRASIL, 1946, p. 29).

Apesar da discordância em relação à política econômica adotada para o período 1930-1945, há também a interpretação de que a economia nacional fora afetada por dois fenômenos já assinalados pela literatura econômica sobre o período, a saber: a queda nos preços do café, principal produto de exportação brasileiro; e a industrialização pelas dificuldades ocasionadas pela restrição externa.

² Sobre a mudança na orientação de política econômica e a orientação dos relatórios, Pacheco (1979, p.605) faz a seguinte observação: “Com a mudança de governo ocorrida em outubro de 1945, a que já nos referimos e consequente instalação de nova direção no Banco do Brasil, o sentido de pronunciamento do relatório apresentado aos acionistas em 1946 fez uma verdadeira meia volta, para abandonar a anterior posição de defesa e assumir agressivamente uma posição de ataque à política econômico-financeira do governo ditatorial.”

Assim, como aconteceu durante o período 1938–1945, a CARED foi vista como um mecanismo de apoio ao processo de desenvolvimento, ao apoiar a manutenção de uma política que permitisse a continuada expansão do crédito. Posteriormente, passa a ser vista como “a máquina cuja produção mais avolumou a inflação monetária” (BANCO DO BRASIL, 1946, p.29). Das duas interpretações e usos distintos da carteira de redescontos, resultam duas políticas distintas de crédito, o que afetou, como visto, o desempenho da CREAM, uma vez que uma das suas principais fontes de recursos passou a ser gerida para uma política de combate à inflação.

Passados alguns anos da criação da CREAM, no Relatório de 1946 (Banco do Brasil, 1947) já se faz a constatação de que os recursos oriundos da colocação de bônus e dos recolhimentos compulsórios não foram suficientes para suprir a Carteira dos recursos necessários para seu funcionamento adequado: “Os recursos provenientes dos bônus agrícolas, que devem ser subscritos pelos institutos de previdência, como aplicação de parte de sua receita, não deram o resultado esperado” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 72). Como visto, a colocação de bônus atendeu apenas parcialmente o volume inicial pretendido em termos de volume de captação.

Por sua vez, os recolhimentos compulsórios dos institutos de previdência foram afetados pelo que se chamou de “engano de interpretação” (BANCO DO BRASIL, 1947, p. 67). O engano, segundo o Banco, aconteceu por parte dos institutos que passaram a recolher ao Banco do Brasil apenas 15% das disponibilidades em poder destes, e não 15% do total das disponibilidades dos mesmos. O Banco tentou reverter a situação, questionando a interpretação no Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social, mas não havendo solução que favorecesse o recolhimento para a CREAM.

Aliás, a dificuldade de obtenção dos recursos para o bom funcionamento da Carteira é claramente observado pela instituição:

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, – aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco – qual seja o da constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamadas em volume cada vez maior (BANCO DO BRASIL, 1949, p. 77).

Apesar das críticas realizadas ao padrão de atuação da CARED entre 1938-1945, as atividades dessa carteira passam a crescer novamente a partir de 1948, quando voltam a ser significativas tanto no meio circulante, quanto no apoio a composição das disponibilidades do Banco do Brasil. Algumas passagens são interessantes, nos relatórios, para apontar, pelo menos, uma atenuação da retórica anteriormente adotada. Convém assinalar, que a partir de 1949 o

Banco do Brasil passa a ser presidido por Ovídio Xavier de Abreu. Sobre tal ponto, o Banco faz a seguinte consideração:

Desde que o maior volume do papel-moeda emitido esteja lastreado por efeitos comerciais a prazo curto e representativos de produção efetiva, isto é, já acabada e em condições de ser consumida não haverá inflação; esta só existirá se o papel-moeda emitido não possuir a contrapartida da produção (BANCO DO BRASIL, 1949, p. XLIII).

Como está sendo salientado, a relação entre CARED e CREAM foi um fato característico durante a existência da última até 1965, quando se encerram as atividades de redescontos, que passam a ser realizados pelo Banco Central. Sendo essa uma característica importante da estrutura de *fundings* da Carteira, cabe aqui destacar a dimensão do auxílio recebido por ela diante do total de recursos provenientes de redescontos ao sistema bancário nacional. Como se percebe, pela Tabela 5, a CARED tem destaque no total do meio circulante disponível, chegando a assumir o valor de 42,87% em 1944 e 32,09% em 1950. Mas mais interessante é observar a dimensão assumida pela CREAM e pelo Banco do Brasil, no auxílio prestado aos bancos pela Carteira de Redescontos. Percebe-se, pelo exposto, que o Banco do Brasil, e a CREAM, tiveram participação elevada no total do auxílio prestado através do desconto de títulos.

4.4 ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAM

Um dos fatos mais impactantes, ou que demonstra provocar maior preocupação aos diretores do Banco do Brasil, em seus relatórios, são as dificuldades provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Duas grandes dificuldades se colocam: o fornecimento de matéria-prima e bens de capital necessários para continuidade da expansão industrial; e a dificuldade de escoamento das exportações, uma vez que os transportes apresentavam interdições decorrentes das hostilidades.

Apesar das dificuldades observadas para a continuidade da expansão industrial, os relatórios apontam a manutenção das estatísticas de crescimento da produção no país, apesar de decréscimos em alguns segmentos, tal como apontado pelo Banco do Brasil para o ano de 1942:

Como era de prever, as reduções no fornecimento de certos produtos básicos da indústria nacional, tais os artefatos de ferro e outros metais, ferramentas, maquinaria, combustíveis, produtos químicos e farmacêuticos, deveriam logicamente acarretar entorpecimento da atividade desse importante grupo econômico [...] Não obstante,

todos os índices estatísticos testemunham o crescendo ininterrupto da produção brasileira, considerada em sua totalidade. (BANCO DO BRASIL, 1943, p. 20).

Com o decréscimo da importação de alguns produtos básicos para a indústria nacional, especialmente os destinados às indústrias químicas e de construção, operou-se certo retraimento industrial (BANCO DO BRASIL, 1946, p. 26).

Um dos efeitos da Guerra foi a interdição, ou pelo menos a elevação da dificuldade, dos transportes realizados pelo oceano atlântico. Assim, ocorre o problema do acúmulo de estoques, resultado das dificuldades de escoamento da produção para o exterior. Neste ponto os relatórios apontam que:

Devido à escassez de transportes, a acumulação de estoques seria o seu perigoso corolário. Felizmente, porém, os acordos celebrados em Washington garantiram a venda de alguns artigos predominantes da nossa exportação, como o café, o cacau, óleos, fibras, etc., nos próprios portos de embarque, cabendo aos compradores a responsabilidade do transporte às praças de destino. (BANCO DO BRASIL, 1943, p. 20).

Sobre a questão da distribuição setorial dos créditos concedidos pela CREAM, viu-se no Capítulo 3 que eram antigas as reclamações dos produtores agrícolas sobre a necessidade de se criarem instituições de crédito especializado no financiamento rural. Além disso, como pode ser observado em Baer (1979), as atividades rurais são predominantes nas atividades econômicas até pelo menos a década de 1950. Logo, parece razoável que estas acumulassem a maior participação do total de créditos concedidos pela nova carteira. Como apontado por diferentes autores que se debruçaram sobre a Revolução de 1930 (DRAIBE, 2004; FAUSTO, 1988; FONSECA, 2012b, 2014b), um novo grupo político composto por diferentes setores da sociedade, incluindo industriais e produtores rurais de diferentes regiões, é responsável por dar sustentação ao governo Vargas. Apesar de não tal aspecto não estar posto nos relatórios do Banco do Brasil, esta nova configuração política também pode ter influenciado para a alocação dos recursos da carteira.

Outro argumento que pode explicar a elevada participação da agricultura no total de recursos concedidos pela CREAM, e que está explicitada nos relatórios, é a interpretação de que a agricultura brasileira era atrasada e precisava passar por modernização. Condiz com um projeto de desenvolvimento a introdução de técnicas agrícolas modernas, o que inclui o uso de máquinas, equipamentos e também de insumos que aumentem a sua produtividade. Aumentar a produtividade agrícola é importante para aumentar o fluxo de bens que podem ser utilizados pelo processo de industrialização. Apesar disso, ainda em 1951, no relatório para o ano de 1950, o Banco entendia que a agricultura brasileira continuava rudimentar e com crescimento baixo:

Como nos anos anteriores, foi de pequena intensidade, em 1950, o crescimento de nossa produção agrária, fenômeno, aliás, natural em um país que ainda pratica, em grande parte, uma agricultura de técnica rudimentar e que não dispõe de adequado aparelhamento de transporte e armazenamento (BANCO DO BRASIL, 1951, p. 19).

O período no qual está compreendido o estudo apresentado neste trabalho ganha destaque na literatura de história econômica do Brasil pelo Processo de Substituição de Importações. Neste sentido, o destaque dado ao setor industrial não deve ocultar a importância da questão agrária para que se transcorresse o processo de industrialização. Dentro da literatura que relaciona o desenvolvimento industrial ao acompanhamento da agricultura, pode-se encontrar três posições básicas. Segundo Castro (1977), haviam “posições em conflito” na interpretação da forma como a agricultura brasileira se integrava no sistema econômico que passa a ter como traço característico a mudança estrutural. Uma das posições, que não será destacada aqui, é a que apontava para a existência de uma dualidade onde o setor agrário representaria um estágio feudal, marcado por traços sociais e econômico distintos daqueles encontrados nos centros urbanos de desenvolvimento capitalista.

As outras duas interpretações são mais relevantes para este estudo. A primeira delas acreditava que a agricultura representava um entrave ao desenvolvimento econômico do país e teria como defensores Celso Furtado e Werner Baer (CASTRO, 1977). De acordo com Castro (1977), aqueles autores consideravam que havia um contraste entre o rápido desenvolvimento industrial e urbano, concentrado nas regiões mais dinâmicas do país, e o atraso representado pela agricultura de baixa produtividade. Esta, não atenderia aos requisitos que se faziam necessários para a industrialização do país, com destaque para a baixa produção de alimentos e também para a insuficiência de sua demanda por produtos industrializados de origem nacional. A agricultura brasileira, portanto, seria atrasada e de baixa produtividade, contrastando com um setor dinâmico e de alta produtividade, que seria o industrial. Este contraste seria responsável por desequilíbrios no desenvolvimento econômico do país, uma vez que não haveria uma complementaridade setorial.

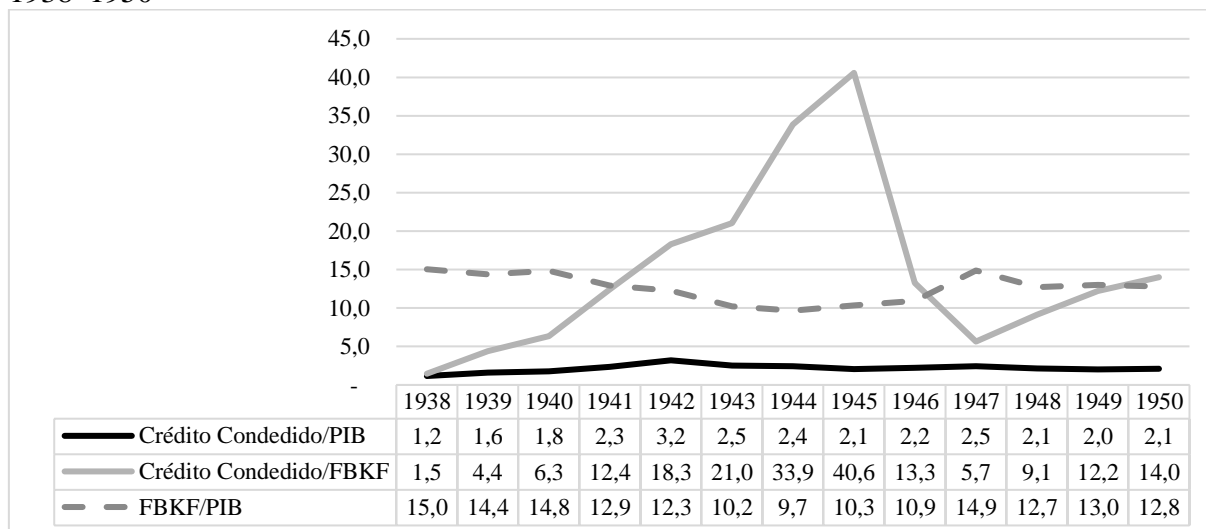
Por outro lado, havia uma interpretação alternativa, de que a agricultura não representava um entrave ao crescimento industrial do país, tendo como expoentes Delfim Netto e Ruy Miller Paiva (CASTRO, 1977). Estes autores apontavam que o avanço da agricultura havia sido gradual e acompanhava ao que lhe era exigido pelo desenvolvimento. Além disso, Paiva chega a inverter a relação de entrave, apontando que a indústria e outros setores não agrícolas impunham limitações ao crescimento da agricultura.

De acordo com o que foi exposto, discutir as relações entre os créditos concedidos pela CREA I aos setores industrial e agrícola, tem o precedente em termos de debate teórico realizados dentro da historiografia sobre a industrialização brasileira. Além disso, os relatórios do Banco do Brasil, como fica claro em suas exposições, não desconsideram o alargamento do setor agrícola e o pensam de forma integrada ao processo global de desenvolvimento econômico. Neste sentido, será visto ao longo deste trabalho que os relatórios não deixam de apontar as deficiências da baixa produtividade do setor agrícola e as dificuldades que esta condição impõe. Porém, também será observado que as políticas adotadas pela CREA I, de financiamento do setor rural, não perdem de vista a necessidade do crescimento da produtividade agrícola, por meio da adoção de técnicas mais eficientes, da utilização de fertilizantes, da adoção de mecanização, ou seja, da adoção de uma estrutura produtiva mais racional.

Sendo assim, antes de apontar que a agricultura representou um entrave, ou não, ao desenvolvimento da indústria, se prefere ressaltar as relações de complementaridade setorial e os esforços realizados pela CREA I no fornecimento do crédito ao setor rural. Assim, o destaque do crédito rural frente ao industrial também pode ser interpretado à luz do esforço realizado pelo Estado, através das suas estruturas de financiamento, para o desenvolvimento adequado das forças produtivas do setor rural. Assim, destaca-se que o período retratado através do PSI não pode ser analisado apenas sob a ótica dos créditos fornecidos para a indústria, uma vez que o desenvolvimento da agricultura era condição necessária para o pleno desenvolvimento global da economia brasileira.

A relação entre os créditos concedidos pela CREA I e os indicadores de atividade econômica também ajudam a compreender os dois momentos vividos pela Carteira entre 1938-1950. Como se vê na *Figura 11*, tanto a relação Crédito Concedido/PIB, quanto Crédito Concedido/FBCF crescem até 1945, ano em que a concessão de crédito atinge seu valor máximo, no período; e caem entre 1945 e 1947, voltando a subir, mas em menor grau, entre 1947-1950. A queda na relação FBCF/Créditos concedidos pode ser melhor compreendida, uma vez que a Formação Bruta de Capital Fixo mantém uma trajetória de elevação entre 1946-1950, com exceção de 1948, enquanto que os Créditos Concedidos têm uma queda abrupta na sua taxa de crescimento, explicada pela reorientação da política de crédito da CREA I, adotada no Governo Dutra.

Figura 11 – Relação entre Créditos Concedidos pela CREAM, PIB e FBKF, em relação (%), 1938–1950



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* e *Tabela B 12* do Apêndice B.

Entre 1938 e 1945 há um grande salto no volume de créditos concedidos pela CREAM, o que pode ser constatado pela análise da evolução tendo 1938 como ano base. Apesar deste grande salto, como já foi visto na primeira seção, só em 1943 é que a Carteira se equipara a CREGE em termos de volume de participação no crédito para as atividades econômicas. Também é pertinente lembrar, que as operações realizadas por ela tinham prazos mais estendidos, chegando a 10 anos para operações industriais, e a cinco anos para operações rurais. Dito isso, na Tabela 6, compara-se a evolução na concessão de crédito por pela Carteira e o produto real, para a indústria e agricultura.

Nota-se que a indústria apresenta um crescimento do seu produto real superior ao da agricultura, o que condiz com o período de Substituição de Importações, retratado na literatura econômica sobre o período, no Brasil. O crédito concedido, por sua vez, também apresenta, entre 1938 e 1950, uma evolução significativa, embora não uniforme. É interessante observar que, para os períodos de maior índice de crescimento do crédito concedido, também se observa maiores índices de crescimento do produto real. Não se pretende afirmar, sem estudos estatísticos mais robustos, que o crédito concedido pela CREAM para a indústria impacta no crescimento do produto real do setor. O mesmo pode se afirmar para a relação entre crédito concedido à agricultura e seu produto real, apesar de apresentar um comportamento diferente da indústria.

Tabela 6 – Agricultura e Indústria: Crédito Concedido e do Produto Real, 1938 = 100

Ano	Agricultura		Indústria	
	Crédito Concedido	Produto Real	Crédito Concedido	Produto Real
1938	100,0	100,0	100,0	100,0
1939	256,1	97,7	321,2	109,3
1940	286,6	95,9	275,5	106,3
1941	410,0	102,0	1.092,6	113,1
1942	717,8	97,5	585,5	114,6
1943	773,8	104,6	806,1	130,2
1944	909,8	107,1	402,0	144,2
1945	1.774,3	104,8	386,8	152,0
1946	641,5	113,6	582,7	180,1
1947	524,6	114,4	404,4	186,0
1948	689,1	122,3	900,6	207,0
1949	956,9	127,8	1.251,6	228,2
1950	1.237,5	129,7	1.430,4	254,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* e *Tabela B 12* do Apêndice B.

A Tabela 7 traz a participação de algumas culturas no total do valor da produção agrícola no Brasil para os principais produtos, em anos selecionados. Para efeito de comparação, foram considerados apenas os créditos concedidos pela Carteira para Custeio de Entressafra e também aqueles relacionados com as políticas de preços mínimos do Governo Federal. Nela se percebe que a maior parte do crédito concedido pela CREAÍ está orientada aos produtos predominantemente de exportação, mesmo que não sejam a maior parte do valor da produção agrícola brasileira, até 1945. Tal tendência é declinante ao longo do período selecionado, sendo que em 1947 e 1949, os percentuais de crédito concedido passam a ser maiores para as culturas agrícolas predominantemente de consumo interno. Entretanto, em 1949, grande parte do crédito concedido para a agricultura, em culturas destinadas ao mercado interno, foi destinado a produção de cana-de-açúcar, produto que também fazia parte da pauta exportadora brasileira.

Os dados apresentados pela *Tabela 7* também são importantes no sentido de reforçar o caráter complementar entre o desenvolvimento industrial e o rural. Nota-se que o fato de haver grande apoio financeiro de uma estrutura criada pelo Estado Desenvolvimentista ao financiamento das culturas típicas de exportação, incluindo tanto a produção, quanto a comercialização das safras, ganha relevo diante da necessidade de recursos cambiais para a continuidade do PSI. A necessidade constante de importar insumos, máquinas e equipamentos industriais – que demandavam grande quantidade de recursos cambiais – são ressaltadas pelos relatórios do Banco do Brasil.

Portanto, quando as culturas de exportação foram apoiadas, seu impacto sobre a indústria está na quantidade de recursos cambiais gerados pela exportação de produtos agrícolas. Por outro lado, quando os financiamentos de produtos comercializados no mercado interno foram superiores, o setor industrial é beneficiado por contar com uma maior oferta de

matérias primas e também de produtos alimentares, tendo impacto sobre os custos do setor. Essa complementaridade é destacada por Castro (1977), que aponta as seguintes funções desempenhadas agricultura em um processo de desenvolvimento industrial: geração de excedente de matérias primas e alimentos; liberação de mão de obra; criação de mercado; e transferência de capitais.

Tabela 7 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREA, em (%), anos selecionados entre 1938-1950

Produtos	1939		1941		1943		1945		1947		1949	
	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito
Exportação	46,0	75,9	38,6	50,9	39,7	68,2	31,4	86,9	34,0	37,5	36,0	39,6
Algodão	20,5	9,6	20,4	22,4	23,4	41,0	11,6	76,3	12,5	4,9	13,2	8,6
Cacau	1,9	0,0	2,5	1,1	2,3	6,2	1,1	0,2	2,7	2,7	1,5	1,0
Café	23,6	66,2	15,7	27,4	14,0	21,0	18,6	10,4	18,9	29,9	21,2	30,0
Consumo Interno	54,0	24,1	61,4	49,1	60,3	31,8	68,6	13,1	66,0	62,5	64,0	60,4
Arroz	9,1	15,9	11,0	23,1	12,0	15,3	12,2	5,7	11,4	19,2	13,4	14,3
Cana	6,7	0,0	7,8	17,8	6,9	13,5	8,4	5,1	7,5	39,1	6,9	40,0
Feijão	4,7	0,0	6,1	0,1	5,3	0,0	5,9	0,0	6,0	0,1	6,0	0,5
Mandioca	6,6	2,7	6,8	3,0	7,1	0,7	8,5	0,1	7,1	0,3	6,7	0,2
Milho	14,4	0,2	15,5	0,3	17,1	0,4	16,9	0,8	15,0	1,1	14,2	2,3
Outros	12,4	5,4	14,0	4,9	11,8	1,9	16,6	1,4	19,1	2,7	16,8	3,1
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 10* e *Tabela B 16* do Apêndice B.

Nota: a classificação de produtos para exportação e produtos para consumo interno foi realizada de acordo com os Relatórios do Banco do Brasil (1961, p.9).

Um exercício interessante é o de observar a estrutura industrial brasileira e distribuição dos créditos concedidos para a indústria pela CREA, como está na Tabela 8. Nela se percebe que, em grande parte, os principais desembolsos aconteceram para os setores mais representativos da estrutura industrial, em 1939 e 1949. Os dados da CREA não permitem uma análise isolada para o ano de 1939, dado as limitações já apontadas sobre tais dados. Por isso, em alguns setores, os desembolsos para 1939–1945 podem destoar da estrutura industrial para 1939.

Alguns casos chamam a atenção para a comparação destes dois indicadores. O primeiro é que, apesar de o segmento de Metalurgia representar 7,6% da estrutura industrial, em 1939, os créditos concedidos pela CREA correspondem a 23,6% do total. Este resultado, como já foi apontado anteriormente, tem relação com os empréstimos para a metalurgia de alumínio, já apontadas neste estudo. O segundo segmento que deve ser observado é o de papel e papelão, que representa 1,5% da estrutura industrial brasileira. Os créditos concedidos, por sua vez, correspondem a 13,3% do total, em função dos empréstimos para o setor, também já apontados anteriormente. Também se destaca o segmento têxtil, que tem uma participação nos

desembolsos inferior à sua participação na estrutura industrial, provavelmente em função do peso que os créditos concedidos para a metalurgia e papel e papelão tiveram neste primeiro período. O segmento de Construção e montagem do material de transporte também é um caso onde há divergência entre as duas variáveis, sendo o crédito superior a participação na estrutura.

Tabela 8 – Estrutura Industrial e Créditos Concedidos pela CREAMI, em participação (%), para 1939 e 1949

Segmentos da Indústria de Transformação	Estrutura Industrial	Empréstimos CREAMI	Estrutura Industrial	Empréstimos CREAMI
	1939	1939–45	1949	1949
Minerais não metálicos	5,2	5,0	7,4	4,0
Metalúrgicas	7,6	23,6	9,4	3,4
Mecânicas	3,8	2,2	2,2	–
Material elétrico e de comunicação	1,2	–	1,7	–
Construção e montagem do material de transportes	0,6	9,8	2,3	–
Madeira (exclusive mobiliário)	5,3	3,2	6,1	1,6
Papel e papelão	1,5	13,3	2,1	0,9
Borracha	0,7	–	2	–
Couros e peles e produtos similares (exclusive calçados e vestuário)	1,7	1,1	1,3	1,0
Químicas e farmacêuticas	9,8	7,2	9,4	1,0
Têxteis	22,2	9,1	20,1	26,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4,9	–	4,3	–
Produtos alimentares	24,2	21,1	19,7	53,4
Bebidas	4,4	–	4,3	–
Fumo	2,3	0,6	1,6	1,9
Editoriais e gráficas	3,6	–	4,2	1,4
Diversas	1,0	3,8	1,9	5,5
Total	100	100,0	100	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018) com base em: Estrutura Industrial (BAER, 1979, p. 302); Créditos Concedidos CREAMI (Tabela B 10)

Nota: os dados de Baer (1979) têm como fonte os Censos Industriais e, portanto, os dados não têm base anual.

Para o período posterior, 1949, já se pode observar os dados de créditos concedidos pela CREAMI para o ano, facilitando a comparação com a estrutura industrial. Um primeiro ponto a ser observado é a redução na participação daqueles setores que foram mais representativos em 1939–1945, no total de créditos concedidos pela Carteira e aumento da participação do setor têxtil. Neste segundo período de observação, o segmento de produtos alimentares é aquele que possui maior participação no total dos créditos da Carteira. Apesar de esse também ser o mais representativo na estrutura industrial brasileira, nota-se uma grande concentração, que seguirá para os anos seguintes. Outro segmento que apresenta grande participação nos créditos concedidos é o têxtil, este com mais semelhança com a sua participação na estrutura industrial. O segmento de produtos químicos e farmacêuticos, que entre 1939-1945 apresentou resultado

similar na concessão de crédito ao da sua participação na estrutura indústria, passa a ter uma participação reduzida, em 1949, no total de crédito concedido.

Portanto, em um primeiro momento, percebe-se que os créditos concedidos pela CREA para o setor industrial são menos concentrados, com ênfase tanto na indústria pesada, como foi o caso da metalurgia; e na indústria de bens de consumo não durável, como foi o caso de produtos alimentares. Já no segundo período, nota-se que a estrutura de crédito está voltada para as indústrias de bens de consumo não duráveis, que apesar de terem menor participação na estrutura indústria, também são as mais expressivas para o período.

Uma característica deste período, para a CREA, e ressaltada em seus relatórios, é que há um esforço de institucionalização do crédito especializado no país. Ao mesmo tempo, como foi apontado no capítulo anterior, reclamava-se há tempos a criação deste tipo de instrumento financeiro. Neste sentido, pode-se afirmar que a expansão do crédito tem forte participação do Estado, mas que o faz sob pressão dos setores que demandaram tal iniciativa, como visto no Capítulo 3. Também convém destacar que, em termos de discurso econômico, há duas formas de ver a Carteira. A primeira delas, como um esforço necessário para o desenvolvimento econômico do país, tendo o Banco do Brasil um papel importante através da CREA. A segunda, tem como prioridade a redução da inflação, que reflete sobre a atuação da Carteira e também sobre suas fontes de recursos, sendo necessário criar estruturas especializadas de crédito. Apesar disso, é notável que a Carteira tenha mantido seu funcionamento, representando a consolidação de um mecanismo de crédito especializado, e de longo prazo, no país.

Portanto, viu-se ao longo deste capítulo desde o surgimento de uma estrutura de crédito especializado criado pelo Estado e a crescente participação da CREA na estrutura de empréstimos do sistema bancário brasileiro. A criação desta Carteira acontece em um período onde a intencionalidade industrializante passa a ser responsável pela criação de um conjunto institucional voltado para o desenvolvimento econômico, como uma resposta aos problemas de uma economia com especificidades, como a brasileira.

Também foi visto que a CREA se consolida na estrutura bancária brasileira como financiadora do setor rural e industrial, mas com características distintas. O setor agrícola recebia a maior parte dos créditos concedidos pela instituição, mas majoritariamente de curto prazo e de menor valor médio. A pecuária também apresenta valores médios baixos, mas com prazo superior aos agrícolas. A pecuária também passou por uma crise de capacidade de pagamento, que resultou numa diminuição dos créditos concedidos a ele. Por sua vez, o setor industrial tem sido destacado por ter uma menor participação nos créditos concedidos em alguns trabalhos (ARAÚJO, 2007; BESKOW, 1994; SILVA, 2007). Apesar desta verdade, considera-

se importante destacar que os créditos concedidos ao setor industrial possuem uma estrutura diferente. Primeiro por possuírem valores médios bastante superiores aos créditos concedidos ao setor rural. E depois, por terem uma estrutura de prazo superior, como apontado nos relatórios e demonstrado pela relação entre o estoque de empréstimos e os créditos concedidos.

Com relação a estrutura de *funding* da CREAM, tem-se que ela será constituída neste primeiro período de análise. Neste sentido, a Carteira de Redescontos torna-se a principal fonte de recursos da instituição, mesmo havendo tentativas de criar outros mecanismos. Será visto ao longo do trabalho que a Carteira de crédito especializado, que por natureza demanda uma estrutura de *funding* calçada em títulos e outros instrumentos de maior prazo, não conseguiu consolidar os mecanismos de captação compulsória ou emissão de bônus com fontes majoritárias para composição dos recursos que serviriam para atender os financiamentos a cargo da instituição.

Por fim, viu-se que a Carteira passa a ter uma participação sobre o PIB e a Formação Bruta de Capital Fixo que se manterá estável ao longo dos anos. Como aponta Sylla (1991), ao tratar do papel dos bancos no desenvolvimento econômico, é difícil apontar uma relação ótima entre Empréstimos e PIB ofertados pelo sistema bancário. Ou, neste caso, não é possível afirmar que o total de crédito concedido pela CREAM é adequado, ou ideal, através da sua relação com o PIB ou a FBCF. Apesar desta constatação, o que se sabe é que o crédito especializado foi introduzido no país através de uma ação do Estado, com regulamento voltado para o financiamento das atividades produtivas.

Quando analisados os créditos concedidos para a agricultura, percebe-se que há uma maior participação dos produtos típicos de exportação em um primeiro momento, sendo superado pelos produtos voltados ao mercado interno. Já a participação dos créditos concedidos para a indústria, destacam-se dois pontos, a participação da Carteira no financiamento de indústrias de base como a metalúrgica e papel e celulose, primeiramente, e posteriormente são significativos os créditos aos segmentos industriais têxtil e de produtos alimentares.

5 A CREAM ENTRE OS DESENVOLVIMENTISMOS: 1951-1960

Ao contrário do que foi observado no capítulo anterior, onde se viu que a CREAM terá sua atuação marcada por dois períodos distintos com relação as políticas econômicas de desenvolvimento, o período atual tem como plano de fundo a existência do pensamento desenvolvimentista em duas formas: uma nacionalista e outra internacionalizante (AREND, 2009). Apesar de duas propostas distintas para o problema do desenvolvimento econômico, percebe-se que a atuação da carteira, ao longo do período, estava marcada pela tentativa de conciliar o financiamento dos setores elencados como essenciais para o desenvolvimento – tanto agrícolas, quanto industriais –, mas também de financiar os segmentos agrícolas tradicionais, responsáveis por gerar receitas cambiais através de suas exportações. Outro acontecimento relevante para a questão do financiamento da economia brasileira é observado em 1952: a criação do BNDE. Como será visto, a Carteira e o novo banco terão atuações distintas, porém complementares.

Com relação a estrutura da atuação da carteira, duas continuidades são significativas. A primeira delas, a manutenção da maior participação do setor rural no total de créditos concedidos, tendo a indústria uma participação inferior ao todo do setor rural, porém superior a pecuária e inferior a agricultura. A segunda continuidade significativa está relacionada com a consolidação de um padrão de obtenção de recursos iniciado no período anterior. Como será visto, as políticas de criação de *funding* para a Carteira não apresentaram resultados satisfatórios, sendo a participação dos bônus emitidos e dos recursos de depósitos compulsórios muito inferiores aos recursos oriundos da CARED e das disponibilidades do Banco do Brasil. Quanto ao padrão de *funding* da CREAM e do BNDE, nota-se que enquanto a primeira tem a maior parte dos seus recursos obtidos através de redescontos, uma operação monetária, o BNDE consolidará um padrão que não deu certo para a CREAM, com a participação de fundos de recolhimentos compulsórios.

Assim como no capítulo anterior, este que segue também apresenta quatro seções. A primeira delas irá analisar a atuação do Banco do Brasil, com ênfase nas suas duas principais carteiras de crédito diante do sistema bancário nacional. Na segunda seção será realizado uma análise pormenorizada da atuação da CREAM, enquanto que a terceira tem como foco discussão das limitações e saídas encontradas para a obtenção de fundos por parte da Carteira. Por fim, a quarta e última seção, fará uma análise da atuação da Carteira diante da dinâmica da economia brasileira e também da convivência com o BNDE, onde poderá se perceber que a CREAM acaba tendo sua atuação contingenciada pelos limites e necessidades da economia nacional.

5.1 O BANCO DO BRASIL DIANTE DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Através dos relatórios da instituição é possível perceber que havia consciência de que a mesma desempenhava um papel importante na política de crédito do país e que esta estava atrelada as decisões de política econômica do Governo. No Relatório de 1951 (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 24) afirma-se: “A política econômica e financeira do Governo Federal determina as linhas gerais da política bancária no seu conjunto e muito particularmente a do banco oficial”. Além disso, explicita-se em diferentes momentos a ampla gama de atribuições do Banco do Brasil frente a economia brasileira, sendo ao mesmo tempo banco oficial, e também banco comercial, industrial e rural.

A política de crédito desenvolvida pelo Banco do Brasil, expressa em seus relatórios, tem estreita relação com o desenvolvimento econômico do período, e será delimitada por dois componentes importantes: um esforço de financiamento para as áreas que se constituíam como gargalos da economia brasileira, que inclusive refletiam na situação inflacionária, tais como produção de alimentos e seu transporte; e no financiamento, tanto da produção, como da comercialização, das atividades exportadoras, dado a sua importância para geração de divisas.

A partir de 1945, com a criação da SUMOC, passa a ser atribuição desta as normas gerais da atuação bancária no Brasil. Entretanto, deve ser ressaltado que a participação do Banco do Brasil no conselho da superintendência lhe garantia uma posição de influência sobre a mesma, como destacado pelo próprio relatório do Banco:

Por ser o Banco do Brasil a maior instituição nacional do gênero e, ainda, por desempenhar inúmeras funções de natureza pública, ocupa uma posição de liderança executiva dos preceitos emanados do Conselho, dando-lhe, com seu procedimento, a efetividade e a força necessárias para que sejam alcançados os objetivos colimados (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 50).

No ano de 1952 o Banco do Brasil, através de sua carteira de crédito geral, compra toda a safra de 1951/1952 de algodão¹, em função de os preços internacionais serem prejudiciais para os produtores internos. Tal tipo de operação não é exceção ou rara, para o Banco do Brasil, entre 1951 e 1960, e as operações realizadas para a cultura de algodão servem de exemplo da atuação da instituição na sustentação de preços mínimos para a agricultura. Esta política estava

¹ A compra, assim como outras operações de crédito realizadas pelo Banco do Brasil, tinha sua principal fonte de recursos nos descontos: “Em outro capítulo deste relatório, tivemos oportunidade de salientar que o crescimento dos descontos do Banco encontra sua justificativa, principalmente, na compra da safra de algodão, efetuada em defesa do produto. Em virtude dessa aquisição, que lhe imobilizou vultuosos recursos, e a fim de evitar o desamparo a outros setores, foi o Banco compelido a apelar, mais intensamente, para aquela fonte de suprimento” (BANCO DO BRASIL, 1953, 147).

respaldada na necessidade de assegurar o adequado suprimento de divisas para o país. Além disso, dada a política de intervenção nos mercados agrícolas, a instituição explicita a compreensão de sua atuação diferenciada no sistema bancário nacional:

A compra e a venda de quaisquer produtos não se podem conceituar, do ponto de vista ortodoxo, como operações próprias de estabelecimentos de crédito. Já vimos, no entanto, que a atuação do Banco do Brasil não se restringe a de simples banco comercial. Suas atribuições são muito mais amplas e têm como objetivo precípuo a defesa e o desenvolvimento da economia nacional (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 43).

Além disso, no ano de 1951, temendo uma nova guerra de grandes proporções, na disputa entre as duas Coreias, passa-se a adotar uma política de liberalização comercial, afrouxando-se mecanismos que antes limitavam as importações. O objetivo do Governo Federal foi o de evitar a escassez dos meios necessários para a expansão da indústria, como aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, já em 1952, as limitações desta política de liberalização tornam-se evidentes, dado a própria escassez de divisas para fazer frente as importações. Sendo assim, esse contexto de obtenção de divisas para as importações essenciais é que se desenvolve uma política de financiamento da atividade produtiva de exportação, e também da comercialização destes produtos, representado em grande medida pela exportação de produtos agrícolas, tais como café, algodão, cacau e açúcar (BANCO DO BRASIL, 1951, 1952b).

Em 1954, parte substancial dos empréstimos realizados pela CREGE ao público, 47%, esteve relacionada com a política de defesa dos preços do café. Sendo assim, ambas as carteiras de crédito do Banco do Brasil atuaram no sentido de defender os produtos típicos de exportação, para que pudessem continuar a gerar as divisas necessárias para a importação dos meios necessários à sustentação da industrialização brasileira. Mas como pôde ser visualizado, a partir de 1954, os empréstimos do Banco do Brasil ao Setor Público começam a ganhar maior vulto, seja para atender as políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Governo Federal, ou as necessidades de capital de giro das empresas nacionais ou para atender necessidades relacionadas a gastos com pessoal:

A partir de 1954, um conjunto de elementos impactam sobre os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil. Neste ano é realizado um aumento importante do salário mínimo, que repercute pela estrutura de custos e preços. Além disso, a desvalorização cambial promoveu um aumento dos custos das empresas que utilizavam produtos importados em suas estruturas

produtivas, sendo também um impacto em seus custos. Deste modo, aumentam as requisições de empréstimos para capital de giro das empresas (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 50).

Em termos da estrutura das carteiras do Banco do Brasil, o apoio à comercialização estava concentrado na CREGE, enquanto que a produção tinha como principal financiadora a CREAM. A atuação da instituição oficial não se dava apenas diretamente com produtores e comerciantes, em muitos casos também estava associada a outras instituições oficiais como o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Rio Grandense de Carnes, o Instituto Rio Grandense do Arroz. Ressalta-se, ainda, que ficava a CREGE responsável pelo financiamento de outras autarquias federais, e também para estados e municípios. Para estes últimos, os empréstimos estavam associados a antecipação de receitas e para investimentos públicos. Percebe-se, portanto, que a CREGE possuía uma ampla gama de atribuições, destacadas pela própria instituição:

Em face da amplitude dos setores que abrange e do vulto de suas operações, a Carteira de Crédito Geral assume, no conjunto de operações do Banco do Brasil, papel de especial relevância, estando a seu cargo a concessão de créditos às atividades econômicas, as transações específicas com o Tesouro Nacional, o financiamento de entidades oficiais e, supletivamente em determinados casos, a assistência financeira ao próprio sistema bancário (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 8, parte 3).

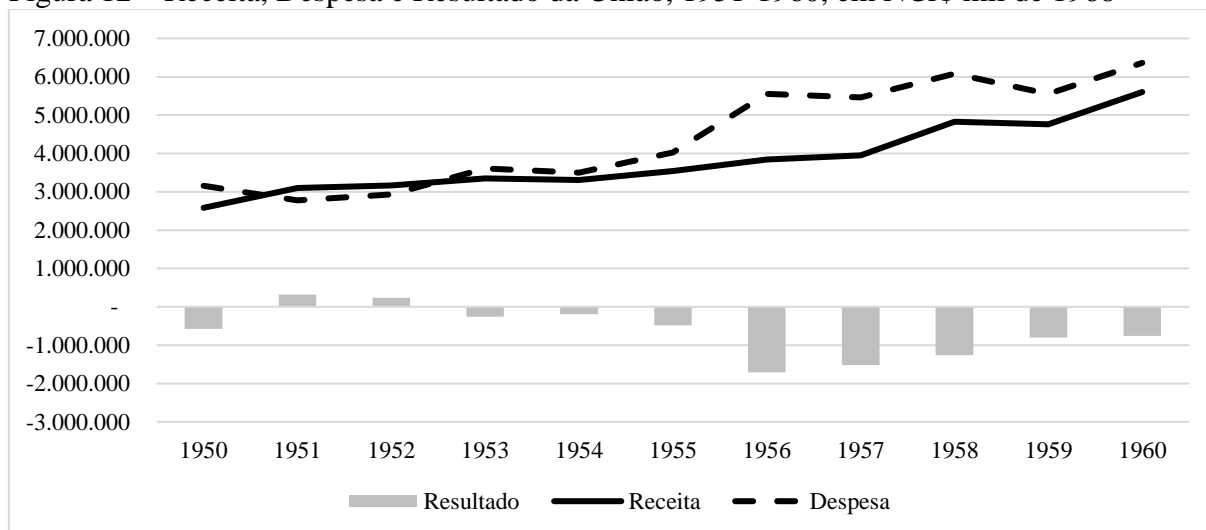
Quanto aos recursos da CREGE, não havia previsão de origens específicas, como era o caso da CREAM. Sendo assim, o crédito geral tinha como fonte de recursos as disponibilidades gerais do Banco do Brasil, mas também o redesconto de títulos. Vê-se que, nesse ponto, o Banco do Brasil praticava uma política de crédito sustentada pelos seus recursos e também por redescontos, uma vez que estas eram as principais fontes para ambas as Carteiras. Apesar da tentativa de se instituir fontes especiais para a CREAM, através dos depósitos compulsórios e da emissão de bônus e letras, percebe-se a insuficiência de fontes tipicamente de longo prazo para o financiamento das atividades ligadas ao processo de desenvolvimento por qual passava o país. A saída, pelo que se percebe, foi a utilização de mecanismos monetários para a sustentação de uma política de crédito que atendesse aos requisitos da política de Estado. Ao falar da política de crédito:

Em virtude de constituir a maior organização bancária do país e, sobretudo, por ser o executor de diretrizes oficiais, inclusive no campo das finanças e do crédito, o Banco do Brasil retrata, até certo ponto, nos números relativos a suas operações, a situação econômico-financeira nacional em dado momento (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 70).

O período que passa a ser analisado tem como característica a crescente participação do Banco do Brasil, através da CARED, no financiamento do Setor Público, para cobrir os déficits

do Governo Federal, sobretudo a partir de 1956. Estes empréstimos, realizados durante o período 1951-1960, tem como origem a elevação significativa dos resultados deficitários apresentados pela União. Os dados históricos, apresentados na *Figura 12*, permitem observar que nesse período, em apenas duas oportunidades, o resultado foi superavitário, ambas no segundo governo Vargas. Como se sabe, os resultados deficitários tinham correlação com as estratégias de desenvolvimento formuladas, principalmente pelo Governo JK, quando se observa um maior crescimento das despesas da União: “A expansão e ritmo das obras governamentais e paraestatais preponderantemente nos setores básicos da economia nacional – energia e transporte – constitui parcela substancial das despesas federais” (BANCO DO BRASIL, 1960, p. 262).

Figura 12 – Receita, Despesa e Resultado da União, 1951-1960, em NCr\$ mil de 1968



Fonte: Banco do Brasil (1961, p.100).

O aumento dos déficits públicos, entre 1955 e 1960 estão relacionados com a estratégia de desenvolvimento adotada durante do Plano de Metas. De acordo com (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990), grande parte dos projetos tinha como base os estudos promovidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Além disso, é possível observar de acordo com a Tabela 9 que uma parte significativa dos recursos financeiros que seriam utilizados para a execução do plano tinha origem nos orçamentos do governo federal e também dos governos estaduais. Percebe-se que os projetos de energia, transportes e siderurgia, elementos importantes para a continuidade do desenvolvimento industrial estavam presentes na participação do financiamento dessas atividades. Por outro lado, nota-se a grande participação dos recursos dos próprios investidores no setor automobilístico, uma das marcas do período 1955-1960.

Tabela 9 - Composição percentual dos recursos financeiros para o plano de metas - estimativas realizadas em 1957

Fontes	Energia	Transporte	Siderurgia	Automobilismo	Outras Indústrias	Demais Metas
Orçamento						
Federal	27,4	67,8	10,06	0	6,9	60,2
Estadual	21,6	0,3	12,18	0	0	7,6
Recursos Próprios	40,2	19,4	24,2	92	65,8	24,5
Financiamentos Públicos	10,8	12,5	53,7	8	27,3	9,7

Fonte: Lessa (1982, p.69).

Para cobrir os déficits, utilizava-se a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, amparado em legislação já mencionada – Decreto-Lei nº 4.792 – que realiza as operações que resultam no aumento da base monetária. Neste sentido, como se observa na Tabela 10, crescem os empréstimos bancários realizados pelo Banco do Brasil para o Setor Público, sendo que o principal tomador de recursos do Banco do Brasil, inserido em tal nomenclatura, é o Tesouro Nacional. Assim, os créditos destinados pelo Banco às atividades econômicas caem de 30,4% em 1955, do total dos empréstimos do Sistema Bancário Brasileiro, para 24,9% em 1960.

Tabela 10 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1951-1960

Ano	Banco do Brasil			Setor Público	Total	Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas						
	CREGE	CREAI	Total				
1951	15,6	9,5	25,1	8,8	36,7	63,3	100,0
1952	17,9	11,1	28,9	9,5	41,9	58,1	100,0
1953	15,9	10,8	26,7	13,8	45,4	54,6	100,0
1954	19,0	10,6	29,6	16,5	50,1	49,9	100,0
1955	19,9	10,5	30,4	16,3	50,0	50,0	100,0
1956	17,6	9,7	27,4	22,5	52,4	47,6	100,0
1957	15,9	9,5	25,3	27,7	54,8	45,2	100,0
1958	18,1	10,3	28,4	20,7	51,6	48,4	100,0
1959	16,3	11,4	27,7	14,5	44,4	55,6	100,0
1960	14,5	10,4	24,9	21,1	47,7	52,3	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 2 do Apêndice B.

O resultado desta expansão acaba por impactar com maior expressão nos empréstimos realizados pela CREGE, uma vez que era sua responsabilidade fornecer crédito tanto para o Setor Público – com destaque para o Tesouro Nacional –, quanto para as atividades econômicas, principalmente para a comercialização dos produtos resultantes da agricultura e da indústria. Por sua vez, os empréstimos da CREAI variaram em menor magnitude, mantendo uma participação média de aproximadamente 10% ao longo do período. Dado as características do Banco do Brasil, de ser Banco oficial, e também banco de apoio às atividades econômicas, suas

operações passam a ser mais significativas diante do total dos empréstimos realizados pelo Sistema Bancário Nacional.

Cabe lembrar que, além da CREAM, os setores apresentados também eram atendidos por créditos fornecidos pela CREGE. Entretanto, a natureza das operações era distinta, como apontam os relatórios da instituição, sobretudo com relação aos principais setores atendidos e ao prazo dos empréstimos realizados. É importante notar que a indústria e o comércio eram atendidos em maior escala do que a agricultura, o que levaria a acreditar que a contribuição dos empréstimos ao setor industrial seria maior por parte da CREGE. Entretanto, ressalta-se novamente a natureza dos empréstimos realizados, havendo uma divisão do tipo de crédito ofertado por cada uma das carteiras. Assim, sobre os empréstimos realizados pela Carteira de Crédito Geral seguíam os seguintes princípios:

Dada a natureza das atribuições da Carteira, é natural que ao comércio e a indústria caibam os maiores quantitativos, pois a lavoura e a pecuária são atendidas especificamente pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Relativamente à indústria, é de esclarecer que os empréstimos realizados por intermédio da Carteira de Crédito Geral se destinam, de modo geral, a fornecer-lhe fundos suplementares para suas necessidades de capital de movimento (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 110).

Corroborando a interpretação da participação dos empréstimos ao Setor Público a observação do crescimento das operações realizadas dentro do Sistema Bancário Nacional. Nota-se, pela *Tabela 11*, que o crescimento da participação do Banco do Brasil se explica pelo maior crescimento dos seus empréstimos, quando comparado com o crescimento dos Demais Bancos. Enquanto os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil atingem um índice de 211, comparado com o resultado de 1950, os Demais bancos alcançam 134 no mesmo período. Observando as diferenças no crescimento dos empréstimos do Banco do Brasil, percebe-se que aqueles realizados para o Setor Público são os que apresentam maior índice, ao final do período.

Ao se analisar em conjunto, portanto, as participações no total dos empréstimos bancários, o crescimento destas operações e os déficits da União, percebe-se a crescente participação do Setor Público como destino dos recursos canalizados pelo Sistema Bancário. Uma constante nos Relatórios do Banco do Brasil, principalmente para o período 1956-1960, é a afirmação de que a ausência de um mercado de títulos capaz de absorver títulos de dívida pública tornava necessária a política de emissão monetária para fazer frente aos crescentes gastos realizados pelo Governo Federal.

Assim utilizava-se a CARED como forma de obter os recursos que seriam utilizados na expansão das despesas com a política de desenvolvimento econômico adotada, principalmente

para as áreas que tinham o Estado como principal financiador, as áreas de infraestrutura e indústria básica, além da própria construção da nova capital. Mais adiante, nas seções 5.3 e 5.4, será retomada a discussão sobre o papel da emissão monetária na estrutura de *funding* e também sobre as áreas de investimento sob responsabilidade do Estado, dentro da segmentação de atuação entre Estado, Empresas Nacionais, e Empresas Multinacionais. A CREAMI, por sua vez, apresenta um crescimento maior do que a CREGE em alguns momentos, mas torna-se inferior com relação a outra carteira quando os empréstimos ao Setor Público, em função da cobertura dos déficits públicos passam a ser maiores.

Observa-se que o crescimento da CREAMI é superior durante o segundo governo Vargas, período onde as dificuldades de financiamento são apontadas por Fonseca (2014b) e Arend (2009), quando não se concretizam operações de financiamento com o Banco Mundial aos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Sendo assim, é possível admitir que as fontes de financiamento internas ao projeto desenvolvimentista adotado por Vargas, de cunho nacionalista, tenham sido mais utilizadas do que no governo JK. Como se verá adiante, durante o governo JK o projeto desenvolvimentista internacionalizante passa a contar com os recursos obtidos via isenção de cobertura cambial de investimentos externos realizados no Brasil e regulados pela Instrução 113 da SUMOC.

Tabela 11 – Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1951 = 100), 1951-1960

Ano	Banco do Brasil			Setor Público	Total	Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas						
	CREGE	CREAI	Total				
1951	100	100	100	100	100	100	100
1952	127	136	127	119	126	101	110
1953	127	155	132	194	153	107	124
1954	154	153	148	235	171	99	126
1955	159	152	151	230	169	98	124
1956	147	138	142	332	185	98	130
1957	155	157	154	479	227	109	152
1958	177	153	173	360	215	117	153
1959	140	124	147	219	161	117	133
1960	152	119	161	390	211	134	162

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* do Apêndice B.

Assim, a própria diferença entre estratégias desenvolvimentistas pode ter impactado no crescimento das operações da CREAMI, uma vez que a partir de 1952 e 1955 passam a coexistir com ela outras duas fontes de financiamento, uma interna, que foi o BNDE, e outra externa que foi a possibilitada pela Instrução 113 da SUMOC. Ao mesmo tempo, a expansão do déficit

público, sobretudo a partir do governo JK, explica a maior aceleração dos empréstimos realizados via CREGE.

Para finalizar esta seção, de análise da estrutura bancária nacional, apresenta-se a relação entre empréstimos e depósitos para o Banco do Brasil e também para os Demais Bancos. Os dados da *Tabela 12* evidenciam que os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil são superiores aos depósitos recebidos do público, sejam eles voluntários ou obrigatórios. Apesar do resultado, é importante salientar que parte importante dos fundos que seriam emprestados pela instituição eram obtidas através da CARED, o que eleva a relação entre empréstimos e depósitos.

Tabela 12 – Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1951-1960

Ano	Banco do Brasil com CREAMI	Banco do Brasil sem CREAMI	Demais Bancos	Todos os Bancos
1951	125	93	89	99
1952	131	96	88	102
1953	147	112	100	117
1954	157	124	104	125
1955	146	115	97	117
1956	144	118	88	111
1957	146	121	82	108
1958	175	140	82	113
1959	133	99	76	94
1960	144	113	80	101

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* e *Tabela B 3* do Apêndice B.

Não se deve ignorar que os bancos privados também eram atendidos através de redescontos. Entretanto, o volume de depósito – como pode ser visualizado na *Tabela B 3* – que recebiam era superior ao do Banco do Brasil, tornando o resultado da relação inferior ao observado para o banco oficial. Assim, percebe-se que os bancos, a exceção do Banco do Brasil, adotavam uma posição mais conservadora nas suas operações de empréstimos. Para efeito de comparação, é realizada a análise da relação empréstimos/depósitos com e sem a CREAMI, no intuito de verificar como a Carteira afeta o resultado. Este aponta para algo plausível, que é o impacto da CREAMI na relação, uma vez que a mesma atende em média a 10% dos recursos emprestados às atividades econômicas no período.

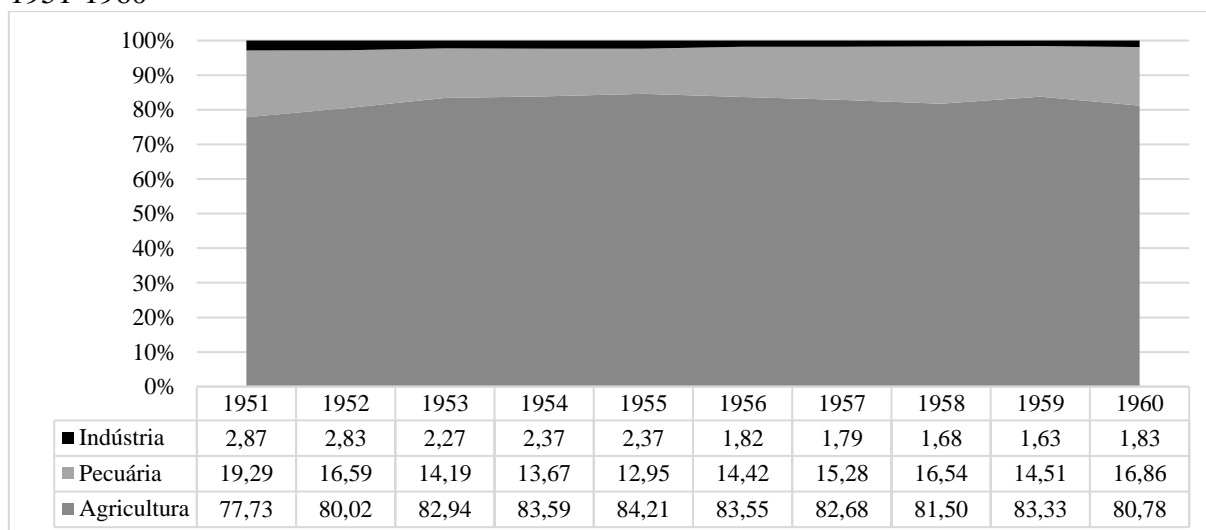
Observa-se na expansão da atuação do Banco do Brasil uma correspondência com o modelo de desenvolvimento baseado na atuação do Estado, com significativa participação da instituição que serviu como banco oficial e também como banco de fomento às atividades econômicas. Mesmo com o aumento dos empréstimos realizados para ao Setor Público, os empréstimos às atividades econômicas, realizados através da CREAMI e da CREGE,

correspondem a uma maior participação do Banco no total dos empréstimos bancários no país, exceto em 1957. Estes resultados apontam para uma correspondência entre as políticas desenvolvimentistas adotadas para o período e o uso do principal Banco Público como instrumento de financiamento.

5.2 AS OPERAÇÕES DA CREAMI PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL

A análise setorial dos créditos concedidos pela CREAMI no período 1951-1960 revela a manutenção do padrão vigente no período anterior, onde as operações aos setores rurais apresentam maior relevo tanto no número de operações, quanto no volume de crédito disponibilizado. Apesar de haver uma maior expansão do setor industrial frente ao agrícola, também é reconhecido que a pauta exportadora brasileira permanece dependente dos produtos rurais para a geração de receita cambial, como destaca a própria instituição: “A agricultura, base em que se apoia qualquer sistema econômico, apresenta no Brasil importância ainda maior, pois é praticamente a única fonte supridora de divisas” (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 35).

Figura 13 – Participação setorial no número total de créditos concedidos pela CREAMI (em %), 1951-1960



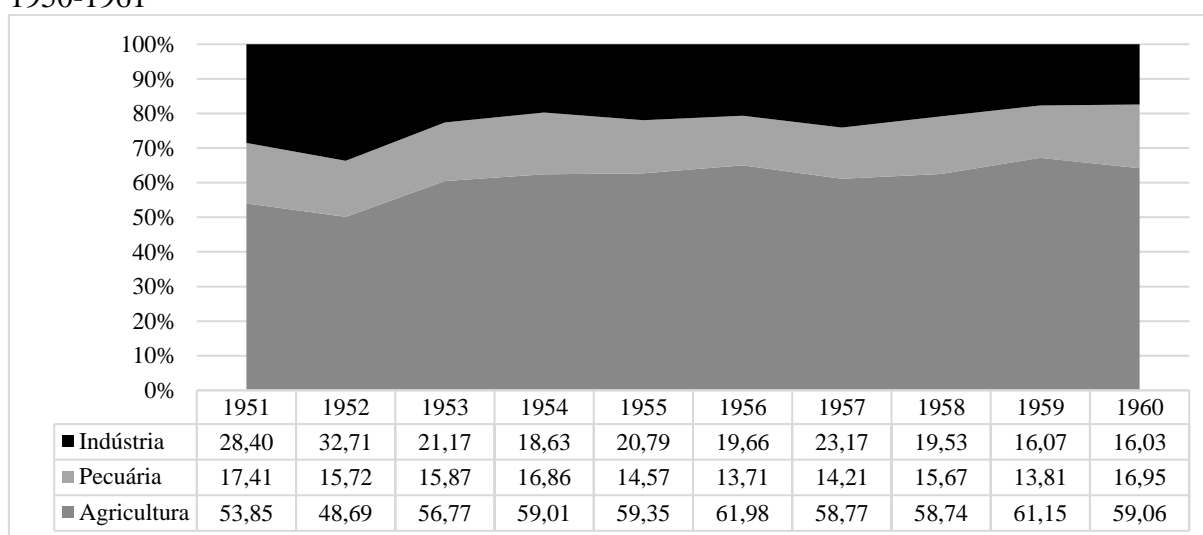
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

Neste sentido, compreende-se que a maior representatividade dos setores rurais na estrutura da Carteira é uma contrapartida à dinâmica da economia nacional para o período. Além da geração de divisas, as operações rurais ganham relevo como fonte de produtos que

possam atender tanto a necessidade de matérias primas para a expansão da indústria, como é o caso do algodão, quanto a produção de gêneros alimentícios para a crescente população urbana.

Na Figura 13 nota-se que a consolidação do padrão onde o número de operações à agricultura e pecuária se sobressaem sobre as industriais. Como se observa, as operações ao setor agrícola concentram mais de 80% do número de créditos concedidos pela Carteira, enquanto a pecuária recebe, aproximadamente, 15%. Assim, a composição do setor rural ultrapassa desde a fundação da CREA mais de 95% do total de operações realizadas, apesar de haver uma redução da participação pecuária quando comparada ao período 1938-1950. Por sua vez, as operações industriais apresentam redução na sua participação, mantendo percentuais semelhantes aos que foram observados no período anterior de análise.

Figura 14 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREA (em %), 1950-1961



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

Também como fora visto, a participação no valor total de créditos concedidos passa a ser mais favorável ao setor industrial, que apresenta uma maior participação em termos de valor, como pode ser observado na Figura 14. Um fato importante para a análise é que entre 1951-1960 as participações setoriais passam a ser mais estáveis, refletindo um novo arranjo da estrutura de financiamento dos diferentes setores na economia brasileira. Esta estrutura, passará a contar com a atuação de outro banco público, o BNDE, a partir de 1952 e também com aumento do investimento direto externo resultante da instrução 113 da SUMOC, em 1955. Neste sentido, é interessante observar como o percentual sobre o valor total dos créditos concedidos pela CREA ao setor industrial cai logo após a criação do BNDE.

Como será visto mais adiante, estas duas formas de financiamento terão como grande beneficiário o setor industrial, sendo o BNDE responsável pelos investimentos que ficariam a cargo do Estado e os investimentos diretos responsáveis pela entrada das Empresas Multinacionais ao Brasil, que passariam a fazer parte dos setores de bens de consumo duráveis, com o exemplo clássico da indústria automobilística. Mesmo diante deste novo quadro, a CREA mantêm uma fatia do seu apoio ao setor industrial, mas com clara ênfase a concessão de crédito para as atividades não atendidas pelos novos mecanismos criados a partir dos anos 1950.

Sendo assim, é possível apontar que as empresas industriais privadas e nacionais, que se destacavam nos segmentos de produtos têxteis e de produtos alimentares (Evans, 1982), tinham na CREA uma das formas de financiar as suas atividades produtivas. A Carteira, pode ter funcionado como um complemento as fontes de financiamento tradicionalmente apontadas para tais empresas. Cruz (1994), afirma que estas tinham duas formas tradicionais de financiamento: os lucros retidos (autofinanciamento) e o financiamento inflacionário, sendo este também destacado por Tavares (1978b).

Tabela 13 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREA, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960

Anos	Agricultura	Pecuária	Rurais	Indústria	Total
1951	23,90	31,15	25,44	341,58	34,51
1952	17,10	26,63	19,46	325,33	28,10
1953	12,89	21,07	15,19	175,39	18,83
1954	11,62	20,31	13,72	129,66	16,46
1955	10,75	17,16	12,38	133,70	15,26
1956	10,53	13,50	11,61	153,72	14,19
1957	10,89	14,24	11,98	198,54	15,31
1958	10,29	13,52	11,68	165,93	14,27
1959	8,75	11,35	10,18	117,66	11,93
1960	8,08	11,10	9,45	96,57	11,05

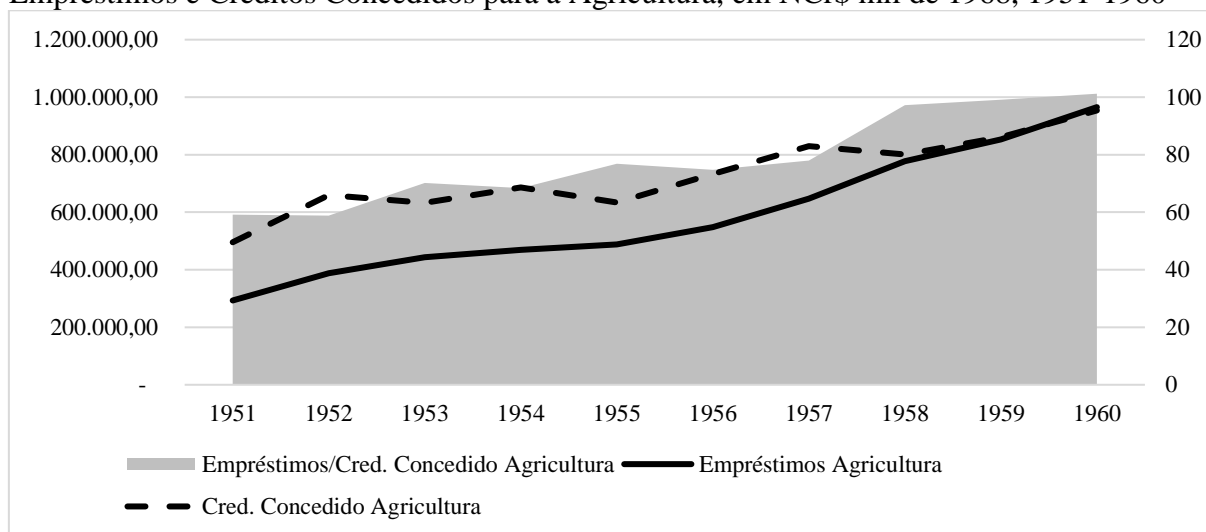
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

O valor médio das operações de crédito, como pode ser visto na Tabela 13, reduz-se entre 1951 e 1960, mas também quando comparado com o período anterior, para todos os setores. Ainda assim, as atividades rurais apresentam valores médios inferiores aos das operações realizadas para o setor industrial. Mantém-se, portanto, a lógica de que os empréstimos para o setor industrial tinham um maior valor, resultado da própria complexidade das atividades desenvolvidas. O Banco do Brasil justifica o maior valor médio dos empréstimos realizados para a indústria em função de exigências naturais: “A assistência da Carteira à indústria, desde sua instituição, favoreceu preponderantemente a classe dos grandes produtores,

como decorrência natural das maiores exigências de capitais nesse ramo de atividade” (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 113).

No Capítulo 3 foram apresentadas as modificações realizadas no regulamento da CREAM em 1952, que por sua vez apresentavam uma nova estrutura de prazos para as atividades da agricultura. As mesmas passam a contar com financiamentos que poderiam atingir até oito anos, quando no regulamento de 1942 o prazo máximo para as atividades do setor poderia ser de até cinco anos. Apesar de tal modificação, mantém-se o padrão observado para os financiamentos do setor agrícola, qual seja, de ser concessão de crédito superior aos estoques de empréstimos presentes nos balanços do Banco do Brasil. Tal característica evidencia o maior ritmo de crescimento das operações de financiamento para a agricultura do que o estoque de dívida deste setor com o Banco. Sendo assim, uma vez que não existem dados dos financiamentos por prazo, tal relação leva a crer que tais operações eram majoritariamente de curto prazo. Os resultados podem ser melhor visualizados na Figura 15.

Figura 15 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAM (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Agricultura, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960



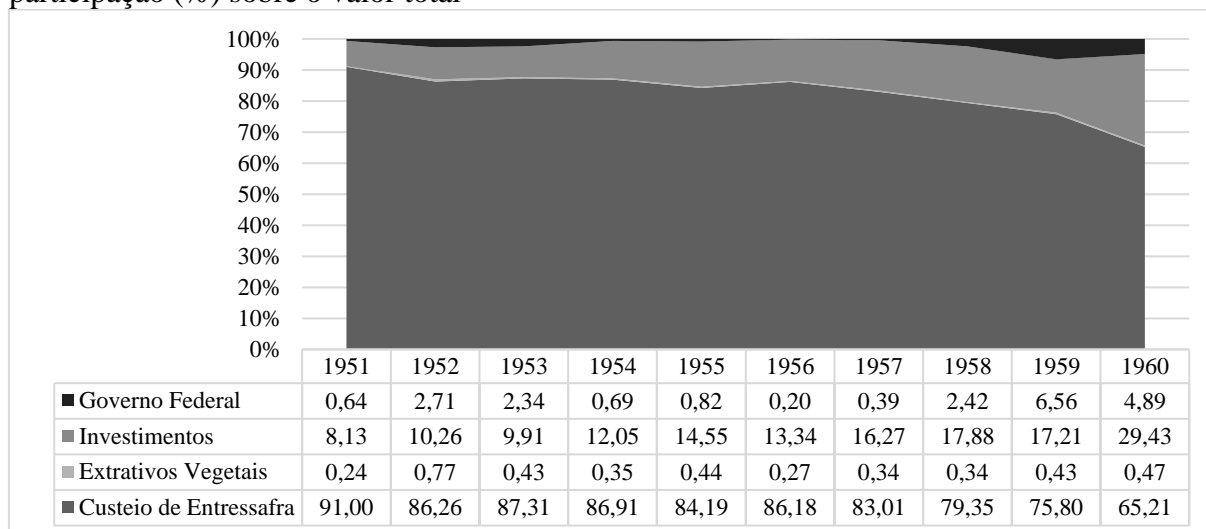
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1 e Tabela B 2 do Apêndice B.

Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Os resultados da relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos podem ser complementados pela consideração da distribuição dos créditos concedidos pela CREAM por categorias. Na Figura 16 pode ser observado como foram distribuídos os financiamentos da Carteira ao setor agrícola. Nela, vê-se que o custeio de entressafra continua sendo a principal atividade agrícola financiada. Dado que entre 1942 e 1952, tais financiamentos tinham o prazo máximo de dois anos, e que foram mantidos a partir do relatório de 1952, é possível afirmar que parte importante dos créditos tinham curto prazo de maturação, complementando o

resultado apresentado anteriormente. Esse ponto é reforçado quando se observa que quando os créditos para custeio de entressafra reduzem sua participação no total a relação Empréstimos/Créditos Concedidos para a agricultura atingem os maiores valores para a série, entre 1951 e 1960.

Figura 16 – CREAM – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

Além do crédito para custeio de entressafra, pode se ver uma variação das operações realizadas sob o título de “Governo Federal”. Tais financiamentos tinham como base a edição de leis para garantia de preços mínimos para diferentes produtos agrícolas. Tais políticas tiveram como objetivos principal, durante o período a manutenção dos preços de produtos de exportação e também a recuperação de culturas que passaram por algum tipo de desajuste em função de problemas climáticos, como secas e alagamentos. Outro tipo de financiamento concedido atendia a extração vegetal, tal como a cera de carnaúba, castanha, babaçu, guaraná, erva mate, entre outros, tendo participação reduzida no total dos créditos. Por fim, destaca-se a concessão de crédito para investimentos.

Os relatórios do Banco do Brasil expressam, em diferentes momentos, uma preocupação em aumentar os índices de produtividade do setor agrícola, principalmente das culturas destinadas ao consumo interno, uma vez que o país passava por uma transição demográfica onde o crescimento da população rural era inferior ao da urbana, o que demandaria um aumento da produtividade por meio da mecanização e da adoção de técnicas mais eficientes de cultivo. Tais financiamentos são crescentes e atingem, ao final do período, a sua maior participação sobre o total, o que impacta, também, sobre os prazos médios das operações de financiamento

da CREAM, como visto anteriormente. Os financiamentos que se caracterizam como sendo de investimentos podiam ser de quatro, cinco ou até oito anos.

Complementando a análise da repartição dos créditos, é apontada na *Tabela 14* a distribuição dos créditos concedidos para os principais itens, entre custeio de entressafra e investimentos, pela CREAM. Entre os produtos com a entressafra financiada pela Carteira nota-se uma distribuição que conta com dois componentes importantes. O primeiro deles é a presença de alguns dos principais itens de exportação brasileiros no período de análise, como algodão e café, além da cana de açúcar que tinha como um dos subprodutos exportáveis o açúcar. Convém destacar a importância atribuída pelo Banco do Brasil às exportações de café para composição das divisas do país: “Das considerações acima conclui-se que o papel do café em nossa economia foi, como sempre, de especial relevância, de vez que nos proporcionou, em 1956, mais de dois terços do volume global das divisas provenientes da exportação” (BANCO DO BRASIL, 1957, p. 47).

Tabela 14 – CREAM – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total

Ano	Custeio de Entressafra						Investimentos		
	Algodão	Arroz	Café	Cana de Açúcar	Milho	Trigo	Melhoramento Explorações Agrícolas	Máq. e Implementos	Outros
1951	15,34	6,78	37,96	25,12	1,17	1,10	1,92	6,09	3,87
1952	13,30	7,81	34,49	22,29	2,60	1,65	4,21	5,95	5,00
1953	8,33	12,37	36,85	16,07	5,22	2,25	4,26	5,50	6,80
1954	6,98	13,50	41,00	13,24	4,01	3,40	5,19	6,66	5,34
1955	7,99	12,65	33,55	15,31	4,39	5,34	7,31	7,23	5,41
1956	5,98	11,40	42,12	10,43	4,49	6,84	5,65	6,11	6,78
1957	4,46	11,97	37,44	10,74	4,11	8,70	6,80	6,59	8,81
1958	4,40	14,38	32,17	11,02	3,69	9,24	7,96	6,19	8,53
1959	4,51	15,81	26,07	9,85	4,91	9,85	6,35	4,97	11,11
1960	5,70	15,16	15,89	7,42	4,66	10,46	5,54	6,46	23,81

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

O segundo componente que se pretende destacar é o financiamento de produtos que compunham o consumo básico do mercado interno, como arroz, milho e o trigo, mesmo que os outros produtos em alguma medida também fossem consumidos internamente. Deve-se ressaltar o esforço de financiamento realizado pela Carteira ao trigo, produto que passa a ser importado pelo país em grandes quantidades, e que se busca produzir internamente. Segundo o próprio Banco do Brasil, a intenção era conseguir a autossuficiência deste produto: “Foram os financiamentos de lavouras de trigo os que mais se expandiram [...]. Dessa forma, procurou a Carteira concorrer para que fosse alcançada, em curto prazo, autossuficiência na produção desse cereal básico” (BANCO DO BRASIL, 1958, p. 142). Apesar de tais itens serem os mais

representativos no custeio de entressafra, pode se ressaltar que possuem uma dinâmica de alteração na sua distribuição ao longo do período. Inicialmente, os produtos que eram destaque na pauta exportadora recebiam maiores volumes de financiamento, o que posteriormente passa a ser realizado para produtos com maior presença no mercado interno.

Os empréstimos para a produção de cana-de-açúcar foram reduzidos, como se observa, em função da deliberação da própria Carteira em reduzir a concessão de crédito para tal cultura:

Cumprindo a política do Instituto do Açúcar e do Alcool, que conserva sob contingenciamento a produção açucareira, mantiveram-se as instruções que vedam empréstimos destinados a reforma e ampliação em usinas. Por igual razão, não vimos propiciando recursos para aumento das áreas de cultivo (BANCO DO BRASIL, 1958, p. 160).

Uma dinâmica semelhante pode ser observada nos financiamentos para o investimento do setor agrícola. Destacam-se os créditos para o melhoramento de explorações agrícolas, que passam a ter prazos de até oito anos de financiamento a partir de 1952. Nesta categoria são encontrados financiamentos para aquisição de adubos e corretivos para o solo, realização de benfeitorias na propriedade agrícola, instalações elétricas e de água, obras de irrigação, instalações para beneficiamento e industrialização da produção, além da construção de armazenamento e outras construções na propriedade rural. Já o financiamento para máquinas e implementos agrícolas tinha o prazo de quatro anos, e também se sobressai no período analisado. Destacam-se, nesta categoria, o financiamento a tratores, arados, colheitadeiras, entre outros.

Na categoria “Outros” estão inclusos financiamentos de custeio e também de investimentos, mas passam a ter maior representatividade apenas ao final do período de análise. Dentre os produtos que tiveram sua entressafra custeada destacam-se produtos que eram destinados à exportação, como o cacau, e também produtos que atendiam ao mercado interno, como batata, feijão, frutas, laranja, soja, tomate, uvas, entre outros. Entre os financiamentos de investimento, categorizados em “Outros”, mas que ganham destaque ao final do período, estão inclusos a aquisição de veículos motorizados e de tração animal e também operações destinadas a melhoria das condições de vida do produtor: Tudo indica que essa elevação da produtividade agrícola é consequência do emprego de melhores técnicas de cultura, dentre as quais se destacam: mais difundido uso de máquinas, adubos, seleção de sementes, etc. (BANCO DO BRASIL, 1957, p. 30).

Apesar de as operações da CREA serem em grande medida direcionadas para a expansão de culturas diversas, fornecendo o apoio creditício necessário, também atuava no

sentido contrário em períodos onde a oferta de alguns produtos expandia-se além do que seria adequado. É o caso do café, que em 1955 teve operações reduzidas para a expansão de novos cafezais, e mantidas aquelas operações vinculadas ao replantio em áreas de falhas nos cafezais e também para a restauração de cafezais destruídos por fenômenos climáticos ou por pragas (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 59, parte 3).

Uma das principais preocupações relacionadas à atividade agrícola era a sua importância para a geração de divisas. Neste sentido, as práticas da CREAM, assim como também da CREGE, estavam orientadas ao seu financiamento. Além das atividades geradoras de divisas, também foram apoiadas culturas poupadoras de divisas, como a de trigo. Os relatórios do Banco do Brasil explicitam tais preocupações:

Atendendo a que a exportação de produtos agropecuários é a nossa principal fonte de divisas, ou seja, dos recursos destinados a pagar as importações de que carecemos, muito esperamos do revigoramento de nossa atividade rural. Nesse sentido, a colaboração por parte do Banco do Brasil foi apreciável, como evidenciam os créditos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, devidamente comentados no capítulo relativo às operações desta (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 40).

A produção em larga escala de combustíveis e a de certos gêneros de consumo, como, por exemplo, o trigo, além de reduzir consideravelmente nossos gastos em divisas, nos darão tranquilidade e segurança quanto ao seu abastecimento nas épocas de perturbações, em que os mercados supridores se retraem (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 83).

Pelo lado das operações de empréstimos realizados para as atividades de mecanização da agricultura e aperfeiçoamento das condições de cultivo, já se apontou a preocupação por parte do Banco do Brasil com tais áreas, sobretudo com as modificações introduzidas nos regulamentos a partir de 1952. O que se observa nos relatórios é que a mecanização da agricultura era uma das preocupações da CREAM, a serem atendidas com crédito especializado. Além disso, o financiamento das atividades de mecanização e aperfeiçoamento tinha estreita ligação com a expansão industrial, por aumentar a produtividade agrícola, logo aumentando a quantidade de produtos disponibilizadas pelo setor, e também por liberar mão-de-obra para as atividades industriais:

Tendo em vista o interesse que a mecanização dos trabalhos rurais desperta pela solução que oferece para problemas de inquestionável relevância, quais sejam o do barateamento da produção e o de liberação da mão-de-obra reclamada pelo rápido desenvolvimento industrial do país, a carteira está dedicando especial atenção ao incremento de operações destinadas à compra de maquinaria agrícola para prestação de serviços a terceiros (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 124).

Dadas as preocupações esboçadas pelo Banco do Brasil para o exercício de suas atividades de financiamento, torna-se falso uma exploração dicotômica da relação entre a concessão de crédito para a agricultura e para a indústria. Antes de explorar o que já é conhecido, de que as operações rurais eram superiores as industriais, considera-se mais adequado ressaltar sua complementaridade. Os dados apontam para uma participação significativa na concessão de crédito para atividades agrícolas geradoras e poupadoras de divisas, tão importantes para a importação daqueles produtos essenciais ao processo de desenvolvimento industrial. Também colaboram para a expansão das atividades industriais os financiamentos agrícolas poupadores de mão-de-obra e que aumentem a produtividade das explorações agrícolas, tanto pelo fornecimento de matéria-prima e alimentos, quanto pela possibilidade de liberar mão-de-obra para a indústria.

A negação da visão dicotômica entre os setores rural e industrial também é realizada por Castro (1977), sobretudo ao ir contra as posições de que a agricultura tenha se apresentado como entrave ao crescimento da indústria. Em comparações internacionais com outros casos de rápido crescimento demográfico e industrial, apontou que o crescimento da produção agrícola brasileira era superior ao daqueles países. Por sua vez Delgado (2002) aponta que a agricultura passa a incorporar novas tecnologias de produção a partir das décadas de 1950 e 1960. Esta afirmação condiz com o que se observa da atuação da CREA, uma vez que o seu apoio ao financiamento dos investimentos agrícolas se intensifica ao final da década de 1950, como visto acima. (SZMERECSÁNYI; RAMOS, 2002) destacam que o Estado também atuou, através de políticas governamentais, na criação de novos instrumentos e instituições de apoio ao setor agrícola, destacando inclusive a CREA e seu papel no fornecimento de crédito público ao setor rural.

Assim, percebe-se que as atividades agrícolas e industriais eram mais complementares e interdependentes do que rivais. Esta constatação se dá tanto pela atuação da CREA, uma carteira de crédito especializado para ambos os setores, quanto pela atuação governamental na criação de instituições e adoção de políticas que também atendia a ambas. Acontece ainda, em relação as funções clássicas desempenhadas pela agricultura no processo de desenvolvimento, já apresentadas anteriormente (CASTRO, 1977) e pela complementaridade produtiva. Isto, uma vez que a agricultura representava uma demanda de produtos industrializados de diferentes tipos e a indústria também demandava matérias primas agrícolas.

A conexão entre os setores rural e industrial, para o desenvolvimento econômico do país são evidenciados em diferentes passagens pelos relatórios do Banco do Brasil, demonstrando a

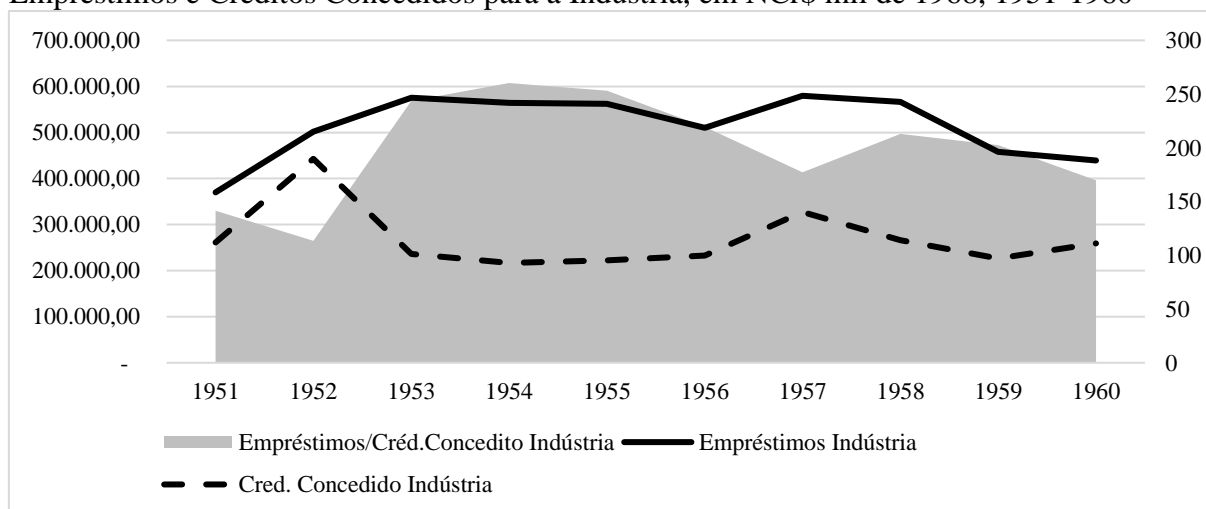
consciência, por parte da instituição, das dificuldades impostas pela estrutura econômica brasileira. Tais dificuldades eram compartilhadas por ambos os setores:

Pretende o Brasil aumentar o volume e reduzir o custo da sua produção. Pretende, igualmente, diversificá-la, isto é, fazê-la abranger a maior variedade possível de produtos reclamados pelo consumo interno e pelos nossos interesses de intercâmbio exterior. Para isso, necessitamos aumentar o processo de capitalização nos setores agrícolas, melhorando as condições de seus trabalhos, adubando as terras, irrigando-as, explorando-as mecanicamente, com o objetivo de elevar-lhes a produtividade e possibilitar o necessário desvio de mão-de-obra para os novos setores de atividade interna. A indústria nacional tem, por seu turno, problemas de suprimento e de expansão diretamente entrosados com os interesses rurais (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 53).

Cabe ressaltar o papel do desenvolvimento industrial, na integração do mercado interno, pelo estímulo que imprimiu ao intercâmbio entre os centros produtores de matérias-primas e os de manufaturas (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 25).

Por sua vez, as operações de crédito destinadas ao setor industrial, como mostrado na Figura 17, tem como característica o maior prazo de vencimento das obrigações dos devedores. A diferença observada entre o total dos empréstimos e créditos concedidos atingem, entre 1952 e 1956 os maiores valores observados para todo o período aqui analisado. Mantém-se a tendência, portanto, de haver um maior estoque de empréstimos para o setor industrial frente ao fluxo de créditos. Tal resultado condiz com os regulamentos que foram adotados pela CREAI ao longo de sua existência e que a partir de 1942 passam a ser de até dez anos. Entretanto, como visto, a partir do regulamento de 1952, cria-se a categoria de empréstimos para investimentos e estes possuem prazos que podem atingir até 15 anos.

Figura 17 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960



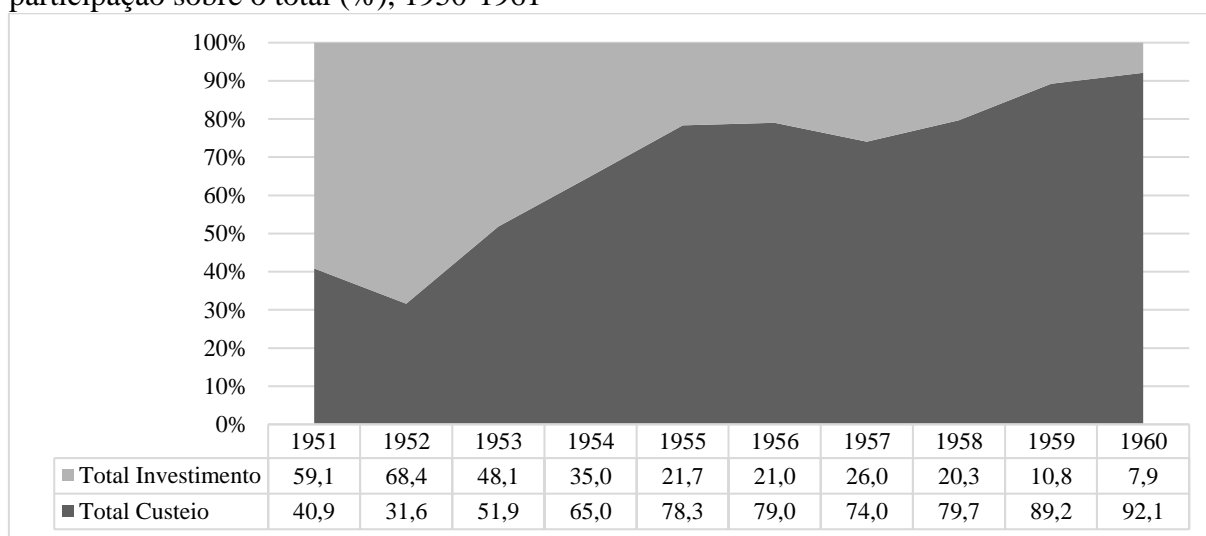
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1e Tabela B 10 do Apêndice B.

Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Esta característica dos créditos fornecidos ao setor industrial merece ser destacada. Outros trabalhos que citam a CREA (ARAÚJO, 2007; SILVA, 2007) já apontaram que a maior parte dos recursos da mesma eram destinados ao setor agrícola. Entretanto, como vem sendo destacado aqui, o prazo de vencimento dos créditos concedidos é importante, na medida que os investimentos industriais possuem um maior prazo para se efetivarem e iniciarem suas atividades. Logo, a estrutura dos créditos também importa e neste caso o setor industrial se destaca por ter maiores prazos e maiores valores médios de créditos concedidos.

Os créditos fornecidos para a indústria passam a ter a divisão entre aqueles para investimento e os destinados ao custeio, nos relatórios posteriores a 1952, com os dados de 1951. A partir desta divisão é possível perceber que, com exceção dos dois primeiros anos do período, 1951 e 1952, os créditos destinados ao custeio das indústrias são majoritários, como se observa na Figura 18.

Figura 18 – CREA – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Indústria, em participação sobre o total (%), 1950-1961



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 10* do Apêndice B.

Dois fatos importantes para este período podem ter sido refletidos nestes resultados. O primeiro deles foi a criação do BNDE, em 1952, que passa a ser o principal banco de apoio aos projetos de infraestrutura e indústria básica, com maior participação do Estado. Por outro lado, a partir de 1955, os investimentos das empresas multinacionais passam a contar com as facilidades de entrada de capitais sem cobertura cambial, promovida pela instrução 113 da SUMOC. Sendo assim, o crédito industrial fornecido pela CREA tende a ser focalizado para as atividades realizadas pelos empresários nacionais, que faziam parte de um tripé: Estado, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais. Estas passam a ser mais significativas nos

setores de bens de consumo não duráveis, que são justamente os que mais receberam apoio financeiro da Carteira. Ainda assim, a mesma mantém o apoio financeiro para outros segmentos industriais.

A distribuição por segmento dos créditos fornecidos pela CREAMI à indústria pode ser visualizada na *Tabela 15*. É possível observar com maior detalhe que os créditos de custeio concentram-se nos segmentos de têxteis e de produtos alimentares, enquanto que os créditos de investimento estão concentrados nos mesmos segmentos, mas acrescidos dos de Minerais não-metálicos e metalúrgicas. A queda nos créditos concedidos para as indústrias básicas tem como uma de suas explicações a criação do BNDE. Neste sentido, pode-se falar em uma segmentação do mercado de crédito dentro das instituições públicas de financiamento, sendo a CREAMI responsável por financiar o setor privado nacional, que respondia principalmente pelos setores de consumo não duráveis. É importante observar que o segmento de produtos alimentares, conforme pode ser visto em Lessa (1982, p.34) é um dos setores que compunham o plano de metas.

Tabela 15 – CREAMI – Créditos concedidos para a Indústria, segmentos selecionados, 1938-1950, em participação (%) sobre o valor total, 1951-1960

Ano	Custeio			Investimento				
	Têxteis	Produtos alimentares	Outros	Minerais não metálicos	Metalúrgica	Têxtil	Produtos alimentares	Outros
1951	13,0	17,7	10,2	8,1	15,8	6,9	1,9	26,4
1952	8,8	15,6	7,2	6,2	19,1	12,5	5,0	25,5
1953	9,4	29,9	12,5	10,2	3,2	7,1	5,5	22,1
1954	11,7	37,3	16,0	2,4	1,6	4,6	4,9	21,4
1955	12,8	45,3	20,2	2,8	1,0	2,0	6,2	9,6
1956	17,3	37,0	24,8	2,5	3,3	2,0	6,8	6,4
1957	18,6	31,1	24,3	2,6	3,7	0,2	3,3	16,1
1958	15,4	37,8	26,5	1,5	4,4	2,9	4,4	7,1
1959	24,9	34,3	30,0	1,0	0,3	0,9	3,8	4,7
1960	25,0	31,9	35,1	0,1	0,8	0,5	3,9	2,6

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 10* do Apêndice B.

Apesar de manter uma elevada concentração dos créditos concedidos para os setores tradicionais, que forneciam produtos de consumo não durável para o mercado interno, há também, segundo o Banco do Brasil, um esforço no sentido de ampliar a oferta de crédito para setores da indústria de base, a qual passava por expansão no período relatado: “Dentre as que mais se beneficiaram com a assistência prestada pela Carteira, salientam-se as indústrias básicas para o desenvolvimento econômico do País” (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 114). Entretanto, cabe novamente o destaque ao fato de que a partir de 1952, o Banco do Brasil passa

a dividir suas atribuições de financiamento público das atividades industriais com o BNDE, que se destaca, ao contrário da CREA, no direcionamento do crédito para os setores relacionados com gargalos presentes na economia brasileira, quais sejam, transportes, energia elétrica e indústria de base.

Como já mencionado, a atuação do Banco do Brasil no provimento de crédito tinha ligação com o processo de desenvolvimento por qual passava a economia brasileira. São mencionados, nos relatórios da instituição, a necessidade de promover o fornecimento dos produtos que compunham o consumo interno, sobretudo de alimentos, e também o auxílio para as atividades exportadoras, provedoras das divisas utilizadas pelo país para o pagamento das importações associadas ao processo de industrialização:

Ora, sabendo-se que o custo da alimentação tem representado a maior parcela no custo de vida das classes trabalhadoras rurais e urbanas, conclui-se que o equilíbrio econômico do País depende, em parte considerável, do incremento da produção de alimentos básicos e, o que pareceria supérfluo acrescentar, de seu transporte eficiente para os grandes centros consumidores (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 33).

A queda que pode ser observada nos financiamentos industriais, ao longo do período, e em especial ao crédito de investimento, fizeram parte de uma política deliberada de redução por parte do Banco do Brasil, como mostra o relatório de 1955:

De conformidade com entendimentos havidos entre o Ministério da Fazenda e o Banco, depois ratificados por ofício datado de 13 de maio, a Diretoria, em sessão de 5 do mesmo mês, deliberou adotar providências a fim de evitar desmesurada expansão do financiamento à indústria e, destarte, dar inteira colaboração à política anti-inflacionária fixada pelo governo (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 64, parte 3).

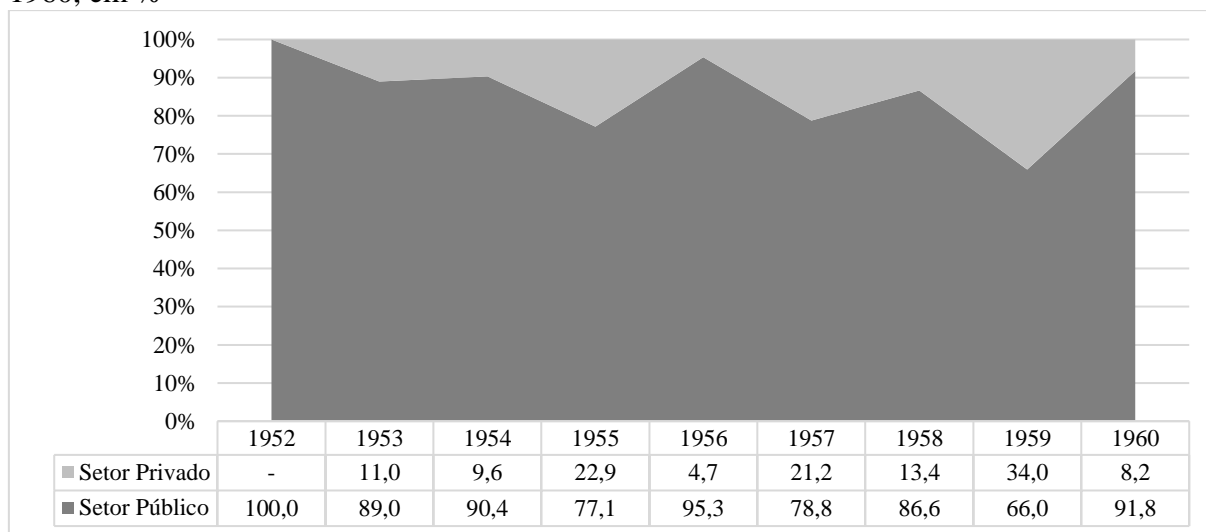
Apesar disso, ressalta: “Continuamos a financiar a siderurgia, indústria metalúrgica, instalação e ampliação de usinas elétricas, matadouros, frigoríficos, charqueadas e outras indústrias já anteriormente classificadas como prioritárias” (BANCO DO BRASIL, 1957, p. 142). O relatório de 1954 (Banco do Brasil, 1955), também aponta para as necessidades do processo de industrialização, em conformidade com os trabalhos realizados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), apesar de resultar na realização de empréstimos para os setores prioritários através do BNDE:

A expansão industrial que vimos experimentando [...] provocou o surgimento de diversos dos chamados “pontos de estrangulamento”, os quais, além de impedirem a continuação do progresso normal, contribuem para alta dos custos de produção. Daí a prioridade que vêm merecendo os empreendimentos que visam a romper tais “pontos de estrangulamento – energia, combustíveis, transportes, indústrias básicas – tanto no

que se refere a estudos e programas, de que é exemplo o magnífico trabalho da Comissão Mista Brasil Estados Unidos, como no que diz respeito às realizações das empresas privadas e do Poder Público (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 28–29).

Dentro do que vem sendo descrito até aqui, uma comparação com a atuação do BNDE, no período indicado, é importante. Do ponto de vista da separação entre os créditos aprovados para o setor público e privado, a *Figura 19* ajuda a explicitar a forte participação do primeiro como destino das aprovações realizadas pela instituição. Neste sentido, aqui há uma importante diferença entre as operações da CREA I e do BNDE, sendo o primeiro responsável pela concessão de crédito ao setor industrial privado nacional, e o segundo pelos créditos destinados ao setor público, pelo menos no período selecionado. É importante perceber também que o crédito ao setor público dentro do Banco do Brasil era, em grande parte, operacionalizado pela CREGE. Além disso, sua finalidade estava vinculada às necessidades do Tesouro Nacional em cobrir os déficits da União.

Figura 19 – BNDES, Aprovações em moeda nacional para os setores público e privado, 1952–1960, em %



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 13 do Apêndice B.

Outra diferença importante na atuação da CREA I e do BNDE está na composição setorial da distribuição dos créditos. Como visto, os principais ramos industriais atendidos pela CREA I eram os de consumo não duráveis, têxteis e produtos alimentares, principalmente após 1952. Ao longo da década de 1950 foi sendo realizada uma separação de competências na industrialização brasileira, reunindo-se o capital nacional, o capital estrangeiro e o estado nacional. Dentro desta configuração, o setor privado nacional tinha maior participação nos ramos industriais de consumo não durável e também em ramos complementares aqueles

proporcionados pelas empresas multinacionais e pelo Estado. Sendo assim, dentro do modelo de financiamento baseado em bancos públicos, as empresas privadas industriais de capital nacional tinham na CREA I como a sua principal fonte de crédito bancário de longo prazo.

Ainda que a esfera de financiamento da indústria de base passasse ao BNDE, com sua instalação em 1952, o Banco do Brasil ainda realiza empréstimos para indústrias desse segmento, através da CREA I. Em 1952, concede-se um empréstimo para a Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), como mencionado pelo próprio Banco: “Tendo por finalidade fabricar aços finos para a indústria mecânica, elétrica, química e outras, constitui realmente a Acesita uma das obras de base imprescindíveis ao desenvolvimento industrial do país (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 128–129).

Tabela 16 – BNDES, Aprovações em moeda nacional por atividade econômica, 1952–1960, em %

Anos	Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Siderurgia	Diversos	Outros	Total
1952	100,0	–	–	–	–	100,0
1953	57,7	25,0	–	15,5	1,8	100,0
1954	77,1	13,6	0,8	6,9	1,6	100,0
1955	39,2	51,5	0,9	6,6	1,8	100,0
1956	72,6	9,8	0,7	12,6	4,3	100,0
1957	18,7	53,4	6,8	17,9	3,2	100,0
1958	–	45,0	32,8	19,4	2,8	100,0
1959	17,8	33,1	6,6	41,2	1,3	100,0
1960	4,3	9,2	74,0	12,1	0,4	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 14 do Apêndice B.

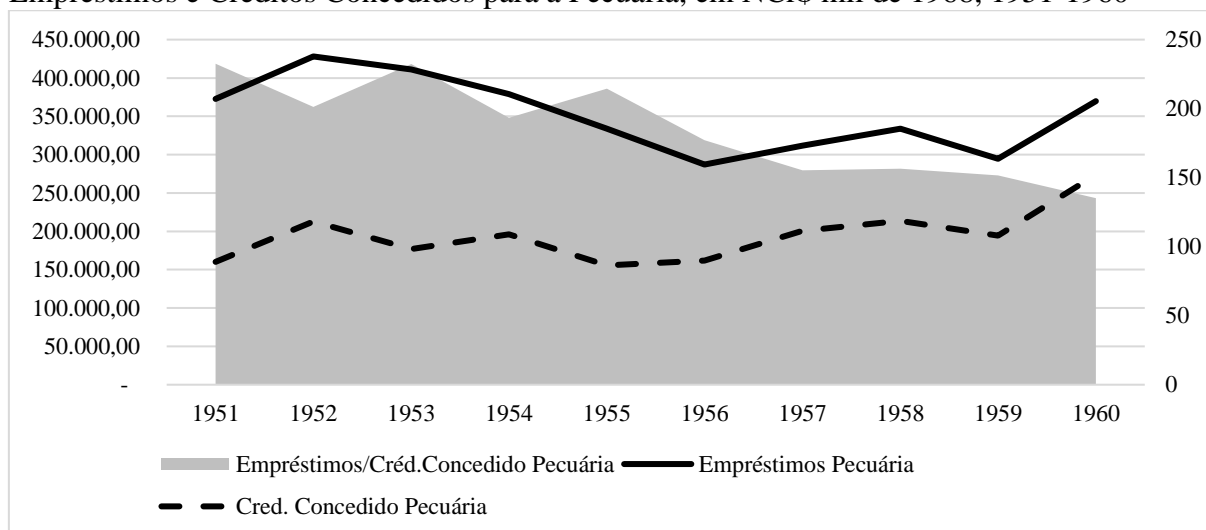
Na *Tabela 16*, é possível confirmar que os principais segmentos industriais atendidos pelo BNDE, no início de suas operações, eram aqueles ligados aos chamados serviços industriais de utilidade pública (SIUP), transportes e comunicações e também energia elétrica; e também a indústria básica. Nota-se que os financiamentos realizados pelo BNDE vão ao encontro das prioridades explicitadas nos relatórios do Banco do Brasil para o desenvolvimento da economia Brasileira:

A ampliação e o desenvolvimento das indústrias de base, ponto de apoio de um organismo econômico forte, estão sendo programados dentro de planos de prioridade que atendam às nossas disponibilidades de fatores de produção, congregando-os e melhor distribuindo-os (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 83).

Transportes e armazenamentos adequados permitirão que a produção encontre escoamento conveniente para os centros de consumo, concorrendo, assim para o fortalecimento do mercado interno e o barateamento do custo de vida. (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 101).

Apesar de serem realizados inicialmente pelo CREA, como visto no capítulo anterior, a partir de 1952 os grandes projetos de industrialização por meio de investimentos nos setores de indústrias básicas e de infraestrutura passam a ser responsabilidade da nova instituição. Assim, reforça-se a ideia de segmentação entre as instituições oficiais de crédito, Banco do Brasil, via CREA, e BNDE, no atendimento do crédito ao desenvolvimento industrial brasileiro. É ainda interessante observar que os financiamentos realizados pelo BNDE, sobretudo entre 1955 e 1960, estão de acordo com as áreas prioritárias estabelecidas pelo plano de metas, retratado por Lessa (1982) durante o Governo de Juscelino Kubitschek, principalmente Energia Elétrica e Transportes.

Figura 20 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1951-1960



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1 e Tabela B 11 do Apêndice B.

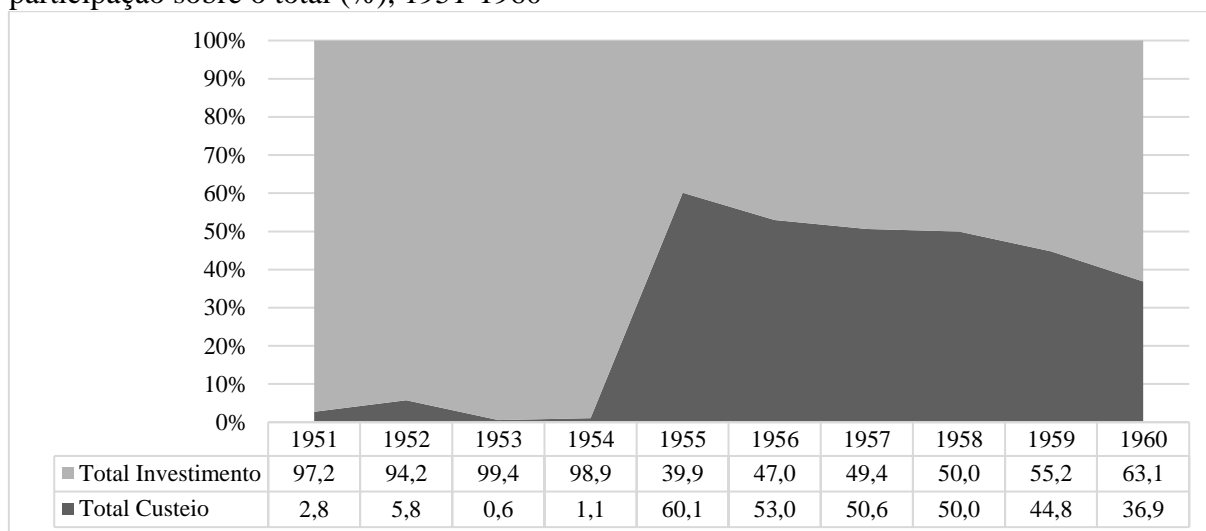
Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

A relação entre os empréstimos e créditos concedidos pela CREA para a pecuária pode ser visualizada na *Figura 20*. Nela é possível observar que esta relação é decrescente ao longo do período 1951-1960, mas assim como acontece no apoio à indústria, os empréstimos superam os créditos concedidos, revelando que os prazos dos créditos para o setor pecuário tinham prazos superiores aos das operações agrícolas. Um indicativo das razões pela qual tal resultado se observa é a distribuição entre a concessão de crédito para investimento e custeio.

A distinção entre créditos concedidos pela CREA ao setor pecuário com finalidade de custeio e investimento pode ser vista na *Figura 21*, e mostra o forte predomínio do apoio aos investimentos no setor. A análise dos resultados observados para o setor pecuário, da relação empréstimos/créditos concedidos e da divisão entre custeio e investimento, mostra-se necessária na medida em que explicita uma diferença das operações realizadas para as

atividades rurais. Sendo assim, uma análise de todo o setor rural, somando-se as operações para a agricultura e pecuária, induziria a uma redução da relação empréstimos/créditos concedidos, e também da divisão entre custeio e investimento. Esta redução, resultante da soma dos resultados, poderia levar a uma análise não adequada a realidade das operações.

Figura 21 – CREAM – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Pecuária, em participação sobre o total (%), 1951-1960



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 11 do Apêndice B.

A Tabela 17 permite analisar a distribuição dos créditos concedidos para o setor pecuário por segmento. Nela é possível perceber que há uma concentração na concessão de crédito para os segmentos da pecuária que trabalham com bovinos, tanto em custeio, quanto em investimentos. A aquisição de bovinos, tanto para custeio, quanto para investimento, estava relacionada à compra de animais para produção leiteira, produção de carne, e engorda.

Tabela 17 – CREAM – Créditos concedidos para a Pecuária, segmentos selecionados, 1951-1960, em participação (%) sobre o valor total

Ano	Custeio				Investimento		
	Aquisição de Bovinos	Aquisição de Ovinos	Bovinos – Outros	Outros	Aquisição de Bovinos	Melhoramentos em Edificações e Benfeitorias	Outros
1951	–	2,8	–	–	75,2	22,0	–
1952	–	5,6	–	0,1	86,4	7,9	–
1953	–	0,3	–	0,3	91,5	7,9	–
1954	–	0,7	–	0,4	90,8	8,1	–
1955	19,7	0,5	39,0	0,8	31,0	7,8	1,1
1956	18,3	0,6	32,4	1,7	34,0	11,9	1,2
1957	18,2	1,0	30,0	1,4	33,9	13,9	1,6
1958	18,0	1,3	29,4	1,4	31,3	15,3	3,4
1959	17,5	1,1	24,4	1,7	31,3	15,2	8,8
1960	13,0	1,0	20,7	2,2	31,7	14,1	17,4

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 11 do Apêndice B.

As operações realizadas com ovinos tinham como finalidade a produção de lã, peles e carne. Já o item de melhoramento em edificações e benfeitorias tem como finalidade a realização de investimentos na aquisição de equipamento elétrico, construção de armazéns e também construção e reforma de casa sede e alojamentos, instalação de equipamentos para beneficiamento e industrialização do produto da pecuária, entre outros melhoramentos. Os financiamentos pecuários, dentre aqueles realizados pela CREA, são os que apresentam maior participação das moratórias apresentadas pelos tomadores de empréstimos. Em 1952, através da Lei nº 1.728, de 10/11/1952 (BRASIL, 1952), passa-se a uma nova forma de pagamento das dívidas dos pecuaristas, além de a União assumir para si a responsabilidade por 50% das mesmas, incluindo juros atrasados e a se realizar, até o ano de 1954.

Como visto, com o novo regulamento de 1952, amplia-se a esfera de atuação da Carteira, ao incluir empréstimos para cooperativas, fundiários e também investimentos. Apesar de tais tipos de empréstimos serem bastante reduzidos quando comparados com os realizados para agricultura, pecuária e indústria, cabe apresentar alguns pontos sobre a sua existência e destinação. Os empréstimos categorizados como sendo de “investimentos”, além de atender as empresas privadas nacionais, também passa a atender aos municípios, no financiamento de ampliação ou instalação de serviços de água, esgoto e energia elétrica.

5.3 A POLÍTICA DE FUNDING DA CARTEIRA E SUAS LIMITAÇÕES

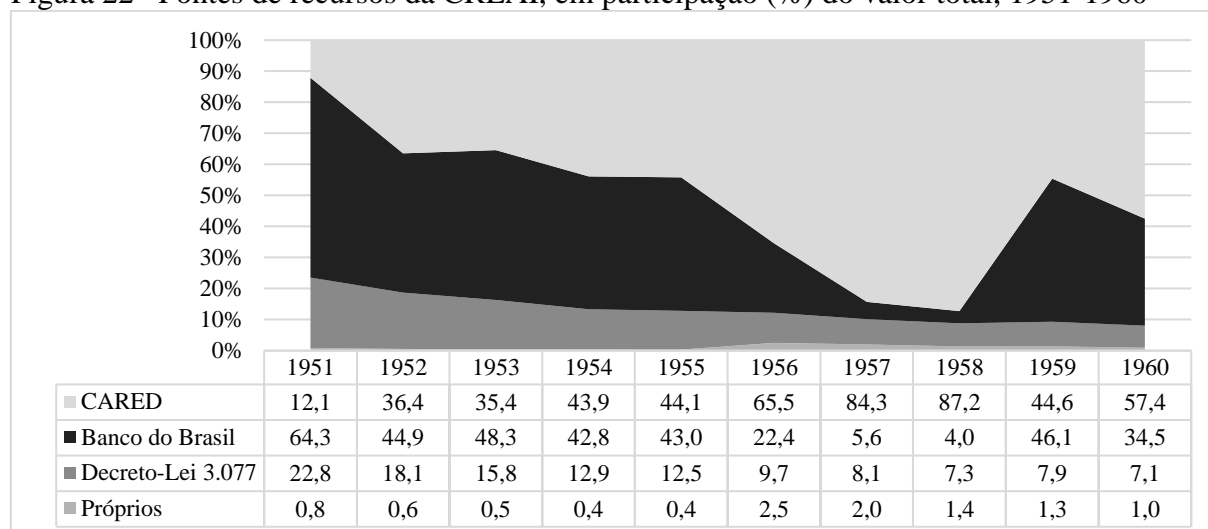
O período ora analisado carrega consigo a consolidação do padrão de formação do *funding* da CREA. Os sucessivos regulamentos implantados nos anos de 1937, 1939 e 1942 apontavam para uma política orientada a captar recursos no mercado, via emissão de bônus com prazos de um, dois, cinco e dez anos. Além disso, também foram criados mecanismos de recolhimento compulsórios por meio de depósitos obrigatórios de institutos previdenciários, de consignações em pagamento e depósitos para garantia de execução de serviços públicos, criados através do Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1941, e regulamentados pelo Decreto-Lei nº 3.077, de 26/02/1941. Como visto no capítulo anterior, tais fontes não foram consolidadas e a Carteira passa a ter como principais fontes de recursos o redesconto de títulos e também as disponibilidades do Banco do Brasil. Esta característica é reforçada e compreendida pela própria instituição:

Fácil é aquilatar o esforço da Carteira no sentido de atender à política governamental de fomento à produção; com recursos próprios adstritos aos depósitos obrigatórios e não mais dispondo dos que lhe eram assegurados pela Lei nº 2.145, vê-se obrigada a

recorrer ao Redesconto em proporção cada vez mais elevada, pois são crescentes as necessidades das classes produtoras (BANCO DO BRASIL, 1958, p. 148).

A estrutura dos depósitos recebidos pelo Banco do Brasil, apresentadas na Tabela B 4 do apêndice, mostra que persiste a tendência de que grande parte dos depósitos sejam de curto prazo. Essa estrutura de disponibilidades do Banco, aqui em especial os depósitos, com predomínio de recursos de curto prazo, associada ao redesconto de títulos, através da CARED, atuou como fator de limitação para a expansão da atuação em operações de maior prazo da CREAM, tal como as demandadas pelo setor industrial. Tal aspecto também ajuda a compreender por que os créditos concedidos pela Carteira foram majoritários para as operações com menor prazo, tais como os agrícolas.

Figura 22 – Fontes de recursos da CREAM, em participação (%) do valor total, 1951-1960



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 5 do Apêndice B.

A análise da estrutura dos recursos da Carteira, demonstrada na *Figura 10*, permite afirmar que a maior parte do *funding* obtido por ela era de recursos comuns, compostos dos títulos CARED e Banco do Brasil. Destaca-se que a partir de 1953, compõem os fundos originários do Banco do Brasil, o empréstimo realizado pela Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), de Cr\$ 2 bilhões, sendo dado em garantia os débitos dos pecuaristas em débito com a CREAM (BANCO DO BRASIL, 1954).

Em 1957 e 1958 foram emitidos bônus nos valores de Cr\$ 105.759 e Cr\$ 596.069, respectivamente. Estas emissões tinham como principal função a reposição dos bônus vencidos. Para o total de bônus emitidos no ano de 1957, Cr\$ 38.440 mil corresponderam a novos depósitos realizados pelas autarquias de previdência social, responsáveis pela compra de tais

títulos, de acordo com a lei que regulava a emissão de bônus. Em ambos os anos, as emissões tinham como taxa de remuneração dos bônus 5,5% e prazo de dois anos.

Dado a características de serem obtidos por meio de descontos e do encaixe geral do Banco do Brasil, eram em sua grande parte, recursos de curto prazo. Lembrando que os títulos da CREAM que poderiam ser descontados na CARED tinham o prazo de até dois anos, e provenientes de empréstimos rurais. Já os recursos específicos eram em sua maioria provenientes daqueles obtidos por meio de depósitos obrigatórios, regulados pelo Decreto-Lei nº 3.077. Nota-se a baixa participação dos recursos próprios, resultantes da colocação de bônus e letras. Esta estrutura de recursos limita a atuação da Carteira durante a sua existência e condiciona a estrutura dos empréstimos realizados, já que apenas os títulos dos empréstimos rurais poderiam ser descontados pela CREAM.

Como visto na seção anterior, a maior parte dos empréstimos realizados estava destinada a operações rurais, onde se destacavam aquelas para a agricultura. Dentro dos empréstimos realizados para a agricultura destacam-se as operações de custeio de entressafra, com prazo de dois anos, logo mais condizentes com a estrutura de recursos da CREAM. Assim, as operações de investimento rurais, que possuíam prazos que poderiam variar de 4 a 8 anos, assim como as industriais, com prazos de até dez anos à indústria, tinham limitações na contrapartida de recursos.

Tabela 18 – CARED: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, 1951-1960, em participação %

Ano	Participação da CARED no Meio Circulante	Auxílio CARED aos Bancos			
		Ao Banco do Brasil			Aos Demais Bancos
		CREAI	Outras Carteiras	Total Banco do Brasil	
1951	17,0	16,4	30,9	47,2	52,8
1952	25,4	43,1	20,7	63,8	36,2
1953	29,2	40,4	30,3	70,7	29,3
1954	43,6	34,5	47,9	82,3	17,7
1955	34,6	41,7	33,6	75,3	24,7
1956	43,1	50,0	30,2	80,2	19,8
1957	52,4	58,2	28,4	86,7	13,3
1958	61,7	57,5	25,9	83,4	16,6
1959	29,3	52,3	29,3	81,7	18,3
1960	47,0	44,4	32,3	76,7	23,3

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 8 do Apêndice B.

A atuação da CARED no auxílio aos bancos, incluindo a CREAM, pelo Banco do Brasil, e também no aumento do meio circulante pode ser observada na Tabela 18. É possível perceber que o desconto de títulos passa a ter uma elevada concentração no Banco do Brasil no período, principalmente a partir de 1953. Como já discutido na seção 5.1, os Empréstimos do Banco do Brasil ao setor público ganham maior expressão em função da cobertura dos déficits da União.

Entretanto, nota-se que a participação da CREAMI no total de auxílio prestado aos bancos, através da Carteira de Redescontos, é superior ao apoio prestado ao restante do Banco do Brasil e também aos demais bancos.

Os resultados apresentados, tanto da distribuição entre as fontes dos recursos da CREAMI, quanto da atuação da CARED no auxílio ao Sistema Bancário, ajudam a compreender as limitações enfrentadas pelo crédito bancário público, ofertado em grande medida pelo Banco do Brasil, tanto pela CREGE, quanto pela CREAMI. Evidencia-se um problema de obtenção de recursos que limita a profundidade da atuação desta última no fornecimento do crédito de longo prazo para o desenvolvimento econômico do país.

Em 1951 e 1952, o problema da inflação não era relacionado, ainda, com a utilização dos redescontos para atendimento das políticas de crédito, sejam elas voltadas ao setor público ou ao setor privado. Mantém-se o entendimento que a utilização do redesconto de títulos, associados às atividades produtivas, não implicavam em aumento da inflação, uma vez que os títulos tinham correspondência em ativos reais. Neste sentido, colaboraram para esta interpretação, neste período, os superávits fiscais verificados nestes dois anos:

Embora o Governo, mediante ação pertinaz desenvolvida, tenha conseguido eliminar uma das suas principais causas – o “déficit” orçamentário – ainda não foi possível sustar o processo inflacionista cujos efeitos vêm de há muito perturbando a nossa estrutura interna de preços, salários e lucros. Registraram-se, em 1951, emissões no valor de 4.175 milhões de cruzeiros, através da Carteira de Redescontos, numerário esse que não foi empregado em empréstimos pelo Banco do Brasil na cobertura de gastos públicos, mas destinado integralmente a atender aos produtores, por via da rede bancária do País (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 81).

A evolução da curva inflacionária se deve às condições inerentes à fase de transformação estrutural por que passa a economia brasileira, em que se entrecrocaram a ânsia de crescimento com a limitação natural dos fatores de produção (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 100).

O relatório do Banco para 1951 (Banco do Brasil, 1952b) aponta que o fenômeno inflacionário estava presente em outros países, o que acabava por repercutir internamente, intensificando a inflação interna. Também relaciona o processo de aumento do nível de preços com os estrangulamentos sofridos pela economia brasileira, ao se deparar com a plena utilização dos recursos de transportes, armazenamento e energia elétrica. Sendo assim, parte da solução para o problema era o investimento na recomposição da capacidade de atender a demanda dos bens e serviços que mais eram necessários ao desenvolvimento econômico. Entretanto, a partir de 1953, os déficits fiscais voltam a aparecer e tornam-se constantes até 1960. Sendo assim, os redescontos não têm apenas o intuito de atender aos empréstimos relacionados com as

atividades econômicas, mas também para fazer frente as dificuldades financeiras do governo federal.

Foram recorrentes, entre 1951 e 1960, os processos de encampação realizados pelo Tesouro Nacional. Tal procedimento, regulado por leis específicas, consistia em uma operação contábil que permitia ao Tesouro Nacional resgatar emissões realizadas através da Carteira de Redescontos². Como visto, pelo Decreto-Lei nº 4.792, de 05/10/1942, ficou a CARED responsável pela emissão monetária, através do auxílio aos bancos. Sendo o Banco do Brasil o banco oficial, o Tesouro Nacional requisitava ao mesmo o cumprimento de seus déficits, através de Letras do Tesouro. O Banco, por sua vez, redescontava tais títulos na Carteira de Redescontos. Pelo processo de encampação eram anuladas as dívidas do Tesouro para com o Banco do Brasil e deste para com a CARED.

O procedimento descrito tem reflexos nos meios de circulação do país promovidos pela CARED, o que explica, segundo o próprio Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 109) a redução da participação dos redescontos no financiamento da CREAMI no ano de 1951. Como os dados das fontes de recursos referem-se aos estoques de recursos da Carteira, a redução promovida pelos encampamentos reduz a participação dos redescontos, obtidos por meio dos títulos de empréstimos rurais.

Apesar da solução via Carteira de Redescontos dos problemas de recursos da CREAMI, os sucessivos relatórios do Banco do Brasil para o período apontam que esse é uma questão em aberto. Por exemplo, em 1953 (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 117) afirmava categoricamente: “O problema, focalizado com justificativa insistência desde que provaram insuficientes os recursos obteníveis por força da Lei nº 454 e dos Decretos-leis nos 2.611 e 3.077, permanece, todavia, à espera de solução”. Sendo assim, o problema da expansão monetária, que permeia o período de análise e é, com frequência, retratado na historiografia da economia brasileira para a época (BAER, 1979; CRUZ, 1994; LESSA, 1982; TAVARES, 1978b), tem como um de seus fundamentos a expansão das atividades de crédito do Banco do Brasil, inclusive pela CREAMI.

Como visto, a expansão dos meios de pagamento, realizados pela CARED, foram justificados entre 1951 e 1953, como sendo necessários para o estímulo às atividades econômicas. Uma vez que não havia recursos disponíveis obtidos por meio de acumulação

² “De acordo com o Decreto-lei nº 4 792, de outubro de 1942, que restringiu a faculdade emissora do Tesouro e ampliou as atribuições da Carteira de Redescontos, todas as emissões de papel-moeda, desde então, passaram a cargo da referida Carteira, junto à qual o Banco se torna devedor e, em contrapartida, credor do Tesouro Nacional, resultando, por conseguinte, agravamento da posição contábil da União, que se vem a normalizar sempre que se processa uma encampação, operação pela qual se anulam, por valores equivalentes, o débito do Tesouro perante o Banco e o deste na Carteira de Redescontos” (BANCO DO BRASIL, 1960, p.8).

prévia, poupanças, ou outros mecanismos eficientes de recolhimentos compulsórios, a alternativa foi a adoção de uma política monetária expansionista. Entretanto, em 1954, há uma nova orientação para política monetária, no que se refere a utilização de redescontos. Através das Instruções 92, de 29/04/1954, e Instrução 106, de 14/10/1954, da SUMOC, passam-se a adotar taxas de redesconto maiores. Segundo a última das duas instruções, os empréstimos para bancos e redescontos passam a contar com as seguintes taxas de juros: títulos do governo, 3%; contratos de penhor agrícola e pecuários, 5%; duplicatas, 8%; promissórias, 10%. Como visto nos regulamentos da CARED, editados em 1951, as taxas de redesconto para os títulos da CREAMI deveriam ser inferiores em 2% aos juros que vigorarem nas operações da mesma. Dado que as taxas de juros máxima das operações rurais da Carteira eram de 7%, segundo o art.4º do Decreto-Lei nº 2.611, de 20/09/1910, a Instrução 106 não altera as taxas de juros do redesconto de títulos das operações da CREAMI, mantidos em 5%. Entretanto, como mesmo aponta o Relatório do Banco (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 159):

Não obstante essas medidas, os saldos das operações da Carteira [de Redescontos] continuaram em crescimento, alcançando, em 31 de dezembro último, a quantia de 26.543 milhões de cruzeiros, com uma diferença de 12.159 milhões de cruzeiros – 84,5% – para os de igual data do ano anterior.

A elevação [...] das responsabilidades do Banco do Brasil, se deve, na maior parte, à necessidade de atender ao financiamento do café e de suprir recursos ao Governo Federal e outras entidades públicas (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 86).

Em 1955, uma nova medida da SUMOC altera novamente as taxas de juros das operações de redescontos. Ao contrário do aconteceu com a Instrução 106, a Instrução 125 reduz as taxas das operações vinculadas à CREAMI para 4%, em suas operações agrícolas e pecuárias. Além disso, a nova instrução reduz a taxa máxima para 6%, no redesconto de duplicatas, promissórias e letras de câmbio. Os empréstimos aos bancos, garantidos por Letras do Tesouro, eram realizados com taxas de 3%. Como se observa, há a partir de 1955 uma maior utilização da CARED como meio de atender a expansão do crédito, seja ele para as atividades privadas, seja para a cobertura dos déficits do setor público. Assim, com a nova Instrução, adota-se uma política monetária mais frouxa, quando comparado com o que havia acontecido com as Instruções 91 e 106.

Como se sabe, os redescontos foram a principal fonte de financiamento das operações realizadas pela CREAMI, principalmente aquelas relacionadas ao setor rural, que poderiam ter seus títulos de dívida diretamente redescontados, inclusive contanto com taxas especiais. Inicialmente, entre 1951 e 1953, quando os déficits públicos ainda não são predominantes, a

justificativa do Banco do Brasil para o uso da CARED para financiamento era a de que os descontos eram antecipações de recursos futuros. Entendiam que as operações desse tipo tinham vinculação direta com atividades econômicas e resultariam na produção de bens e serviços, não sendo operações de cunho financeiro, mas sim de cunho econômico. Além disso, justificavam que esta era a única saída para que fosse atingida uma economia com estrutura mais complexa:

No caso brasileiro, contudo, as necessidades que nos foram impostas, quando nos vimos privados de suprimentos vitais à manutenção de nossas atividades econômicas, e a compreensão cada vez mais nítida e difundida das vantagens de uma economia de base mista levaram-nos a acelerar aquele processo normal, forçando, inclusive, a utilização de recursos de que efetivamente só iríamos dispor no futuro (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 24).

Entretanto, as consequências inflacionárias da utilização de descontos, que configuram, na prática, emissão monetária, são discutidas pelo Banco ao longo do período analisado. Percebe-se que a instituição via o fenômeno inflacionário como resultado das dificuldades enfrentadas pela expansão da economia brasileira, uma vez que eram criados gargalos de infraestrutura, transportes, energia e também de abastecimento dos mercados consumidores de produtos alimentares. Também contribuía para a composição da taxa de inflação a reestruturação industrial, através de reaparelhamento, após o período de intensa utilização do maquinário industrial do país durante o período de restrição externa. Ganha maior relevo esse processo de reestruturação dada a dificuldade de obtenção de divisas:

Restabelecida a paz e normalizadas as vias de comércio, era natural que as atividades improvisadas, desenvolvidas e sobrecarregadas no período de guerra para atender ao mercado interno procurassem renovar seus equipamentos, alguns obsoletos e outros desgastados pelo esforço empregado. Constituíram tais circunstâncias estímulo à tendência, que já antes se manifestara, de acelerar o nosso desenvolvimento econômico. No afã então verificado de procura de bens e de capitais, concorreram entidades públicas e particulares, imprimindo novo impulso à inflação (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 36).

Pelo lado financeiro, a inflação também seria resultado dos déficits fiscais da União, Estados e Municípios, que acabavam sendo financiados pela CARED: “A esse respeito, é de assinalar que a procura de crédito bancário para cobrir déficits orçamentários constitui uma força impulsionadora do processo inflacionário em que nos debatemos” (BANCO DO BRASIL, 1954, p.73). O que se nota nos relatórios do Banco para este período é que a utilização dos descontos para financiamento do déficit público é uma solução de ocasião, e não uma

interpretação favorável à emissão monetária com prática de financiamento do Setor Público. É comum, nos períodos de déficits da União encontrar afirmações como esta:

Imprescindível fazer com que os títulos governamentais voltem a ser o meio preferido de levantamento de recursos destinados aos crescentes investimentos do Estado, cessando ou, pelo menos, substancialmente reduzindo a parte do crédito bancário a curto prazo e dos impostos e taxas que se vêm destinando aos empreendimentos de interesse coletivo (BANCO DO BRASIL, 1957, p. 20).

Sendo assim, a falta de um mercado de títulos que atendesse o setor público era uma das razões para que se utilizassem as emissões como forma de financiamento dos déficits da União provocados pela expansão dos seus investimentos, fato que se torna mais relevante a partir de 1955: “Não encontrando contrapartida no mercado de capital, as despesas governamentais têm sido, em alta percentagem, cobertas por emissões de papel-moeda” (BANCO DO BRASIL, 1957, p. 19).

Já a questão inflacionária, no período 1955–1960, terá como fatores explicativos a existência de constantes e elevados déficits públicos, acompanhado da necessidade de financiamento do setor privado, uma vez que a CREAM continua a ser a principal fonte bancária de crédito ao setor privado. A questão da mudança estrutural por qual passa a economia também é um dos elementos apontados como influentes sobre a questão da inflação. O baixo crescimento da agricultura, quando comparado com a indústria, e a dificuldade de armazenamento e transporte da produção também influenciam a elevação do custo de vida nas principais cidades do país, principalmente naquelas onde surto de desenvolvimento industrial se faz mais presente. A preocupação com a inflação é uma constante nos relatórios do Banco do Brasil, muito embora seja neste período que se aprofunda a política monetária expansionista: “A contenção do processo inflacionário, que retarda [...] o desenvolvimento econômico de qualquer país, deve ser, por isso mesmo, nossa maior preocupação (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 10)

5.4 A ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAM

O período de análise deste capítulo tem como característica relevante, conforme referendam os próprios relatórios do Banco do Brasil, um conjunto de limitações impostas pela estrutura econômica do país ao crescimento. Fazia-se necessário um programa de desenvolvimento que conseguisse a superação de tais entraves. Entretanto, nota-se que faz parte da conjuntura econômica do período a escassez de recursos para fazer frente a tantas frentes:

Os dados [...] mostram que atingimos o limite de aplicação das bases internas em que assentou o progresso econômico nacional nos últimos anos, utilizando ao máximo a nossa disponibilidade de energia, de transporte, de armazenamento, etc. [...]. Padeçemos uma crise de crescimento que, para ser vencida, reclama a solução do problema daquela insuficiência, que não só determina, mas condiciona a evolução econômica do País [...]. A circulação da produção no mercado interno e seu escoamento para o Exterior, a melhoria da produtividade, com a conseqüente baixa de custo, e a liberação de fatores de produção reclamados pelo nosso desenvolvimento, a elaboração e o aproveitamento progressivos de nossos recursos naturais produção primária, o satisfatório abastecimento das grandes cidades, constituem problemas que somente estarão resolvidos depois de equacionados e eliminados os fatores que hoje limitam o nosso desenvolvimento e já impedem possamos obter integral proveito da expansão econômica observada no País (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 49–50).

Todas essas atividades concorrem para a utilização de recursos e serviços disponíveis, isto é, demandam a aplicação de crédito interno e externo, a utilização de divisas, o uso do nosso sistema de transportes, o consumo de energia e de combustíveis, inclusive os importados, etc. No entanto, esses recursos e serviços, como vimos, não são suficientes para atender à demanda crescente de que são objeto. Em última análise, para que o povo brasileiro possa gozar melhores condições de vida, é necessário asseguremos a continuidade de nosso desenvolvimento econômico (BANCO DO BRASIL, 1952b, p. 53).

A partir de 1955, quando o Governo Federal passa a ser ocupado por Juscelino Kubitschek, a economia brasileira passa a demonstrar dois problemas que serão constantemente apresentados durante os sucessivos relatórios do Banco do Brasil, editados entre 1956 e 1961. O primeiro deles é a volatilidade do comércio exterior, mas com ênfase na dificuldade de obtenção de divisas e o segundo a questão da aceleração inflacionária, dada a manutenção do ritmo de crescimento da economia e seus problemas decorrentes, o que inclui a ampliação da base monetária para fazer frente às necessidades de financiamento dos setores público e privado.

Apesar do crescimento econômico, sobretudo das atividades industriais, este se depara com o problema crônico da inflação, como revelam os relatórios do Banco do Brasil:

O contraste, que se vem verificando, de há alguns anos, entre o aspecto preponderantemente econômico e o caracteristicamente monetário da economia brasileira, acentuou-se no ano findo: ao lado do desenvolvimento da produção e do fortalecimento de nossa estrutura econômica, cresceram as dificuldades oriundas dos setores das finanças públicas e do balanço de pagamentos (BANCO DO BRASIL, 1958).

Com relação ao comércio exterior, os produtos primários de exportação continuam a ser responsáveis pela obtenção de divisas, com grande peso dos seguintes produtos: café, algodão, cacau, que somam 75% das exportações brasileiras em 1955. Esse resultado das exportações, de uma redução da variedade de produtos exportados, segundo o Banco do Brasil (1956) está relacionado com a política cambial praticada até 1953, quando passa a vigorar a Instrução 70

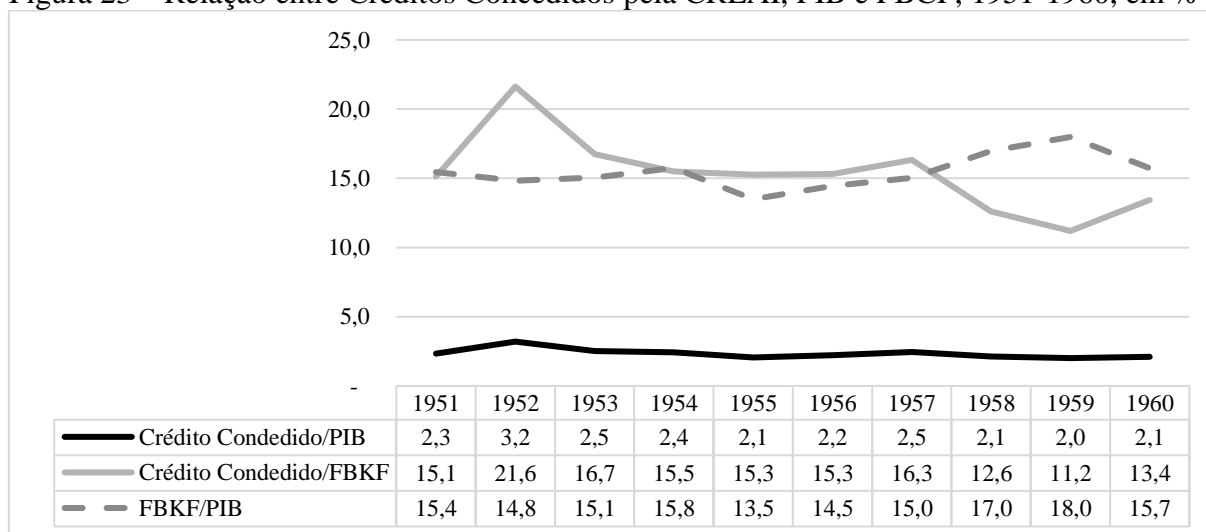
da SUMOC. Inicialmente as importações passam a ser afetadas pela dificuldade de obtenção de divisas e a disputa na utilização destas para o pagamento de atrasados comerciais. Tal redução apresenta resultados negativos, uma vez que:

Para a economia brasileira – que se vem expandindo em acelerado ritmo – tal compressão na entrada de artigos estrangeiros tornou-se fator de retardamento, tanto mais ponderável quanto a própria ampliação de nosso parque industrial e a modernização de nossa atividade agrícola reclamam maiores e mais diversificadas importações de bens de capital. Isso sem aludir às exigências do transporte e da energia que condicionam o desenvolvimento de qualquer país (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 6).

Infelizmente, as dificuldades de ordem cambial não permitiram que, em 1955, as aquisições de bens de produção e matérias-primas essenciais se mantivessem em nível adequado às exigências de nossa industrialização, que requer amplo fornecimento de matérias-primas para a indústria de transformação e farto suprimento de material de transporte e de energia (BANCO DO BRASIL, 1956, p. 31).

Ao contrário do período de análise anterior, entre 1951 e 1960 as operações da CREAM foram menos voláteis quando comparadas com indicadores de atividade econômica, como mostra a Figura 23. Com relação ao PIB, os créditos concedidos pela CREAM mantêm-se em torno de 2% do mesmo, ao longo do período. Comparado a Formação Bruta de Capital Fixo, os créditos concedidos pela CREAM são mais relevantes e têm suas variações relacionadas as ocorridas na relação FBCF/PIB, ou seja, quanto esta relação sobe, a relação Crédito Concedido/FBCF se reduz. Sendo assim, há uma estabilização nos níveis de concessão de crédito da Carteira diante dos indicadores da economia brasileira.

Figura 23 – Relação entre Créditos Concedidos pela CREAM, PIB e FBCF, 1951-1960, em %



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1e Tabela B 12 do Apêndice B.

Na Tabela 19 são apresentados os resultados do crescimento das operações da CREA para a agricultura e indústria, além do crescimento do produto real destes dois setores. Mesmo sendo um período no qual há uma consolidação dos financiamentos da Carteira, sobretudo com relação ao direcionamento de suas operações, o comportamento da concessão de crédito ainda apresenta oscilações maiores do que as observadas no produto real da agricultura e da indústria. Em um primeiro momento, nota-se que o crescimento real do setor industrial é superior ao da agricultura, fato que condiz com o aumento na participação sobre o produto da indústria, que ultrapassa a agricultura na década de 1950. Com relação às operações de crédito, é possível afirmar que as industriais possuem uma maior volatilidade, quando comparadas com os agrícolas e também a própria variação do produto real do setor. As comparações entre as variações do produto real e crédito concedido, para ambos os setores, demonstram que nem sempre as trajetórias são diretas, havendo variações em direções opostas em determinados anos.

Tabela 19 – Agricultura e Indústria – Crédito Concedido e Produto Real, 1951 = 100

Ano	Agricultura		Indústria	
	Crédito Concedido	Produto Real	Crédito Concedido	Produto Real
1951	100,0	100,0	100,0	100,0
1952	133,0	109,1	169,4	105,0
1953	127,8	109,3	90,3	114,1
1954	138,6	117,9	83,0	124,0
1955	128,0	127,0	85,0	137,2
1956	147,9	124,0	88,9	146,6
1957	167,5	135,5	125,2	155,0
1958	161,5	138,3	101,9	180,1
1959	173,8	145,6	86,6	201,4
1960	192,5	152,7	99,1	220,8

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1e Tabela B 12 do Apêndice B.

Na Tabela 20 podem ser observados o valor total da produção agrícola por produto, em percentual sobre o total, assim como os créditos concedidos pela CREA para os respectivos produtos. Para efeito de comparação, foram considerados apenas os créditos concedidos pela Carteira para Custeio de Entressafra e também aqueles relacionados com as políticas de preços mínimos do Governo Federal. Assim, os percentuais referem-se à participação dos produtos no financiamento para custeio de entressafra e políticas de preços mínimos e não o total dos créditos concedidos pela CREA para o setor, dado que estes incluiriam os financiamentos para investimentos, o que acabaria por reduzir, de forma equivocada, os percentuais.

Como já mencionado, uma das principais preocupações do Banco do Brasil nem sua política de crédito era a geração de divisas, assim como o abastecimento do mercado interno. Pelos dados da tabela, percebe-se que em todo o período os créditos concedidos para as culturas de exportação são superiores aos das culturas para consumo interno, mesmo que declinantes ao

longo do tempo. Para os financiamentos às culturas de exportação, se sobressaem aqueles direcionados para as explorações de café, principal produto da pauta exportadora brasileira durante o período, seguidos dos financiamentos para o algodão, enquanto os créditos para a cultura de cacau são relativamente pequenos.

Tabela 20 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREA, em %, anos selecionados entre 1951-1960

Produtos	1952		1954		1956		1958		1960	
	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito
Exportação	43,6	56,6	39,9	55,5	29,7	57,0	33,6	48,4	31,1	38,4
Café	27,4	38,8	27,3	46,8	20,5	48,8	23,3	39,3	18,8	22,7
Algodão	14,8	17,1	9,1	8,0	7,6	6,9	8,2	8,0	10,0	14,3
Cacau	1,3	0,7	3,5	0,8	1,7	1,3	2,2	1,1	2,3	1,5
Consumo Interno	56,4	43,4	60,1	44,5	70,3	43,0	66,4	51,6	68,9	61,6
Agave	0,4	0,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0
Arroz	9,4	8,8	14,1	15,5	13,4	13,2	14,2	17,6	13,3	21,7
Cana	6,3	25,1	5,8	15,1	7,9	12,1	8,0	13,5	6,9	10,6
Feijão	5,1	0,2	4,5	0,8	8,2	0,8	5,6	0,8	7,6	1,4
Fumo	1,1	0,1	1,3	0,2	1,4	0,4	1,3	0,5	1,5	0,8
Mandioca	6,6	1,2	5,7	1,0	6,2	0,9	6,7	0,9	6,6	1,0
Milho	12,5	2,9	11,4	4,6	13,6	5,2	11,4	4,5	12,3	6,7
Trigo	2,7	1,8	3,6	3,9	4,0	7,9	2,4	11,3	3,5	14,9
Outros	12,4	3,2	13,5	3,2	15,4	2,6	16,4	2,5	16,8	4,6
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 9 e Tabela B 16 do Apêndice B.

Nota: a classificação de produtos para exportação e produtos para consumo interno foi realizada de acordo com os Relatórios do Banco do Brasil (1961, p.9).

Nas principais culturas destinadas ao mercado interno, apoiadas pela CREA, destacam-se as de arroz e cana-de-açúcar. Outras culturas importantes para o abastecimento do mercado interno com produtos alimentares, como feijão, milho e mandioca, apresentam percentuais de crédito concedido inferiores à sua participação no valor total da produção agrícola. A cultura de trigo, por sua vez, como também destacado anteriormente, é alvo de uma política específica de financiamento por parte do Governo Federal, a fim de economizar divisas com a sua importação, dado a sua relevância para o mercado interno e também a sua participação significativa na pauta de exportação brasileira.

A comparação da estrutura industrial brasileira e a concessão de crédito para o setor industrial da CREA está apresentada na

Tabela 21, para os anos de 1952 e 1959. Como visto anteriormente, os créditos concedidos pela Carteira apresentam grande concentração no setor de produtos alimentares, sendo esta participação de 49,3% no total do crédito de custeio em 1952, enquanto que a participação do mesmo setor no total da indústria é de 17%, em 1952. Os créditos para investimento ao segmento de produtos alimentares são mais reduzidos, atingindo 8,3% do total.

Outro segmento com grande participação dos créditos concedidos, tanto em custeio (28%), quanto em investimento (20,9), é o têxtil, que representa 16,2% da estrutura industrial, em 1952. Sobre a estrutura industrial, é possível observar que a partir de 1952, começa a apresentar uma maior participação dos segmentos da indústria de base, tais como minerais não metálicos, metalurgia e químicas e farmacêuticas. Neste último segmento, convém assinalar que o aumento da sua participação tem relação com o aumento da produção de petróleo, promovido pela Petrobrás, criada em 1953.

Para 1959, nota-se que a tendência de desconcentração da indústria em favor dos segmentos básicos, do o aumento da participação do segmento de químicas e farmacêuticas e mecânicas. Também é importante observar que aumenta a participação do segmento de construção e montagem do material de transportes, influenciado pelo crescimento da indústria automobilística, promovido pelo Governo JK. Quanto à distribuição dos créditos concedidos, as maiores participações, em custeio, encontram-se nos segmentos de metalurgia (7,4%), químicas e farmacêuticas (8,3%), têxteis (28,1%) e produtos alimentares (38,7%). Em termos dos créditos de investimento, observa-se uma maior participação da indústria de minerais não-metálicos (10,2%), material elétrico e comunicações (5,0%), madeira (6,8%), papel e papelão (8,9%), têxteis (9,7%) e produtos alimentares (40,5%).

Tabela 21 – Participação dos Segmentos Industriais na Estrutura Industrial e nos Créditos Concedidos pela CREAMI, em %, anos selecionados entre 1951-1960

Segmentos da Indústria de Transformação	Estrutura Industrial	Crédito Custeio	Crédito Investimento	Estrutura Industrial	Crédito Custeio	Crédito Investimento
	1952	1952	1952	1959	1959	1959
Minerais não metálicos	8,9	0,5	10,4	6,7	0,6	10,2
Metalúrgicas	10,8	2,6	31,8	11,9	7,4	3,4
Mecânicas	2,3	0,3	0,7	3,5	2,3	5,0
Material elétrico e de comunicação	2,4	1,4	2,4	3,9	1,4	0,5
Material de transportes	4,1	3,2	4,6	7,6	1,2	2,0
Madeira	6	1,4	1,2	5,5	1,3	6,8
Papel e papelão	2,3	0,2	2,1	3,1	0,9	8,9
Borracha	2,2	0,9	0,6	2,3	0,4	3,6
Couros e peles e produtos similares	1,4	1,2	1,4	1,1	1,8	0,0
Químicas e farmacêuticas	10,3	7,0	6,8	13,4	8,3	4,5
Têxteis	16,2	28,0	20,9	12	28,1	9,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4,6	0,8	0,1	3,6	1,2	0,3
Produtos alimentares	17,0	49,3	8,3	16,6	38,7	40,5
Bebidas	3,4	1,0	1,8	2,9	2,3	1,1
Fumo	1,8	1,0	0,6	1,3	2,3	0,0
Editoriais e gráficas	3,7	0,5	3,3	3	0,3	2,0
Diversas	2,6	0,8	2,8	1,6	1,5	1,6
Total	100	100	100,0	100	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018): Estrutura Industrial (BAER, 1979, p. 302); Créditos Concedidos CREAMI (Tabela B 10).

Nota: os dados de Baer (1979) têm como fonte os Censos Industriais e, portanto, os dados não têm base anual.

O processo de desenvolvimento desencadeado na década de 1930 e que persiste nos anos 1950, tem como um de seus principais componentes a atuação do Estado. Entretanto, esta atuação não exclui a participação das empresas nacionais e multinacionais. O problema do financiamento do desenvolvimento mostra-se como uma das barreiras para superação de alguns entraves que limitam o mesmo, tais como a insuficiência da infraestrutura existente. Neste sentido, o Banco do Brasil, tenta, ao longo da década analisada, fornecer crédito necessário para que haja expansão do investimento nos setores considerados essenciais.

Percebe-se que a partir de 1952 e 1955, o financiamento do desenvolvimento industrial passa a contar com outros instrumentos que não o Banco do Brasil. Em 1952, com a criação do BNDE, passa-se a ter uma outra fonte de financiamento de longo prazo, sobretudo para a indústria de base e infraestrutura. Já em 1955, com a adoção da Instrução 113 da SUMOC, há um incentivo ao investimento externo realizado pelo capital das multinacionais. Assim, o problema do financiamento encontra soluções para as diferentes frentes necessárias à expansão industrial, envolvendo a indústria de consumo não durável, de consumo durável, de base e também a oferta da infraestrutura necessária. O que se observa, portanto, é uma complementaridade entre os empréstimos fornecidos através do Banco do Brasil, em especial da CREAM, aqueles que são promovidos pelo BNDE, e o capital multinacional. Esta complementaridade reflete a integração das empresas nacionais, multinacionais e o Estado.

Com relação aos investimentos estrangeiros, que ganham destaque pela Instrução 113 da SUMOC, Lessa (1982) aponta o tratamento preferencial dado ao capital estrangeiro como uma das políticas de desenvolvimento adotadas no período JK. Assim, a orientação do desenvolvimentismo presente no período 1955-1960 difere daquela adotada durante o segundo governo Vargas, de orientação nacionalista (AREND, 2009). Ainda é importante constatar que passa a haver uma maior expansão das empresas multinacionais de países que se recuperaram dos efeitos da Segunda Guerra Mundial (TEIXEIRA, 1983).

Os dados dos investimentos externos realizados no âmbito da Instrução 113 da SUMOC, que seria depois transformada no Decreto nº 42.820 de 15/12/1957, estão disponíveis na

Tabela 22. Nela percebe-se a predominância dos investimentos na indústria automobilística, marco do Governo JK. Também são representativos os investimentos realizados no segmento químico-farmacêutico, siderurgia e metalurgia, Madeira e Borracha, e em anos isolados os segmentos de fiação e tecelagem e papel e celulose. De modo geral, percebe-se a complementaridade de no financiamento do desenvolvimento industrial brasileiro baseado na entrada de capitais estrangeiros, que têm seu ponto de partida na Instrução 113; nos

financiamentos voltados ao setor industrial de base e infraestrutura, realizados pelo BNDES, como já demonstrados; e os créditos concedidos pela CREAM, para os setores tradicionais da indústria brasileira, em sua maioria, apesar de não deixar de fornecer crédito para os segmentos de base.

Tabela 22 – Investimentos Estrangeiros via Instrução 113, posterior Decreto nº 42.820, de 15/12/1957, em US\$ milhões

Segmento	1955	1956	1957	1958
Serviços Públicos	0	0,05	0,02	0,2
Mineração	4,7	5,6	2,9	0,5
Siderurgia e metalurgia	4,5	7,4	9,7	1,1
Indústria Automobilística	17,0	13,8	56,3	76,7
Materiais de Construção	1,1	0,6	5,3	1,5
Fiação e Tecelagem	1,3	6	9,2	0,7
Químico–farmacêutico	2,4	8,1	24,2	4
Madeira, borracha, etc.	3,2	2,1	5,9	5,7
Papel e Celulose	0,2	0,8	0,9	8,3
Alimentação	2,9	0,7	3,5	3,5
Diversos	2,1	2,6	1,3	0,2
Total	39,4	47,8	119,2	102,4

Fonte: Banco do Brasil (1959, p.95).

Nota: Nos relatórios de 1959 e 1960 o Banco do Brasil muda a forma de apresentação dos dados, não havendo possibilidade de compatibilização.

Apesar de haver a complementaridade entre Estado, Empresas Multinacionais e Empresas Nacionais, são as políticas econômicas adotadas pelo primeiro que direcionam o comportamento das demais, como evidencia o Banco do Brasil:

Ao Estado cumpre não só selecionar e escalonar os seus programas, mas ainda, por medidas indiretas, tributárias, de crédito ou dos controles de câmbio e de comércio exterior, influir para que a iniciativa privada se incline por aplicar suas poupanças nos setores que, do ponto de vista nacional, mais urgentemente reclamam solução (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 24).

A política de crédito de um sistema bancário, ao ser analisada, tem forçosamente de ser confrontada com a orientação econômica, monetária e fiscal seguida pelo Governo do País [...]. Constitui, mesmo, sua atuação nesse particular um dos processos pelo qual o Estado pode influir, indireta mas decisivamente, sobre o volume e distribuição do crédito. [...] o Banco do Brasil não pode desvincular-se dos fatores a que aludimos e que demarcam as fronteiras do seu campo de ação (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 30–31).

Mostra-se, assim, que o Banco do Brasil, como principal instituição do Sistema Financeiro Nacional, ao exercer funções típicas de banco oficial e de banco de investimento, atua de acordo com as políticas desenvolvimentistas planejadas pelo Estado, adotando políticas de expansão creditícia que atendam às necessidades de financiamento da industrialização, seja através do apoio às atividades complementares a indústria, por meio de aplicações em

infraestrutura, seja por meio do apoio direto à indústria. Além disso, reforça, através dos seus relatórios, o entendimento de que os investimentos ao setor rural possuem complementaridade aos industriais, seja por permitir a geração de divisas, seja por proporcionar alimentos e matérias primas.

Os problemas por qual passava a economia brasileira, entre 1951 e 1960, não eram relativos ao baixo crescimento das atividades produtivas, mas sim da rápida expansão destas. Este problema é reflexo da inadequação da infraestrutura de transportes, e armazenamento, combustíveis e energia elétrica. Demonstra-se uma inadequação destes com a rápida expansão industrial e a insuficiência de recursos previamente acumulados que acompanhem tal movimento. Com este entendimento, o Banco do Brasil expressa a inadequação da estrutura de funding, pois “o país se encontra diante de uma necessidade premente de investimentos, superior à sua capacidade de poupança” (BANCO DO BRASIL, 1953)(BANCO DO BRASIL, 1953, p.22)

Além disso, frente as diferentes interpretações sobre o processo de industrialização brasileiro, reforça mais uma vez a visão de que o choque externo promovido pela Segunda Guerra Mundial foi elemento decisivo:

Durante a última guerra, a acentuada redução nos suprimentos de origem externa obrigou as atividades produtoras nacionais a um extraordinário esforço, a fim de atender às exigências do consumo. Em consequência, recebeu forte impulso o processo de industrialização do País, impulso esse que determinou a redistribuição dos fatores de produção, inclusive da mão-de-obra, atraídos para setores de maior produtividade e remuneração. A transformação experimentada pela estrutura econômica, decorrente dos fenômenos assinalados, além de abrir perspectivas para estágio mais elevado de progresso, já apresenta saldo positivo de vantagens, embora tenha trazido em seu bojo os problemas peculiares a essa evolução (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 24)

Caracterizado no panorama econômico mundial como nação subdesenvolvida, o Brasil defronta-se em nossos dias com o difícil problema, imposto pelo momento e pelas circunstâncias, da passagem para um nível superior de desenvolvimento, procurando romper com os obstáculos que lhe entorpecem e dificultam esse avanço (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 50)

[...] ao Banco do Brasil compete continuar a desenvolver suas operações em escala proporcional ao crescimento econômico do país, procurando atingir, assim, aquele equilíbrio incentivador do progresso das atividades produtoras e comerciais, com o mínimo de inconveniente possível (BANCO DO BRASIL, 1953, p. 24)

Ressalta que desequilíbrios e problemas vividos são resultados do rápido crescimento. Tal processo demanda capitalização e moeda, que não foram acompanhados pelas exportações e pela capacidade de poupança interna:

A origem dos problemas econômicos e, em grande parte, também dos financeiros, que nos afligem, reside nos desequilíbrios motivados pelo acelerado ritmo de desenvolvimento observado nos últimos anos. O grau de capitalização exigido por essa circunstância criou necessidades de divisas e de cruzeiros, que o crescimento das

exportações e a capacidade de poupança interna não acompanharam, revelando-se insuficientes para atendê-lo (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 21).

Sobre a importância do financiamento para superar obstáculos do desenvolvimento:

Atendidos esses aspectos, o problema se resumirá em obter o financiamento da parcela restante daquele desequilíbrio, a qual constitui o ônus inevitável imposto por um ritmo acelerado de progresso (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 22).

Apesar de o processo de substituição de importações resultar, ao longo do tempo, na evolução para uma estrutura econômica mais complexa, o mesmo não ocorre sem contratempos. Na medida em que a indústria nacional passa a substituir os segmentos antes dependentes de importações, ainda restam as importações dos equipamentos e matérias primas das quais a economia carece para continuar o processo de aumento de complexidade econômica. Este aumento da complexidade inclui também as atividades rurais, que necessitam aumentar sua produtividade para que consigam atender a demanda doméstica por tais produtos. Entretanto, percebe-se que o Banco do Brasil, entende que as dificuldades da economia nacional são decorrentes do processo que ao mesmo tempo amplia as capacidades produtivas do país e também expõe as principais deficiências em termos de indústria de base, infraestrutura, transportes, energia e também alimentação, que ainda são obtidas via importação.

Por outro lado, apesar de a produção nacional se haver expandido em diversos setores, inclusive substitutivos de importações, não se tem verificado economia de divisas, já porque ocorre paralelamente um aumento do consumo, já porque a elevação da renda nacional daí resultante atua no sentido de incentivar a propensão para importar (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 25).

Assim, uma constante preocupação da política econômica executada via Banco do Brasil, expresso nos relatórios dessa década em análise, é o estímulo às atividades exportadoras, para que estas consigam gerar as divisas que atendam aos requisitos do processo de substituição de importações. Neste sentido, o que se observa, é uma constante oscilação das exportações, tanto por queda nas quantidades exportadas, quando nos preços internacionais dos principais produtos de exportação, mas acompanhada de um crescimento contínuo das importações nacionais.

Ao mesmo tempo, portanto, que adotava medidas de limitação das importações, por meio da técnica de licenciamentos prévios, também implementava ações de estímulo às exportações, tanto pelo crédito para manutenção e expansão das áreas cultivadas, quanto pelo apoio à comercialização dos produtos que faziam parte da pauta exportadora. Salienta-se que, entre 1951 e 1960, tal pauta é composta em grande medida por produtos primários, tais como

café, cacau, algodão e açúcar. Ou seja, apesar de haver um processo intenso de industrialização substitutiva de importações, acompanhado por um maior aparelhamento técnico da agricultura, ainda se necessita dos saldos cambiais proporcionados por, agora, um regime de poliexportação de produtos agrícolas.

Uma das medidas adotadas, com o intuito de melhorar a posição do país em termos de divisas, decorrentes da deterioração das exportações e também das importações como resposta ao conflito entre as Coreias, foi a Instrução 70 da SUMOC, retratada pelo Banco do Brasil da seguinte forma:

Assim, em face da premência em que nos encontrávamos, de estimular decisivamente nossas receitas em divisas, e ante os resultados pouco expressivos apresentados pelas diretrizes em vigor, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito resolveu solucionar o problema por processos mais eficientes, baixando as normas consubstanciadas na Instrução nº 70, de 09/10/1953 (BANCO DO BRASIL, 1954, p. 45).

Cabe lembrar que com a adoção da medida cambial, foram beneficiados, através de bonificações, os produtos exportáveis, sendo Cr\$ 5,00 para o café e Cr\$ 10,00 para demais produtos exportáveis, além do critério de essencialidade para as importações, através da criação de cinco categorias. Sendo assim, há uma integração da política creditícia e também cambial para que as exportações brasileiras acumulassem as divisas necessárias para fazer frente as importações decorrentes do processo de transformação estrutural por qual a economia passava:

As dificuldades com que se defrontou a economia brasileira, no ano de 1954, expressam mais uma vez a persistência de seu problema fundamental: o descompasso entre o ritmo de desenvolvimento do país e a capacidade de recursos para atendê-lo (BANCO DO BRASIL, 1955, p. 21).

Aponta a elevada taxa de crescimento da população o impacto deste fato no mercado de bens de consumo, o que exige novos investimentos nas atividades relacionadas com este. Este aumento da demanda potencial implica em uma maior necessidade investimentos e, dado o escasso volume de capital, acentuam os desajustes provocados, tornando necessário financiar o desenvolvimento através do crédito bancário, o que implica em uma maior utilização dos instrumentos de descontos.

Tais características do sistema financeiro nacional, de ter maior participação do sistema bancário no financiamento das atividades necessárias ao desenvolvimento, sobretudo por reagir a uma demanda por empréstimos, traz um ponto que merece destaque. Apesar de o Estado ser atuante na questão do crédito, através da utilização de instituições públicas, como Banco do

Brasil, via CREAM, nota-se que, pela insuficiência de recursos, sua reação acaba sendo emergencial e com sobrecarga ao sistema monetário, por ampliar o uso dos instrumentos de descontos.

Portanto, mesmo sendo um processo de expansão do crédito promovido pelo Estado, este acontece não de forma prévia, mas como uma reação ao processo de transformação da estrutura econômica. Ao que tudo indica, este processo de reação a demanda por crédito, baseado na expansão monetária, dá-se como resposta a insuficiência de mecanismos de recolhimento de fundos de longo prazo e em volume suficiente. Constatou-se, que o modelo baseado numa maior participação do Estado na orientação do crédito acontece em função das dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento, uma vez que apenas este possui instrumentos capazes de, no curto prazo, romper com a limitação de acumulação prévia de capital.

Destarte, ao longo deste capítulo viu-se como a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial se consolidou dentro do sistema bancário nacional. A sua participação diante do total de empréstimos realizados pelos bancos no país consolida-se por volta de 10%. Além disso, também foi apontado que a estrutura de empréstimos do Banco do Brasil é marcada pela elevação da necessidade de cobertura dos déficits públicos, principalmente a partir de 1955, quando a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Plano de Metas passa a contar verbas do orçamento federal.

Com relação a estrutura de créditos concedidos pela CREAM, observou-se que há a formação de alguns padrões. O primeiro deles, e mais evidente, é aquele que marca a participação dos setores no total dos créditos concedidos. A maior participação do setor rural, com ênfase da agricultura, consolida-se durante o período de 1951-1960. Apesar disso, outras características menos evidentes das operações da Carteira merecem destaque. A primeira delas é o maior valor médio dos créditos concedidos ao setor industrial. Este fato é ressaltado pelo próprio Banco do Brasil ao afirmar que os investimentos industriais utilizam uma maior quantidade de recursos. A segunda característica que se pretende ressaltar se refere aos prazos dos créditos concedidos aos setores. Percebe-se que a agricultura mantém prazos inferiores aos da pecuária e também da indústria.

Sobre os financiamentos ao desenvolvimento do processo de industrialização, o período tratado neste capítulo contém a criação de uma nova instituição de crédito especializado. Nota-se que as duas estruturas, CREAM e BNDE, pelo menos sobre os empréstimos que realizam, não são rivais, mas sim complementares. Essa complementaridade pode ser observada de duas formas. A primeira delas acontece pelo fato de a CREAM financiar majoritariamente as empresas privadas nacionais, enquanto que o BNDE financia principalmente os investimentos do setor

público. O segundo aspecto da complementaridade diz respeito aos tipos de indústria que são financiados, uma vez que os segmentos de têxteis e produtos alimentares respondem por grande parte dos financiamentos da Carteira, enquanto que os financiamentos do banco de desenvolvimento apresentam maior participação de segmentos como energia elétrica, transportes e siderurgia.

A estrutura de funding da CREAM foi consolidada no período aqui analisado. Esta estrutura, inclusive, pode ter contribuído para a distribuição setorial dos créditos concedidos pela carteira, uma vez que grande parte dos recursos eram obtidos via CARED, com o redesconto de títulos de financiamento agrícola. Viu-se que grande parte dos créditos concedidos à agricultura eram para o custeio de entressafra, onde os prazos dos financiamentos correspondiam aos prazos dos redescontos praticados pela Carteira junto a CARED. Constatou-se que o próprio Banco do Brasil compreendia as limitações impostas pela estrutura de financiamento da Carteira. É interessante observar que a estrutura de recursos da CREAM conta com fundos de poupanças compulsórias, obtidos pelo Decreto-Lei nº 3.077, com a captação de recursos das caixas de aposentadoria. Este padrão de obtenção de recursos será mais utilizado pelo BNDE ao longo de sua trajetória, com os recursos do FAT (PROCHNIK, 1995).

Por fim, a relação dos créditos concedidos pela CREAM e as atividades econômicas desenvolvidas no país, enfatizadas aqui as agrícolas e industriais, apontam padrões importantes. Sobre o crescimento das operações, nota-se que elas não seguem uma correspondência com o crescimento das atividades econômicas destacadas. Isto acontece principalmente pela maior volatilidade do crescimento dos créditos concedidos do que o observado com o aumento da agricultura e da indústria.

Para o financiamento das atividades agrícolas, divididas entre as voltadas ao mercado interno e aquelas voltadas ao mercado externo, percebe-se que há, entre 1951 e 1955, uma maior participação dos créditos concedidos para as culturas de exportação. Esta maior participação já não encontra mais correspondência na estrutura do valor da produção, uma vez que as culturas voltadas para o mercado interno passam a ter uma maior participação do que aquelas direcionadas ao exterior. Este movimento se reverte a partir de 1956.

Por sua vez, os créditos concedidos para a indústria pela CREAM mantêm a tendência de se concentrarem nos segmentos de têxteis e de produtos alimentares, enquanto a estrutura industrial brasileira passa por um processo de diversificação, com o aumento da participação de segmentos mais intensivos em capital. Entretanto, tais segmentos passam a contar com os financiamentos do BNDE, por parte do Estado, e dos investimentos externos, que passam a contar com os benefícios da Instrução 113 da SUMOC.

6 O FIM DA CARTEIRA E AS MUDANÇAS NO SISTEMA FINANCEIRO: 1961-1969

O período que passa a ser analisado é marcado por uma grande mudança na legislação do Sistema Financeiro Nacional, através da Lei da Reforma Bancária, nº 4.595, de 31/12/1964 (Brasil, 1964), e que tem como fato marcante a criação de um Banco Central. Neste sentido, o Banco do Brasil deixa de exercer algumas funções típicas de Banco Central e que eram fundamentais para a existência da CREA. Dentre estas funções, destaca-se a presença da Carteira de Redescontos, como mecanismo de redescontos para a economia brasileira, suporte para a liquidez bancária, e que era responsável por parte substancial dos recursos obtidos pela CREA. Apesar desta mudança significativa, a atuação do Banco do Brasil, em especial da Carteira, continua sendo no sentido de financiar aquelas atividades essenciais ao processo de desenvolvimento por qual a economia brasileira passava.

Do ponto de vista do processo de desenvolvimento, percebe-se, no período em análise, uma busca, por parte das políticas econômicas, uma maior diversificação da pauta exportadora, inclusive no sentido de aumentar a participação de produtos manufaturados. Além disso, percebe-se que, dentro do processo de substituição de importações, os relatórios apontam para a substituição de fases mais avançadas do processo de industrialização, incluindo a indústria básica e de consumo durável.

Em termos da distribuição das aplicações da Carteira, nota-se a manutenção da maior participação das atividades agrícolas no total de créditos concedidos, seguidas pela indústria e pela pecuária. Entretanto, nota-se uma maior preocupação com os créditos de investimento, principalmente na agricultura, quando a preocupação governamental passa a ser com o aumento da produtividade agrícola, através da mecanização da agricultura e também da utilização de fertilizantes. Com relação a estrutura de recursos da CREA, a Reforma Bancária impôs uma grande modificação com o fim da Carteira de Redescontos, dado que a atribuição do redesconto de títulos passa a ser do Banco Central. Em paralelo, nota-se que ao longo do período de análise, há uma maior variedade de fontes de recursos da carteira, incluindo alguns relacionados a convênios com fontes internacionais de financiamento.

Como nos capítulos anteriores, este está dividido em quatro seções. A primeira delas trata do Sistema Bancário Nacional, apontando quais são os principais traços da atuação do Banco do Brasil. Na segunda seção apresenta-se a estrutura da atuação setorial da CREA e na terceira suas principais fontes de recursos. Por fim, a quarta seção apresenta as relações da Carteira com a estrutura econômica brasileira e suas principais modificações.

6.1 A ORIENTAÇÃO DO CRÉDITO EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS: 1961-1968

O período iniciado em abril de 1964 marca a introdução de mudanças importantes no Sistema Financeiro Nacional e que tiveram impacto nas funções que o Banco do Brasil desempenhou nos anos 1960. Uma das alterações, mencionada no Capítulo 0, foi a Reforma do Sistema Financeiro promovida pela Lei nº 4.595, que além de retirar as funções típicas de Banco Central executadas pelo Banco do Brasil, também apresenta os parâmetros que passam a guiar a atuação do Banco. Outra alteração importante é a adoção de Orçamentos Monetários, do Governo Federal, pelos quais as atividades de financiamento do Banco passam a ser limitadas por um teto orçamentário.

Apesar de deixar de executar as funções de Banco Central, realizadas em grande medida pela Carteira de Redescontos, o Banco do Brasil mantém funções importantes dentro da estrutura financeira nacional, principalmente com relação a execução financeira do governo federal. Assim passa a ter como uma de suas funções, a receber créditos em nome do Tesouro Nacional e realizar pagamentos sob orientação do Ministério e de acordo com o Orçamento Geral da União. Além de executar tais funções financeiras, o banco também assumiu papel importante com relação às atividades econômicas. Neste sentido, destacam-se as atribuições relativas a atividade rural, tanto no financiamento da produção e aperfeiçoamento das mesmas, através da CREA, quanto da comercialização dos produtos dela resultante, em grande parte realizada pela CREGE, ou pela Carteira de Comércio Exterior, para produtos de exportação. Sobre a política de comercialização de produtos agrícolas, é importante destacar a sua função de executora da política de preços mínimos que, como será visto, passa a ter operações de maior vulto.

Chama atenção, nas atribuições do Banco do Brasil, o papel da instituição na orientação do crédito, atuando de forma complementar a rede bancária privada. Neste ponto, não são raras as menções da expansão da atividade de financiamento do Banco como forma de atender a retrações ocorridas no mercado de crédito nacional:

Ainda como decorrência da promulgação da Lei nº 4.595, ficou reservada ao Banco do Brasil a importante tarefa de difundir e orientar o crédito, inclusive às atividades comerciais, complementando a ação dos demais componentes da rede bancária, consideradas as necessidades creditícias das diferentes regiões do País (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 21).

Por outro lado, a pronta capacidade de execução das instruções e deliberações das Autoridades Monetárias confere ao Banco um papel saliente no conjunto da rede

bancária, em suplemento à atuação dos bancos privados (BANCO DO BRASIL, 1967, p. 5).

Apesar de os relatórios do Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 1966, 1967) destacarem a necessidade de uma política de crédito condizente com o controle da inflação, os mesmos também apontam a suplementação de crédito quando se entendeu que o setor bancário privado não atendeu adequadamente as demandas por crédito. Neste sentido, apesar de os financiamentos realizados pelo Banco serem autorizados dentro de limites estabelecidos por tetos, dentro do Orçamento Monetário, sempre houve complementação de créditos quando o setor privado não atendia satisfatoriamente as atividades econômicas. Assim, o Banco do Brasil (1967, p. 6) destaca:

Já em 1966, por força das novas medidas adotadas pelas autoridades, os empréstimos dos bancos particulares ao setor privado ampliaram-se de forma insuficiente. Surgiu, então, a necessidade de suprir nova dose de liquidez ao sistema, em níveis controlados [...]. Tendo em mente tais circunstâncias, o Conselho Monetário Nacional deliberou autorizar o crescimento das operações do Banco do Brasil em grau superior ao anteriormente previsto no Orçamento Monetário. Desta forma, em 1966 mais uma vez o Banco agiu de maneira compensatória às flutuações da rede bancária privada.

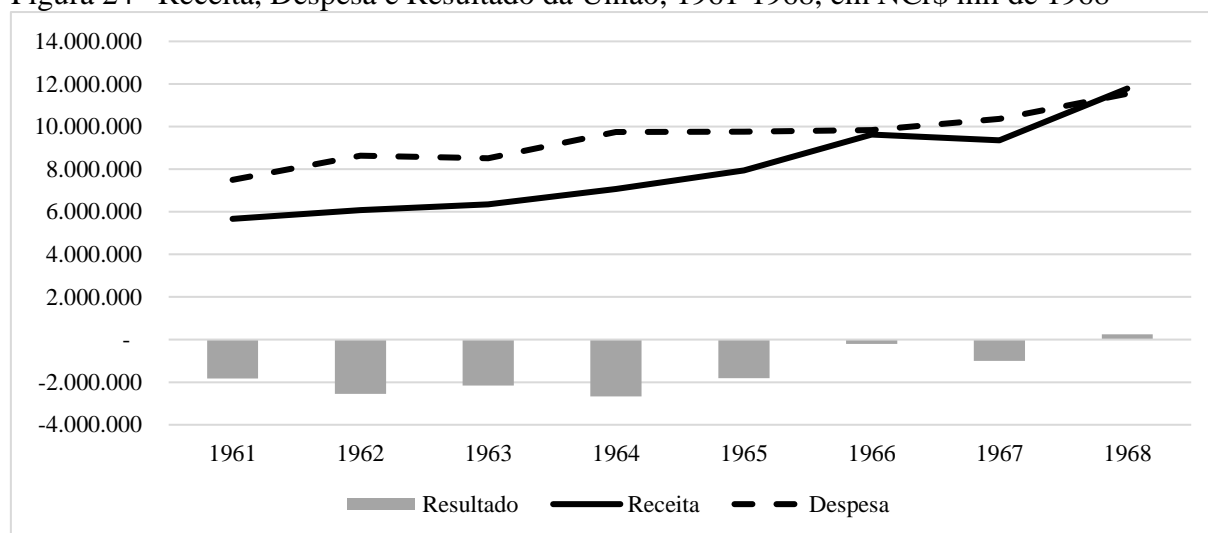
Os tetos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, dentro do Orçamento Monetário, para os financiamentos do Banco do Brasil, abrangiam tanto a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, quanto a Carteira de Crédito Geral. Tais tetos, em 1965 foram estabelecidos por carteira, sendo que o estabelecido para a CREAM possuía duas categorias, a de operações normais e as operações especiais, sendo que estas incluíam os empréstimos realizados para a política de preços mínimos (BANCO DO BRASIL, 1965). Já em 1966, as duas carteiras de crédito passam a ter um único teto para as suas operações de financiamento (BANCO DO BRASIL, 1967).

Outra modificação introduzida pela Lei nº 4.595, de 1964, foi a transferência das operações de redescontos do Banco do Brasil, realizadas através da CARED, para o novo Banco Central. Além do impacto direto sobre os recursos destinados para a CREAM e a manutenção dos seus empréstimos, esta medida também impactou nas operações realizadas entre o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. Como fora visto, a emissão monetária, a partir de 1942, ficou a cargo da Carteira de Redescontos, que operava de acordo com as necessidades do Tesouro. Assim, foi visto que o financiamento dos déficits públicos, principalmente do Governo Federal, teve como solução a sua cobertura por empréstimos realizados pelo Banco do Brasil, através de sua Carteira de Redescontos. Como destaca o próprio Banco,

Das modificações havidas, cabe destacar primeiramente o fato de não mais competir ao Banco, sendo-lhe, ao contrário, expressamente vedado, conceder adiantamentos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional. Cessaram, assim, a partir de 19 de abril de 1965, os financiamentos da espécie (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 10)(BANCO DO BRASIL, 1966, p.10).

Como aconteceu no período anterior, os déficits públicos, sobretudo do Tesouro Nacional, continuam a elevar-se neste. Assim, percebe-se o aumento da participação dos empréstimos ao Setor Público dentro do total realizado pelos bancos no país. Neste sentido, a participação do Banco do Brasil no total de empréstimos realizados, juntando aqueles realizados para as atividades econômicas e os destinados ao Setor Público, eleva-se até 1964, quando mantém-se em torno de 60% do total. A queda em sua participação se faz sentir principalmente após a Lei de Reforma Bancária, em 1965.

Figura 24– Receita, Despesa e Resultado da União, 1961-1968, em NCr\$ mil de 1968



Fonte: Elaborado com base em IBGE (2018).

A relação entre a *Figura 24* e a *Tabela 23* permite aprofundar o detalhamento da participação do setor público nos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil. Nota-se que entre 1961 e 1964, os constantes déficits públicos são acompanhados de aumentos na participação dos empréstimos ao setor público, por parte do Banco do Brasil. Os relatórios apontam que grande parte dos financiamentos para tal setor estavam relacionados a cobertura dos déficits do Tesouro Nacional. Esta relação fica mais evidente a partir de 1965, quando os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro ficam proibidos, e o percentual de empréstimos ao setor público recua, acompanhado de uma estabilização do déficit público.

A manutenção em torno de 30% do total de empréstimos do Banco do Brasil ao setor público ocorre devido ao fato de os créditos deste ao Tesouro Nacional, presentes no Balanço

do Banco, não foram liquidados no momento em que se eliminou o financiamento via emissão monetária ao Tesouro Nacional. Tais créditos, passam a constar dos balanços do Banco do Brasil como “Operações anteriores à Lei nº 4.595/64”, os quais são mantidos até o fim do período de análise realizado neste trabalho.

Tabela 23 – Participação do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %) nos Empréstimos Bancários no Brasil, 1961-1967

Ano	Banco do Brasil					Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas			Setor Público	Total		
	CREGE	CREAI	Total				
1961	15,5	9,5	25,0	28,5	54,5	45,5	100,0
1962	14,6	11,1	25,7	34,7	59,7	40,3	100,0
1963	13,7	10,8	24,5	36,6	60,5	39,5	100,0
1964	12,1	10,6	22,7	35,9	59,1	40,9	100,0
1965	10,5	10,5	20,9	29,1	51,3	48,7	100,0
1966	11,1	9,7	20,9	31,9	55,1	44,9	100,0
1967	9,6	9,5	19,1	28,0	49,7	50,3	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* do Apêndice B.

Na *Tabela 24*, por sua vez, estão apresentados os dados referentes ao crescimento das posições de empréstimos do Banco do Brasil às atividades econômicas e também para o Setor Público. O que se verifica é que o crescimento das operações do Banco do Brasil é afetado pela Reforma Bancária, quando tomado o ano de 1961 como base. Mesmo sofrendo queda em suas taxas de crescimento entre 1961 e 1964, é somente a partir de 1965 que as operações passam a ser inferiores aos valores observados no ano base. Ao contrário do que acontece com o Banco do Brasil, as taxas de crescimento da participação dos demais bancos no total de empréstimos bancários no país se relacionam de modo inverso a implementação da reforma, uma vez que suas taxas passam a ser ascendentes a partir de 1965. Com relação aos empréstimos destinados às atividades econômicas, percebe-se um crescimento dos empréstimos realizados pela CREAI a partir de 1966.

A relação de complementaridade entre o Banco do Brasil e as demais instituições bancárias do país se reflete na compensação das limitações destes últimos com uma maior atividade de financiamento por parte do Banco público. Como demonstra o relatório de 1966:

Essa expansão dos financiamentos do Banco do Brasil em 1966 – superior à dos bancos privados – pode ser explicada não apenas pela menor compressibilidade de seus empréstimos, em face de critérios de prioridade já tradicionalmente rígidos, como também por ser o Banco o instrumento adequado para o atendimento de situações de emergência, sejam elas autônomas ou consequentes do próprio processo de ajustamento por que vem passando a economia (BANCO DO BRASIL, 1967, p. 17).

Sendo assim, o Banco expande sua concessão de créditos de acordo com a volatilidade do mercado de crédito fornecido por instituições bancárias. Esta política enquadra-se na busca por um orçamento monetário equilibrado, mas também dentro das responsabilidades do Banco do Brasil na manutenção da liquidez no mercado de crédito, mantendo o financiamento das atividades econômicas em momentos de contração do crédito privado.

Tabela 24 – Evolução dos Empréstimos Bancários do Banco do Brasil e Demais Bancos (1961 = 100), 1961-1967

Ano	Banco do Brasil			Setor Público	Total	Demais Bancos	Total
	Atividades Econômicas						
	CREGE	CREAI	Total				
1961	100	100	100	100	100	100	100
1962	110	108	114	141	127	103	116
1963	93	86	99	135	116	91	105
1964	77	89	90	123	106	88	98
1965	62	86	82	94	87	99	92
1966	66	103	85	103	93	91	92
1967	67	114	93	105	98	119	107

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* do Apêndice B.

Outra forma de visualizar os efeitos da reforma sobre o Banco do Brasil é através da relação entre os Empréstimos e os Depósitos da instituição, como mostra a Tabela 25. Como foi destacado, o fim da Carteira de Redescontos implicou uma redução das fontes de recursos para o Banco, canalizado em grande medida através da CREAI. Além disso, a perda das funções de Banco Central foi acompanhada da adoção de estratégias típicas de bancos comerciais por parte do Banco. Sem a possibilidade de recorrer ao redesconto de títulos, como acontecia antes da reforma, seus empréstimos passam a ter como fonte de recursos a captação de depósitos. Neste sentido, sinaliza que:

[...] procurou-se adotar um sistema de controle das aplicações mais compatível com a natureza também empresarial do Banco do Brasil, de maneira que os empréstimos ao setor privado ficassem em parte condicionados pelo volume de depósitos recebidos do mesmo setor, como ocorre com os bancos comerciais privados, segundo a boa técnica bancária e as normas de controle da expansão monetária adotadas pelo Banco Central (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 17).

Deste modo, os dados apresentados na *Tabela 25* apontam para a mudança ocorrida nas fontes de recursos do Banco do Brasil, sinalizada por uma redução da relação entre as aplicações e os recursos, agora com maior peso dos depósitos obtidos junto ao público. Também indicam uma nova classificação da instituição dentro do Sistema Financeiro Nacional. Apesar da citação mencionar a sua classificação como banco comercial, não se deve perder de vista que o mesmo mantém sua atuação no financiamento de longo prazo para atividades econômicas selecionadas,

representadas pelas operações realizadas pela CREAI. Assim o Banco do Brasil apresenta-se como um Banco Comercial e também Banco de Desenvolvimento.

Tabela 25 – Relação entre Empréstimos e Depósitos Bancários no Brasil do Banco do Brasil e Demais Bancos (em %), 1961-1967

Ano	Banco do Brasil com CREAI	Banco do Brasil sem CREAI	Demais Bancos	Todos os Bancos
1961	149	123	76	104
1962	130	108	72	98
1963	138	116	69	99
1964	117	95	71	92
1965	70	54	67	69
1966	86	67	73	79
1967	100	75	77	87

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 2* e *Tabela B 3* do Apêndice B.

Em 1961 e 1967, a CREAI passa por algumas mudanças administrativas, mas que não foram feitas através de alterações em seu regulamento. Ambas as reformas foram no sentido de maior descentralização das atividades rurais por regiões, com criação de três diretorias de crédito rural e uma de crédito industrial. Assim, as operações rurais, foram divididas pelas diretorias para as zonas norte, centro e sul. A diretoria de operações industriais, por sua vez, tinha jurisdição nacional. A reforma, conforme os relatórios (BANCO DO BRASIL, 1962, 1968), visava melhoria das do planejamento e conduções das operações segmentando-as de acordo com especificidades regionais.

Além da criação de diretorias regionalizadas, outra inovação organizacional da Carteira foi a criação de agências bancárias volantes, chamadas de MOVEC, para disseminação das suas atividades de financiamento, resultando, ao final de 1961, 98 unidades, distribuídas em diferentes regiões do País. Tais mudanças refletem a futura orientação do Banco do Brasil para o crédito rural, uma vez que a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial tem fim em 1969, quando passa a existir a Carteira de Crédito Rural, sendo as operações industriais alocadas na Carteira de Crédito Geral.

Os relatórios do Banco do Brasil (1962, 1964, 1968) também destacam a participação da instituição no fomento das atividades rurais, demonstrando a ênfase da sua atuação e futura consolidação como Banco especializado no financiamento do setor rural no país. É interessante ressaltar que em 1963, quando a CREAI completa 25 anos de atividade, o Banco apontava que

Completando no exercício passado 25 anos de profícua atuação, a Carteira tornou realidade a distribuição racionalizada do crédito rural, muitas vezes tratado, anteriormente, de maneira inadequada e onerosa para o produtor, o que não possibilitava resultados substanciais para a economia nacional (BANCO DO BRASIL, 1964, p. 17).

Além da atuação do Banco Público, uma nova mudança institucional no país busca reforçar o crédito rural. A Lei nº 4.829, de 05/11/1965, institui no país uma nova política de crédito rural, com a criação de instrumentos como as Cédulas de Crédito Rural. Tal política amplia a base de financiamento rural ao incluir os bancos privados no fornecimento de crédito para tais atividades. Assim, percebe-se que um conjunto de iniciativas visando a ampliação do acesso ao crédito por parte dos produtores rurais. O crédito industrial, por sua vez, passa a ser ofertado apenas pela CREGE, dentro do Banco do Brasil, reforçando a sua especialização rural, sobretudo a partir de 1969. O próprio Banco destaca que tal orientação se deve pela maior oferta de crédito para as atividades industriais e que se fazia necessário um maior apoio para as atividades rurais (BANCO DO BRASIL, 1968).

6.2 AS OPERAÇÕES DA CREAMI PARA OS SETORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E INDUSTRIAL

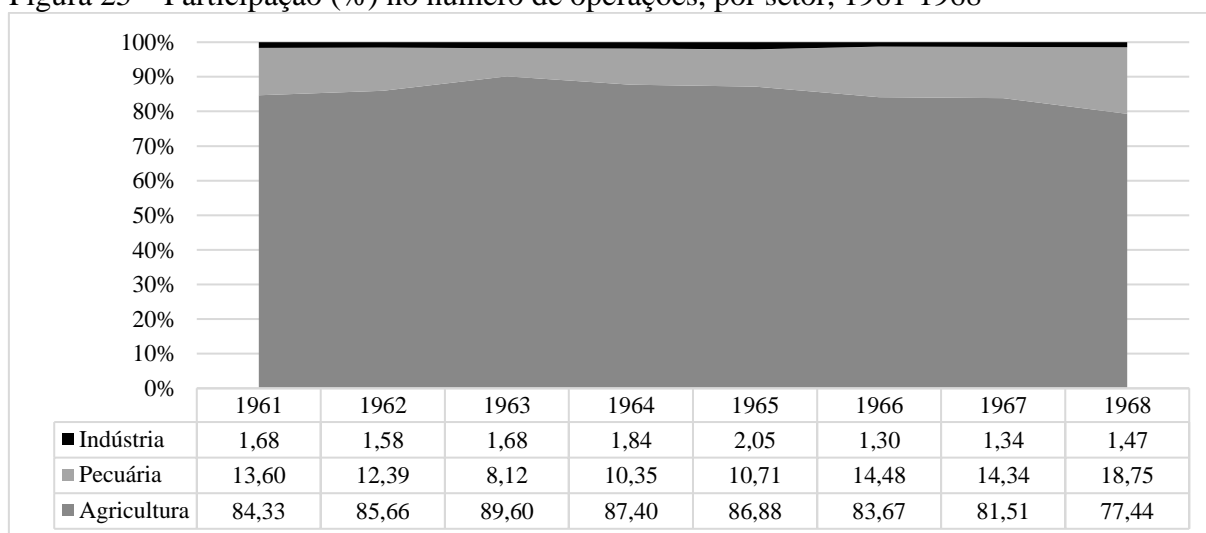
A estrutura da distribuição setorial dos créditos concedidos pela CREAMI, como tem sido apontado até aqui, demonstra a ênfase da mesma no financiamento rural, sobretudo agrícola. Em um primeiro momento, pode-se pensar que tal estrutura aponta para uma contradição com a expansão industrial por qual o Brasil passa no período de análise deste trabalho. Entretanto, como apontado, as estratégias de financiamento ao setor rural estão vinculadas ao processo de mudança estrutural por qual passa a economia brasileira, com o um aumento da participação do setor industrial no produto, com correspondente aumento da população urbana. No período anterior, nota-se que a estrutura de crédito do Banco do Brasil, com ênfase para a Carteira, aponta para o financiamento dos setores que são responsáveis pela obtenção de recursos cambiais necessários a manutenção das importações necessárias para sustentação do processo.

O período que se passa a analisar diferencia-se do anterior em alguns pontos importantes, com relação ao desenvolvimento da economia brasileira e que precisam ser destacados para que se compreenda a participação da CREAMI em suas atividades de financiamento. Com relação ao setor externo e a dificuldade de obtenção de recursos cambiais, os relatórios do Banco do Brasil apontam para uma redução destas, resultantes do saldo da balança comercial, que passa a ser superavitário com maior frequência. Do ponto de vista produtivo, percebe-se um aumento da participação dos setores industriais mais avançados, com a expansão da indústria de base e da indústria de consumo durável.

Do ponto de vista setorial, a distribuição dos créditos concedidos pela CREAMI, em número de operações realizadas, pode ser observado na Figura 25. Mantém-se, como vem se

destacando, a grande participação das atividades rurais no total de operações realizadas pela CREAM. Esta manutenção, pode ser compreendida a luz das dificuldades impostas pelas fontes de recursos da Carteira, que acabam sendo formadas, em grande parte, por recursos de curto prazo, oriundos de redescontos ou das disponibilidades do Banco do Brasil e também pela maior necessidade do setor rural. Esta ocorre devido ao menor número de fontes de financiamento para esse setor, como destaca o Banco do Brasil (1968, p.8), ao destacar o papel da CREAM no financiamento do setor rural: [...] acentuada contribuição do Banco do Brasil no financiamento do setor primário da economia, onde a necessidade de crédito é mais sentida (BANCO DO BRASIL, 1968, p. 8).

Figura 25 – Participação (%) no número de operações, por setor, 1961-1968



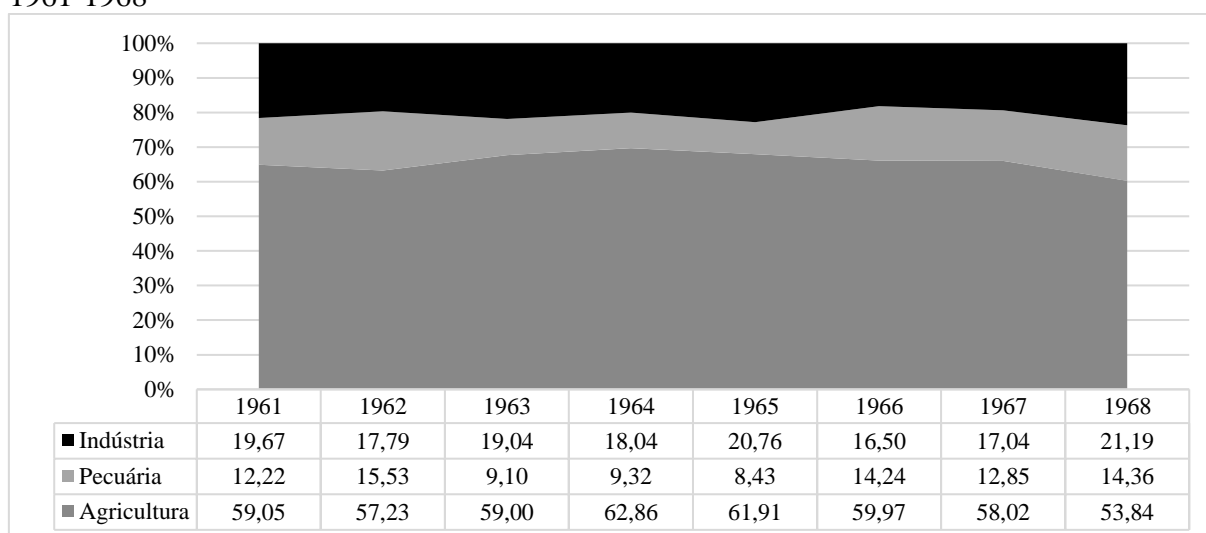
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

A baixa participação industrial, no total de operações realizadas, também pode ser explorada e compreendida pela existência de outras formas de financiamento ao setor. Como visto no capítulo anterior, foram adotados outros dispositivos institucionais para o seu financiamento, com ênfase para o BNDE e o seu financiamento as atividades produtivas orientadas pelo Estado; e a Instrução 113 da SUMOC, que privilegiou os investimentos estrangeiros, ou seja, as Empresas Multinacionais, ao tornar desnecessária a cobertura cambial para investimentos societários. Ainda sobre a desproporção entre os créditos concedidos para a indústria e a pecuária, o Banco do Brasil apresenta a seguinte justificativa para a diferença:

[...] é justificada pela quantidade de agências de financiamento existentes no País, dedicadas ao crédito industrial, enquanto que no setor rural, em face do pequeno número de instituições especializadas e/ou interessadas em crédito agrícola, o Banco é induzido a prestar-lhe maior assistência” (BANCO DO BRASIL, 1969, p. 16).

Entretanto, também como fora destacado, a participação do setor industrial no volume de recursos concedidos, como mostra a Figura 26, apresenta participação superior. Esta maior participação é justificada, em grande medida, pelo maior volume de recursos necessários ao custeio ou investimento da indústria. Os próprios relatórios do Banco do Brasil apresentam tal justificativa. Do mesmo modo que atingem um baixo percentual de estabelecimentos industriais, sua participação no total financiado é inferior apenas ao financiamento das atividades agrícolas. Como se verá através das modificações institucionais ocorridas no Banco, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial será convertida em uma Carteira de Crédito Rural, sendo os financiamentos industriais de curto prazo, para custeio, direcionados para a Carteira de Crédito Geral, enquanto que as atividades que necessitam maior prazo, passam a ser atendidos, dentro da estrutura dos Bancos Oficiais, pelo BNDE.

Figura 26 – Participação setorial no valor total dos créditos concedidos pela CREAM (em %), 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

Com relação ao valor médio das operações, percebe-se que há uma redução significativa nos valores apontados para a indústria, como mostra a *Tabela 26*. Este comportamento ocorre em função de haver uma taxa de crescimento no número de operações de crédito ao setor industrial maior do que a taxa de crescimento dos valores concedidos. Entretanto, apesar de o resultado ser mais significativo para o setor industrial, tal queda também afeta as atividades rurais, tanto as destinadas a agricultura, quanto as destinadas a pecuária. Este movimento geral, em termos numéricos, tem a mesma justificativa dada para a queda no valor médio das operações industriais: também nos setores rurais se observaram taxas de crescimento no número de operações superiores as taxas de crescimento dos valores de créditos concedidos. Nos

relatórios do Banco do Brasil demonstra-se uma maior preocupação com o fornecimento de crédito para pequenos e médios produtores, tanto industriais, quanto rurais. Essa ampliação do número de operações acaba se refletindo em um menor valor médio por operação.

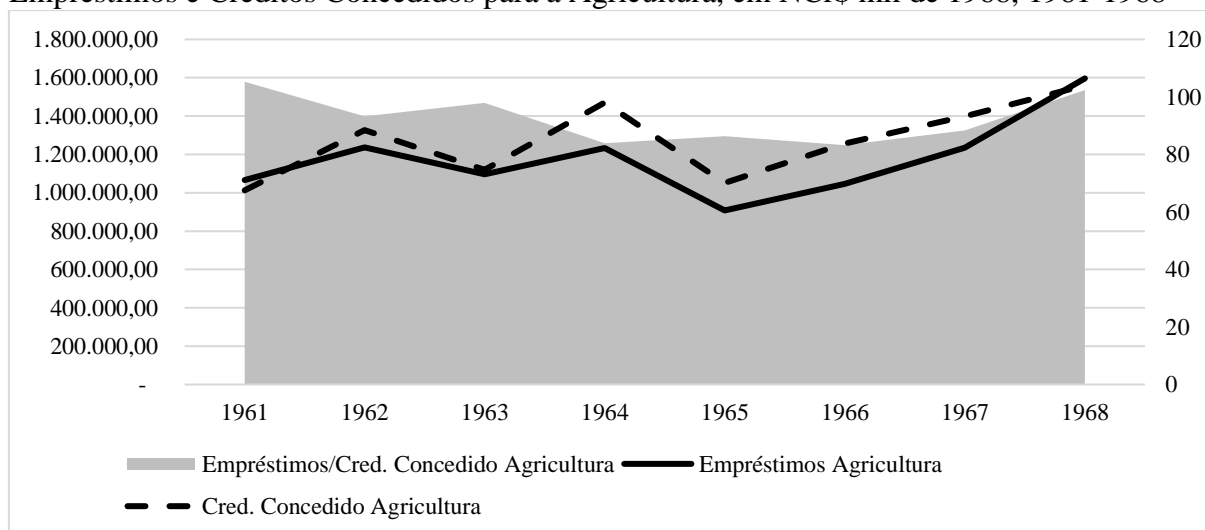
Tabela 26 – Valor médio dos créditos concedidos pela CREA, por setor, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968

Anos	Agricultura	Pecuária	Rurais	Indústria	Total
1961	5,23	6,72	6,11	87,73	7,48
1962	4,25	7,98	5,32	71,52	6,37
1963	3,07	5,22	3,83	52,65	4,66
1964	3,18	3,99	3,70	43,31	4,43
1965	2,88	3,17	3,27	40,79	4,04
1966	3,25	4,46	3,84	57,76	4,54
1967	3,51	4,42	4,15	62,95	4,93
1968	3,67	4,05	4,23	76,39	5,28

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* do Apêndice B.

As modificações realizadas no regulamento da Carteira nos anos 1950 possibilitaram a adoção de maiores prazos para os empréstimos realizados ao setor rural. O resultado desta modificação na concessão de créditos para a agricultura aponta para um menor distanciamento entre os créditos concedidos e o estoque de empréstimos, demonstrando que houve impacto na estrutura dos créditos concedidos ao setor.

Figura 27 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Agricultura, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* e *Tabela B 9* do Apêndice B.

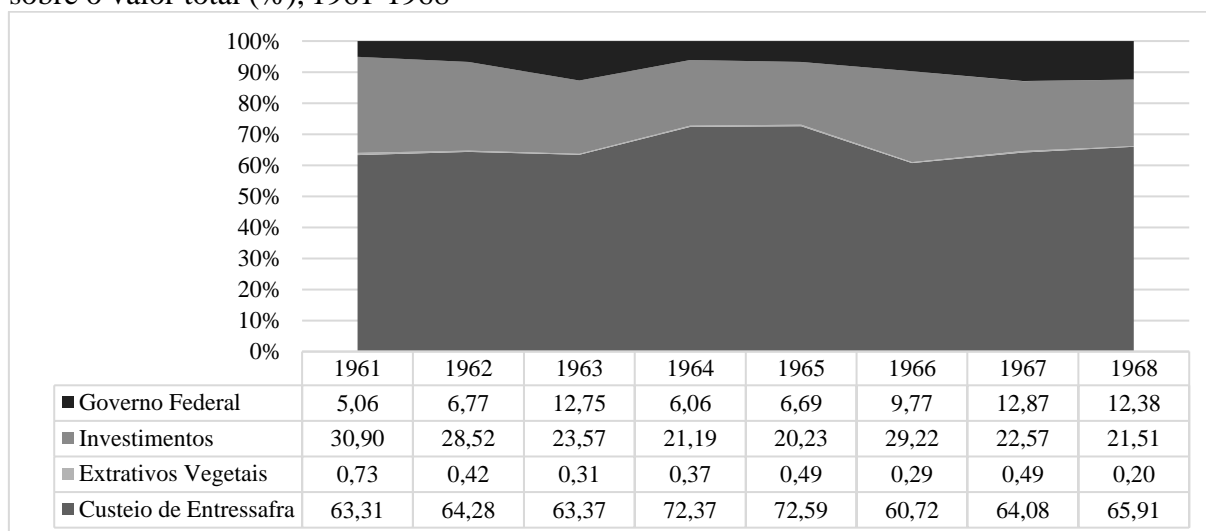
Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Entretanto, estes ainda continuam a ser superiores aos empréstimos, o que denota a continuidade de uma maior rotação nos financiamentos, sobretudo quando comparado aos outros dois setores em destaque, como apontado na Figura 27. Cabe lembrar que a vocação para

o apoio às atividades rurais se consolida a partir de 1969, quando a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial deixa de existir, sendo substituída pela Carteira de Crédito Rural.

O resultado apontado acima é melhor percebido quando analisado a Figura 28. Nela é possível notar que a concessão de crédito para investimento nas atividades agrícolas passa a ser mais representativas no total dos financiamentos ao setor. Apesar de serem mais significativas quando comparado com o resultado do período anterior, há uma oscilação nos financiamentos para investimento, que atingem o seu valor máximo em 1961 e voltaria a apresentar resultados semelhantes apenas em 1966. Apesar desta oscilação, percebe-se pelos relatórios do Banco do Brasil, que havia a consciência da necessidade de aumentar a produtividade do setor agrícola brasileiro, uma vez que a expansão da economia brasileira resultou no aumento da demanda por produtos da agricultura, sejam eles gêneros alimentares ou matéria-prima para a indústria.

Figura 28 – CREAM – Créditos Concedidos para a Agricultura, por categoria, em participação sobre o valor total (%), 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

Assim, o Banco expressa a preocupação de adotar políticas que intervenham para o aumento da produtividade agrícola, com o aumento dos empréstimos para a realização de investimentos. Expressava o diagnóstico de que a agricultura brasileira era de baixa produtividade, dado a baixa utilização de fertilização do solo e também da baixa mecanização da produção agrícola. Os aumentos de produção eram resultado do aumento da área cultivada e não da melhoria da produtividade por hectare, segundo Banco do Brasil (1966). Além disso, explicita a ênfase do Banco do Brasil da seguinte maneira:

[...] para maior incentivo aos investimentos rurais, deu-se ênfase aos créditos que resultassem em crescimento da produtividade e renda nas explorações, e que tivessem por finalidade: irrigação, restauração, defesa e correção do solo; formação de lavouras permanentes, inclusive fruticultura, e preparo de mudas e sementes selecionadas; instalações para beneficiamento, armazenagem e conservação de produtos; bem como eletrificação rural (BANCO DO BRASIL, 1967, p. 26).

Ainda com relação a busca por aumento da produtividade agrícola, o Banco do Brasil (1968, p. 23) fala em “Revolução Tecnológica na agricultura” tratando da expansão dos financiamentos orientados à melhoria das condições de exploração da agricultura. Como se observa na distribuição dos créditos concedidos pela CREA para as atividades agrícolas, os investimentos assumem uma proporção maior após 1965, quando se intensificam as manifestações da própria instituição no sentido de melhorar as condições de produção. Apesar do esforço de expansão dos financiamentos de investimento agrícola, com maior prazo de maturação, o Banco do Brasil (1964) expressa a dificuldade de manter tal programa em função da dificuldade de obtenção de recursos específicos, de médio e longo prazo. Como visto até então, os recursos utilizados pela CREA, para financiamento da agricultura, eram obtidos via Carteira de Redesconto e eram caracterizados como sendo de curto prazo, dado que os títulos redescontados tinham prazo de um ano para resgate.

No período que se estende ao pós-guerra os temas relacionados com o setor rural tinham como assuntos centrais o que se chamou de “questão agrária” e também da relação entre industrialização e o papel da agricultura (DELGADO, 2001, 2002). Este último já foi tratado anteriormente. A questão agrária, envolvia tanto economistas – tal como Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel – atores políticos e sociais como o Partido Comunista Brasileiro e setores da Igreja Católica, e também a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Fazia parte das discussões destes grupos as dificuldades enfrentadas pela agricultura durante o processo de industrialização. Dentro dos argumentos, destaca-se a defesa de uma Reforma Agrária capaz de impulsionar a produção rural, ao mesmo tempo em que melhorasse as condições de vida da população rural.

Do ponto de vista da CEPAL, protagonizada pela posição de Celso Furtado, e que constou do Plano Trienal, havia uma situação de oferta inelástica da agricultura. Esta não conseguiria atender à crescente demanda dos setores urbanos-industriais por produtos originários do campo. As saídas passavam pela modificação da estrutura fundiária, leia-se reforma agrária, e também da modificação das relações de trabalho no campo. Neste último aspecto, Caio Prado Jr. chama atenção para o fato de que uma das atribuições da reforma seria a melhoria das condições de vida da população rural, incluindo a melhoria das condições de

trabalho, equiparando os trabalhadores do campo aos urbanos em termos de proteção social (DELGADO, 2001)

Do ponto de vista governamental, a reforma agrária fez parte do conjunto de medidas econômicas intencionadas por João Goulart, em seu governo, inclusive fazendo parte do Plano Trienal. Entretanto, as posições favoráveis a reforma agrária como elemento central na reestruturação agrária, eram contrapostas por economistas como Delfim Neto. No plano político, o golpe militar de 1964 resultou no fim das possibilidades de realização de uma reforma nos moldes apontados anteriormente e a adoção do que se chama de “modernização conservadora” (DELGADO, 2001). Nesta, passam a fazer parte das políticas governamentais para o setor rural a melhoria das condições técnicas de produção e ampliação das inter-relações entre o setor industrial e o agropecuário. Neste sentido, assume papel central a discussão sobre o papel desempenhado pela agricultura no processo de industrialização. Passa-se de uma visão que integra aspectos econômicos e sociais para uma que prima pela questão econômica.

É nessa mudança que ganha destaque o papel que o financiamento do setor rural. Dentro das políticas de modernização da agricultura adotadas após 1964, na modernização conservadora, os ganhos de produtividade associados a mecanização, utilização de fertilizantes e melhoria das condições técnicas são tratados como responsáveis pela expansão do setor rural. O principal elaborador destas propostas, e crítico das propostas de reforma agrária anteriores, é Delfim Neto (DELGADO, 2001, 2002). Pode-se perceber nos relatórios da CREAÍ após 1965 uma maior preocupação com o financiamento da melhoria da produtividade do setor rural, o que se reflete na composição dos créditos concedidos pela Carteira. Além disso, também é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, que integra o setor bancário privado no financiamento agrícola.

Por sua vez, o financiamento dos programas de preços mínimos do Governo Federal, executados pela CREAÍ, apresentam resultados superiores aos do período anterior, porém também com oscilações ao longo da década de 1960, tendo como destaques os anos de 1963, 1967 e 1968. A política de preços mínimos foi mantida e aperfeiçoada no período em análise. Além da legislação de 1951, Lei nº 1.506, de 19/12/1951 (BRASIL, 1951b), outras foram editadas com fins de regular a política de preços mínimos, executada pelo Banco do Brasil e de acordo com as decisões da Comissão de Financiamento da Produção. As novas legislações foram a Lei Delegada nº 2, de 26/09/1962 (BRASIL, 1962), que alterou e ampliou o disposto pela Lei nº 1.506; e o Decreto-Lei nº 79, de 19/12/1966 (BRASIL, 1966), que substituiu as legislações anteriores sobre a política de preços mínimos e seu financiamento. De acordo com a nova lei, seriam as operações destinadas para aquisição de produtos com garantias de preços

mínimos, financiamento da produção dos produtos selecionados, controle e movimentação dos estoques e também a venda de produtos sob autorização (BANCO DO BRASIL, 1962, 1963, 1967). A expansão da política de preços mínimos, expressa no aumento dos financiamentos, traduz a intenção de uma política de ampliação da produção de gêneros alimentares, em função da expansão econômica nacional.

A produção de alimentos para o mercado interno foi uma das preocupações governamentais expressas nos relatórios do Banco (BANCO DO BRASIL, 1963, 1964, 1965, 1967). Foram adotadas medidas de expansão do financiamento da produção de gêneros alimentícios, inclusive de pequenos produtores, incluindo a redução de taxas de juros, que poderiam chegar a 4% para créditos inferiores a Cr\$ 1 milhão e 5% para as demais operações, em 1962. O foco da produção para o mercado interno também é explicitado quando se fala da produção exportável: “continuou a ser prestada adequada assistência aos agricultores, com o propósito de estimular a produção de gêneros alimentícios, bem como formar excedentes de produtos exportáveis” (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 13). Ou seja, a produção para exportação passa a ser submetida a geração de excedentes do consumo interno, mesmo com a existência de culturas específicas de exportação, onde a exportável atingia a quase totalidade da produção, como era o caso do cacau.

Neste sentido, o Banco do Brasil apresenta, através de seus relatórios, constantes manifestações sobre a necessidade de se aumentar a produção da agricultura, sobretudo aquela destinada ao atendimento do mercado interno:

[...] prosseguiu a Carteira dispensando cuidados especiais às lavouras de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Fruto desse empenho e das várias medidas postas em prática, visando ao seu incentivo, registre-se o acentuado incremento dos negócios da espécie, com expansão das áreas cultivadas (BANCO DO BRASIL, 1964, p. 18).

As necessidades crescentes de produtos alimentícios em consequência do aumento populacional, e de matérias primas reclamadas pela indústria de transformação, impuseram em 1964, no setor particular da agricultura, acentuada procura de crédito, em valor sensivelmente majorado por força ainda da ponderável elevação dos custos da produção (BANCO DO BRASIL, 1965, p. 25).

O financiamento do custeio de entressafra, principal destino dos recursos da Carteira ao longo da sua existência, mesmo mantendo a sua primazia dentro da estrutura de apoio prestado, passa a ser menos representativo. A maior diversificação da concessão de crédito para as atividades do setor agrícola condiz com a futura especialização no financiamento rural pelo Banco do Brasil, uma vez que sua atenção passa a ser somente o setor. Além disso, está de acordo com a crescente necessidade de modernização da agricultura no país, com a

intensificação do processo de desenvolvimento e conseqüente aumento da demanda de matérias primas e alimentos.

A melhor distribuição dos créditos concedidos para a agricultura pode ser avaliada pelos dados da *Tabela 27*. Neles é possível observar uma menor participação das culturas de exportação, algodão e café, quando comparado com as culturas voltadas ao mercado interno, como a de arroz, mas principalmente com relação aos financiamentos relacionados aos investimentos, itens que passam a ser mais expressivos a partir do atual período de análise. Sobre a produção de arroz, o apoio financeiro da Carteira ganha relevo, uma vez que o Brasil era o maior produtor e consumidor do produto no ocidente (BANCO DO BRASIL, 1966, p.103). Ganham relevo, assim, os créditos para o financiamento da mecanização da agricultura, com destaque para a compra de Tratores. Os relatórios do Banco do Brasil, durante os anos 1960, destacam a implantação da indústria de tratores no país.

A inauguração da indústria de implementos agrícolas no Brasil, caracterizada pela fabricação de tratores, tem na atuação da CREA uma fonte de suprimento de crédito para aquisição da produção nacional. Apesar de os créditos industriais serem menores do que aqueles destinados para as atividades rurais em geral, a complementaridade entre os setores é reforçada com o financiamento para a compra de equipamentos industriais de produção nacional pelos agricultores brasileiros. Assim, se nos períodos de análise anterior a agricultura representava uma grande fonte de divisas para a importação de máquinas e equipamentos e também de matéria prima destinados ao Processo de Substituição de Importações, neste período expandem-se as formas de complementaridade, com o consumo de produtos industriais de maior tecnologia pela agricultura. Em ambos os casos, a CREA assume papel ativo no financiamento das atividades rurais, que impulsiona a industrialização pela geração de divisas e também pela demanda por produtos industriais.

A participação da CREA no financiamento de tratores é bastante expressiva, como mostram os relatórios, que também apontam para a rápida expansão da produção deste tipo de máquina agrícola. Se em 1960 a produção fora de 37 tratores nos país (Banco do Brasil, 1963, p. 108), em 1968 o total produzido foi de 9.526 unidades (BANCO DO BRASIL, 1969, p. 87), mostrando a rápida expansão do segmento, além de elevado percentual de nacionalização, que em 1962 já chegava a 71% do valor do produto (Banco do Brasil, 1963, p. 109). Quanto a participação da Carteira no financiamento da compra de tratores pelos agricultores brasileiros, destaca-se que:

A destacada atuação do Banco do Brasil, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, na sustentação da indústria nacional de tratores, máquinas e implementos agrícolas, toma-se evidente quando se verifica que, para uma venda de 29.684 tratores nacionais no triênio 1963/65, o Banco apresenta 23.922 unidades financiadas. Mesmo descontando um número assaz reduzido de unidades importadas cuja venda foi financiada pela CREAM, é lícito afirmar que o Banco financiou mais de 75% da produção nacional de tratores no período (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 73).

Outro segmento industrial que atendia as necessidades do aumento da produtividade agrícola, e que tinha sua demanda financiada pela CREAM, era o de fertilizantes. A correção do solo era apontada como uma das necessidades para o aumento da produção agrícola por hectare, e, portanto, fazia parte da estratégia de financiamento da Carteira. A indústria de fertilizantes era sobretudo nacional, com ampla participação de Empresas Públicas, como a Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional (BANCO DO BRASIL, 1963). Entretanto, a produção nacional não era capaz de atender a demanda por fertilizantes, o que motiva a importação destes produtos. Para tanto, a CREAM contou com recursos originários da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) (BANCO DO BRASIL, 1966a, 1967).

Tabela 27 – CREAM – Créditos concedidos para a Agricultura, itens selecionados, 1961-1968, em participação (%) sobre o valor total

Ano	Algodão	Arroz	Café	Cana de Açúcar	Milho	Melhoria de Explorações Agrícolas	Tratores	Máq. e implementos	Outros
1961	10,56	17,56	12,49	2,45	7,36	6,40	5,08	2,13	29,66
1962	8,50	18,72	11,61	1,39	11,26	6,41	7,13	2,22	24,90
1963	8,87	22,47	4,98	1,86	10,16	4,52	8,72	2,36	21,80
1964	9,47	24,66	9,05	3,96	10,35	4,69	8,57	2,34	17,57
1965	14,55	16,26	7,36	4,68	13,08	4,97	8,65	2,45	20,99
1966	8,09	14,05	5,48	4,90	11,47	5,18	9,13	5,10	26,17
1967	7,38	17,32	6,35	4,27	13,08	5,46	6,69	5,54	20,43
1968	9,08	19,18	7,98	3,93	10,33	6,46	7,33	5,54	17,37

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 9* do Apêndice B.

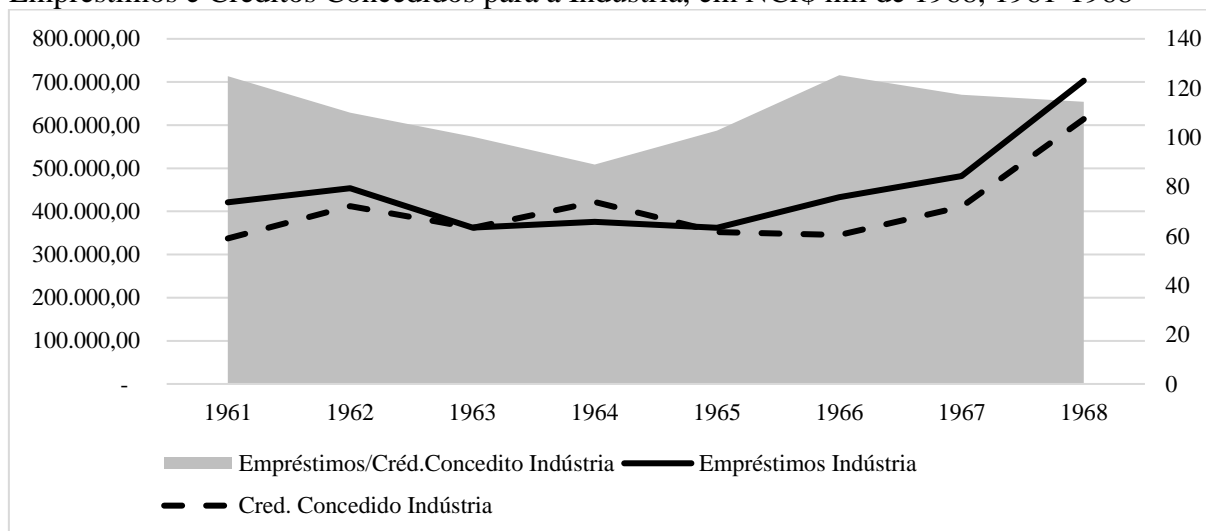
O apoio através da concessão de crédito para a produção de café reduz-se significativamente a partir de 1961, como mostra a *Tabela 27*. Mais importante do que a redução da participação do café na concessão de crédito é a mudança de orientação no financiamento para tal cultura, com dois pontos que devem ser ressaltados. O primeiro deles está relacionado a maior competição internacional no mercado de café, fazendo com que haja uma orientação para a melhoria da qualidade do café produzido no país, o que leva ao financiamento da produção de cafés finos. O segundo é a política de racionalização da cafeicultura, levada a cabo pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a partir de convênio realizado com o Banco do Brasil.

Para a política de racionalização da produção de café foram utilizados financiamentos da CREA para a erradicação de cafeeiros antieconômicos, com plantas pouco produtivas e desgastadas (2 bilhões de pés) e sua substituição por pés de café novos (500 milhões), em lavouras “racionalmente formadas” (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 90). Além do incentivo da reorganização da produção de café, com a racionalização da sua produção – resultando em plantações mais produtivas – também se incentivou a substituição da produção de café por novas culturas, também racionalmente formadas, e que ajudariam na produção de gêneros alimentícios e também na industrialização de produtos agropecuários nas antigas áreas cafeeiras (BANCO DO BRASIL, 1966a, 1967).

A concessão de crédito para a produção de milho passa a ganhar destaque neste período de análise. Neste sentido, seu relevo é explicado pela sua ampla utilização na produção de gêneros alimentares, para a indústria de alimentos e também para alimentação de animais. Além disso, a cultura de milho era a que ocupava a maior área de cultivo no país (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 121). A categoria “Outros”, que expressa um maior percentual, inclui financiamentos para produtos como soja, feijão, cacau e também para compra de veículos motorizados ou de tração animal. Com relação ao cacau, destaca-se que a CREA continua a contribuir para a sua produção, através do financiamento das atividades desta cultura. Além disso, a CREA foi autorizada a conceder crédito para pesquisas na área do cacau, com forma de combater a “podridão parda”, doença que afetava a produção de cacau (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 95). A produção de trigo continuava tendo sua produção nacional financiada pela Carteira e, a partir da safra de 1962/1963 tinha sua produção totalmente comprada pelo Banco do Brasil, por conta do Tesouro Nacional.

A maior diferença entre os empréstimos e créditos concedidos, por parte da CREA, ao setor industrial, característica dos períodos anteriores, passa a ser menos significativa entre 1961 e 1968, de acordo com o que consta na Figura 29. Apesar de os créditos industriais terem sido sempre aqueles com maior prazo de vencimento dentro dos regulamentos da Carteira, a tendência de maior participação do custeio de aquisição de matérias primas, passa a influenciar o resultado observado, uma vez que a menor diferença entre os empréstimos e os créditos concedidos evidenciam uma maior rotação dos financiamentos concedidos. Apesar da pretensão manifestada no regulamento de 1952, de ampliação do escopo de financiamento, com a criação da categoria de empréstimos para financiamento, o que se observa é uma baixa participação destes no total dos financiamentos. Este resultado reforça a tipificação da estrutura de crédito oficial ao setor industrial que passa a ser observada com a criação do BNDE e seu fim no Banco do Brasil, a partir de 1969.

Figura 29 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAMI (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Indústria, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968



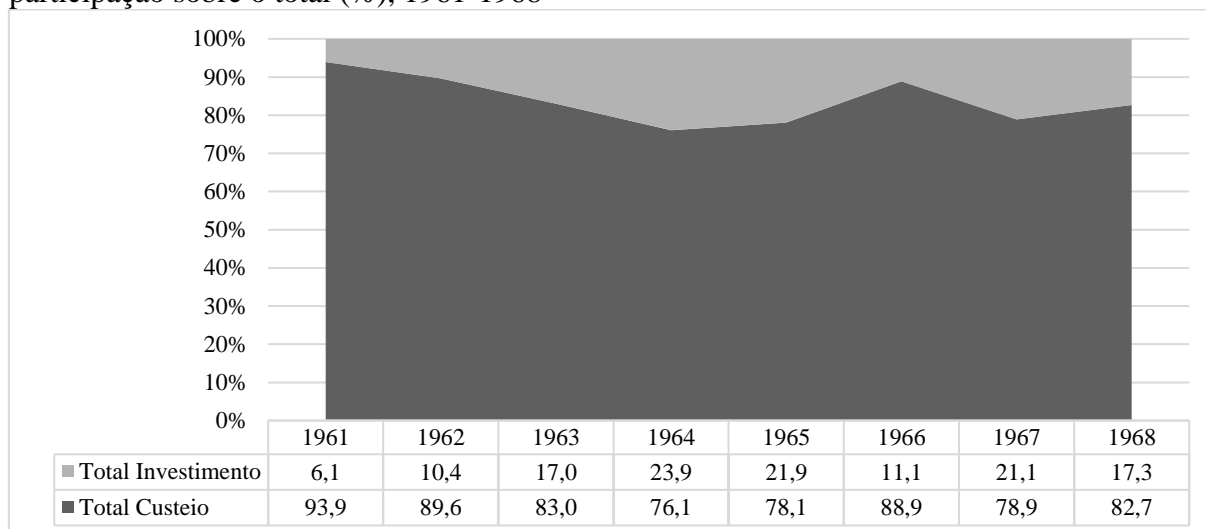
Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* e *Tabela B 10* do Apêndice B.

Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

Esta modificação da estrutura dos créditos concedidos pela CREAMI ao setor industrial condiz com a segmentação do sistema bancário provocado pelo foco da Carteira no crédito agrícola, uma vez que a partir de 1969 ela deu lugar a Carteira de Crédito Rural. Para os financiamentos industriais passa a ter maior relevo o BNDE, banco de desenvolvimento que financia majoritariamente a indústria e que cada vez mais passa a financiar as atividades produtivas desenvolvidas por empresas privadas nacionais (NAJBERG, 2002). É na década de 1960 que são criadas novas estruturas dentro do banco de desenvolvimento, como o Fundo de Financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME), em 1964. Também se ampliam as fontes de recursos para o financiamento de projetos industriais, como pode ser observado na *Tabela B 13*, no apêndice deste trabalho.

Como já apontado para o período anterior, a maior parte dos créditos concedidos pela CREAMI ao setor industrial tem destinação o custeio das empresas. Apesar de tal resultado, o total dos financiamentos de investimento apresentam melhora no início do período de análise, atingindo percentuais acima de 20% entre 1964 e 1965, e também em 1967, como mostram os dados da *Figura 30*. A maior participação dos créditos de custeio dentro daqueles destinados ao setor industrial também aponta para a divisão ocorrida na década anterior, quando as operações de financiamento do setor passam a ser realizadas pelo BNDE. Sendo assim, as atividades industriais que demandariam um maior fluxo de recursos para investimento, com ênfase para aquelas de maior complexidade, como as de consumo durável e também de bens de capital, passam a fazer parte da alçada da nova instituição, que também atende grande parte dos financiamentos em infraestrutura.

Figura 30 – CREAM – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Indústria, em participação sobre o total (%), 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 10* do Apêndice B.

Apesar da especialização no custeio das empresas industriais, os Relatórios do Banco do Brasil destacam a necessidade de financiar a modernização do parque industrial brasileiro (BANCO DO BRASIL, 1962, 1963, 1964, 1966a). No período de análise do capítulo anterior, os financiamentos destinados ao investimento em novas plantas ou para ampliação e modernização de maquinários foram limitados em função da limitação de recursos que contava a Carteira e também pela política de controle de crédito e suas consequências inflacionárias. A partir de 1961, houve reversão do controle sobre os empréstimos para investimento industrial, como destaca o Banco:

[...] continua inalterada, desde 1961, a orientação firmada pelo setor Industrial da Carteira, no sentido de substituir os chamados “créditos de sustentação” pelos financiamentos destinados a modernização de conjuntos industriais. [...] Em complemento a instruções expedidas no exercício anterior, normativas dos financiamentos destinados à aquisição, reforma e ampliação de maquinaria, fixadas alçadas às Agências para deferimento dos empréstimos daquela natureza, com o que se revogou proibição vigente de longa data (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 24). Ainda na esfera da assistência proporcionada pelo Banco ao setor industrial, deve-se mencionar o incentivo levado ao empresariado nacional a fim de promover a instalação de novas indústrias, em campos que não resultem em perigo de saturação ou dificuldades do mercado. Especial referência merecem também os estímulos oferecidos para ampliação, em bases técnicas, dos conjuntos industriais existentes, procurando-se propiciar reequipamento das unidades instaladas, com vistas à obtenção de maior produtividade, seja pela correção do “layout”, seja pela substituição de máquinas obsoletas (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 33).

Pode-se perceber, pelo apresentado nos relatórios, uma nova orientação no sentido de melhoria das condições de produção da indústria nacional, com a modernização do parque fabril, tanto em termos de maquinário, quanto em relação a reorganização dos processos

produtivos. Relacionado com esta mudança está o aumento do apoio financeiro para pequenas e médias empresas – que enfrentavam maior dificuldade de obtenção de crédito – sobretudo as relacionadas com a industrialização de produtos rurais e também aquelas localizadas em regiões consideradas subdesenvolvidas (BANCO DO BRASIL, 1962). Assim, o Banco destaca que

Agiu a Carteira, de forma decisiva, no âmbito da pequena e média indústria, seu campo de ação específico. Considerando que as empresas de menor porte se ressentem de adequada assistência creditória, representa essa atuação, em última análise, política consentânea com os interesses prioritários do desenvolvimento do País, sobretudo em face da notória escassez de recursos para investimentos [...]. Nos casos de instalação inicial, presta a Carteira colaboração financeira às pequenas empresas, visando à industrialização ou beneficiamento de produtos rurais e resíduos, em qualquer área do País. Relativamente às indústrias médias, somente quando instaladas em zonas subdesenvolvidas e desde que os projetos a financiar tenham sido previamente aprovados pelos órgãos competentes que, a exemplo da SUDENE, se encarregam do planejamento regional. (BANCO DO BRASIL, 1962, p. 25)

Os dados apresentados na *Figura 30*, como já destacado, mostram que mesmo com a intenção de melhorar as condições industriais, com o apoio para a instalação inicial ou modernização, os créditos para custeio continuam a ser mais elevados. O relatório do Banco do Brasil para 1963 (1964), aponta que a grande desproporção entre os créditos de custeio e de investimento deve ser interpretada tanto a luz das limitações impostas pelo Orçamento Monetário e também pela necessidade de continuar a prestar assistência para as empresas tradicionalmente apoiadas no custeio de suas atividades. Assim, nota-se que a Carteira convivia com a necessidade de ampliar e reorganizar o parque industrial brasileiro e ao mesmo tempo manter as condições de produção industrial, através da concessão de crédito especializado.

Tabela 28 – CREAMI – Créditos concedidos para a Indústria, segmentos selecionados, 1938-1950, em participação (%) sobre o valor total, 1961-1968

Ano	Custeio			Investimento				
	Têxteis	Produtos alimentares	Outros	Minerais não metálicos	Metalúrgica	Têxtil	Produtos alimentares	Outros
1961	19,8	48,4	25,7	1,1	0,2	0,1	1,2	3,6
1962	16,7	50,2	22,7	0,2	0,6	1,1	3,6	7,0
1963	13,2	49,0	20,8	0,5	0,4	1,0	3,6	13,4
1964	8,2	52,3	15,6	0,8	0,6	1,3	5,0	18,9
1965	16,9	37,6	23,5	0,9	0,8	1,4	5,0	16,7
1966	16,7	48,2	23,9	0,6	0,6	1,3	3,6	7,7
1967	15,8	31,8	31,3	1,0	1,3	2,5	3,7	17,6
1968	18,4	21,7	42,5	0,7	1,7	2,2	2,4	14,7

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 10* do Apêndice B.

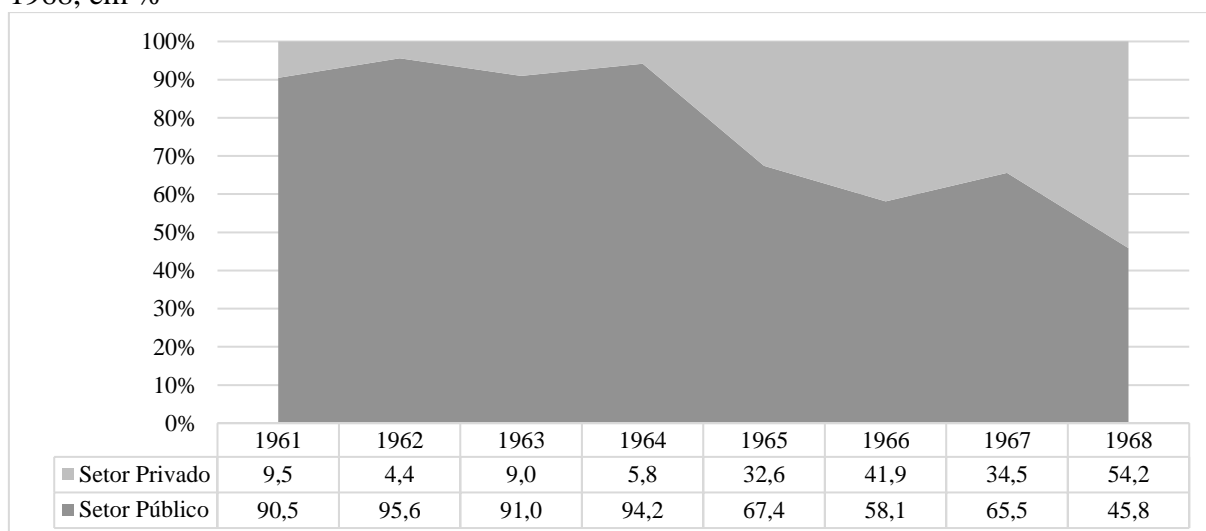
Para justificar a elevada participação nos créditos concedidos da CREAMI ao setor têxtil, além da já apontada relação com o setor primário da economia, o Banco assinala a alta

participação do setor no emprego industrial e também a necessidade de reestruturação do setor, dado a defasagem tecnológica. Sobre a participação do emprego do setor têxtil no total da indústria, apresenta dados elaborados pela CEPAL, onde se afirmava que 300.000 operários brasileiros (25% do total) estavam empregados naquele setor e que eram empregados para a produção de matérias-primas 500.000 trabalhadores (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 76). Sobre a modernização da indústria têxtil, o Banco aponta que:

Do exame da situação da indústria têxtil nacional ressalta a importância de um programa coordenado, abrangendo medidas tanto de modernização e melhoramento de maquinaria como de reorganização administrativa, com o objetivo de equacionar uma solução integral para os seus problemas (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 79).

Argumentou-se anteriormente que houve uma divisão na concessão de crédito por parte dos Bancos Públicos no Brasil com a criação do BNDE. Este, dado a distribuição dos seus créditos, apoiou grande parte dos investimentos que ficaram a cargo do Estado, durante o processo de industrialização pesada do país. O Banco do Brasil, por sua vez, de acordo com os dados de créditos concedidos pela CREAM, teve como principal atribuição fornecer crédito de longo prazo para empresas privadas nacionais, principalmente aquelas que atendiam os setores de consumo não durável. Entretanto, conforme aponta a *Figura 31*, a participação do setor privado nos créditos concedidos pelo BNDE passa a ser mais expressiva a partir de 1965, mas principalmente a partir de 1968.

Figura 31 – BNDE, Aprovações em moeda nacional para os setores público e privado, 1961-1968, em %



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 13* do Apêndice B.

Os resultados da participação setorial nos créditos aprovados pelo BNDE pode ser visualizada na *Tabela 29*. Nela é possível perceber que a queda na participação do setor público se deve a diminuição das aprovações para os setores que tinham no estado o seu principal investidor, sobretudo nas atividades de Transportes e Comunicações, Energia Elétrica e Siderurgia. O item Diversos, apresentado, inclui em sua formação, de acordo com Redivo (2012), os segmentos de química e fertilizantes, mecânicos e elétricos, material de transporte e também produtos alimentares, têxtil e calçados, entre outras não especificadas. Também Najberg (NAJBERG, 2002) aponta que é a partir do final dos anos 1960 que o BNDE passa a ter foco no financiamento das atividades desenvolvidas por empresas privadas.

Tabela 29 – BNDE, Aprovações em moeda nacional por atividade econômica, 1961-1968, em %

Anos	Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Siderurgia	Diversos	Outros	Total
1961	0,9	60,9	21,5	13,7	3,0	100,0
1962	–	23,3	61,4	11,1	4,2	100,0
1963	1,4	4,8	80,9	11,0	1,8	100,0
1964	–	20,4	71,6	7,3	0,7	100,0
1965	0,0	1,1	68,3	27,5	3,0	100,0
1966	–	12,1	45,6	40,9	1,4	100,0
1967	0,3	24,4	36,3	33,0	6,1	100,0
1968	32,4	8,9	5,8	44,4	8,4	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 14* do Apêndice B.

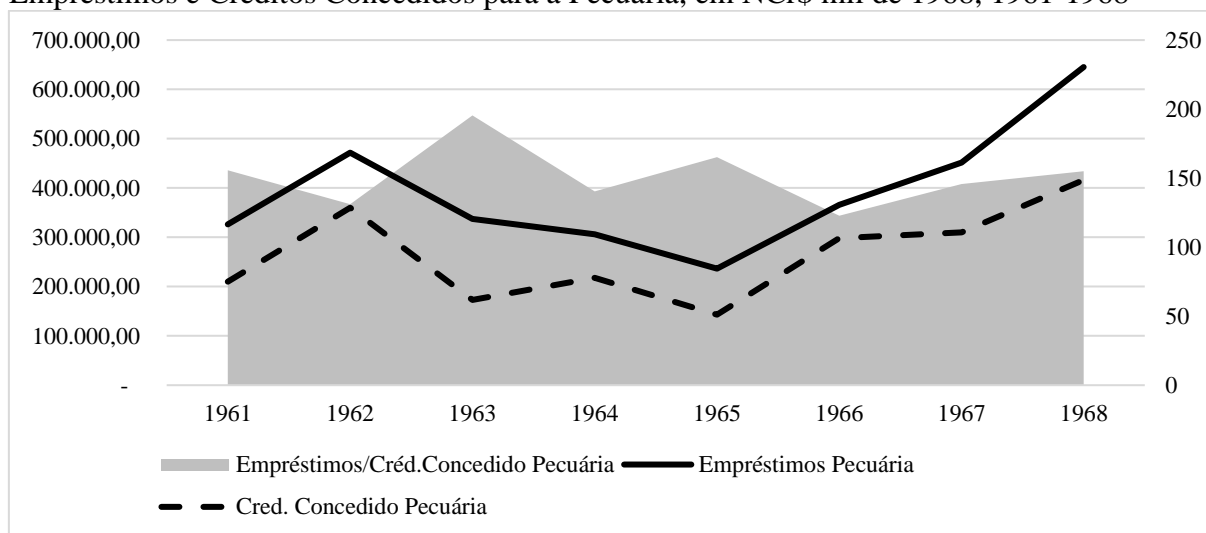
Como foi visto até então, para a agricultura e para a indústria, uma das preocupações expostas nos relatórios do Banco do Brasil, foi a necessidade de melhorar as condições de produção, para que houvesse aumento de produtividade. O mesmo acontece para a pecuária. Havia o entendimento de que a baixa produtividade do setor era decorrente de condições inadequadas de produção:

Apesar de possuir o Brasil o quarto rebanho do mundo e contar com excelentes condições ecológicas para tomar-se um dos maiores produtores de carne, é baixo ainda o seu índice de desfrute [...] nosso sistema de pastoreio mostra-se ainda precário, agravado por insuficiente assistência zootécnica e veterinária (BANCO DO BRASIL, 1964, p. 104).

Assim como a relação empréstimos e créditos concedidos do setor industrial, o pecuário também apresenta uma redução da diferença entre as duas variáveis. Neste sentido, observa-se que o aumento no prazo das operações agrícolas, mesmo que o estoque de empréstimos não fosse superior ao de créditos concedidos, foi acompanhado de uma redução nos prazos dos setores industrial e pecuário. Na *Figura 32*, é possível observar que tanto os empréstimos,

quando os créditos concedidos para a pecuária passam a ser crescentes a partir de 1965, enquanto foram decrescentes entre 1962 e 1964.

Figura 32 – Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREAM (em %), Empréstimos e Créditos Concedidos para a Pecuária, em NCr\$ mil de 1968, 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 1* e *Tabela B 11* do Apêndice B.

Nota: Empréstimos/Créditos Concedidos, eixo da direita; Empréstimos e Créditos Concedidos, eixo da esquerda.

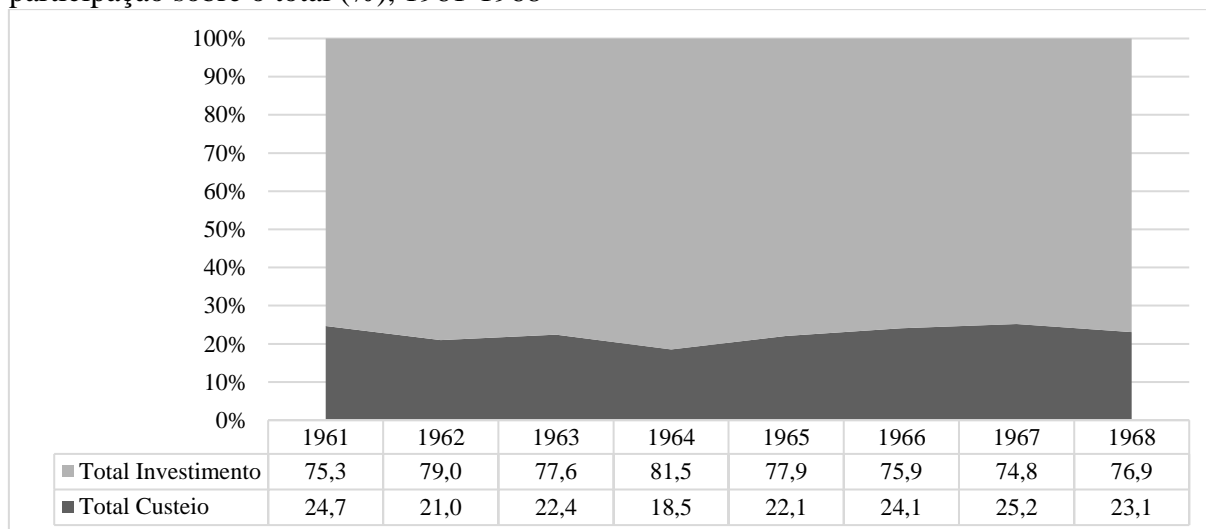
A consequência das condições técnicas evidenciadas pelo Banco era uma baixa produção interna frente a um mercado consumidor em expansão. Portanto, a orientação dos créditos concedidos pela CREAM para investimentos no setor era determinada pela necessidade de expandir a produção de carne para abastecimento do mercado interno e também para a geração de excedentes exportáveis. Segundo os relatórios:

O fato de não apresentar o País oferta de carne de boi que supere as probabilidades de absorção pelo mercado interno impediu, também, o desenvolvimento de sua exportação. Diante desses resultados figura-se imperiosa a adoção de uma política conducente ao fomento de sua produção e comercialização, a fim de que a pecuária de corte e a indústria de carne encontrem condições de assegurar abundante fornecimento interno e de obter, com êxito, a colocação dos excedentes no mercado internacional (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 98).

Ao contrário do que acontece com os setores industrial e agrícola, os créditos concedidos à pecuária têm como principal destinação a realização de investimentos, como mostra a *Figura 33*. Tal tendência já era observada nos dados apresentados nos períodos anteriores, porém ganha maior relevo entre 1961 e 1968, quando os créditos destinados aos investimentos pecuários mantêm uma participação superior a 70% do total. Esta perspectiva de aumento dos recursos destinados a investimentos, assim como acontece com os agrícolas, está inserida em uma

política de aumento da produtividade rural, necessária ao processo de desenvolvimento brasileiro, com aumento da população, sobretudo urbana.

Figura 33 – CREA I – Créditos Concedidos para Custeio e Investimento da Pecuária, em participação sobre o total (%), 1961-1968



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 11* do Apêndice B.

A distribuição dos créditos concedidos à pecuária é mostrada pelos dados da *Tabela 30*. Apesar de haver aumento da participação de outras atividades, como o apoio a atividades avícolas, de criação de ovinos, e também de suínos, os recursos acabam sendo majoritariamente destinados para atividades e que envolvem a pecuária bovina, tanto em termos de custeio, quanto de investimentos. Essa predominância se explica pela maior gama de atividades que utilizam produtos resultantes da criação de gado, sejam eles para corte, sejam para a produção leiteira.

Tabela 30 – CREA I – Créditos concedidos para a Pecuária, segmentos selecionados, 1961-1968, em participação (%) sobre o valor total

Ano	Custeio		Investimento		
	Bovinos	Outros	Aquisição de Bovinos	Melhoramentos em Edificações e Benfeitorias	Outros
1961	15,0	9,7	34,2	26,0	15,2
1962	14,3	6,8	40,8	24,2	14,0
1963	10,1	12,3	36,7	27,2	13,7
1964	7,1	11,4	40,7	25,8	15,0
1965	8,0	14,1	15,8	39,9	22,2
1966	10,9	13,2	9,4	45,5	21,0
1967	10,0	15,2	21,4	36,3	17,1
1968	11,4	11,7	26,3	35,6	15,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 11* do Apêndice B.

Em 1965, a CREAM reformula a metodologia de financiamentos pecuários, visando a superação dos problemas apontados de baixa produtividade, decorrente de condições inadequadas de produção. Nesta nova metodologia foram estabelecidas áreas prioritárias para investimento, tais como: melhoria de pastagens; construções de benfeitorias que melhorassem as condições de alimentação e manejo do gado; a formação de novas propriedades, com desmatamento para dar espaço à pastagem; melhoramento genético de rebanhos, pela aquisição de reprodutores certificados; e engorda e confinamento. Além da pecuária de corte, os investimentos também eram orientados à pecuária leiteira, através do Plano de Melhoramento da Alimentação e Manejo do Gado Leiteiro, do Ministério da Agricultura (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 128).

As orientações expressas nos relatórios do Banco do Brasil explicam o grande volume de recursos destinados para compra de bovinos, que envolvem a melhoria de rebanhos, e também aqueles voltados para melhoramentos. Tais investimentos envolvem a eletrificação rural, cercamento de propriedades, a construção de currais, a melhoria de pastagens, construção de instalações para beneficiamento e industrialização, construção de casa sede e alojamentos, e também a organização de granjas avícolas.

6.3 AS MUDANÇAS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E SEUS REFLEXOS NO FUNDING

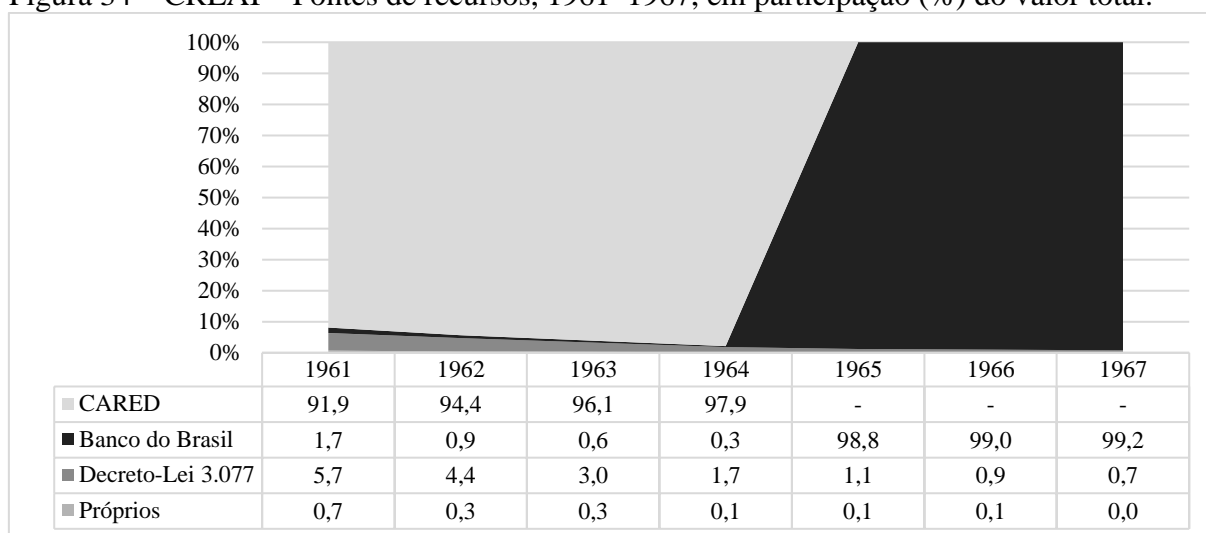
Como foi visto nos capítulos anteriores, boa parte dos recursos que foram utilizados para o financiamento das atividades produtivas atendidas pela CREAM tinha como origem a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Além disso, também foi visto que as tentativas de formar fundos através de depósitos compulsórios não obtiveram sucesso. A partir da década de 1960, a estrutura de recursos da Carteira passa por modificações importantes, sobretudo a partir de 1965, quando deixa de existir a CARED, dado que a atividade de desconto bancário passa a ser função do Banco Central do Brasil, instituído com a reforma do sistema financeiro nacional. Os relatórios do Banco não apresentam uma maior discussão sobre os efeitos da mudança ocorrida no sistema financeiro nacional e sua relação com os recursos da Carteira. Outro ponto relevante para a estrutura de *funding* da Carteira no período aqui analisado são os recursos externos que são captados via Banco do Brasil e destinados ao financiamento das atividades econômicas, via CREAM.

Como já apontado, a Tabela B 4 do apêndice B apresenta a estrutura de depósitos do Banco do Brasil. Nota-se que o banco não conseguiu, ao longo de todo o período de análise,

obter a captação de depósitos a prazo, sendo majoritários os depósitos à vista. A manutenção desta estrutura acaba por refletir nas possibilidades de financiamento do Banco, pois havendo a consciência dos riscos do descolamento de prazo entre os recursos captados e os empréstimos, manifestada em seus relatórios, limita-se o escopo de possibilidades de financiamento das atividades produtivas.

Cabe lembrar que no período que se passa a analisar o país passa por um processo de industrialização com maior intensidade nos setores que demandariam créditos de maior prazo de vencimento, como a indústria de base, a de consumo duráveis e também de infraestrutura. Sendo assim, a participação do Banco no financiamento destas atividades, via CREAM, acaba sendo limitada. Além disso, o BNDE assume a função de fornecer crédito oficial ao investimento nos setores mais intensivos em capital, como já tratado anteriormente.

Figura 34 – CREAM – Fontes de recursos, 1961–1967, em participação (%) do valor total.



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na *Tabela B 5* do Apêndice B.

Reforçando os resultados apontados até aqui, de que a estrutura de *funding* da CREAM era composta, em grande maioria, por recursos de menor prazo, estão os resultados expostos na Figura 34. Caracterizam-se como recursos de menor prazo aqueles fornecidos pelo próprio Banco do Brasil, com recursos exigíveis, e também aqueles obtidos via redesconto de títulos de financiamento rural, através da CARED. Percebe-se que tais recursos continuam a figurar como majoritários na estrutura de recursos da Carteira, mas com uma modificação sensível. Esta acontece a partir de 1964, quando a atividade de redesconto bancário é transferida ao novo Banco Central e encerrada no Banco do Brasil. Uma das atividades da CARED, e que constam do seu regulamento de 1951, visto no Capítulo 3, era o redesconto de títulos de financiamentos rurais realizados pela CREAM. Com a mudança promovida na reforma de 1964, vigentes a partir

de 1965, o Banco do Brasil, com recursos próprios, passa a ser a principal fonte de recursos da Carteira. Os recursos próprios e também os decorrentes do Decreto-Lei nº 3.077, por seu turno, apresentam elevada redução na sua participação sobre o total das fontes de recursos.

Ainda sobre os dados apresentados na Figura 34, os valores descritos em “Banco do Brasil”, incluem repasses realizados por instituições estrangeiras¹. Em 1963 (Banco do Brasil, BANCO DO BRASIL, 1964, p. 29) o Banco destaca um acordo realizado com a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) para o repasse de recursos que seriam utilizados no financiamento de “ampliação, renovação e instalação de indústrias por pequenos e médios empresários”. Com tal acordo, sendo os recursos repassados através da CREAM, o Banco afirmava que o acordo:

[...] permitirá o atendimento de boa parte das exigências da atual conjuntura industrial brasileira na área de atuação da Carteira, mediante rápida melhoria de posição dos empréstimos para instalações fixas, sem maiores sacrifícios no campo dos financiamentos para matérias-primas (BANCO DO BRASIL, 1964, p. 29).

O acordo firmado com a AID tinha como montante de US\$ 25,5 milhões, para os referidos investimentos. Apesar de passar a contar com uma nova fonte de recursos, que poderiam ser aplicados nas áreas que demandavam crédito, o Banco ainda continua a expressar em seus relatórios a escassez de recursos específicos, conforme descrito no regulamento de 1952: encontra-se a Carteira praticamente desprovida de recursos específicos, vindo a operar quase que exclusivamente à base de suprimentos de outras origens [...] Evidencia-se a necessidade inadiável de dotar a Carteira de meios próprios que lhe permitam prestar melhor assistência financeira às forças produtoras em expansão (BANCO DO BRASIL, 1965, p. 23–24). O FDI desembolsou, via CREAM, Cr\$ 15,99 bilhões em 1965; Cr\$ 18,5 bilhões em 1966; NCr\$ 18,7 milhões em 1967 e NCr\$ 33,2 milhões em 1968.

Os recursos obtidos com a AID fizeram parte do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que dado a destinação associada com o acordo para sua obtenção, era aplicado para a concessão de crédito para pequenas e médias empresas. O Banco do Brasil, através destes recursos, financiava entre 60% e 80% do total dos investimentos planejados pelas empresas. Afirmava que a necessidade de investimento de capital próprio era uma forma de orientar o

¹ Os relatórios do Banco do Brasil não apresentam a distribuição destes fundos ao longo do tempo ao descrever seus recursos, no período 1963-1966. Somente para os anos de 1967 e 1968 é que tais recursos são apresentados separadamente nos relatórios. Para manter uma base de comparação para o período de análise do trabalho, 1937-1968, optou-se por manter tais recursos dentro do item “Banco do Brasil”, uma vez que tais recursos eram repassados ao Banco, para depois serem distribuídos nas operações de crédito da CREAM. Também não há maiores detalhes sobre as condições dos repasses (prazo, taxas de juro, etc.).

reinvestimento dos lucros obtidos pelas empresas em suas atividades econômicas, evitando que houvesse fuga de capital para áreas dissociadas das que não faziam parte dos processos produtivos realizados por ela (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 66).

Também com recursos provenientes da AID, foi constituído o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). O fundo tinha como objetivo a complementação do capital de giro de empresas que buscassem aumentar seus índices de produção e produtividade. Para tanto, as mesmas deveriam estar constituídas sob a forma de sociedade anônima ou realizar a abertura de capital; ou utilizassem os recursos para a produção de bens exportáveis; ou que realizasse investimentos em áreas onde houvessem baixa produção ou que atendessem a necessidades regionais. Os recursos distribuídos pela CREAM foram da ordem de Cr\$ 26,5 bilhões, em 1965, Cr\$ 30,5 bilhões em 1966, NCr\$ 38,1 milhões em 1967 e NCr\$ 31,47 milhões em 1968 (BANCO DO BRASIL, 1966, p.68 e 1967, p.51 e 1968, p.78).

Outra fonte de recursos externas obtida pelo Banco do Brasil foi do *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), no total de 56 milhões de marcos (Cr\$ 31,3 bilhões), em 1966. O acordo resultou no Fundo Alemão de Desenvolvimento (FAD) e tinha seus recursos destinados a instalação inicial, ampliação, reforma e modernização de empresas com faturamento anual inferior a Cr\$ 12 bilhões. Investimentos de capital no setor pesqueiro também eram admitidos para financiamento, desde que envolvessem a importação de produtos originados da República Federal da Alemanha. Originalmente o acordo visava o investimento em empresas industriais localizadas no Nordeste do Brasil. Entretanto, o Banco do Brasil também realizou aportes no fundo para que empresas localizadas no Sul também pudessem importar equipamentos alemães (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 53). Os recursos só foram desembolsados em 1967 e 1968, sendo de NCr\$ 3,2 e NCr\$ 13,3 milhões respectivamente.

O relatório de 1968 (BANCO DO BRASIL, 1969, p. 78) também aponta para outras duas fontes de recursos externos e que seriam utilizados pela CREAM. São elas o Fundo para Importação de Bens de Produção (FIBEP), que contava com recursos da AID (Banco do Brasil, 1969, p.98–99 e 1969, p.100); e financiamentos industriais realizados com empréstimos obtidos no exterior, regulado pela Resolução nº 63 do Banco Central². Totalizaram os recursos do FIBEP, em 1967 e 1968, NCr\$ 37,43 milhões e NCr\$ 46,97 milhões, respectivamente. Já os recursos obtidos via empréstimos externos, segundo a resolução do Banco Central, somaram NCr\$ 1,5 milhões em 1967; e NCr\$ 165,65 milhões em 1968. O total dos recursos obtidos no

² A resolução regulava a operação de instituições financeiras autorizadas a realizar operações de câmbio relativas a empréstimos externos, que ficavam responsáveis por repassar os recursos em moeda nacional para os tomadores.

exterior, para os anos de 1967 e 1968, assumiram a proporção de 5,2% e 10,1% do total dos recursos disponíveis à CREAMI naqueles anos.

Outros recursos, denominados como recursos internos foram o do Fundo de Erradicação de Cafeeiros; da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca; e do Fundo de exportações de carne. Totalizaram estes recursos NCr\$ 35,3 milhões em 1967 e NCr\$ 612 mil em 1968. Apesar do maior volume em 1967, este atingiu 1,8% do total de recursos da CREAMI naquele ano, e 0,02% em 1968 (BANCO DO BRASIL, 1969, p78). Portanto, mesmo obtendo recursos de novas fontes, inclusive com fontes externas que representam participações importantes no total, a CREAMI não consegue superar a deficiência constatada nos relatórios de todo o período de análise do trabalho, que era a obtenção de recursos especiais para a concessão de empréstimos.

Na Tabela 31 apresenta-se a relação entre a Carteira de Redescontos e o Meio Circulante, e também com os bancos, através do auxílio com desconto de títulos. Tanto a participação da CARED no Meio Circulante, quanto o auxílio da mesma carteira ao Banco do Brasil, passam a ter uma concentração superior ao que fora observado no período anterior, 1951-1960. Com relação as emissões monetárias, atribuídas a Carteira de Redescontos desde 1942, percebe-se uma participação que é crescente entre 1961 e 1964, último ano de operação da mesma. Este resultado é melhor entendido quando se observa a estrutura do meio circulante no país. Nela é possível perceber que o grande aumento verificado na participação da CARED não acontece mediante a uma queda no total de emissões realizadas pelo Tesouro Nacional, mas sim pelo expressivo aumento das emissões realizadas pela Carteira de Redesconto.

Tabela 31 – CARED: Meio Circulante e Auxílio aos Bancos, 1961-1965, em participação %

Ano	Participação da CARED no Meio Circulante	Auxílio CARED aos Bancos			
		Ao Banco do Brasil			Aos Demais Bancos
		CREMI	Outras Carteiras	Total Banco do Brasil	
1961	65,22	51,52	32,20	83,71	16,29
1962	78,57	52,07	34,77	86,84	13,16
1963	87,73	43,99	45,20	89,20	10,80
1964	93,09	42,91	42,94	85,85	14,15
1965	–	–	–	–	100,00

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 8 do Apêndice B.

Já a participação da CREAMI e do Banco do Brasil no total do auxílio prestado pela atuação da Carteira de Redescontos apontam para direções opostas. Mesmo que ambas tenham apresentado uma trajetória crescente no período aqui analisado, entre 1961 e 1964, sua comparação com o que ocorrera no período anterior evidencia que o Banco do Brasil teve sua

participação no total aumentada, atingindo seu valor máximo em 1963, principalmente por conta do aumento da participação dos redescontos como auxílio das outras carteiras de crédito do Banco, especialmente a Carteira de Crédito Geral. Os relatórios do Banco do Brasil, para o período anterior à extinção da CARED, apontam os motivos para a elevação do volume de emissões por parte da mesma. Em 1961, o sistema cambial sofre alterações com a instrução 204³ da SUMOC, que unifica as taxas cambiais, com exportações e importações sendo realizadas de acordo com as taxas vigentes no mercado livre de câmbio. Neste sentido, diante de uma desvalorização da moeda brasileira, ocorreu uma maior procura por crédito para fazer frente a elevação dos custos de importação, sendo suprido através do redesconto do Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 1962).

Além das variações cambiais que impulsionaram emissão monetária para fazer frente ao aumento da demanda por crédito, os relatórios também apontam a tradicional relação entre as emissões monetárias e os déficits do Tesouro Nacional. Outro evento que teve impacto no auxílio prestado pela Carteira de Redesconto foi a crise política do período. Como se sabe, o período entre 1961 e 1964 é marcado por grande instabilidade política. Como consequência, o país sofreu com instabilidade financeira e uma maior procura por redesconto das instituições bancárias:

[...] a crise política de agosto-setembro contribuiu também preponderantemente para aquele resultado, porquanto foram as Autoridades Monetárias compelidas a suprir a rede bancária de numerário em escala sem precedentes, com o fito de resguardá-la de anormais retiradas por parte do público (BANCO DO BRASIL, 1962, p. 131).

Somadas as situações, o Banco expressa preocupação com as consequências inflacionárias das emissões realizadas pela CARED: “Quanto à situação financeira, seria de considerar-se que o sensível desequilíbrio orçamentário e o acentuado incremento das operações de crédito conduziram ao agravamento do processo inflacionário” (BANCO DO BRASIL, 1962, p. 86). Sobre a inflação, o Banco do Brasil (1966a, 1968) expressa em seus relatórios uma opção governamental por uma política gradualista de controle da inflação. Apesar das constantes observações sobre o caráter inflacionário das emissões monetárias realizadas anteriormente e da necessidade de reverter o processo de aumento de preços, buscou-se uma prática que não fosse contraditória com o desenvolvimento econômico, segundo o Banco:

³ A mudança no sentido de liberalização do mercado de câmbio não teve longa duração. No início de 1962 foi reestabelecido a volta do monopólio cambial ao Banco do Brasil, através da Instrução 228 e 229 da SUMOC.

O Orçamento Monetário para 1965 foi calcado nos mesmos princípios do anterior, ou seja, de contenção da expansão dos meios de pagamento em níveis que permitissem controle efetivo sobre a evolução do processo inflacionário, sem prejuízo do programa de desenvolvimento dos setores prioritários da economia nacional (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 13).

[...] propósito de prosseguir no combate gradualista do processo inflacionário, em abordagem tática que permitisse a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, preconizando, entre outras medidas, o incentivo creditício com vista ao fomento da produção (BANCO DO BRASIL, 1968, p. 7).

Por parte do Banco do Brasil, os redescontos acontecem principalmente para que consiga colocar em prática suas responsabilidades com a manutenção dos seus empréstimos ao Tesouro, mas também pela manutenção das políticas de comercialização das safras agrícolas. Por sua vez, a CREAMI apresenta resultados inferiores ao que foram observados nos períodos anteriores quanto a sua participação no total do auxílio fornecido pela CARED, mesmo que sua participação no total das fontes de recursos da CREAMI tenha aumentado.

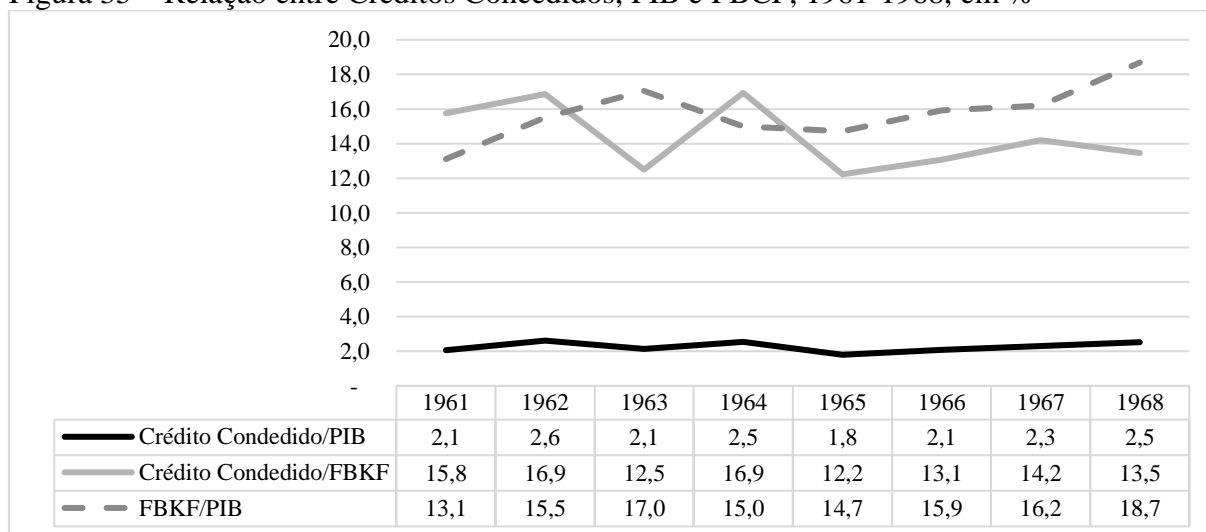
Ao final da análise sobre as fontes de recursos da CREAMI, e também da sua principal financiadora, a CARED, percebe-se que durante toda a sua existência, a Carteira de crédito especializado do Banco do Brasil não conseguiu consolidar uma estrutura de funding que pudesse sustentar políticas de crédito orientado, com recursos destinados ao financiamento de longo prazo. Apesar de a Carteira realizar tais tipos de financiamento, como consta em seus regulamentos, com operações de até 15 anos, estes acabam sendo prejudicados pela escassez de recursos de longo prazo. Percebe-se que o fato de a maior parte das fontes de recursos serem obtidas por operações de curto prazo, tanto pela CARED, quanto pelas disponibilidades do Banco, limitou o raio de atuação da Carteira, originalmente amplo.

6.4 A ESTRUTURA ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA CREAMI

O período compreendido entre 1961 e 1968 é marcado por uma crise de crescimento econômico, com redução das taxas de crescimento observadas no período anterior. Pesa ainda, a questão inflacionária, preocupação dos governos civis e também dos militares, a partir de 1964. Em ambos, houve a tentativa de retomar o crescimento por meio de planos econômicos, tal como o Plano Trienal e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Entretanto, a instabilidade política característica do período limitou as possibilidades de sucesso do Plano Trienal. O mesmo não ocorre com o PAEG, que acontece sob um regime com forte poder centralizado no executivo.

A comparação entre os créditos concedidos pela CREAM com indicadores de atividade econômica, como o PIB e a FBCF indicam que houve uma estabilização da relação entre dos créditos especializados fornecidos pelo Banco do Brasil e tais indicadores, quando comparado com a década de 1950, como mostram os dados da Figura 35. Assim a relação entre os créditos concedidos e o PIB mantêm-se na ordem de 2% durante 1961 e 1968. Já a relação entre os créditos concedidos e a Formação Bruta de Capital Fixo apresenta uma maior volatilidade, mas situando-se entre 12,5% e 16,9%.

Figura 35 – Relação entre Créditos Concedidos, PIB e FBCF, 1961-1968, em %



Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1e Tabela B 12 do Apêndice B.

O crescimento do produto real nos setores agrícola e industrial pode ser comparado com a evolução da concessão de crédito para os mesmos setores pela CREAM, na Tabela 32, entre 1961 e 1967. Ao contrário do que fora observado até então, o crescimento do produto real da indústria e agricultura não apresentam disparidade, havendo inclusive períodos onde a atividade agrícola apresentou taxas de crescimento superior ao da industrial. Como visto na seção sobre os créditos concedidos pela Carteira para as atividades econômicas, o período aqui analisado é marcado por um esforço no sentido de aumentar a produtividade do setor, com incentivos para o uso de fertilizantes e também de equipamentos, como tratores. Quanto a concessão de crédito, é possível observar dois períodos de queda específicos, 1963 e 1965.

A concessão de crédito para a indústria mantém uma trajetória semelhante aos agrícolas, apesar de apresentar um período de maior queda entre 1965 e 1966. Anteriormente já se afirmou que a comparação entre a evolução do crédito concedido e do produto real não busca fazer uma inferência no sentido de comprovar relação causal, dado que seria necessário o uso de instrumentos mais apurados. Mesmo assim, é possível notar, da comparação entre a evolução

das duas variáveis, para os dois setores, que nem sempre há correlação do crescimento das operações de crédito com o produto.

Tabela 32 – Agricultura e Indústria – Crédito Concedido e Produto Real, 1961 = 100

Ano	Agricultura		Indústria	
	Crédito Concedido	Produto Real	Crédito Concedido	Produto Real
1961	100,0	100,0	100,0	100,0
1962	130,9	105,5	122,2	107,8
1963	110,6	106,6	107,2	108,0
1964	145,1	108,0	125,0	113,6
1965	103,8	122,9	104,4	108,2
1966	124,0	119,0	102,4	120,9
1967	138,2	125,7	121,9	124,5

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 1 e Tabela B 12 do Apêndice B.

A distribuição dos créditos da CREA para atividades agrícolas, por tipo de produto cultivado, e comparada com o valor da produção pode ser visualizada na Tabela 33. O período que vai de 1961 a 1968 aponta uma mudança importante na distribuição dos créditos da Carteira quando comparadas as culturas típicas de exportação com aquelas destinadas ao suprimento do mercado interno. Até o final da década anterior, demonstrou-se que os financiamentos realizados pela CREA eram destinados, em grande parte, para as culturas típicas de exportação. Como apontado, tanto pelos dados, quanto pelos Relatórios do Banco do Brasil, a atividade agrícola tinha como uma de suas responsabilidades, para o processo de desenvolvimento por qual o país passava, a geração de divisas que seriam utilizadas na importação de bens e serviços destinados à industrialização.

Entretanto, a tendência se reverte de forma acentuada a partir de 1960, quando a maior parte dos créditos concedidos passa a ser destinado às atividades agrícolas das culturas destinadas ao suprimento do mercado interno. Como observado na tabela, os créditos destinados às culturas com grande participação na pauta exportadora brasileira passam a ser semelhantes à sua participação no total do valor da produção do setor agrícola no Brasil. Esta modificação segue em linha com as medidas que passam a ser tomadas no sentido de tornar a atividade rural do país mais produtiva, aumentando o suprimento de produtos rurais destinados ao consumo interno. Como apontam os relatórios da instituição, um dos pontos considerados críticos para a inflação no período era a dificuldade de atender o mercado interno com produtos destinados ao consumo, uma vez que o país passava por intenso crescimento populacional, sobretudo urbano.

Tabela 33 – Participação dos principais produtos agrícolas no Valor da Produção Agrícola e nos Créditos Concedidos pela CREA, em %, anos selecionados entre 1961-1968

Produtos	1962		1964		1966		1968	
	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito
Exportação	28,1	34,2	23,5	27,5	21,4	26,4	23,1	30,2
Algodão	10,6	13,9	10,9	13,6	8,7	17,0	9,2	17,6
Cacau	1,3	1,5	1,7	1,0	1,7	1,2	2,2	1,8
Café	16,2	18,8	10,8	12,9	11,0	8,3	11,7	10,8
Consumo Interno	71,9	65,8	76,5	72,5	78,6	73,6	76,9	69,8
Amendoim	1,6	1,1	2,3	1,6	3,1	5,1	2,1	1,9
Arroz	16,9	31,0	17,9	39,1	14,7	27,5	16,7	32,1
Banana	3,1	0,0	4,5	0,1	3,9	0,0	4,3	0,0
Batatas	3,3	1,3	3,1	1,8	5,1	1,8	3,5	0,9
Cana	7,6	2,3	12,7	5,6	11,2	7,4	10,5	5,3
Cebola	0,7	0,1	1,1	0,2	0,9	0,2	0,8	0,2
Feijão	9,7	3,2	6,6	2,9	9,8	3,2	7,3	2,3
Laranja	1,3	0,3	2,1	0,2	2,1	0,3	2,4	0,4
Mandioca	8,5	3,9	7,1	2,0	8,1	1,7	9,4	1,3
Milho	14,5	18,9	13,8	15,0	13,8	18,0	13,6	16,0
Soja	0,6	0,9	0,8	0,9	1,5	3,3	1,4	3,4
Tomate	1,1	0,4	1,3	0,4	1,8	0,8	1,9	0,5
Trigo	2,9	2,3	3,3	2,6	2,7	4,3	3,1	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na Tabela B 9 e Tabela B 12 do Apêndice B.

Nota: a classificação de produtos para exportação e produtos para consumo interno foi realizada de acordo com os Relatórios do Banco do Brasil (1961, p.9).

O mesmo argumento pode ser utilizado para compreender a alta participação do segmento de produtos alimentares, do setor industrial, no total dos créditos concedidos pela CREA. Como mostra a Tabela 34, os créditos concedidos para tal segmento são superiores a sua participação na estrutura industrial do país. Além dos produtos alimentares, outros segmentos importantes ao consumo interno são beneficiados pelo financiamento da Carteira, como o têxtil, que também apresenta uma maior participação nos créditos do que na estrutura industrial. Estes são os dois maiores segmentos industriais financiados pela CREA no período analisado. Além destes segmentos, também se destacam, mesmo que com participações no total do crédito inferior à sua participação na estrutura industrial, os de metalúrgicas e de químicas e farmacêuticas.

Também pode ser observado que a estrutura da distribuição dos créditos da Carteira apresenta um movimento contrário ao observado na estrutura industrial brasileira. Este movimento pode ser percebido em duas situações. A primeira delas é que o financiamento da CREA às atividades industriais é altamente concentrado em dois segmentos, enquanto que a estrutura industrial do país apresenta sinais de uma maior diversificação. O segundo, é que os segmentos apoiados pela Carteira são os de bens de consumo duráveis, enquanto que a estrutura industrial se diversifica no sentido de ampliar a participação dos segmentos de bens de consumo durável e também de bens de capital.

O Banco do Brasil ressalta que apesar de os créditos concedidos pela CREAMI aos diferentes segmentos industriais ocorrerem em grande parte para os segmentos têxtil e de produção de alimentos, a participação do Banco no crédito para outros setores industriais é mais significativa. Aponta, para validar sua afirmação, os créditos concedidos pelo Banco para as autarquias federais, sociedades de economia mista, principalmente do segmento de metalurgia. Cabe lembrar que a CREGE também realizava financiamentos ao setor industrial, em volumes significativos, porém com objetivos diferentes daqueles realizados pela CREAMI, uma vez que a sua função estava relacionada com o crédito para a comercialização dos produtos industriais.

Tabela 34 – Participação dos Segmentos Industriais na Estrutura Industrial e nos Créditos Concedidos pela CREAMI, em %, anos selecionados entre 1961-1968

Segmentos da Indústria de Transformação	Estrutura Industrial	Crédito Custeio	Crédito Investimento	Estrutura Industrial	Crédito Custeio	Crédito Investimento
	1962	1962	1962	1967	1967	1967
Minerais não metálicos	5,0	0,5	2,7	5,6	2,3	5,0
Metalúrgicas	12,4	4,8	7,1	11,1	9,7	6,1
Mecânicas	3,2	2,1	3,8	5,2	2,5	4,0
Material elétrico e de comunicação	5,5	1,2	0,1	6,2	2,5	2,8
Construção e montagem do material de transportes	10,2	1,4	2,3	8,0	2,1	24,6
Madeira	4,5	1,4	4,4	3,8	1,9	3,2
Papel e papelão	2,9	0,6	1,4	3,3	1,0	1,5
Borracha	2,0	0,3	0,5	2	0,8	2,9
Couros e peles e produtos similares	1,0	1,6	1,9	0,8	2,0	0,7
Químicas e farmacêuticas	14	4,7	8,4	18,8	5,5	4,1
Têxteis	13,8	18,8	11,7	9,7	20,6	12,1
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,4	1,6	3,1	3,0	2,9	1,5
Produtos alimentares	13,3	56,7	39,7	13,4	41,5	17,9
Bebidas	2,6	1,2	2,6	2,4	1,3	1,1
Fumo	1,9	1,4	0,8	1,7	1,1	0,1
Editoriais e gráficas	2,5	0,3	0,7	3,0	0,4	8,9
Diversas	1,8	1,4	8,7	2,0	1,9	3,4
Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em: Estrutura Industrial (BAER, 1979, p. 302); Créditos Concedidos CREAMI (Tabela B 10).

Nota: os dados de Baer (1979) têm como fonte os Censos Industriais e, portanto, os dados não têm base anual.

A Instrução 113 da SUMOC, posteriormente regulada pela Lei 42.820, como visto anteriormente, resultou na entrada de uma elevada soma de capital externo ao país. Dentre estes capitais, majoritariamente aplicados em indústrias de bens de consumo durável, bens de capital e indústria de base, destacam-se aqueles orientados à implantação da indústria automobilística. Os valores, que chegaram a US\$ 119,24 milhões em 1957, passam a ser menos expressivos no período que aqui se analisa. O Banco do Brasil (1963) demonstra a queda dos investimentos realizados com a entrada de capital, na forma de investimentos externos, sem cobertura cambial.

Em 1962, os investimentos externos realizados sem cobertura cambial atingem US\$ 19 milhões. Apesar desse valor não significar a totalidade dos investimentos externos realizados no país, percebe-se um esgotamento do mesmo. Uma das explicações para tal movimento, dada pelo Banco foi de que: “Esse resultado pode ser atribuído mais diretamente, às menores solicitações da indústria automobilística, que vem alcançando os altos índices previstos para completa nacionalização” (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 38). Assim, percebe-se o fim do ciclo de investimentos proporcionados pela adoção da Instrução 113, instaurada em 1955.

A necessidade de complementação do investimento por capitais externos, dado as dificuldades já expostas para a obtenção de recursos internamente também é destacada pelo Banco do Brasil. No período de análise deste trabalho, o processo de desenvolvimento industrial tem como um dos elementos centrais a capacidade de importar do país, uma vez que a instalação de novas indústrias, com maior grau de intensidade tecnológica e de capital. Sendo assim, o Banco do Brasil (1966, p.58) destaca:

Durante o ano de 1965, o comércio exterior permaneceu enfaticamente considerado, em virtude de sua posição estratégica para a retomada do ritmo de desenvolvimento econômico do País, posição essa que pode ser avaliada em se considerando: 1) a elevada participação da exportação relativamente ao produto nacional bruto, o que torna esse mesmo produto nacional bastante sensível às oscilações quantitativas e de preços de exportação, tanto mais quanto a pauta de exportação é pouco diversificada; 2) a circunstância de que os investimentos nacionais demandam apreciável contingente de bens de capital importados (cerca de 20%), o que condiciona sua realização à capacidade de importar do País; e 3) a justificada convicção de que o ingresso de capitais estrangeiros não se processa na medida das necessidades de importação inerentes às taxas de desenvolvimento econômico programadas (6 % a.a., no biênio 65/66 e, posteriormente, 7 % a.a.) (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 58).

Durante a etapa de desenvolvimento industrial brasileiro realizada na década de 1960, destacam-se nos relatórios do Banco do Brasil, a necessidade de: ampliar a capacidade industrial brasileira, através da substituição de importações industriais; aumentar os investimentos nos setores industriais básicos e de consumos duráveis, que proporcionariam uma maior diversificação industrial; aumentar a produção de alimentos, uma vez que havia elevado crescimento do contingente populacional; aumentar a produção de matérias-primas utilizadas nos processos industriais; controlar o crescimento da inflação, tanto pelo maior controle financeiro do governo, que incluía o controle da aplicação do crédito, quanto pela solução dos problemas de desequilíbrio típicos de uma economia em desenvolvimento (BANCO DO BRASIL, 1962, 1963, 1964, 1966a, 1967).

Passam a ser mais frequentes, no período analisado aqui, 1961-1968, as referências ao Processo de Substituição de Importações. Em 1962 (BANCO DO BRASIL, 1962, p. 86) ao

relatar o crescimento populacional, a queda do valor das exportações brasileiras, e a ampliação do parque industrial brasileiro seriam “as causas que certamente fizeram o País enveredar pela política de investimentos básicos e de diversificação da indústria substitutiva nacional”. Já em 1966 (BANCO DO BRASIL, 1966a, p. 58) o Banco apresenta a seguinte afirmativa:

Na última década os programas de desenvolvimento econômico no Brasil se orientaram, sobretudo, no sentido da substituição de importações, tendo em vista que a escassa disponibilidade de divisas resultantes de exportações não vinha possibilitando o atendimento das necessidades crescentes de bens e serviços importados.

Também se apresenta um balanço da substituição de importações até então:

Assinale-se, outrossim, como ato relevante, que em 1949 os equipamentos importados representavam 68% da oferta total; já no ano de 1958 essa parcela havia reduzido a 52%, o que bem demonstra o êxito dos esforços desenvolvidos no sentido de alcançar maior autonomia nosso parque industrial. E por volta de 1965, segundo estimativas idôneas, não mais de 30% dos bens de capital exigidos pelo processo de desenvolvimento nacional teriam no exterior sua fonte de suprimento (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 106).

Além de apresentar argumentos relacionados a substituição da importação industrial pela produção nacional, o Banco também destaca as dificuldades inerentes ao processo, sobretudo em uma economia com características peculiares como a brasileira. Um dos problemas apontados foi o da dificuldade de realizar os investimentos necessários para o desenvolvimento industrial frente a disponibilidade de recursos internos. Na seção anterior detalhou-se como a CREAMI não conseguiu obter uma fonte de recursos estáveis ao longo de sua existência, tendo sido atendida, em grande parte, por recursos de origem monetária. Um fator importante para as dificuldades apontadas foi o baixo nível de poupança, frente as necessidades de capital, tanto para investimento, quanto para capital de giro das empresas industriais.

Os problemas enfrentados pela economia brasileira no período, em uma fase de expansão industrial onde desequilíbrios financeiros e econômicos se tornam evidentes, passam a ser enfrentados através de diferentes políticas econômicas. No período em análise neste capítulo, dois importantes planos econômicos são lançados. O primeiro deles, o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, no Governo João Goulart, e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), já sob o Governo Militar. Ambos os planos, são citados nos relatórios do Banco do Brasil como diretrizes gerais para as políticas econômico-financeiras da instituição.

O Plano Trienal é mencionado nos relatórios de 1962 e 1963, como orientador de “um programa de desenvolvimento da economia nacional para o triênio 1963/65” (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 86). Também é tratado como um plano que busca “meios racionais de criação

de riquezas e oferta de serviços em proporções compatíveis com o aumento da população urbana e rural e de seus padrões de vida e de trabalho” (BANCO DO BRASIL, 1963, p. 83–84). Em linhas gerais, os relatórios apontam para a necessidade de atenuar os desequilíbrios financeiros e monetários, resolver o problema dos déficits públicos observados até então, para a racionalização do crescimento econômico e a orientação da política de crédito aos investimentos prioritários, estabelecidos pelo Plano.

Assim como no Plano Trienal, os relatórios (BANCO DO BRASIL, 1965, p. 8) que mencionam o PAEG também apontam para um conjunto de objetivos que deveriam ser atendidos: combate à inflação; retomada do ritmo de desenvolvimento econômico do País; regularização da dívida externa, que se encontrava em posição crítica. Como já mencionado na seção anterior, o combate à inflação deveria acontecer de forma progressiva, pois “uma ação drástica poderia acarretar consequências imprevisíveis sobre o ritmo das atividades produtoras do País, prejudicando o desenvolvimento econômico”. As políticas que deveriam ser adotadas eram classificadas em três grupos: a mudança do sistema tributário, com o objetivo de aumentar a arrecadação do setor público e incentivo a poupança privada; a adoção de taxas de câmbio realistas e condizentes com as exportações; e redução do déficit do Governo Federal, para possibilitar a expansão do crédito ao setor privado. Sobre a atuação do Banco do Brasil no PAEG, destaca que:

Devido a sua condição de maior estabelecimento de crédito do País e principal executor da política financeira do Governo Federal, ao Banco do Brasil estava reservado papel da maior importância na efetivação dos planos traçados no âmbito do crédito, seja através de suas Carteiras de Crédito Geral e de Crédito Agrícola e Industrial, como por intermédio da Carteira de Redescontos, supridora de recursos adicionais ao sistema bancário (BANCO DO BRASIL, 1965, p. 8).

Apesar de terem resultados distintos – também se considerando as diferentes circunstâncias políticas – os objetivos expressos através dos relatórios do Banco do Brasil para os dois planos econômicos tinham como elemento central a retomada do crescimento econômico e a sustentação do Processo de Substituição de Importações. No período em análise, a CREAM foi um dos instrumentos de orientação do crédito para os setores considerados essenciais ao desenvolvimento econômico e a mudança estrutural da economia brasileira, com ênfases diferentes ao longo de sua existência.

No período retratado neste capítulo acontece uma significativa modificação no sistema bancário nacional, e por consequência sobre o Banco do Brasil e a CREAM, promovidas pela Lei nº 4.595. Através da lei criou-se o Banco Central do Brasil (BACEN) e extinguem-se a

SUMOC e também a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Assim, a instituição que antes possuía funções típicas de banco central passa a se concentrar no financiamento ao público e também às atividades econômicas.

Ressalta-se que a manutenção da CREA I e futura mudança para Carteira de Crédito Rural, em 1969, mantém o Banco do Brasil como uma instituição bancária mista, atuando como banco de comercial e também como banco de desenvolvimento. Dentro da estrutura do Sistema Bancário, mensurando através da participação no total de empréstimos realizados, vê-se que a CREA I mantém uma participação que gira em torno de 10%, porém com crescimento inferior ao observado nos períodos anteriores. Este movimento, entretanto, também é observado nos empréstimos às atividades econômicas do Banco do Brasil.

Os créditos concedidos pela CREA I mantêm a tendência de se concentrarem no setor agrícola, com menor participação dos setores pecuário e industrial. Entretanto, ao contrário do que vinha acontecendo nas décadas anteriores, os créditos concedidos para a agricultura passam a ter uma maior participação dos investimentos. Esta forma de atuação da Carteira, no financiamento das atividades agrícolas, está de acordo com as políticas que passam a ser adotadas no sentido de modernizar a produção agrícola. A modernização da agricultura tem a participação da CREA I e evidencia a escolha realizada após 1964 de se realizar uma modernização conservadora, ao contrário do que fora tentado e discutido no período anterior. Assim, a mudança no setor rural passa antes pelo incremento creditício para o setor do que a mudança na estrutura fundiária. Este cenário também serve para explicar os financiamentos realizados para a pecuária.

Os créditos concedidos para a indústria apresentam uma mudança estrutural com relação aos períodos anteriores. Uma destas mudanças é com relação ao prazo dos empréstimos industriais, uma vez que a diferença observada entre o estoque de empréstimos e o fluxo de empréstimos concedidos se reduz. Outra alteração, que também acontece para o setor rural de modo geral, é a redução nos valores médios dos créditos concedidos. A mudança está de acordo com a tentativa de ampliar a cobertura do crédito da CREA I para pequenos e médios produtores. Esta política pode ser observada na ampliação do número de operações realizadas, na Tabela B1, do Apêndice B.

A estrutura de recursos da CREA I é bastante afetada pela criação do Banco Central. Com ela a Carteira de Redescontos é extinta no Banco do Brasil, sendo a função de operar com redescontos bancários transferidos para o novo Banco Central. Sendo assim, a principal fonte de recursos da Carteira deixa de existir e os recursos geridos pelo Banco do Brasil passam a

compor a maior parte dos recursos. Também é uma novidade para este período a utilização de recursos captados do exterior, inexistente nos períodos anteriores.

A distribuição dos recursos da CREAMI quando comparada com o PIB e FBCF mantém uma relação semelhante ao que foi observada nos períodos anteriores de análise. Uma mudança interessante que acontece a partir de 1961 é que o crescimento da agricultura e da indústria não apresentam as mesmas disparidades observadas anteriormente. Além disso, a concessão de créditos para a agricultura apresenta crescimento superior aos realizados para a indústria. Também, neste período de análise, se consolida uma maior participação dos produtos típicos de consumo interno no valor da produção agrícola, que é acompanhado pela participação nos créditos concedidos pela CREAMI. Assim, a Carteira apresenta uma correspondência, na distribuição dos créditos, com os segmentos mais expressivos no valor da produção.

Os créditos concedidos para a indústria mantêm a sua tradição de serem mais expressivos para os setores têxtil e de produtos alimentares, embora a estrutura industrial seja mais diversificada e com grande participação de segmentos mais intensivos em capital. Esta relação pode ser explicada pela segmentação no fornecimento do crédito industrial que se inicia no período anterior com a criação do BNDE. Assim, o banco de desenvolvimento fica responsável pelo financiamento dos setores industriais mais intensivos em capital, notadamente os de base; enquanto a carteira de crédito fica responsável pelo financiamento dos segmentos associados ao capital privado nacional. A instrução 113 da SUMOC perde importância no início da década de 70, até mesmo em função das modificações cambiais introduzidas por outras instruções e também pela extinção da superintendência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de cada capítulo foram apresentadas conclusões sobre os respectivos temas. Entretanto, considera-se oportuno apontar algumas considerações finais para uma análise conjunta dos principais resultados.

A hipótese que norteou esta tese é a de que o Estado Desenvolvimentista delineou a estrutura de financiamento de longo prazo no Brasil. Observa-se que o desenvolvimento industrial brasileiro, marcado pelo Processo de Substituição de Importações, tem como uma de suas características a presença do Estado na orientação das atividades econômicas. Ao longo do trabalho viu-se que o mesmo atua também no financiamento das atividades consideradas essenciais ao desenvolvimento econômico. Assim o desenvolvimentismo, enquanto uma prática orientada à industrialização, também envolveu a estruturação do sistema financeiro nacional.

Viu-se que os Estados podem influenciar na alocação de recursos financeiros, inclusive por meio de bancos oficiais. O Banco do Brasil, no período de análise desta tese foi o principal banco público do país. Sendo mais do que um banco comercial ao desenvolver funções de financiamento do desenvolvimento e também típicas de banco central. Assim, a instituição é um banco com características peculiares e que se aproximam mais do que se chama de bancos mistos do que da estrutura de um banco comercial. A sua atuação como banco de desenvolvimento, entre 1937 e 1969, se deu através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Do ponto de vista institucional, a atuação do Estado Desenvolvimentista no crédito se dá para além das questões operacionais e das políticas instrumentais. A criação de instituições é uma das características do desenvolvimentismo, sendo uma forma complementar de analisar as políticas fiscal, monetária e cambial. Entretanto, o que se observa com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial é a adoção de institucionalidades que marcam as políticas monetárias seguidas durante o período desenvolvimentista.

A atuação da CREAMI, analisada neste trabalho, apresenta características que pouco mudam ao longo de sua existência. Duas são bastante evidentes. A primeira é a maior participação do setor rural, considerando-se a soma da agricultura e da pecuária, no total de créditos concedidos pela Carteira. Em alguns momentos do trabalho foi apontada a discussão acerca das funções desempenhadas pela agricultura e suas limitações ao processo de desenvolvimento industrial. Pelos resultados apresentados e diagnósticos expostos nos relatórios do Banco do Brasil, acredita-se que os esforços de financiamento rural realizados pela CREAMI são uma prova de que o Estado Desenvolvimentista também tinha em suas preocupações o crescimento da atividade rural.

Apesar de a agricultura ter apresentado resultados inferiores em termos de crescimento, quando comparada com os resultados da indústria, não se pode negar a sua contribuição ao desenvolvimento industrial por meio da geração de divisas, da produção de alimentos e matérias primas. Além disso, destaca-se que a CREA contribuiu com este desenvolvimento ao financiar as atividades agrícolas geradoras de divisas nos momentos onde elas eram mais necessárias, mas também financiando as atividades voltadas para o mercado interno. Portanto, entende-se que a Carteira atende aos requisitos de uma instituição atuante nos moldes do desenvolvimentismo.

A Carteira também tem papel ativo no processo de modernização da agricultura. Percebe-se que o Banco do Brasil, através dos seus relatórios, expressa a necessidade de melhorar as condições de produção da agricultura em todos os três subperíodos analisados. A necessidade de ampliar a produção de alimentos e também de produtos geradores de divisas é uma preocupação constante da instituição. É interessante observar que, durante o primeiro período, a principal preocupação com as atividades econômicas foi a diversificação da produção agrícola e o auxílio à produção industrial. Sucessivamente, ao longo dos outros dois períodos, a preocupação do banco se transfere para o aumento da produtividade da agricultura, com a adoção de técnicas de produção e novas tecnologias, incluindo a mecanização e o uso de fertilizantes.

Entre o final da década de 1950 e durante a de 1960 havia se intensificado no país os debates que envolviam a chamada questão agrária. Apesar de o banco atuar de acordo com diretrizes elaboradas pelo governo federal, as principais preocupações são com a melhoria das condições técnicas da agricultura. Neste sentido, com o golpe de 1964, a questão agrária é esvaziada em termos de seu conteúdo social, que seria a reestruturação fundiária, e se atém aos seus elementos econômicos. Neste sentido, acontece uma modernização conservadora, a partir de 1965, tendo o crédito um papel fundamental. A CREA, assim, cumpre papel fundamental, pelo aumento do número de operações de créditos verificadas a partir deste período e também pela sua participação na compra de tratores e de fertilizantes. Este auxílio intensifica as relações intersetoriais da agricultura com a indústria.

O crédito concedido para a pecuária segue características semelhantes ao da agricultura no que diz respeito a sua relação com o processo de desenvolvimento em curso. Porém, há na década de 1940 uma intensificação dos financiamentos pecuários que não puderam ser pagos pelos pecuaristas. A partir daí os créditos concedidos ao setor passam a ser inferiores aos industriais. Do mesmo modo que o Banco expressou preocupação com as condições de produção da agricultura, também a expressou com a pecuária. Para este setor, a preocupação

da carteira foram com o melhoramento dos rebanhos e também para a diversificação dos tipos de cultura bovina, com incentivos para a criação de gado leiteiro, também para a criação de ovinos e a produção de lã. Entretanto, a maior preocupação da Carteira com a pecuária está relacionada à pecuária de corte e o abastecimento do mercado interno.

A segunda característica que é constante ao longo da existência da CREA I foi a sua relação com a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. A partir de 1946 os relatórios do banco começam a apresentar de forma detalhada as fontes de recursos utilizadas pela Carteira. É aí que se passa a constatar que o banco se utiliza de emissões monetárias com a sua principal fonte de suprimento de *funding*. Apesar desta relação ter sido estimulada ao longo de toda a existência da Carteira, nota-se que em alguns momentos o Banco expressa preocupação por não conseguir outra fonte de recursos de longo prazo. Esta preocupação tem relação com os possíveis efeitos inflacionários das emissões realizadas pela Carteira de Redescontos. Em outros momentos partia-se do pressuposto que as emissões realizadas para fins produtivos, não resultariam em aumento da inflação, uma vez que teriam a contrapartida em recursos reais. Outra preocupação para com as fontes de recursos diz respeito a utilização de recursos com maior prazo de vencimento, tais como seriam os bônus e os depósitos compulsórios.

De todo modo, o *funding* pode ser considerado uma das debilidades da CREA I, principalmente por não terem se materializado as outras duas fontes de recursos. A primeira tentativa de captação realizada pela Carteira se deu pela colocação de bônus e letras. Imaginou-se, quando da sua fundação, que por ser vinculada ao Banco do Brasil, estes bônus teriam mais facilidade de serem colocados no mercado. Entretanto, o volume de títulos vendidos se manteve abaixo da própria autorização inicial. Outra fonte procurada pela Carteira, através de legislação implementada ainda no primeiro Governo Vargas, foi a captação de poupanças de forma compulsória de institutos previdenciários. Esta fonte de recursos foi mais presente ao longo da existência da CREA I. Entretanto, estes recursos de origem fiscal não chegaram a atingir um volume comparável ao do desconto de títulos.

Caracteriza-se a estrutura de recursos como limitada mais em razão da sua estrutura de prazo do que pelo fato de ser realizado via emissões monetárias. Isso acontece pelo fato de os títulos descontados pela CREA I serem relacionados aos empréstimos rurais e com prazo de dois anos. Assim, a limitação da estrutura de *funding* da CREA I pode ser sentida nas próprias operações da carteira, uma vez que a maior parte dos créditos concedidos se deu para o custeio de entressafra, uma das modalidades de crédito com menor prazo.

O apoio prestado pela CREA I ao financiamento das atividades industriais tem características distintas da agricultura. Uma primeira diferença é o fato de os prazos das

operações industriais serem superiores aos das rurais de modo geral. Mesmo havendo a limitação de não fornecer crédito para a instalação inicial de fábricas, viu-se que a Carteira atuou durante a instalação de importantes indústrias de base, como a metalurgia de alumínio e papel e celulose, no início dos anos 1940. Nos períodos posteriores, se observa que grande parte dos créditos concedidos pela Carteira ao setor industrial estava direcionada para segmentos produtores de bens de consumo não durável que atendiam o mercado interno, como o têxtil e o de produtos alimentares. Este último é bastante destacado ao longo dos relatórios, dado a sua importância ao abastecimento do mercado interno e também pela sua proximidade com as atividades agrícolas. Dado o avanço da urbanização e da demanda de produtos alimentares e também de produtos têxteis, não se deve ignorar a importância da Carteira ao financiamento destas atividades que também eram importantes ao processo de mudança estrutural.

Pela característica apontada acima, pode-se assinalar que a CREAMI teve papel importante no financiamento das atividades industriais desenvolvidas pelo capital privado nacional. Entende-se que durante o processo de desenvolvimento industrial do país, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, acontece uma segmentação dos investimentos industriais. Esta segmentação também pode ser observada com relação as fontes de financiamento da industrialização. Em 1952 outra estrutura de financiamento de longo prazo é criada pelo Estado desenvolvimentista, o BNDE. Além desta iniciativa, são tomadas medidas de facilitação dos investimentos externos no país, por meio da Instrução 113 da SUMOC.

Assim, completa-se um circuito de financiamento das atividades industriais no país, com a CREAMI atendendo ao setor privado nacional, produtor de bens de consumo não durável; o BNDE financiando inicialmente as atividades industriais a cargo de empresas públicas, notadamente a indústria de base e infraestrutura; e os investimentos externos completando a estrutura ao apoiarem a instalação de indústrias de consumo durável, sendo a indústria automobilística o caso mais exemplar de utilização de recursos via Instrução 113. Portanto, com relação ao financiamento industrial no país, observa-se uma divisão da qual a CREAMI faz parte ao conceder crédito para os segmentos industriais de consumo não durável.

A relação da Carteira com indicadores de atividade econômica permanece constante ao longo do tempo. Como o período se caracteriza por altas taxas de crescimento do PIB, é importante salientar que a CREAMI acompanhou este crescimento com o aumento do volume de créditos concedidos. Apesar de não ser possível afirmar se os valores são ideais ou não, dado a não comparação com indicadores de outros países, já é razoável apontar a significância da Carteira pelo fato de manter o crescimento da concessão de crédito durante o período observado.

Portanto, ao longo deste trabalho foi analisado como a CREAMI desenvolveu suas atividades entre 1937 e 1969, anos que marcam sua criação e sua extinção. Utilizou-se sobretudo as informações contidas nos relatórios do Banco do Brasil. Basicamente estas foram de dois tipos: quantitativas e qualitativas. Ambas são importantes para compreender com a Carteira teve sua atuação relacionada com o desenvolvimentismo. A importância dos dados para o estudo da historiografia do desenvolvimento industrial brasileiro pode ser justificada pela necessidade de se construir parâmetros que permitam dimensionar o papel do sistema bancário, principalmente com intervenção do Estado, durante o estágio de intensa industrialização do país.

Neste sentido, esta tese apresenta uma contribuição ao sistematizar as informações estatísticas sobre a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, contidas nos relatórios do Banco do Brasil. Os dados da atuação da carteira precisaram ser uniformizados para todo o período de análise, sendo que a sua apresentação original foi sendo modificada ao longo do tempo. Assim, entende-se que a criação de séries para o período 1937-1969, que sigam os mesmos padrões, é uma das principais contribuições deste trabalho. Por isso, optou-se por apresentar estas séries de forma mais sistematizada no apêndice desta tese, nos quadros estatísticos. Apesar disso, os dados contidos nos relatórios também impuseram limitações ao trabalho, pois informações importantes como a distribuição regional dos créditos e as taxas de juros das operações, ou não eram disponibilizadas de forma que fosse possível uniformizá-las, ou eram apresentadas de forma insuficiente.

Além das informações estatísticas, esta tese também trabalhou com informações qualitativas. Por meio das afirmações contidas nos relatórios do Banco do Brasil, buscou-se relacionar a sua atuação como banco de desenvolvimento através da carteira de crédito especializado. Esta também pode ser considerada uma contribuição relevante, por revelar a intencionalidade da instituição ao realizar suas operações. Neste sentido, observou-se que o Banco do Brasil teve atuação importante durante o período 1937-1969. Como principal instituição financeira do país, desempenhou múltiplas funções: de banco comercial, banco de desenvolvimento e banco central.

Portanto, a partir desta tese compreende-se um pouco mais sobre a atuação do Estado desenvolvimentista brasileiro, que vigorou entre 1930 e 1980, sobre o crédito especializado e sobre a estrutura financeira. Marca esta atuação a criação de instituições públicas – tanto a carteira de crédito especializado, quanto bancos de desenvolvimento – que seriam responsáveis pelo financiamento de longo prazo dos processos característicos de fases de intensa industrialização.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva; Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva; (Ed.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197–2012.
- ARAUJO, Victor Leonardo De. **Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: o BNDE e o financiamento de longo prazo - 1952/1964**. 2007. Tese - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BAER, Werner. **A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac. Substituição de Importações e Industrialização no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 5–24, 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1790>>. Acesso em: 9 jun. 2018.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1937.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1938.
- BANCO DO BRASIL. **Carteira de Crédito Agrícola e Industrial**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1939. a.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1939. b.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1940.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1941.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942. a.
- BANCO DO BRASIL. **Estatutos do Banco do Brasil**. Aprovados pela Assembleia geral extraordinária dos acionistas. 10 mar. 1942b.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1944.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1945.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1946.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1947.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1948.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1949.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1950.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1951.

BANCO DO BRASIL. **Carteira de Crédito Agrícola e Industrial: leis e regulamentos.** Rio de Janeiro: n.d, 1952. a.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1952. b.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1953.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1954.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1955.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1956.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1957.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1958.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1959.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1960.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1961.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1962.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1963.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1964.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1965.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1966 a.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Trimestral do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1966.b.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1967.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1968.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1969.

BARKER, Wendy. Os Bancos, a indústria e o Estado no Brasil. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 10, n. n.2, Abr-Jun, p. 132–146, 1990.

BESKOW, Paulo Roberto. **O Crédito Rural Público numa Economia em Transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965**. 1994. Tese - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Ed.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13–68.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BNDE. **Relatório de 1968: XVII Exposição sobre o Programa de Reparelhamento Econômico**. Rio de Janeiro: BNDE, 1968.

BRASIL. **Decreto nº 370 de 2 de maio de 1890**. Manda observar o regulamento para execução do decreto n. 169 A de 19 de janeiro de 1890, que substituiu as leis n. 1237 de 24 de setembro de 1864 e n. 3272 de 5 de outubro de 1885, e do decreto n. 165 A de 17 de janeiro de 1890, sobre operações de crédito móvel. 1890. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D370.htm>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 14.635 de 21 de janeiro de 1921.** Aprova o regulamento para o serviço da Carteira de Redescontos, instituída no Banco do Brasil. 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14635-21-janeiro-1921-512329-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.** Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências. 1933. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 24.575 de 4 de Julho de 1934.** Regula a organização dos bancos de crédito industrial e dá outras providências. 1934. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=447021&id=14415597&idBinario=15696496&mime=application/rtf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 454, de 9 de Julho de 1937.** Autoriza o Tesouro Nacional a subscrever novas ações do Banco do Brasil, até a importância de 100.000:000\$000, e a emitir “bonus” para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias. 1937a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-454-9-julho-1937-503317-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 150, de 30 de dezembro de 1937.** Suspende, até 31 de março de 1938, as execuções judiciais para cobrança de dívida de agricultores. 1937b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-150-30-dezembro-1937-350847-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 182, de 5 de janeiro de 1938.** Revoga disposições contidas no Decreto nº 22.626, de 1933, e nas Leis nºs. 454 e 492, de 1937. 1938a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-182-5-janeiro-1938-354997-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.002 de 29 de dezembro de 1938.** Autoriza o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, e dá outras providências, sobre crédito agrícola. 1938b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1002-29-dezembro-1938-350738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.001 de 29 de dezembro de 1938.** Prorroga até 31 de dezembro de 1939 o prazo estabelecido no Decreto-Lei nº 150, de 30 de dezembro de 1937, e dá outras providências. 1938c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1001-29-dezembro-1938-348723-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.230, de 29 de abril de 1939.** Expede o Regulamento para execução dos Decretos-Leis nºs. 1002, de 29 de dezembro de 1938, e 1172, de 27 de março de 1939. 1939a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1230-29-abril-1939-349263-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.271, de 16 de maio de 1939.** Dispõe sobre o penhor de máquinas e aparelhos utilizados na indústria. 1939b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1271-16-maio-1939-349680-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.697 de 23 de outubro de 1939. Amplia disposições do Decreto-lei nº 1.271, de 16 de maio de 1939. 23 out. 1939 c.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.888, de 15 de dezembro de 1939.** Dispõe sobre a concessão de empréstimos e outros benefícios a agricultores, nas condições que menciona, e dá outras providências. 1939d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1888-15-dezembro-1939-411854-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.172 de 27 de março de 1939.** Dispõe sobre os empréstimos autorizados pelo Decreto-Lei n. 1.002, de 29 de dezembro de 1938. 1939e. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1172-27-marco-1939-350263-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.064, de 7 de março de 1940.** Amplia disposições do Decreto-lei n. 1.271, de 16 de maio de 1939. 7 mar. 1940 a.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.611 de 20 de setembro de 1940.** Dispõe sobre os recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e dá outras providências. 1940b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2611-20-setembro-1940-412706-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941.** Dispõe sobre o recolhimento dos recursos a que se refere o decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940, e dá outras providências. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3077.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.125, de 24 de fevereiro de 1942.** Eleva o prazo máximo fixado no art. 6º da Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, para os empréstimos industriais concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. 1942a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4125-24-fevereiro-1942-414120-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.191, de 18 de março de 1942.** Dispõe sobre o penhor de máquinas e aparelhos utilizados na indústria quando instalados em imóvel alugado a terceiro e dá outras providências. 1942b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4191-18-marco-1942-414221-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.312, de 20 de maio de 1942.** Amplia as disposições do Decreto-Lei n. 1271, de 16 de maio de 1939, e dá outras providências. 1942c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4312-20-maio-1942-414446-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.360, de 5 de junho de 1942.** Modifica os prazos para penhor agrícola e pecuário e dá outras providências. 1942d. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4360-5-junho-1942-414701-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.792 de 5 de outubro de 1942. Restringe a faculdade emissora de Tesouro e amplia as atribuições da Carteira de Redesconto. 1942e. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4792-5-outubro-1942-414902-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.774, de 24 de julho de 1945. Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para as safras de 1948 a 1951. 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7774-24-julho-1945-457554-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.879, DE 16 DE SETEMBRO DE 1946. Estabelece preço mínimos para financiamento ou aquisição dos cereais e gêneros de primeira necessidade de produção nacional e da providências. 1946a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9879-16-setembro-1946-457373-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 8, de 19 de dezembro de 1946. Suspende, até 30 de julho de 1947, o vencimento de quaisquer obrigações civis, comerciais e fiscais, a que estejam sujeitos os pecuarista. 1946b. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540821&id=14228409&idBinario=15638014&mime=application/rtf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 209, de 2 de janeiro de 1948. Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino. 1948. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-209-2-janeiro-1948-367124-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 615, DE 2 de fevereiro de 1949. Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para as safras de 1948 a 1951. 1949a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-615-2-fevereiro-1949-366208-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949. Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências. 1949b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-1002-24-dezembro-1949-361439-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 30.190 de 21 de novembro de 1951. Aprova o Regulamento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil Sociedade Anônima. 1951a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30190-21-novembro-1951-340705-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 1506, de 19 de dezembro de 1951. Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional. 1951b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1506.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.728, de 10 de novembro de 1952.** Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências. 1952. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1728-10-novembro-1952-366630-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.** Altera a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, dando-lhe nova redação, e adota providências. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl02.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966.** Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De10079.htm#art22>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CAMERON, Rondo et al. . **Banking in the Early Stages of Industrialization.** New York: Oxford University Press, 1967.

CAMERON, Rondo (org). **Banking and Economic Development.** New York: Oxford University Press, 1972.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira De. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 513–538, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35981>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTRO, Antonio Barros De. **Sete ensaios sobre economia brasileira.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. v. 1

CASTRO, Lavínia Barros De. **Financiamento do desenvolvimento: teoria, experiência coreana (1950-80) e reflexões comparativas ao caso brasileiro.** 2006. Tese - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Mario de Andrade Ramos.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ramos-mario-de-andrade>>. Acesso em: 3 nov. 2017a.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Truda, Francisco de Leonardo.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/truda-francisco-de-leonardo>>. Acesso em: 5 out. 2017b.

CHANG, Ha-Joon. The economic theory of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The Developmental State.** Cornell Studies in Political Economy Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COLISTETE, Renato P. Revisiting Import-Substituting Industrialisation in Post-War Brazil. **MPRA RePEc Archive**, [s. l.], v. 24665, 2010. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/24665/1/MPRA_paper_24665.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto. **Instituições Crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira Da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós-guerra. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 66–81, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643218>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 157–172, 2001.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Eds.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 28–29, p. 107–157, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64451993000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2018.

EVANS, Peter. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da Substituição de Importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça (Eds.). **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. Anpec São Paulo: Saraiva, 1977.

FOHLIN, Caroline. **Handbook of Cliometrics**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], n. 2 (jun), p. 72–95, 1998.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituições de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Eds.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. a.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 23, n. 1 (89) jan/mar, p. 133–148, 2003. b.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Eds.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012. a.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista EconomiA**. [s. l.], v. 13, n. 3b, p. 843–866, 2012. b. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843_866.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marcos A. M. (Eds.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. a.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Hucitec, 2014. b.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes. Metalistas x Papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 203–233, 2012. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1174/1008>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. **Tempo**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 86–104, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-77042017000100086&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Índices do Produto Real Segundo Ramos de Atividades. **Conjuntura Econômica**, [s. l.], v. XXIII, n. 10, p. 68, 1969.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso. Elementos para uma teoria do subdesenvolvimento. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.) (Ed.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin, 2013. a. p. 113–140.
- FURTADO, Celso. Interação entre decisões e estruturas. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.) (Ed.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin, 2013. b. p. 141–152.
- GERSCHEKRON, Alexander. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. a.

GERSCHENKRON, Alexander. O atraso econômico em perspectiva histórica. In: BENJAMIN, César (Ed.). **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. b. p. 404.

GERSCHENKRON, Alexander. Pós-escrito sobre a industrialização europeia. In: BENJAMIN, César (Ed.). **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015. c. p. 404.

GOOD, David F. Backwardness and the Role of Banking in Nineteenth-Century European Industrialization. **The Journal of Economic History**, [s. l.], v. 33, n. 4 (dec), p. 845–850, 1973.

HADDAD, Claudio. **Crescimento do Produto Real no Brasil: 1900-1947**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.

HERMANN, Jennifer. Liberalização e desenvolvimento financeiro: lições da experiência brasileira no período 1990-2006. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 257–290, 2010.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 2018. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/tabelas-setoriais/agropecuaria.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

KEYNES, John M. **Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril, 1983.

KEYNES, John M. Teoria ex-ante da taxa de juros. In: **Clássicos da literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia**. Brasília: IPEA, 2010. a.

KEYNES, John M. Teorias alternativas da taxa de juros. In: **Clássicos da literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia**. Brasília: IPEA, 2010. b.

KING, Robert G.; LEVINE, Ross. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 108, n. 3, p. 717–737, 1993. Disponível em: <<https://academic.oup.com/qje/article/108/3/717/1881857>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEVINE, Ross. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 688–726, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2729790>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

MAGALHÃES, Paulo Frederico. Aspectos do Problema do Crédito Agrícola no nosso País. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 6, 1939.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCKINNON, Ronald. **Money and Capital in Economic Development**. Washington: The Brookings Institution, 1973.

NAJBERG, Sheila. Transformação do BNDES em financiador do Setor Privado Nacional. In: **BNDES um Banco de Ideias: 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 345–355.

Crédito Agrícola e Industrial. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 7, 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/35768>

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: **Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 171–196.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil: História financeira do Brasil entre 1808 e 1951**. n.d: n.d, 1979. v. IV

PATRICK, Hugh T. Financial Development and Economic Growth in Underdevelopment Countries. **Economic Development and Cultural Change**, [s. l.], v. 14, n. 2 (jan), p. 174–189, 1966.

PELÁEZ, Carlos Manoel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 15–47, 1968. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1707>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PROCHNIK, Marta. Fontes de Recursos do BNDES. **Revista do BNDES**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 143–180, 1995.

RAMOS, Mario de Andrade. As Caixas Econômicas poderão concorrer para a solução do problema do Crédito Agrícola e Industrial. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 6, 1939. a.

RAMOS, Mario de Andrade. Banco do Brasil. Fundação do Banco Agrícola e Industrial do Brasil - Abundância de crédito para a produção e os transportes, a prazo longo e taxas baixas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1939. b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/364568_12/61506>. Acesso em: 9 fev. 2018.

RESENDE, A. Estabilização e reforma: 1964 – 1967. In: **Abreu, M.P. (org.), A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 213–232.

SAES, Flávio A. M. De. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 20–39, 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8529>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SHAPIRO, Helen; TAYLOR, Lance. The state and industrial strategy. **World Development**, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 861–878, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X9090009M>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SHAW, E. S. **Financial deepening in Economic Development**. New York: Oxford University Press, 1973.

SILBER, Simão. Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o período 1929/1939. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto

Mendonça (Eds.). **Formação Econômica do Brasil**: período republicano. Série ANPEC de leituras de economia. São Paulo: Saraiva, 1977.

SILVA, Mauro Santos. Política de mobilização de capitais para investimento privado: regulação bancária, e funding, operacionalização e desempenho da CREAM (1932-1945). **Revista EconomiA**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 123–148, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A006.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

SIMONSEN, Roberto. As finanças e a Indústria. In: 1931, São Paulo. **Anais...** São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1931.

SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 13, n. 1 (49), p. 101–118, 1993. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/49-7.PDF>>. Acesso em: 9 ago. 2018.

STUDART, Rogério. The Efficiency of Financial Systems, Liberalization, and Economic Development. **Journal of Post Keynesian Economics**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 269–292, 1995. a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4538490>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

STUDART, Rogério. **Investment finance in economic development**. London: Routledge, 1995. b.

STUDART, Rogério. **Estado, Mercados e o Financiamento do Desenvolvimento**: Algumas Considerações. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

SYLLA, Richard. The Role of Banks. In: SYLLA, RICHARD; TONIOLO, GIANNI (Eds.). **Patterns of European Industrialization**. London: Routledge, 1991.

SZMERECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Eds.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. a.

TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. b.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. 1983. PhD Thesis - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s. l.], 1983.

TRUDA, Leonardo. O Crédito Agrícola no Brasil. In: CONFERÊNCIA REALIZADA NA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA 1937a, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: n.d, 1937.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa R. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça (Eds.). **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização.** Anpec. São Paulo: Saraiva, 1977.

WADE, Robert. **El mercado dirigido:** la teoría económica y la función del gobierno en la industrialización del este de Asia. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

WAGEMANN, Ernst. **Estructura y ritmo de la economía mundial:** estudios prácticos acerca de los métodos empleados para pronosticar la coyuntura y para combatir las crisis. Barcelona: Editorial Labor S.A, 1937.

ZYSMAN, John. **Governments, Markets, ad Growth:** Financial Systems and the politics of industrial Change. London: Cornell University Press, 1983.

**APÊNDICE A – LISTA DAS TABELAS ESTATÍSTICAS ELABORADAS COM BASE
NOS RELATÓRIOS DO BANCO DO BRASIL**

Tabela B 1 – Créditos Concedidos pela CREAMI, entre 1938 a 1968, em NCr\$ de 1968 e número de operações por setor.	239
Tabela B 2 – Empréstimos do Sistema Bancário Brasileiro, entre 1938 e 1967 – Saldos em final de período, em NCr\$ 1.000 de 1968.....	240
Tabela B 3 – Depósitos do Sistema Bancário Brasileiro, entre 1938 e 1967 – Saldos em final de período, em NCr\$ 1.000 de 1968	244
Tabela B 4 – Depósitos do Banco do Brasil por tempo, 1938–1968, NCr\$ 1.000 de 1968...	245
Tabela B 5 – CREAMI – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em NCr\$ mil de 1968.....	246
Tabela B 6 – CARED – Assistência Financeira aos Bancos, 1938–1965, NCr\$ 1.000 de 1968	248
Tabela B 7 – CARED – Operações Realizadas, 1938–1965, em NCr\$ 1.000 de 1968	249
Tabela B 8 – Meios de Pagamento, 1938–1965, em NCr\$ 1.000 de 1968.....	250
Tabela B 9 – CREAMI – Crédito Concedido para a Agricultura, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968	251
Tabela B 10 – CREAMI – Crédito Concedido para a Indústria, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968	253
Tabela B 11 – CREAMI – Crédito Concedido para a Pecuária, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968	255
Tabela B 12 – Indicadores de Atividade Econômica Seleccionados, 1938–1968	257
Tabela B 13 - BNDE, Colaboração Financeira Aprovada em benefício dos setores público e privado, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968	258
Tabela B 14 - BNDES, operações aprovadas em moeda nacional, segundo as atividades econômicas beneficiadas, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968	258
Tabela B 15 - Fontes de Recursos do BNDE, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968	259
Tabela B 16 – Participação dos principais produtos sobre o Valor da Produção Agrícola, em %, 1937-1968	261
.....	

APÊNDICE B – TABELAS ESTATÍSTICAS ELABORADAS COM BASE NOS RELATÓRIOS DO BANCO DO BRASIL

Tabela B 1 – Créditos Concedidos pela CREAM, entre 1938 a 1968, em NCr\$ de 1968 e número de operações por setor.

Anos	Rurais						Total		Industriais		Total	
	Agricultura		Pecuária		Outros – Rurais		Número	NCr\$ 1.000	Número	NCr\$ 1.000	Número	NCr\$ 1.000
	Número	NCr\$ 1.000	Número	NCr\$ 1.000	Número	NCr\$ 1.000						
1938	918	35.172	103	2.345	–	–	1.021	37.516	29	8.441	1.050	45.958
1939	2.598	90.077	653	18.383	–	–	3.251	108.460	43	27.115	3.294	135.575
1940	4.077	100.788	3.141	74.945	–	–	7.218	175.733	107	23.259	7.325	198.992
1941	6.083	144.204	5.524	119.975	–	–	11.607	264.179	89	92.228	11.696	356.407
1942	8.323	252.482	7.535	183.226	–	–	15.858	435.707	72	49.420	15.930	485.128
1943	8.083	272.171	6.713	163.476	–	–	14.796	435.647	85	68.043	14.881	503.689
1944	8.757	320.007	14.995	471.287	–	–	23.752	791.295	122	33.937	23.874	825.231
1945	12.447	624.068	17.167	435.662	–	–	29.614	1.059.730	137	32.649	29.751	1.092.379
1946	8.708	225.614	8.770	146.114	–	–	17.478	371.727	226	49.189	17.704	420.916
1947	5.439	184.505	397	14.654	11	16.985	5.847	216.144	178	34.137	6.025	250.281
1948	8.604	242.369	836	58.074	42	3.148	9.482	303.591	367	76.016	9.849	379.607
1949	12.176	336.553	2.970	103.320	171	13.224	15.317	453.098	515	105.645	15.832	558.743
1950	15.900	435.238	3.203	110.075	147	6.130	19.250	551.443	549	120.737	19.799	672.180
1951	20.731	495.541	5.144	160.216	29	3.159	25.904	658.917	765	261.310	26.669	920.227
1952	38.546	659.174	7.990	212.793	276	39.017	46.812	910.985	1.361	442.778	48.173	1.353.763
1953	49.115	633.059	8.402	176.989	356	69.025	57.873	879.073	1.346	236.076	59.219	1.115.149
1954	59.075	686.640	9.658	196.122	270	63.977	69.003	946.739	1.672	216.785	70.675	1.163.524
1955	58.962	634.060	9.069	155.602	324	56.536	68.355	846.199	1.661	222.071	70.016	1.068.270
1956	69.585	732.658	12.007	162.041	183	54.982	81.775	949.680	1.512	232.428	83.287	1.182.108
1957	76.238	829.935	14.091	200.629	230	54.332	90.559	1.084.896	1.648	327.189	92.207	1.412.085
1958	77.806	800.428	15.791	213.521	272	82.451	93.869	1.096.400	1.604	266.154	95.473	1.362.554
1959	98.406	861.206	17.133	194.491	631	126.415	116.170	1.182.112	1.923	226.268	118.093	1.408.380
1960	118.109	953.902	24.655	273.745	758	128.554	143.522	1.356.201	2.681	258.911	146.203	1.615.112
1961	193.485	1.012.841	31.194	209.668	918	155.309	225.597	1.377.818	3.845	337.334	229.442	1.715.152
1962	311.869	1.326.196	45.112	359.919	1.325	219.068	358.306	1.905.182	5.763	412.154	364.069	2.317.336
1963	365.249	1.119.869	33.094	172.725	2.442	244.155	400.785	1.536.749	6.866	361.470	407.651	1.898.219
1964	461.633	1.470.076	54.652	217.947	2.130	228.934	518.415	1.916.957	9.739	421.825	528.154	2.338.781
1965	365.359	1.050.833	45.060	143.056	1.480	151.074	411.899	1.344.963	8.636	352.270	420.535	1.697.232
1966	385.962	1.256.212	66.815	298.229	2.540	194.600	455.317	1.749.041	5.982	345.536	461.299	2.094.577
1967	398.453	1.399.371	70.088	309.841	13.769	291.685	482.310	2.000.897	6.530	411.048	488.840	2.411.945
1968	424.616	1.560.065	102.831	416.211	12.835	307.236	540.282	2.283.512	8.038	614.007	548.320	2.897.519

Fonte: Para dados entre 1938 a 1965, Relatório Trimestral do Banco do Brasil (1966b); e para 1966 a 1968, Relatórios do Banco do Brasil (1967, p.196; 1968, p.184).

Tabela B 2 – Empréstimos do Sistema Bancário Brasileiro, entre 1938 e 1967 – Saldos em final de período, em NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	Banco do Brasil							Total CREGE
	Carteira de Crédito Geral							
	Setor Público	Bancos	Setor Privado				Total	
Indústria			Agricultura	Pecuária	Outros			
1938	1.341.683	79.254	n.d	n.d	n.d	n.d	398.144	1.819.081
1939	1.278.084	76.290	n.d	n.d	n.d	n.d	475.203	1.829.576
1940	977.732	59.870	n.d	n.d	n.d	n.d	541.844	1.579.446
1941	1.182.942	85.584	n.d	n.d	n.d	n.d	607.298	1.875.824
1942	1.118.517	61.860	n.d	n.d	n.d	n.d	523.454	1.703.830
1943	1.799.962	52.185	n.d	n.d	n.d	n.d	465.632	2.317.779
1944	1.763.982	60.464	n.d	n.d	n.d	n.d	629.499	2.453.945
1945	712.032	58.643	n.d	n.d	n.d	n.d	690.405	1.461.080
1946	919.154	72.785	n.d	n.d	n.d	n.d	730.386	1.722.325
1947	668.580	168.519	n.d	n.d	n.d	n.d	852.086	1.689.185
1948	612.376	270.856	n.d	n.d	n.d	n.d	993.557	1.876.788
1949	1.239.552	274.649	n.d	n.d	n.d	n.d	1.068.950	2.583.150
1950	1.137.535	392.194	n.d	n.d	n.d	n.d	1.050.381	2.580.110
1951	961.973	313.775	n.d	n.d	n.d	n.d	1.702.916	2.978.664
1952	1.143.132	424.454	n.d	n.d	n.d	n.d	2.155.829	3.723.414
1953	1.866.382	660.254	930.481	92.876	72.368	1.061.483	2.157.208	4.683.844
1954	2.264.775	548.886	1.202.436	241.424	90.463	1.081.511	2.615.834	5.429.495
1955	2.212.877	455.793	1.261.118	240.853	93.845	1.111.882	2.707.697	5.376.367
1956	3.194.854	363.191	1.354.522	130.867	62.555	958.602	2.506.545	6.064.590
1957	4.606.230	296.412	1.466.326	169.437	62.015	943.062	2.640.840	7.543.482
1958	3.462.089	409.553	1.699.731	226.997	60.251	1.034.224	3.021.203	6.892.845
1959	2.110.309	323.710	1.505.339	98.075	53.002	724.329	2.380.745	4.814.763
1960	3.754.443	292.955	1.505.383	94.029	68.569	913.751	2.581.732	6.629.130
1961	5.684.120	202.865	1.603.041	357.085	69.163	1.054.182	3.083.470	8.970.455
1962	8.033.441	120.183	1.973.367	369.641	68.839	968.690	3.380.537	11.534.161
1963	7.647.718	60.539	1.528.735	469.865	61.998	805.688	2.866.286	10.574.543
1964	7.007.167	24.458	1.211.929	449.935	61.636	643.905	2.367.405	9.399.031
1965	5.349.681	922	1.035.809	290.052	71.966	525.051	1.922.877	7.273.481
1966	5.858.249	1.335	1.123.032	302.624	88.063	526.600	2.040.319	7.899.903
1967	5.982.018	827	1.008.498	255.450	100.396	696.589	2.060.933	8.043.778

(Continua)

(Continuação)

Ano	Banco do Brasil					TOTAL BB
	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial					
	Agricultura	Pecuária	Outros Rurais	Indústria	TOTAL CREAMI	
1938	19.227	n.d	n.d	2.345	21.572	1.840.653
1939	61.124	n.d	n.d	29.873	90.996	1.920.572
1940	146.875	n.d	n.d	40.488	187.363	1.766.809
1941	229.007	n.d	n.d	89.883	318.890	2.194.715
1942	177.174	194.320	1.345	73.626	446.465	2.150.296
1943	170.972	205.858	2.018	106.389	485.237	2.803.016
1944	235.644	483.954	3.346	114.237	837.181	3.291.126
1945	321.496	699.763	4.575	119.989	1.145.823	2.606.904
1946	142.483	608.595	3.630	134.316	889.024	2.611.348
1947	153.865	459.597	3.497	115.732	732.691	2.421.876
1948	151.874	386.689	3.148	141.330	683.041	2.559.829
1949	200.682	387.414	14.532	163.481	766.110	3.349.260
1950	275.988	384.864	3.998	171.510	836.360	3.416.470
1951	293.128	372.559	3.498	369.964	1.039.148	4.017.812
1952	387.907	428.057	18.942	501.870	1.336.776	5.060.190
1953	443.964	411.258	29.001	575.237	1.459.461	6.143.305
1954	469.287	379.107	41.965	564.223	1.454.583	6.884.078
1955	487.563	333.870	41.002	561.862	1.424.296	6.800.663
1956	547.846	287.098	40.406	510.241	1.385.592	7.450.182
1957	646.880	311.778	40.945	579.666	1.579.268	9.122.751
1958	777.941	333.942	50.544	566.468	1.728.894	8.621.739
1959	853.578	294.676	53.876	458.234	1.660.365	6.475.128
1960	965.394	369.770	71.141	439.349	1.845.654	8.474.784
1961	1.066.396	326.494	86.075	421.301	1.900.266	10.870.721
1962	1.236.819	471.949	146.188	453.455	2.308.411	13.842.571
1963	1.096.793	337.555	256.965	362.476	2.053.790	12.628.333
1964	1.234.159	305.943	215.353	375.442	2.130.897	11.529.928
1965	907.842	236.430	639.415	362.024	2.145.711	9.419.192
1966	1.045.982	365.869	362.905	432.794	2.207.550	10.107.453
1967	1.235.885	451.307	427.884	482.009	2.597.083	10.640.862

(Continua)

(Continuação)

Ano	Setor Público	Demais Bancos					Total Demais Bancos Atividades Produtivas	Total Demais Bancos	Total Geral
		Bancos	Outros	Indústria	Agricultura	Pecuária			
1938	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	2.821.709	4.662.362
1939	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	3.264.375	5.184.947
1940	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	3.762.329	5.529.137
1941	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	4.016.609	6.211.324
1942	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	3.970.449	6.120.745
1943	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.488.110	8.291.126
1944	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.506.559	8.797.685
1945	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.568.992	8.175.895
1946	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.605.133	8.216.481
1947	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.330.992	7.752.868
1948	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.520.196	8.080.025
1949	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	5.988.647	9.337.906
1950	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	7.261.116	10.677.586
1951	308.585	31.930	4.631.936	1.634.655	146.564	172.627	6.585.781	6.926.297	10.944.109
1952	291.548	32.017	5.118.150	1.285.097	91.006	195.601	6.689.853	7.013.417	12.073.607
1953	383.070	21.503	5.197.104	1.345.172	354.159	100.646	6.997.081	7.401.654	13.544.958
1954	318.680	31.527	3.762.530	2.172.962	443.440	138.819	6.517.751	6.867.959	13.752.036
1955	230.265	8.213	3.697.402	2.209.439	597.388	52.207	6.556.436	6.794.914	13.595.577
1956	179.671	12.241	3.600.837	2.322.356	570.150	89.838	6.583.182	6.775.094	14.225.276
1957	185.084	8.695	4.012.625	2.534.292	674.023	115.013	7.335.952	7.529.731	16.652.482
1958	228.440	4.792	4.270.832	2.843.194	630.733	122.141	7.866.899	8.100.131	16.721.870
1959	179.672	7.567	4.248.565	2.880.977	674.885	112.426	7.916.853	8.104.092	14.579.220
1960	182.024	10.555	4.900.995	3.322.403	700.640	165.723	9.089.762	9.282.340	17.757.124
1961	179.471	16.304	4.612.509	3.434.483	649.524	167.845	8.864.361	9.060.136	19.930.857
1962	173.714	9.401	4.641.804	3.632.134	659.675	210.071	9.143.683	9.326.798	23.169.370
1963	233.344	6.695	3.683.066	3.405.657	722.660	197.099	8.008.482	8.248.520	20.876.853
1964	199.189	2.207	3.310.441	3.338.629	876.782	256.721	7.782.573	7.983.969	19.513.897
1965	298.705	3.799	3.530.917	3.779.963	1.037.227	303.725	8.651.831	8.954.335	18.373.527
1966	483.803	1.117	3.241.823	3.271.380	933.454	301.185	7.747.843	8.232.763	18.340.216
1967	717.451	9.014	4.027.246	4.178.964	1.284.292	542.407	10.032.909	10.759.374	21.400.236

Fonte: Para compor o total de empréstimos bancários fornecidos pelo Banco do Brasil foram utilizados os dados das Carteiras de Crédito Geral e de Crédito Agrícola e Industrial, pois ambas respondiam pelo maior volume de empréstimos da instituição. Como pode ser visto no Relatório do Banco do Brasil de 1954 (RBB, 1955, p.279), entre 1945 e 1954, os empréstimos de ambas as carteiras correspondem a mais de 99% do total, enquanto que entre 1961 e 1965, de acordo com o Relatório do Banco do Brasil de 1965 (RBB, 1966, p.233), correspondem a mais de 97%. Os dados das demais instituições bancárias estão contempladas como Demais Bancos, na Tabela B 2. Para a coleta dos dados foram utilizados os Relatórios do Banco do Brasil e também o Movimento Bancário

Brasileiro, editado pelo Ministério da Fazenda. As series foram formadas para o período 1938/1967, e não foram estendidas para o ano de 1968 pela indisponibilidade de dados para todas as categorias.

Os dados correspondentes a Carteira de Crédito Geral (CREGE) foram obtidos nos seguintes Relatórios do Banco do Brasil: 1945 (1946, p.180); 1950 (1951, p.163 e p.116); 1952 (1953, p.41, p.112 e p.302); 1954 (1955, p.281); 1961 (1962, p.155); 1967 (1968, p.194); 1968 (1969, p.179 e p.180). Algumas ressalvas são necessárias sobre algumas escolhas metodológicas:

1. Setor Público: inclui empréstimos com o Governo Federal (inclusive Tesouro Nacional), Governos Estaduais e Municipais e Autarquias. A partir de 1948, as operações cambiais realizadas pelo Banco do Brasil foram lançadas com os empréstimos para o Governo Federal, uma vez que eram registradas contabilmente como “Tesouro Nacional – Operações da Carteira de Câmbio”. Para padronizar as informações, e também evitar uma superestimativa dos empréstimos para o Setor Público, foram retirados os valores referentes as operações da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil do total dos empréstimos realizados ao Tesouro Nacional;
2. Bancos: incluem operações realizadas pelo Banco do Brasil, tanto através da Carteira de Crédito Geral, quanto da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB). A retirada das operações realizadas através da CAMOB mostrou-se inviável;
3. Setor Privado: composto de empréstimos para Indústrias, Agricultura, Pecuária e Outros. Para o período 1938/1952 a abertura dos valores mostrou-se inviável, uma vez que deveriam ser obtidas por subtração dos valores dos empréstimos fornecidos pela CREA e as categorias mostraram-se incompatíveis;
4. Outros: inclui empréstimos comerciais e também para outras finalidades. As duas rubricas foram integradas em função de permitir uma melhor comparação com a CREA e com Demais Bancos.

Para formar as séries dos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), foram utilizados os seguintes Relatórios do Banco do Brasil: 1942 (1943, p.59); 1948 (1949, p.186); 1950 (1951, p.118); 1951 (1952, p.270); 1953 (1954, p.298); 1955 (1956, p. 35, seção III); 1956 (1957, p.17, seção III); 1957 (1958, p.17, seção III); 1958 (1959, p.17, seção III); 1963 (1964, p.176); 1967 (1968, p.195); 1968 (1969, p.182 e 183). As categorias dos dados foram agrupadas da seguinte forma:

1. Agricultura: empréstimos agrícolas, agropecuários e agroindustriais. Optou-se por incluir tais categorias em “Agricultura” pela observação dos agrupamentos realizados nos textos dos relatórios;
2. Pecuários incluem apenas empréstimos para este setor;
3. Outros Rurais: inclui empréstimos em Letras Hipotecárias (1942 a 1960), Sobre Produtos Agrícolas (1949 a 1967, aquisição e financiamento); Cooperativas (1952 a 1967); Fundiários (1953 a 1962), Para Racionalização da Cafeicultura (1962 a 1967);
4. Indústria: foram considerados nesta categoria os empréstimos Industriais; Investimentos (1952 a 1964); Desenvolvimento Industrial (1963 a 1967); Para Democratização do Capital das Empresas (1965 a 1967);

Os empréstimos categorizados como “Demais Bancos” têm como fonte os seguintes Relatórios do Banco do Brasil: 1945 (1946, p.180); 1952 (1953, p.340); 1955 (1955, p.70 e 71); 1960 (1959, p.109); 1961 (1962, p.245); 1963 (1964, p.245); 1965 (1966, p.300); 1966 (1967, p.340); 1967 (1968, p.261). Nesta categoria incluem-se os empréstimos por instituições bancárias privadas nacionais e estrangeiras e também por outros bancos nacionais, inclusive os públicos. Necessitam de ressalvas sobre opções metodológicas:

1. Entre 1938 e 1950 não foi possível obter os dados desagregados dos empréstimos realizados por outras instituições financeiras. Para o período 1951/1959 os relatórios do Banco do Brasil apresentavam o Movimento Bancário dos empréstimos de todas as instituições bancárias (inclusive Banco do Brasil), em somatório, sem distinguir entre aqueles realizados pelo Banco do Brasil e pelos demais Bancos. Para separar os valores dos empréstimos realizados pelos Demais Bancos e Banco do Brasil foi realizada a seguinte operação: do valor total de empréstimos bancários, por categoria, foi subtraído o valor dos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil. Os dados do período 1960/1967 estavam disponíveis com a divisão entre empréstimos realizados pelo Banco do Brasil e por Demais Bancos;
2. A coluna “Outros” inclui empréstimos comerciais e de outras finalidades;
3. A coluna “Total Demais Bancos Atividades Produtivas” não inclui empréstimos a Bancos e Setor Público.

Tabela B 3 – Depósitos do Sistema Bancário Brasileiro, entre 1938 e 1967 – Saldos em final de período, em NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	Banco do Brasil				Demais Bancos			Total Geral
	Setor Público	Bancos	Setor Privado	Total Banco do Brasil	Setor Público	Setor Privado	Total Demais Bancos	
1938	563.216	422.998	1.087.978	2.074.193	n.d	n.d	3.396.180	5.470.373
1939	507.833	502.777	967.410	1.978.019	n.d	n.d	3.777.263	5.755.283
1940	411.767	556.058	923.461	1.891.286	n.d	n.d	3.994.056	5.885.342
1941	590.103	436.911	1.157.149	2.184.163	n.d	n.d	4.276.489	6.460.652
1942	691.887	763.832	1.202.902	2.658.621	n.d	n.d	4.583.331	7.241.951
1943	1.214.679	719.927	1.392.570	3.327.176	n.d	n.d	5.774.985	9.102.161
1944	1.198.772	817.583	1.470.025	3.486.380	n.d	n.d	6.002.224	9.488.604
1945	1.191.157	719.519	1.548.629	3.459.305	n.d	n.d	5.958.072	9.417.377
1946	947.288	658.872	1.484.550	3.090.710	n.d	n.d	5.761.048	8.851.758
1947	955.662	703.217	1.345.653	3.004.532	n.d	n.d	5.622.736	8.627.268
1948	1.141.968	766.768	1.256.858	3.165.595	n.d	n.d	5.839.526	9.005.120
1949	1.113.271	764.511	1.420.761	3.298.544	n.d	n.d	6.005.504	9.304.048
1950	1.300.649	883.402	906.723	3.090.775	n.d	n.d	8.052.966	11.143.741
1951	1.594.601	764.749	852.191	3.211.542	698.519	7.101.519	7.800.038	11.011.580
1952	1.883.017	998.593	991.901	3.873.511	567.036	7.381.456	7.948.492	11.822.003
1953	2.287.669	980.804	920.362	4.188.834	479.831	7.646.403	7.381.297	11.570.131
1954	2.722.984	807.352	855.424	4.385.760	352.054	7.121.739	6.616.030	11.001.790
1955	2.945.366	909.102	805.325	4.659.794	424.198	7.344.061	6.975.508	11.635.302
1956	3.511.311	848.482	800.036	5.159.829	641.678	18.281.845	7.661.787	12.821.616
1957	4.074.916	1.247.203	932.803	6.254.921	763.035	8.456.549	9.218.167	15.473.088
1958	2.941.332	1.051.509	933.177	4.926.018	772.538	9.134.632	9.907.110	14.833.127
1959	2.609.515	1.300.778	976.224	4.886.518	991.367	9.632.451	10.623.825	15.510.343
1960	3.417.346	1.359.086	1.097.915	5.874.347	1.179.082	10.495.802	11.674.884	17.549.231
1961	4.501.112	1.405.677	1.406.623	7.313.412	1.115.345	10.777.842	11.893.187	19.206.598
1962	6.375.411	1.587.384	2.726.115	10.688.911	1.056.699	11.945.899	13.002.598	23.691.509
1963	5.754.982	1.538.727	1.858.676	9.152.385	887.831	11.058.324	11.946.154	21.098.539
1964	6.998.135	1.243.040	1.608.683	9.849.858	1.129.570	10.180.348	11.309.917	21.159.776
1965	10.428.174	1.539.783	1.467.474	13.435.431	984.715	12.375.284	13.359.998	26.795.430
1966	9.155.189	1.335.535	1.267.202	11.757.926	971.468	10.361.384	11.332.852	23.090.777
1967	7.980.944	1.056.515	1.624.547	10.662.007	1.472.976	12.451.849	13.924.825	24.586.831

Fonte: Também foram retirados, dos dados de depósitos do Setor Público, a partir de 1948, os valores relativos as operações da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, para evitar superestimava dos depósitos deste setor. Os depósitos dos Demais Bancos, entre 1951 e 1959 foram divididos entre Público e Privado pela diminuição dos depósitos do Banco do Brasil (Público e Privado) do Total dos Depósitos Bancários, registrados no movimento bancário brasileiro. As fontes das séries são os seguintes Relatórios do Banco do Brasil: 1946 (1947, p.233); 1949 (1950, p.252); 1952 (1953, p.38); 1954 (1955, p.254); 1956 (1957, p.12, seção III); 1957 (1958, p. 28, parte III); 1958 (1959, p.28, seção III); 1959 (1960, p.27, parte III); 1960 (1961, p. 27, parte III); 1961 (1962, p. 168); 1962 (1963, p.161 e p.165); 1963 (1964, p.245); 1965 (1966, p.300); 1967 (1968, p.229 e p.261).

Tabela B 4 – Depósitos do Banco do Brasil por tempo, 1938–1968, NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	À vista	A prazo	Total
1938	1.919.437	154.756	2.074.193
1939	1.743.635	234.384	1.978.019
1940	1.621.656	269.630	1.891.286
1941	1.830.492	353.671	2.184.163
1942	2.333.185	325.436	2.658.621
1943	2.960.437	366.739	3.327.176
1944	3.066.714	419.666	3.486.380
1945	3.050.884	408.420	3.459.305
1946	2.771.982	318.727	3.090.710
1947	2.728.108	276.424	3.004.532
1948	2.934.557	231.038	3.165.595
1949	3.050.052	248.492	3.298.544
1950	2.877.287	213.488	3.090.775
1951	3.049.069	162.473	3.211.542
1952	3.673.381	200.130	3.873.511
1953	3.970.105	218.729	4.188.834
1954	4.228.337	157.423	4.385.760
1955	4.542.455	117.338	4.659.794
1956	5.085.552	74.277	5.159.829
1957	6.162.450	92.471	6.254.921
1958	4.774.058	151.959	4.926.018
1959	4.768.304	118.214	4.886.518
1960	5.784.597	89.750	5.874.347
1961	7.234.426	78.985	7.313.412
1962	10.278.005	410.906	10.688.911
1963	8.832.595	319.789	9.152.385
1964	9.381.183	468.675	9.849.858
1965	13.309.764	125.667	13.435.431
1966	11.717.086	40.840	11.757.926
1967	10.578.435	83.572	10.662.007
1968	10.261.264	77.328	10.338.592

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1939 (1940, s.n.); 1940 (1950, p.211); 1941 (1942, p.161); 1943 (1944, p.154); 1968 (1969, p.197); 1945 (1946, p.169); 1947 (1948, p.164); 1951 (1952, p.234); 1961 (1962, p.168); 1962 (1963, p.161); 1965 (1966, p.244); 1967 (1968, p.226).

Tabela B 5 – CREAMI – Fontes de Recursos, entre 1938 e 1967 em NCr\$ mil de 1968

Ano	Bônus e Letras Em circulação		Decreto-Lei 3.007, de 26/02/41				Intermediados pelo Banco do Brasil		Recursos do Banco do Brasil	Total Geral
	Bônus em circulação	Letras hipotecárias	Depósitos judiciais		Outros Depósitos		CAMOB	CARED		
			à vista e aviso prévio de menos de 90 dias	a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	empresas concessionárias de serviços público	obrigatórios a prazo fixo				
1938	–	–	–	–	–	–	–	–	21.572	21.572
1939	2.053	–	–	–	–	–	–	–	88.944	90.996
1940	32.683	–	–	–	–	–	–	–	154.680	187.363
1941	29.653	–	49.657	–	13.572	48.828	–	–	177.026	318.735
1942	25.505	–	92.672	–	15.645	54.839	–	–	256.496	445.157
1943	21.873	–	162.339	–	16.410	52.398	–	–	229.699	482.719
1944	18.130	–	154.441	–	16.323	48.316	–	–	596.727	833.939
1945	15.776	–	164.209	6.216	18.946	47.282	–	–	868.196	1.120.625
1946	13.770	–	172.234	5.303	19.047	46.832	–	434.200	218.881	910.268
1947	12.633	–	162.851	6.122	17.224	49.817	–	92.212	429.881	770.740
1948	11.940	–	158.527	5.741	19.380	54.877	–	205.768	281.599	737.831
1949	11.024	–	157.765	4.742	21.487	56.687	–	346.945	220.181	818.831
1950	10.307	–	167.822	4.288	23.392	49.277	–	541.581	84.622	881.288
1951	8.726	–	168.465	3.522	23.211	47.138	–	128.921	684.999	1.064.983
1952	7.962	–	172.649	3.452	23.956	46.229	–	496.339	611.723	1.362.311
1953	6.988	–	164.228	3.441	22.609	44.735	–	525.355	717.596	1.484.951
1954	5.492	–	128.936	2.349	18.988	41.508	142.014	649.762	492.461	1.481.511
1955	4.924	621	123.327	2.002	18.884	37.483	127.334	644.072	500.355	1.459.003
1956	34.928	403	119.245	1.318	17.034	0	103.739	929.604	213.797	1.420.069
1957	32.602	–	116.113	956	17.064	–	92.011	1.389.802	–	1.648.547
1958	28.938	–	131.360	930	17.432	–	81.919	1.779.242	–	2.039.820
1959	22.675	–	119.406	651	13.983	–	60.298	754.205	718.181	1.689.400
1960	18.067	–	119.956	768	11.896	–	48.085	1.074.327	596.930	1.870.029
1961	13.415	–	106.697	394	9.848	–	35.716	1.886.949	–	2.053.019
1962	8.923	–	106.269	261	7.481	–	23.770	2.470.043	–	2.616.748
1963	5.734	–	63.568	84	5.032	–	13.323	2.167.630	–	2.255.370
1964	3.025	–	32.967	34	3.379	–	7.026	2.113.334	–	2.159.763
1965	1.900	–	21.047	19	2.942	–	1.762	–	2.119.030	2.146.701
1966	1.378	–	17.725	37	2.766	–	1.278	–	2.184.894	2.208.077
1967	1.089	–	16.422	10	2.808	–	1.010	–	2.577.296	2.598.635

Fonte: Entre 1938 e 1945, 1950, 1960, 1965, 1966 e 1967 os valores foram obtidos nos balanços do Banco do Brasil em 31 de dezembro dos respectivos anos. Em todos os demais anos, os valores foram obtidos nos relatórios do Banco do Brasil, e em alguns casos, com o auxílio dos balanços em 31 de dezembro, sobretudo nos casos onde os valores

que constavam nas seções sobre a CREAM nos relatórios estavam em milhares ou milhões de unidades monetárias. Para os anos onde os dados de recursos foram retirados dos balanços, utilizou-se de uma solução específico para definir a quantidade de recursos obtidos junto as disponibilidades do Banco do Brasil. Nos relatórios do Banco do Brasil, nas seções sobre a CREAM, onde eram expostos os recursos utilizados pela Carteira, também se mostrava a equivalência em aplicações. Assim, como são dados de balanço, o total de recursos utilizados apresenta-se em igualdade com o total das aplicações. Como o total de aplicações era superior ao total de recursos nos anos onde os dados foram obtidos dos balanços, adotou-se como critério que o restante dos recursos foi obtido junto às disponibilidades do Banco. Para os anos de 1950 e 1960, as seções que tratavam sobre a CARED indicavam a quantidade de redescontos utilizados pela CREAM, sendo estes dados utilizados para compor a tabela de recurso para tais períodos. Relatórios do Banco do Brasil: 1945 (1946, p.87); 1946 (1947, p.68); 1947 (1948, p.73); 1948 (1949, p.77); 1949 (1950, p.125); 1951 (1952, p.107); 1952 (1953, p.115); 1953 (1954, p.114); 1954 (1955, p.118), 1955 (1956, p.51); 1956 (1957, p.131); 1957 (1958, p.147); 1958 (1959, p.156); 1959 (1960, p.41); 1960 (1961; p.146) com auxílio do balanço; 1961 (1962, p.28); 1962 e 1963 (1964, p.22); 1964 (1965, p.23), com auxílio do balanço.

Tabela B 6 – CARED – Assistência Financeira aos Bancos, 1938–1965, NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	Auxílio aos Bancos				
	Banco do Brasil			Demais Bancos	Total
	CREAI	Outros	Total BB		
1938	n.d	n.d	–	22.656	22.656
1939	n.d	n.d	73.073	25.556	98.629
1940	n.d	n.d	162.381	20.911	183.292
1941	n.d	n.d	369.303	37.282	406.585
1942	n.d	n.d	–	19.012	19.012
1943	n.d	n.d	768.941	34.206	803.147
1944	n.d	n.d	1.437.044	83.029	1.520.073
1945	n.d	n.d	949.515	94.661	1.044.177
1946	434.200	39.898	474.098	93.059	567.156
1947	92.212	25.019	117.231	127.995	245.226
1948	205.768	–	205.699	184.198	389.897
1949	346.945	129.694	476.639	222.006	698.645
1950	541.581	759.602	1.301.183	276.028	1.577.210
1951	128.921	243.073	371.995	415.677	787.672
1952	496.339	239.017	735.356	416.938	1.152.294
1953	525.355	393.381	918.736	380.721	1.299.457
1954	649.762	902.101	1.551.862	332.882	1.884.744
1955	644.072	518.808	1.162.879	381.939	1.544.818
1956	929.604	560.090	1.489.694	367.859	1.857.553
1957	1.389.802	678.226	2.068.028	318.586	2.386.615
1958	1.779.242	800.460	2.579.702	514.081	3.093.783
1959	754.205	422.540	1.176.745	264.075	1.440.820
1960	1.074.327	782.555	1.856.882	563.166	2.420.048
1961	1.886.949	1.179.307	3.066.256	596.522	3.662.777
1962	2.470.043	1.649.110	4.119.153	624.198	4.743.351
1963	2.167.630	2.227.205	4.394.835	532.256	4.927.091
1964	2.113.334	2.115.117	4.228.450	696.857	4.925.307
1965	–	–	–	260.373	260.373

Fonte: A coluna CREAMI teve como fonte a Tabela B 5; a coluna Total Banco do Brasil e a Coluna Total foram obtidas por meio dos seguintes Relatórios do Banco do Brasil: 1939 (1940, s.n.); 1941 (1942, p.155 e 178); 1943 (1944, p.148 e 174); 1945 (1946, p.168 e 187); 1947 (1948, p.163 e 257); 1949 (1950, p.215 e 257); 1950 (1951, p.146 e 168); 1953 (1954, p.274, 317 e 330); 1955 (1956, p.16 e 63, parte III); 1957 (1958, p.30 e 119, parte III); 1959 (1960, p.134–35 e 186); 1961 (1962, p.146 e 235); 1963 (1964, p.166 e 238); 1965 (1966, p.226 e 290). As colunas Outros e Demais Bancos foram obtidas por subtração do Total Banco do Brasil, com a categoria CREAMI, e Total com Total Banco do Brasil, para Demais Bancos. Para alguns anos (1953 a 1963) foi possível identificar o Total Banco do Brasil e Demais Bancos. Tais valores foram utilizados para validar o método da subtração.

Tabela B 7 – CARED – Operações Realizadas, 1938–1965, em NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	Títulos Redescontados	Empréstimos	Total
1938	22.656	–	22.656
1939	98.629	–	98.629
1940	183.292	–	183.292
1941	406.585	–	406.585
1942	19.012	–	19.012
1943	341.869	461.278	803.147
1944	437.211	1.082.862	1.520.073
1945	105.059	939.117	1.044.177
1946	564.375	2.782	567.156
1947	245.226	–	245.226
1948	389.897	–	389.897
1949	698.645	–	698.645
1950	1.310.684	266.527	1.577.210
1951	787.672	–	787.672
1952	1.152.344	–	1.152.344
1953	1.299.536	–	1.299.536
1954	1.565.177	319.532	1.884.709
1955	1.258.325	286.502	1.544.827
1956	1.624.139	233.413	1.857.552
1957	2.179.587	207.024	2.386.611
1958	2.910.275	184.317	3.094.592
1959	1.440.830	–	1.440.830
1960	2.420.052	–	2.420.052
1961	3.662.781	–	3.662.781
1962	4.743.351	–	4.743.351
1963	4.927.091	–	4.927.091
1964	4.925.307	–	4.925.307
1965	260.373	–	260.373

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1939 (1940, s.n.), 1941 (1942, p.155 e 178); 1943 (1944, p.148 e 174); 1945 (1946, p.168 e 187); 1947 (1948, p.163 e 257); 1949 (1950, p.215 e 257); 1950 (1951, p.146 e 168); 1953 (1954, p.274, 317 e 330); 1955 (1956, p.16 e 63, parte III); 1957 (1958, p.30 e 119, parte III); 1959 (1960, p.134–35 e 186); 1961 (1962, p.146 e 235); 1963 (1964, p.166 e 238); 1965 (1966, p.226 e 290).

Tabela B 8 – Meios de Pagamento, 1938–1965, em NCr\$ 1.000 de 1968

Ano	Total Geral (C+D)	Meio Circulante					Total – A	Caixa em moeda Corrente – B	Moeda em poder do Público C = A – B	Depósitos à vista – D
		Responsabilidade								
		Tesouro Nacional	CARED	CAMOB	Banco Central	Caixa de Estabilização				
1938	6.107.684	2.255.210	–	–	–	7.503	2.262.713	–	2.262.713	3.844.971
1939	5.162.888	2.194.480	78.128	5.515	–	6.434	2.284.557	–	2.284.557	2.878.331
1940	4.982.986	2.028.686	167.980	31.442	–	5.169	2.233.277	–	2.233.277	2.749.709
1941	5.870.940	2.178.301	390.797	24.620	–	3.908	2.597.626	522.886	2.074.740	3.796.200
1942	6.295.230	2.766.875	–	–	–	2.690	2.769.565	709.033	2.060.532	4.234.698
1943	8.198.865	2.368.523	778.455	17.299	–	1.730	3.166.007	703.205	2.462.802	5.736.063
1944	8.533.840	1.958.998	1.481.735	14.339	–	1.195	3.456.267	669.171	2.787.097	5.746.744
1945	8.627.986	2.628.739	1.004.207	12.477	–	1.040	3.646.463	668.362	2.978.100	5.649.885
1946	8.468.595	3.096.699	520.745	101.644	–	726	3.719.815	666.859	3.052.956	5.415.639
1947	8.285.734	3.199.861	103.076	93.252	–	666	3.396.854	585.653	2.811.201	5.474.532
1948	8.438.700	3.016.238	212.467	185.397	–	472	3.414.574	623.550	2.791.024	5.647.676
1949	8.696.333	2.777.584	544.938	171.183	–	436	3.494.140	680.663	2.813.477	5.882.856
1950	10.429.183	2.541.864	1.459.233	156.984	–	400	4.158.480	808.108	3.350.372	7.078.811
1951	10.238.368	3.175.888	675.841	132.912	–	338	3.984.979	773.776	3.211.203	7.027.165
1952	10.722.727	2.896.640	1.025.874	121.272	–	206	4.043.993	797.536	3.246.457	7.476.270
1953	11.209.225	2.539.555	1.239.105	467.815	–	181	4.246.656	825.498	3.421.159	7.788.066
1954	11.394.952	1.995.018	1.829.501	367.675	–	142	4.192.336	76.830	4.115.507	7.279.446
1955	11.206.934	2.480.533	1.483.507	329.668	–	–	4.293.708	779.285	3.514.423	7.692.511
1956	11.270.376	2.019.801	1.805.113	367.133	–	–	4.192.047	693.029	3.499.017	7.771.358
1957	13.384.724	1.789.421	2.327.912	325.625	–	–	4.442.958	703.788	3.739.169	9.645.554
1958	14.464.304	1.590.657	3.026.937	289.910	–	–	4.907.504	822.587	4.084.917	10.379.387
1959	15.091.739	3.082.493	1.365.779	213.395	–	–	4.661.667	831.991	3.829.675	11.262.064
1960	16.638.028	2.456.184	2.329.721	170.171	–	–	4.956.076	884.419	4.071.657	12.566.372
1961	18.602.862	1.820.763	3.655.509	126.398	–	–	5.602.670	1.037.252	4.565.418	14.037.444
1962	20.232.079	1.212.193	4.750.506	84.123	–	–	6.046.822	1.332.352	4.714.470	15.517.609
1963	18.599.958	679.394	5.193.928	47.150	–	–	5.920.472	1.365.216	4.555.255	14.044.703
1964	17.860.198	–	4.831.589	–	–	–	4.831.589	1.152.756	3.678.833	14.181.365
1965	20.132.716	–	–	–	4.809.312	–	4.809.312	983.806	3.825.507	16.307.210

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1947 (1948, p.235), 1949 (1950, p.239–41); 1950 (1951, p.153–54); 1951 (1952, p.293–94); 1959 (1960, p.112–113); 1961 (1962, p.233–34); 1965 (1966, p.289).

Tabela B 9 – CREAM – Crédito Concedido para a Agricultura, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968

Ano	A – Custeio											
	Total	Contratos com o Governo Federal	Custeio de Entressafra	Algodão	Armazenagem, Conservação e Transporte	Arroz	Café	Cana de açúcar	Milho	Trigo	Outros Produtos Agrícolas	Produtos Extrativos Vegetais
1938	34.994	–	34.994	3.610	–	3.021	26.126	–	134	–	2.102	–
1939	89.700	–	89.700	8.631	–	14.300	59.413	–	173	–	7.182	–
1940	98.905	–	98.905	17.782	–	17.504	53.847	–	597	–	9.175	–
1941	142.191	–	141.267	31.637	–	32.624	38.735	25.077	435	48	12.710	924
1942	249.382	–	245.264	117.353	–	30.665	60.230	26.132	449	138	10.296	4.117
1943	270.088	–	266.541	109.255	–	40.766	55.954	35.951	999	19	23.596	3.547
1944	318.314	–	315.899	154.779	–	51.038	45.456	53.366	1.443	5	9.812	2.415
1945	619.229	–	615.269	469.665	–	34.935	64.189	31.093	4.623	2	10.762	3.960
1946	222.520	15.336	200.740	36.965	–	37.800	66.528	47.730	2.798	41	8.878	6.445
1947	201.336	16.922	181.403	9.743	–	21.338	59.199	77.520	2.139	190	11.274	3.011
1948	244.611	–	240.427	17.004	–	34.140	81.814	87.639	4.661	1.692	13.478	4.184
1949	339.991	1.388	325.806	28.116	–	46.937	98.237	130.780	7.502	3.940	10.293	12.797
1950	414.447	6.197	407.287	39.266	–	51.746	164.911	128.324	5.054	4.846	13.139	964
1951	455.012	3.161	450.675	75.958	–	33.578	188.023	124.398	5.803	5.455	17.460	1.177
1952	596.901	18.008	573.761	88.487	–	51.939	229.427	148.244	17.274	10.946	27.444	5.132
1953	577.352	15.012	559.585	53.357	–	79.295	236.144	102.980	33.471	14.433	39.905	2.755
1954	602.458	4.709	595.376	47.799	–	92.460	280.874	90.728	27.436	23.262	32.818	2.372
1955	542.033	5.206	534.006	50.676	–	80.217	212.804	97.125	27.862	33.853	31.469	2.821
1956	635.815	1.486	632.329	43.881	–	83.641	309.051	76.549	32.930	50.161	36.116	2.000
1957	697.617	3.208	691.588	37.151	–	99.728	311.942	89.518	34.225	72.456	46.567	2.821
1958	673.662	19.891	650.950	36.077	–	117.932	263.887	90.400	30.283	75.805	36.566	2.821
1959	763.101	60.495	698.687	41.563	–	145.698	240.321	90.818	45.291	90.832	44.163	3.919
1960	707.797	49.047	654.072	57.189	–	152.094	159.411	74.381	46.782	104.897	59.319	4.677
1961	705.294	51.680	646.205	107.814	12.697	179.289	127.482	25.015	75.136	6.677	112.095	7.409
1962	1.016.797	96.377	914.423	120.968	15.237	266.369	165.168	19.773	160.125	20.192	146.591	5.998
1963	980.951	163.658	813.329	113.897	19.425	288.434	63.883	23.861	130.424	32.934	140.470	3.964
1964	1.233.122	94.878	1.132.385	148.181	51.360	385.824	141.644	62.016	161.980	28.110	153.270	5.859
1965	898.178	75.360	817.296	163.810	3.678	183.029	82.905	52.676	147.317	38.335	145.548	5.522
1966	985.324	135.968	845.344	112.664	9.265	195.643	76.281	68.189	159.647	39.936	183.719	4.013
1967	1.243.555	206.692	1.029.071	118.491	9.735	278.167	102.027	68.612	210.013	53.345	188.683	7.792
1968	1.397.383	220.365	1.173.439	161.651	7.755	341.476	142.152	69.966	183.849	70.416	196.174	3.579

(Continua)

(Continuação)

Ano	Total	B – Investimentos						Total Geral (A+B)
		Melhoramento Mobiliário e Imobiliário	Melhoramento Explorações Agrícolas	Aquisição		Aquisição de veículos motorizados ou de tração animal e animais	Demais Operações	
				Tratores	Máquinas e implementos agrícolas			
1938	–	–	–	–	–	–	–	34.994
1939	–	–	–	–	–	–	–	89.700
1940	–	–	–	–	–	–	–	98.905
1941	–	–	–	–	–	–	–	142.191
1942	91	–	–	–	91	–	–	249.472
1943	279	–	–	–	279	–	–	270.366
1944	293	–	–	–	293	–	–	318.606
1945	3.382	–	–	–	3.382	–	–	622.610
1946	2.486	–	–	–	2.486	–	–	225.006
1947	138	–	–	–	138	–	–	201.474
1948	963	–	–	–	963	–	–	245.574
1949	8.846	–	866	–	7.601	379	–	348.838
1950	25.937	–	6.688	–	19.130	119	–	440.384
1951	40.241	–	9.532	–	30.174	535	–	495.254
1952	68.274	–	27.977	–	39.594	703	–	665.175
1953	63.535	–	27.311	–	35.280	944	–	640.887
1954	82.564	–	35.577	–	45.626	1.362	–	685.022
1955	92.263	–	46.387	–	45.876	–	–	634.296
1956	97.901	3.013	41.468	–	44.802	3.679	4.939	733.716
1957	135.549	3.397	56.675	–	54.888	9.264	11.324	833.166
1958	146.665	1.966	65.328	–	50.749	19.257	9.363	820.326
1959	158.605	2.733	58.564	–	45.765	41.592	9.952	921.706
1960	295.155	3.797	55.538	–	64.760	91.810	79.250	1.002.952
1961	315.441	6.394	65.324	51.877	21.697	62.984	107.165	1.020.735
1962	405.756	13.557	91.254	101.464	31.591	105.588	62.302	1.422.554
1963	302.576	10.812	57.975	111.932	30.243	50.407	41.208	1.283.527
1964	331.607	13.981	73.333	134.031	36.616	48.277	25.369	1.564.729
1965	227.801	9.595	55.979	97.364	27.543	26.577	10.743	1.125.979
1966	406.833	9.356	72.130	127.054	70.945	28.178	99.170	1.392.157
1967	362.474	7.433	87.746	107.485	88.975	20.421	50.414	1.606.029
1968	382.999	9.723	114.997	130.426	98.571	23.456	5.826	1.780.382

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1938 a 1942 (1943, p.63); 1943 (1944, p.44); 1944 a 1948 (1949, p.104-107); 1949 (1950, p.159-161); 1950 (1951, p.126); 1951 a 1953 (1954, p.301-304); 1954 a 1956 (1957, p.20-21); 1957 (p.20-22); 1958 a 1960 (1961, p.19-21); 1961 a 1962 (1963, p.157-158); 1963-1964 (1965, p.239-240); 1964-1965 (1966, p.239-240); 1966-1968 (1969; p.189-190).

Tabela B 10 – CREAM – Crédito Concedido para a Indústria, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968

A – Custeio													
Ano	Indústria Extrativa	Minerais não metálicos	Metalúrgica	Material elétrico e de comunicação	Construção e montagem do material de transportes	Papel e papelão	Química e farmacêutica	Têxtil	Alimento	Outras	Construção Civil	SIUP	Total Custeio
1938-45	4.955	16.508	78.051	–	32.350	43.751	23.876	30.163	69.513	35.925	–	–	335.092
1946	311	8.828	3.739	–	–	742	–	7.988	23.511	4.146	–	–	49.265
1947	–	721	1.582	–	408	3.385	1.066	6.853	16.871	1.067	–	–	31.953
1948	519	6.292	4.646	–	–	1.684	3.462	12.385	38.005	9.034	–	–	76.028
1949	879	3.871	3.343	–	–	872	945	25.428	52.124	11.068	–	7.164	105.692
1950	–	9.032	6.200	1.466	–	2.172	7.781	40.325	42.988	9.705	–	1.013	120.682
1951	–	542	9.972	2.008	2.257	711	2.228	33.929	46.218	8.427	–	564	106.857
1952	1.297	659	3.678	1.951	4.431	264	9.794	39.142	68.939	9.700	–	–	139.853
1953	2.956	518	3.371	2.132	524	621	7.646	22.274	70.504	11.857	–	–	122.403
1954	1.737	1.148	4.728	725	2.142	327	8.775	25.448	80.826	15.149	–	–	141.004
1955	3.189	381	6.559	2.139	2.486	516	10.372	28.516	100.542	19.228	–	–	173.928
1956	1.126	2.580	9.420	1.601	3.190	2.101	13.347	40.189	85.915	24.014	156	–	183.638
1957	2.006	940	15.531	8.056	2.210	1.469	18.974	60.883	101.689	30.472	–	–	242.230
1958	841	1.427	12.096	3.611	4.508	843	16.581	40.936	100.628	30.515	164	–	212.150
1959	1.151	1.212	14.864	2.842	2.334	1.822	16.662	56.284	77.680	26.924	–	79	201.853
1960	2.096	2.103	17.956	3.474	6.016	1.726	22.629	64.820	82.670	34.776	–	216	238.482
1961	3.989	1.398	15.291	3.518	6.556	1.899	17.086	66.723	163.381	36.952	–	95	316.891
1962	3.839	1.902	17.685	4.231	5.016	2.341	17.115	68.756	207.064	40.968	464	–	369.379
1963	3.497	886	13.123	3.697	3.138	1.592	12.230	47.736	177.055	30.310	–	6.788	300.051
1964	2.242	938	8.312	1.743	1.996	1.314	9.472	34.408	220.709	29.959	88	9.722	320.905
1965	4.140	1.121	12.492	2.486	2.483	2.917	20.422	59.580	132.580	36.857	–	–	275.078
1966	5.653	2.826	8.745	6.450	2.886	1.861	17.513	57.723	166.586	36.818	–	–	307.062
1967	9.533	7.136	30.508	7.955	6.456	3.150	17.360	65.001	130.611	46.603	–	–	324.312
1968	9.708	9.616	51.692	24.687	23.371	12.222	32.558	113.227	133.229	97.281	–	–	507.591

(Continua)

(Continuação)

Ano	B – Investimento												Total (A+B)	
	Indústria Extrativa	Minerais não metálicos	Metalúrgica	Material elétrico e de comunicação	Construção e montagem do material de transportes	Papel e papelão	Química e farmacêutica	Têxtil	Alimento	Outras	Construção Civil	SIUP		Total
1938-1945	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	335.092
1946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.265
1947	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.953
1948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.028
1949	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.692
1950	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.682
1951	109	21.271	41.294	3.782	1.634	2.358	8.846	17.912	5.047	45.924	320	5.999	154.497	261.354
1952	7.080	27.648	84.552	6.496	12.336	5.700	18.151	55.448	22.180	50.383	2.354	10.592	302.918	442.771
1953	7.553	24.193	7.451	316	3.955	727	9.113	16.757	13.080	25.432	1.843	3.237	113.659	236.061
1954	1.743	5.207	3.507	347	6.081	6.370	12.088	10.070	10.536	17.140	1.485	1.214	75.790	216.794
1955	421	6.326	2.292	1.930	1.535	2.201	3.024	4.416	13.805	7.028	391	4.736	48.104	222.033
1956	467	5.792	7.688	156	2.498	1.112	960	4.612	15.827	9.015	-	669	48.796	232.434
1957	8.778	8.584	12.118	1.176	5.414	1.108	12.541	652	10.937	21.695	14	1.930	84.947	327.177
1958	238	4.009	11.616	12	1.587	718	3.025	7.759	11.760	12.171	19	1.092	54.006	266.156
1959	1.368	2.186	731	106	434	1.912	955	2.084	8.677	4.363	-	1.599	24.413	226.266
1960	27	172	2.169	72	356	2.115	2.732	1.259	10.189	1.184	134	16	20.423	258.904
1961	89	3.598	783	-	14	270	4.990	189	3.997	5.180	-	1.332	20.440	337.331
1962	986	1.010	2.627	36	868	523	3.126	4.350	14.714	9.793	202	4.540	42.775	412.154
1963	286	1.845	1.532	8.660	293	1.346	2.232	3.457	12.883	5.309	27	23.548	61.419	361.470
1964	1.005	3.191	2.502	460	538	1.322	3.371	5.676	21.288	18.940	158	42.468	100.920	421.825
1965	1.103	3.131	2.700	668	506	1.448	3.910	4.956	17.603	8.921	-	32.244	77.191	352.270
1966	1.420	1.980	2.118	673	500	1.092	2.982	4.483	12.300	10.926	-	-	38.474	345.536
1967	1.801	4.288	5.217	2.361	20.874	1.240	3.501	10.287	15.245	21.923	-	-	86.736	411.048
1968	2.667	4.386	10.364	1.836	27.231	1.966	4.446	13.357	14.593	25.570	-	-	106.416	614.007

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1938-1945 (1949, p.112); 1946 a 1948 (1949, p.112); 1949-1951 (1952, p.279-283); 1952-1953 (1954, p.306-307); 1954-1955 (1956, p.43-44); 1956 (1957, p.23); 1957 (1958, p.23); 1958 (1959, p.23); 1959 e 1960 (1961, p.22); 1961-1962 (1963, p.160); 1963-1964 (1965, p.243); 1965 (1966, p.243); 1966-1968 (1969, p.193-194).

Tabela B 11 – CREAM – Crédito Concedido para a Pecuária, 1938/1968, em NCr\$ mil de 1968

Ano	A – Custeio de Explorações									
	Aquisição				Manutenção do					
	Avicultura	Bovinos	Ovinos	Suínos	Avicultura	Bovinos	produtor e família	Suínos	Outros	Total Custeio
1938	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1939	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1940	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1941	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1942	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1943	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1944	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1945	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1946	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1947	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1948	–	–	2.014	–	–	–	–	–	–	2.014
1949	–	–	2.834	–	–	–	–	–	–	2.834
1950	–	–	4.131	–	–	–	–	–	–	4.131
1951	–	–	4.414	–	–	–	–	–	–	4.414
1952	–	–	11.986	265	–	–	–	–	8	12.259
1953	–	–	527	415	–	–	–	–	59	1.001
1954	–	–	1.317	829	–	–	–	–	15	2.160
1955	94	30.721	807	1.211	–	60.721	–	–	11	93.564
1956	166	29.585	924	1.873	365	52.573	–	355	13	85.853
1957	223	36.433	2.087	1.469	526	60.220	–	575	12	101.545
1958	390	38.347	2.768	1.211	603	62.704	–	676	13	106.712
1959	235	34.095	2.149	1.509	776	47.470	–	839	22	87.094
1960	337	35.557	2.652	3.110	1.157	56.560	–	1.402	96	100.872
1961	643	5.518	3.464	4.540	1.863	31.407	734	3.530	73	51.771
1962	852	3.945	8.716	2.909	2.525	51.336	880	4.269	226	75.658
1963	993	3.457	10.059	1.392	2.232	17.386	500	2.391	280	38.690
1964	1.423	1.880	7.507	3.328	5.026	15.468	1.332	3.954	432	40.352
1965	1.110	535	2.996	6.440	3.350	11.457	582	4.268	847	31.585
1966	2.017	–	5.032	2.370	15.202	32.505	455	8.513	5.853	71.947
1967	1.380	–	4.561	1.384	22.065	30.943	789	10.246	6.761	78.129
1968	1.690	–	3.217	1.192	19.539	47.431	1.054	9.279	12.564	95.966

(Continua)

(Continuação)

Ano	B – Investimento					Total (A+B)
	Aquisição de Bovinos	Melhoramentos em Edificações e Benfeitorias	Melhoramentos em Implementos, Máquinas agrícolas, Veículos e Animais de Tração	Melhoramentos Diversos	Total Investimento	
1938	–	–	–	–	–	2.605
1939	–	–	–	–	–	18.196
1940	–	–	–	–	–	75.166
1941	–	–	–	–	–	119.995
1942	–	–	–	–	–	183.312
1943	–	–	–	–	–	163.373
1944	–	–	–	–	–	471.242
1945	–	–	–	–	–	435.635
1946	–	–	–	–	–	146.099
1947	–	–	–	–	–	14.688
1948	–	56.023	–	–	56.023	58.038
1949	–	100.574	–	–	100.574	103.408
1950	–	105.907	–	–	105.907	110.038
1951	120.467	35.313	–	–	155.780	160.193
1952	183.774	16.727	–	–	200.501	212.760
1953	161.929	14.059	–	–	175.988	176.989
1954	178.182	15.811	–	–	193.993	196.153
1955	48.211	12.212	633	1.007	62.063	155.627
1956	55.066	19.215	896	1.028	76.204	162.057
1957	67.962	27.894	2.744	503	99.104	200.649
1958	66.839	32.754	6.455	772	106.820	213.532
1959	60.784	29.508	16.252	856	107.399	194.493
1960	86.709	38.509	46.050	1.594	172.862	273.734
1961	71.635	54.475	30.900	880	157.890	209.661
1962	146.965	87.033	49.429	820	284.247	359.905
1963	63.444	46.943	23.215	433	134.035	172.725
1964	88.703	56.132	31.734	1.030	177.599	217.950
1965	22.643	57.043	31.137	648	111.470	143.056
1966	28.181	135.593	61.275	1.234	226.283	298.230
1967	66.283	112.324	51.494	1.614	231.715	309.844
1968	109.652	148.357	60.217	2.019	320.245	416.211

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil: 1948 (1953, p.311); 1949-1953 (1954, p.305); 1954-1956 (1957, p.21); 1957 (1958, p.22); 1958 a 1959 (p.21); 1960 a 1962 (1963, p.159); 1963-1965 (1966, p.241-242); 1966-1968 (1969, p.191-192).

Tabela B 12 – Indicadores de Atividade Econômica Selecionados, 1938–1968

Ano	PIB NCr\$ 1.000 de 1968	Índice PIB Real (1938 = 100)	FBCF NCr\$ 1.000 de 1968	Índice FBCF Real (1938 = 100)	Deflator do PIB (1968 = 100)	Índice Produto Real – Agricultura (1938 = 100)	Índice Produto Real – Indústria (1938 = 100)
1938	20.855.291,98	100,00	3.137.523,95	100,00	0,21324	98,55	100,02
1939	21.376.674,28	102,50	3.074.531,97	97,99	0,21759	101,01	98,01
1940	21.162.907,54	101,48	3.136.850,63	99,98	0,23217	100,00	100,00
1941	22.199.890,01	106,45	2.868.819,04	91,44	0,25589	104,90	91,46
1942	21.600.492,98	103,57	2.651.468,29	84,51	0,29745	102,07	84,53
1943	23.436.534,88	112,38	2.395.935,10	76,36	0,34684	110,74	76,38
1944	25.217.711,53	120,92	2.437.166,11	77,68	0,41843	119,16	77,69
1945	26.024.678,30	124,79	2.692.185,93	85,81	0,48088	122,97	85,82
1946	29.043.540,98	139,26	3.174.927,26	101,19	0,55094	137,24	101,21
1947	29.740.585,97	142,60	4.429.448,97	141,18	0,60053	140,53	141,21
1948	32.625.422,80	156,44	4.154.901,89	132,43	0,63539	154,16	132,45
1949	35.137.580,36	168,48	4.577.476,35	145,89	0,68815	166,03	145,93
1950	37.526.935,82	179,94	4.797.477,59	152,91	0,75039	177,32	152,94
1951	39.365.755,68	188,76	6.081.439,47	193,83	0,88630	186,01	193,87
1952	42.239.455,84	202,54	6.259.222,31	199,50	0,97137	199,59	199,54
1953	44.224.710,27	212,06	6.658.551,88	212,22	1,10685	208,97	212,27
1954	47.674.237,67	228,60	7.512.562,33	239,44	1,40831	225,27	239,49
1955	51.869.570,58	248,71	6.997.012,16	223,01	1,57067	245,10	223,06
1956	53.373.788,13	255,92	7.718.192,10	246,00	1,92791	252,20	246,05
1957	57.483.569,82	275,63	8.644.387,97	275,52	2,17366	271,62	275,58
1958	63.691.795,36	305,40	10.817.365,37	344,77	2,44144	300,96	344,85
1959	69.933.591,30	335,33	12.578.157,57	400,89	3,31686	330,45	400,98
1960	76.507.348,89	366,85	12.028.353,54	383,37	4,15934	361,52	383,45
1961	83.086.980,89	398,40	10.889.685,76	347,08	5,59979	392,61	347,15
1962	88.570.721,63	424,69	13.741.642,51	437,98	8,41384	418,52	438,07
1963	89.102.145,96	427,24	15.182.097,58	483,89	15,01176	421,03	483,99
1964	92.131.618,92	441,77	13.808.706,84	440,11	28,45234	435,34	440,21
1965	94.342.777,78	452,37	13.880.520,08	442,40	45,22021	445,79	442,50
1966	100.663.743,89	482,68	16.022.928,47	510,69	62,37499	475,66	510,80
1967	104.891.621,13	502,95	16.989.343,38	541,49	78,92241	495,64	541,61
1968	115.171.000,00	552,24	21.519.200,00	685,87	100,00		

Fonte: Para PIB, FBCF e Deflator do PIB, IBGE (2018); para Índices de Produto Real entre 1938 a 1947 (Haddad, HADDAD, 1978) e para 1948-1968 Fundação Getúlio Vargas (1969, p. 68)

Tabela B 13 - BNDE, Colaboração Financeira Aprovada em benefício dos setores público e privado, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968

Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
1952	121.581,3	–	121.581,3
1953	119.483,5	14.744,6	134.228,1
1954	192.330,1	20.535,3	212.865,4
1955	127.302,3	37.760,9	165.063,3
1956	332.463,2	16.245,5	348.708,7
1957	315.329,2	84.953,3	400.282,5
1958	437.269,8	67.488,7	504.758,5
1959	215.107,0	110.996,5	326.103,5
1960	328.956,1	29.564,8	358.520,9
1961	411.600,8	43.296,2	454.897,1
1962	297.625,1	13.720,2	311.345,3
1963	264.902,3	26.351,3	291.253,7
1964	343.029,1	21.232,7	364.261,8
1965	530.560,1	256.763,1	787.323,2
1966	495.100,2	356.609,4	851.709,6
1967	624.995,6	328.709,2	953.704,7
1968	453.970,0	536.419,0	990.389,0

Fonte: Elaborado com base em BNDE (1968, Anexo, s.n). Os valores foram atualizados para NCr\$ de 1968 utilizando o Deflator do PIB.

Tabela B 14 - BNDES, operações aprovadas em moeda nacional, segundo as atividades econômicas beneficiadas, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968

Anos	Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Siderurgia	Diversos	Outros	Total
1952	121.581,3	–	–	–	–	121.581,3
1953	77.418,1	33.590,9	–	20.779,7	2.439,4	134.228,1
1954	164.026,6	28.949,6	1.775,2	14.790,8	3.330,2	212.872,5
1955	64.749,4	84.925,5	1.528,0	10.931,6	2.928,7	165.063,3
1956	253.268,7	34.275,4	2.282,3	43.892,0	14.990,3	348.708,7
1957	74.970,2	213.883,0	27.143,1	71.492,2	12.794,1	400.282,5
1958	–	227.275,3	165.434,8	97.675,8	14.372,6	504.758,5
1959	58.054,9	108.051,0	21.381,7	134.304,7	4.311,3	326.103,5
1960	15.548,1	32.856,2	265.426,8	43.403,5	1.310,3	358.545,0
1961	3.964,4	277.220,9	97.700,0	62.243,4	13.768,4	454.897,1
1962	–	72.465,1	191.078,0	34.657,2	13.145,0	311.345,3
1963	3.996,9	14.093,6	235.755,2	32.174,8	5.233,2	291.253,7
1964	–	74.191,8	260.929,3	26.582,3	2.558,3	364.261,8
1965	331,7	8.684,6	538.070,3	216.697,1	23.539,3	787.323,0
1966	–	103.081,7	388.216,5	348.740,1	11.671,3	851.709,6
1967	2.463,2	232.760,2	345.851,1	314.725,0	57.905,2	953.704,7
1968	321.291,0	88.563,0	57.038,0	439.957,0	83.540,0	990.389,0

Fonte: Elaborado com base em BNDE (1968, Anexo, s.n). Os valores foram atualizados para NCr\$ de 1968 utilizando o Deflator do PIB.

Tabela B 15 - Fontes de Recursos do BNDE, 1952–1968, em NCr\$ mil de 1968

Fontes	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
1 Geração Interna	2.162	1.175	4.118	15.535	7.106	40.439	69.098	82.367	110.138
1.1 Retorno	–	–	–	5.348	4.979	8.695	18.964	11.668	8.343
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	2.162	1.175	4.118	10.187	2.127	27.097	50.134	69.282	92.515
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1.4 Outros	–	–	–	–	–	4.647	–	1.417	9.280
2 Dotações e Empréstimos no País	38.091	108.868	50.699	90.153	13.694	160.650	182.843	209.656	257.276
2.1 Cias. de Seguro	–	15.991	5.752	14.452	13.694	13.572	1.024	13.145	12.262
2.2 Imposto de Renda	38.091	92.876	44.948	75.700	–	147.079	181.819	196.511	245.015
2.3 Funai	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.4 Dotação Orçamentária	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.5 Reserva Monetária	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.6 PIS/PASEP/FAT	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.7 Finsocial	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.8 Recursos Não–Operacionais	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.9 Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–
3 Vinculados	–	–	–	26.804	99.123	–	312.602	413.554	345.127
3.1 à FINAME	–	–	–	–	–	–	–	–	–
3.2 FMM	–	–	–	–	–	–	–	–	–
3.3 Outros	–	–	–	26.804	99.123	–	312.602	413.554	345.127
4 Recursos Externos	–	–	–	–	71.424	80.877	81.222	89.392	75.132
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	–	–	–	–	71.424	80.877	81.222	89.392	75.132
5 Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	40.253	110.042	54.818	132.491	191.347	281.966	645.765	794.969	787.673

(Continua)

(Continuação)

Fontes	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
1 Geração Interna	158.345	158.703	125.808	122.869	337.289	272.705	318.034	286.000
1.1 Retorno	24.983	21.714	19.165	21.109	67.300	60.091	72.223	58.000
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	121.379	133.827	104.645	101.760	198.783	209.087	245.811	228.000
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	–	–	–	–	–	–	–	–
1.4 Outros	11.983	3.161	1.998	–	71.207	3.527	–	–
2 Dotações e Empréstimos no País	361.692	249.708	254.874	363.552	246.485	357.693	369.984	420.000
2.1 Cias. de Seguro	9.983	10.578	6.968	9.106	8.600	12.361	–	–
2.2 Imposto de Renda	351.709	239.130	197.945	165.825	208.422	337.443	179.924	14.000
2.3 Funai	–	–	49.961	188.621	29.462	7.889	–	11.000
2.4 Dotação Orçamentária	–	–	–	–	–	–	–	75.000
2.5 Reserva Monetária	–	–	–	–	–	–	190.060	320.000
2.6 PIS/PASEP/FAT	–	–	–	–	–	–	–	–
2.7 Finsocial	–	–	–	–	–	–	–	–
2.8 Recursos Não-Operacionais	–	–	–	–	–	–	–	–
2.9 Outros	–	–	–	–	–	–	–	–
3 Vinculados	315.065	183.971	160.501	102.459	576.733	647.856	695.620	988.000
3.1 à FINAME	–	–	–	–	83.812	103.407	274.954	593.000
3.2 FMM	–	–	–	–	–	–	–	–
3.3 Outros	315.065	183.971	160.501	102.459	492.921	544.449	420.666	395.000
4 Recursos Externos	64.485	22.439	71.937	25.833	80.926	49.940	2.534	–
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	–	–	58.614	–	–	–	–	–
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	64.485	22.439	13.323	25.833	80.926	49.940	2.534	–
5 Outros	–	102.213	–	–	117.204	–	139.377	–
Total	899.587	717.033	613.119	614.712	1.358.638	1.328.194	1.525.549	1.694.000

Fonte: Elaborado com base em Prochnik (1995, p. 156–157). Os valores foram atualizados para NCr\$ de 1968 utilizando o Deflator do PIB.

Tabela B 16 – Participação dos principais produtos sobre o Valor da Produção Agrícola, em %, 1937-1968

Ano	Algodão	Amendoim	Arroz	Banana	Batata Doce	Bata Inglesa	Cacau	Café	Cana	Cebola	Feijão	Laranja	Mandioca	Milho	Soja	Tomate	Trigo	Total
1937	21,9	-	9,4	1,5	-	1,7	1,5	25,6	4,9	-	4,7	4,0	6,6	17,4	-	-	0,9	100,0
1938	22,6	-	10,1	1,4	-	2,0	2,0	24,7	5,7	-	4,7	3,4	6,3	16,1	-	-	0,9	100,0
1939	22,7	-	10,1	1,9	-	2,6	2,1	21,4	7,5	-	5,2	2,8	7,1	15,9	-	-	0,7	100,0
1940	23,8	-	9,3	1,6	-	2,8	1,9	18,7	8,8	-	6,0	3,0	7,0	16,1	-	-	0,9	100,0
1941	21,6	-	11,7	1,7	-	2,5	2,7	16,6	8,3	-	6,5	2,9	7,2	16,4	-	-	2,0	100,0
1942	20,7	-	13,4	1,7	-	2,3	2,1	15,4	8,5	-	5,8	2,7	8,2	17,1	-	-	1,9	100,0
1943	24,6	-	12,6	1,6	-	2,4	2,5	14,7	7,3	-	5,6	1,9	7,5	18,0	-	-	1,4	100,0
1944	22,8	0,2	12,5	1,7	1,0	2,5	1,1	14,1	8,2	0,6	6,5	1,2	7,7	18,6	-	0,4	0,9	100,0
1945	12,3	0,2	13,0	2,2	1,5	3,4	1,2	19,8	9,0	0,8	6,3	1,6	9,0	18,0	-	0,5	1,3	100,0
1946	14,2	0,2	13,0	2,2	1,2	2,9	1,7	21,8	8,1	0,7	5,7	1,6	8,0	16,7	-	0,5	1,5	100,0
1947	13,3	0,4	12,1	2,3	1,3	3,7	2,9	20,1	8,0	0,6	6,4	1,6	7,5	15,9	-	0,5	3,4	100,0
1948	12,1	0,9	12,8	2,3	1,3	3,3	1,9	19,9	7,5	0,5	8,4	1,8	7,3	16,2	-	0,4	3,2	100,0
1949	13,9	0,8	14,1	2,3	1,2	2,9	1,6	22,3	7,2	0,6	6,3	1,5	7,1	15,0	-	0,5	2,8	100,0
1950	14,1	0,5	11,0	2,1	0,9	2,7	2,1	32,5	6,6	0,6	4,6	1,3	6,4	11,4	-	0,5	2,7	100,0
1951	16,3	0,6	9,5	2,3	0,9	2,6	1,8	30,6	6,7	0,4	5,1	1,3	6,7	12,5	-	0,5	1,9	100,0
1952	15,8	0,5	10,0	2,4	0,9	2,1	1,4	29,1	6,7	0,6	5,4	1,3	7,0	13,2	0,2	0,7	2,8	100,0
1953	5,9	0,3	10,1	1,4	0,6	1,8	1,3	16,8	39,9	0,5	4,5	0,8	4,4	8,7	0,1	0,4	2,2	100,0
1954	9,7	0,7	15,0	2,4	0,9	2,6	3,7	29,0	6,2	0,8	4,8	1,3	6,0	12,1	0,3	0,8	3,8	100,0
1955	10,2	0,5	12,8	2,2	0,9	2,5	2,5	31,1	5,8	0,6	6,3	1,4	5,0	12,0	0,2	0,7	5,3	100,0
1956	10,1	0,6	14,0	2,8	1,0	2,7	1,8	21,5	8,3	0,6	8,6	1,9	6,5	14,2	0,3	0,9	4,2	100,0
1957	7,2	0,7	14,9	2,7	1,0	2,7	2,0	26,3	8,1	0,7	7,7	1,8	6,4	13,5	0,3	0,9	3,2	100,0
1958	8,7	1,0	15,0	2,9	1,0	2,6	2,3	24,7	8,5	1,1	6,0	2,0	7,1	13,2	0,3	1,2	2,5	100,0
1959	9,2	1,0	13,6	2,9	0,9	2,7	2,6	23,2	7,4	1,0	8,8	1,9	6,7	13,9	0,3	1,1	2,7	100,0
1960	11,3	1,7	13,7	2,9	1,0	2,6	2,1	20,4	7,8	0,8	10,5	1,6	6,2	12,9	0,5	0,9	3,1	100,0
1961	13,1	2,1	13,1	3,2	1,0	2,2	1,9	20,1	8,4	1,2	7,3	1,6	7,3	13,3	0,7	1,2	2,3	100,0
1962	10,6	1,6	16,9	3,1	0,9	2,4	1,3	16,2	7,6	0,7	9,7	1,3	8,5	14,5	0,6	1,1	2,9	100,0
1963	9,9	1,9	20,5	3,7	1,3	2,6	1,4	12,2	11,3	0,7	9,2	1,6	7,9	12,2	0,7	1,2	1,7	100,0
1964	10,9	2,3	17,9	4,5	0,9	2,1	1,7	10,8	12,7	1,1	6,6	2,1	7,1	13,8	0,8	1,3	3,3	100,0
1965	10,2	2,4	13,0	3,5	0,9	1,8	1,4	21,5	11,9	1,0	6,7	1,7	6,4	13,0	1,1	1,4	2,3	100,0
1966	8,7	3,1	14,7	3,9	1,3	3,8	1,7	11,0	11,2	0,9	9,8	2,1	8,1	13,8	1,5	1,8	2,7	100,0
1967	7,5	1,7	17,3	3,9	1,3	2,9	1,8	13,4	10,0	0,8	8,1	2,1	8,7	14,6	1,4	2,1	2,3	100,0
1968	9,2	2,1	16,7	4,3	1,2	2,3	2,2	11,7	10,5	0,8	7,3	2,4	9,4	13,6	1,4	1,9	3,1	100,0

Fonte: (IBGE, 2018).

Nota: amendoim, batata doce, cebola e tomate começaram a ser pesquisados em 1944, enquanto a soja em 1952.